

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Alice Oliveira Rezende

O *vir-a-ser* sujeito:
questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da
infância

Belo Horizonte

2017

ALICE OLIVEIRA REZENDE

O *vir-a-ser* sujeito:

questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da
infância

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obter o título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicanálise

Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise; Investigação no campo clínico e cultural.

Orientadora: Profa. Dr.^a. Angela Maria Resende Vercaro

Belo Horizonte

2017

150

R467v

2017

Rezende, Alice Oliveira

O vir-a-ser sujeito: [manuscrito] : questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da infância / Alice Oliveira Rezende. - 2017.

171 f. : il.

Orientadora: Angela Maria Resende Vorcaro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Crianças – Linguagem - Teses. 3. Psicopatologia infantil – Teses. I. Vorcaro, Angela M. R. (Angela Maria Resende). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ALICE OLIVEIRA REZENDE

Realizou-se, no dia 23 de fevereiro de 2017, às 09:00 horas, Auditório Professor Baese, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O vir-a-ser do sujeito: questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da infância.*, apresentada por ALICE OLIVEIRA REZENDE, número de registro 2015654199, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Angela Maria Resende Vorcaro - Orientador (UFMG), Prof(a). Marcia Maria Rosa Vieira Luchina (UFMG), Prof(a). Ariana Lucero (UFES).

A Comissão considerou a dissertação:

(☒) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

Prof(a). Angela Maria Resende Vorcaro (Doutora)

Prof(a). Marcia Maria Rosa Vieira Luchina (Doutora)

Prof(a). Ariana Lucero (Doutora)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

O vir-a-ser do sujeito: questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da infância.

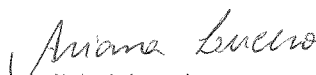
ALICE OLIVEIRA REZENDE

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração ESTUDOS PSICANALÍTICOS, linha de pesquisa Conceitos Fund. Psicanálise Invest. Campo Clínico e Cultural.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Angela Maria Resende Vorcaro - Orientador
UFMG


Prof(a). Marcia Maria Rosa Vieira Luchina
UFMG


Prof(a). Ariana Lucero
UFES

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Angela Vorcaro, pela aposta decidida e ousada que sustentou em sua orientação, desde a graduação. Agradeço a generosidade e a parceria com que teceu comigo este percurso.

À Prof^a. Márcia Rosa, por suas valiosas contribuições, não apenas em minha qualificação mas também em diversas ocasiões. Obrigada por aceitar o convite para a banca de defesa.

À Prof^a. Ariana Lucero, cuja interlocução me permitiu vislumbrar meu ingresso ao mestrado. Agradeço por compor a banca de defesa da dissertação.

A todos os professores, funcionários e alunos do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFMG. Afetuosamente à Prof^a. Nádia Laguardia e ao Prof^o. Antônio Teixeira.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa de mestrado.

À Fernanda Otoni, pela vivacidade, acolhimento e precisão de sua escuta, imprescindíveis para a sustentação de minha singularidade na realização e transmissão da pesquisa.

Aos colegas e amigos do Freud Cidadão, pelas incontáveis perspectivas e caminhos.

Às minhas amigas, Ana Paula Miranda, Luara Brina, Regina Freire, Mayra Rodesky, Izabela Guimarães e Ana Terra Ferrari pela presença certa nas horas incertas.

Aos meus familiares, meu sincero agradecimento.

À minha mãe, Adriana Aparecida, minha grande amiga e companheira desta vida. Agradeço sua alegria, força e inteligência que impulsionaram, não apenas a dissertação, mas a minha formação humana e analítica.

Ao meu pai, Alexandre Horácio, pelo cuidado com que revisou cada detalhe da dissertação. E, sobretudo, pelo carinho, apoio e amor com que me acompanha, sempre.

Ao querido João Gustavo, que revisou este texto com imensa paciência e dedicação. Sua presença é incomensurável em minha vida, marca inarredável em meu coração.

‘ . . . “Take care of the sense, and the sounds
will take care of themselves.” ’

(Carroll, 1865/2008, p. 87).

RESUMO

Rezende, A. O. (2017). *O vir-a-ser sujeito: questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da infância* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A presente dissertação objetiva investigar alguns aspectos da constituição subjetiva, a partir de nossa hipótese, baseada na perspectiva lacaniana, da *aquisição da criança pela linguagem*. Procuramos esclarecer determinadas nuances da clínica de crianças em risco de subjetivação, denominada genericamente por psicopatologias graves da infância. Ao nos aproximarmos dos processos que engendram as emissões falantes do *infans*, cernimos os primeiros modos de testemunhar seu afetamento pela linguagem. Pesquisamos na obra de Freud sua concepção quanto às gênesis da relação entre o neonato e a linguagem. Constatamos, então, que o pai da psicanálise nos permitiria supor que, embora submerso no campo simbólico, o *infans* não dispõe inicialmente de um aparelho psíquico que lhe possibilite discretizar, articular e registrar as unidades da língua em conformidade com a língua partilhada. Ao considerarmos, com Lacan, que a linguagem é inoculada pelo Outro primordial, perscrutamos os momentos lógicos de *gozo*, *angústia* e *desejo* atravessados pela criança desde a relação transativista até os momentos de extração dos objetos pulsionais (objetos *a*: *oral*, *anal*, *olhar* e *voz*). Alinhavamos, ainda, o espectro de incidência da falta de satisfação, constitutivo do sujeito: *privação* (real), *frustração* (imaginário) e *castração* (simbólico). Supomos, então, que, primeiramente, o sujeito seria apreendido por um bloco sonoro privilegiado singularmente por meio de uma fruição de gozo, sem operar ainda nenhuma função de comunicação. A este modo de funcionamento inaugural, Freud designou como prazer do *nonsense*, no qual a assonância prepondera. Trata-se da primeira intervenção da linguagem estabelecida por Lacan no termo *lalíngua*, puro *nonsense*. Como equívoco original, *lalíngua* repercutirá em todas as formas do dizer, configurando o mal entendido estrutural entre os falantes. Ademais, a noção de holófrase foi utilizada por Lacan, para designar os empilhamentos significantes congelados, isto é, não discretizados. *Lalíngua* e holófrase abarcam modos de verbalizar das crianças que, a despeito de ainda situarem-se externamente ao discurso, atestam modos de ressonância da linguagem no corpo. Furando ou comprimindo a cadeia significante, ambas as vocalizações revelam uma extensão simbólica em que o sujeito pode transitar. Por fim, pondera-se que ao reconhecermos, em nossas operações clínicas, as bordas e as franjas que testemunham a ressonância da linguagem no sujeito, o objeto *voz* está em jogo.

Encontraríamos, assim, modalidades passíveis de desdobrar alguma distância entre linguagem e sujeito, afastamento indispensável para que o sujeito possa mediar, com a linguagem, a orientação de seu desejo.

Palavras-chave: Constituição do sujeito. *Nonsense*. Outro. Objeto *a* voz. *Lalíngua*. Holófrase. Psicopatologias graves da infância.

ABSTRACT

Rezende, A. O. (2017). *The subject's becoming: preliminary questions to the study of severe infantile psychopathologies* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Abstract: The present dissertation aims to investigate some aspects of the subjective constitution from our hypothesis, based on the Lacanian perspective, of the *acquisition of the child by language*. We intended to clarify certain nuances of the clinic with children at subjectivation risk, generically named as severe infantile psychopathologies. By approaching the processes that engender the *infans*' speech emissions, we discerned the first modes of testifying hers/his affectation by language. We searched for Freud's conception regarding the genesis of the relation between the neonate and language. We then verified that the father of psychoanalysis would allow us to suppose that, albeit submersed in the symbolic field, the *infans* does not initially dispose of a mental apparatus that would enable her/him to discretize, articulate and register the unities of language in conformity to the shared language. In considering, with Lacan, that language is inoculated by the primordial Other, we perscrutated the logical moments of *jouissance*, angst and desire traversed by the child, from the transitive relation to the moments of extraction of the instinctual objects (objects *a*: *oral*, *anal*, *gaze* and *voice*). Still, we basted the specter of incidence of the lack of satisfaction constitutive of the subject: *deprivation* (real), *frustration* (imaginary) and *castration* (symbolic). We then supposed that, firstly, the subject would be apprehended by a sonorous block, privileged solely through a *jouissance* fruition, still without any communication function. Freud designated this inaugural functioning mode as pleasure of the *nonsense*, in which the assonance preponderates. It is the first intervention of language, established by Lacan through the term *lalangue*, pure *nonsense*. As original equivoque, *lalangue* will reverberate in all forms of saying, setting up the structural misunderstanding between the speaking beings. Furthermore, the notion of holophrase was used by Lacan to designate the frozen signifiers stackings, that is, non-discretized signifiers. *Lalangue* and holophrase embrace children's ways of verbalizing, which, despite still being located externally to speech, attest modes of language resonance in the body. Piercing or compressing the signifier chain, both these vocalizations reveal the symbolic extension in which the subject can transit. Lastly, one ponders that, by recognizing in our clinical operations the edges and fringes that testify the resonance of language in the subject, the object *voice* is at stake. We would, thus,

find modalizations susceptible of unfolding some distance between language and subject, which is indispensable for the subject to be able to mediate, through language, the orientation of hers/his desire.

Keywords: Subject constitution; Nonsense; Other; Object *a* voice; *Lalangue*; Holophrase; Severe infantile psychopathologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O EU E O ID.....	31
Figura 2 - “AS RELAÇÕES ESTRUTURAIS DA PERSONALIDADE PSÍQUICA”.....	33
Figura 3 - “ESQUEMA PSICOLÓGICO DA <i>REPRESENTAÇÃO DE PALAVRA</i> ”.....	36
Figura 4 - O APARELHO PSÍQUICO DA CARTA 52.....	43
Figura 5 - O ESQUEMA FINAL DO APARELHO PSÍQUICO DE 1900.....	46
Figura 6 - “O CÍRCULO REFLEXO QUE CONSTITUI O SISTEMA ψ ”.....	73
Figura 7 - “A PASSAGEM DO <i>EU IDEAL</i> AO <i>IDEAL DO EU</i>	92
Figura 8 - “AS FORMAS DOS OBJETOS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS”.....	97
Figura 9 - “ESQUEMA ÓPTICO SIMPLIFICADO”.....	101
Figura 10 - “A FAIXA, A BANDA DE MOEBIUS”.....	101
Figura 11 - TORO: CÍRCULOS DA DEMANDA E DO DESEJO.....	121
Figura 12 - O ABRAÇO DOS TOROS DO SUJEITO E DO OUTRO.....	125
Figura 13 - ABRAÇO DOS TOROS COM DEMANDA E DESEJO.....	125
Figura 14 - A DUPLA NEGAÇÃO.....	127
Figura 15 - TORO COM DEMANDA, DESEJO, FALO E OBJETO <i>a</i>	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 AS RELAÇÕES DA CRIANÇA COM A LINGUAGEM SEGUNDO FREUD.....	22
1.1 A criança e o <i>manhês</i> [<i>babyish</i>].....	22
1.2 A criança e a via acústica: prazer do <i>nonsense</i> ?.....	26
1.3 A criança e o afásico.....	35
1.4 A criança e a coisa [<i>Das ding</i>].....	38
1.5 Do que se escreve na criança e sua leitura.....	42
1.6 O sonho da criança.....	45
1.7 A criança entre percepção e representação.....	51
1.8 A grande realização cultural da criança.....	58
1.9 A aquisição da criança pela linguagem e a escolha do sujeito: um campo aberto por Freud.....	63
2 O <i>VIR-A-SER</i> SUJEITO: UMA LEITURA DE LACAN.....	71
2.1 O Outro corporificado: personagem fiador da linguagem.....	78
2.2 Sincronia e diacronia.....	79
2.3 O “Esquema sincrônico da dialética do desejo”.....	81
2.4 “A angústia, entre o gozo e o desejo”.....	86
2.5 Confrontando os dois esquemas: a dança das cadeiras.....	89
2.6 A constituição imaginária do eu e o transitivismo.....	90
2.7 Os objetos pulsionais.....	96
2.8 Do horizonte desanuviado por Lacan.....	106
3 RESSONÂNCIAS DA LINGUAGEM NO CORPO.....	109

3.1	Identidade perceptiva: insatisfação e devastação.....	111
3.2	Privação	116
3.3	Frustração.....	124
3.4	Castração.....	132
3.5	Nome próprio.....	136
3.6	Holófrase ou <i>lalíngua</i> ?.....	140
3.6.1	O primeiro e o segundo classicismo em Lacan.....	140
3.6.2	Da holófrase.....	143
3.6.3	De <i>lalíngua</i>	146
3.6.4	Paulo, entre holófrase e <i>lalíngua</i>	149
3.7	Ecos do dizer.....	150
	CONCLUSÃO.....	155
	Referências.....	161

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem sua gênese na experiência da autora como estagiária no Serviço de Psicologia Aplicado (SPA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2012, em que tratávamos de “Psicopatologias Graves da Infância”, sob a supervisão da Prof^a. Angela Maria Resende Vorcaro. A pesquisa teórica orientou-se, inicialmente, pelas interrogações do caso clínico de Paulo. Apresentaremos, no terceiro capítulo, um fragmento de sua construção a partir das provocações que suscitaram o presente estudo. Entretanto, alertamos de que o percurso realizado ultrapassa largamente as questões cernidas em torno do tratamento da criança.

Estabelecemos como eixo de investigação as modalidades implicadas em nossa hipótese, qual seja, *a apropriação que a linguagem faz do ser*. Vale esclarecer que para este estudo, fundamentado na orientação psicanalítica, a chamada *aquisição da linguagem pela criança*, tal como definida pela psicolinguística, seria invertida, ou seja, tratar-se-ia da *aquisição da criança pela linguagem*. Mesmo que a primeira incidência do simbólico seja soberana em relação ao *infans*, há um sujeito por vir que, por uma obscura decisão do ser, consente ou não com a entrada na linguagem. Interrogaremos, assim, os processos que engendram as emissões falantes do *infans*, em seus primeiros modos de testemunhar seu afetamento pela linguagem.

Portanto, não estamos investigando as modalidades pelas quais o sujeito, ilusoriamente, se apropriaria da linguagem por meio das palavras que fala. Nosso interesse situa-se em sistematizar como e em quais momentos a linguagem franqueia ao ser um corpo nos pensamentos de Freud e Lacan.

Prevenimos o leitor de que a metodologia da dissertação nos exigiu retornar a aspectos apresentados previamente, no esforço de aprofundar sua concepção a partir de novos instrumentos teóricos e avançarmos. Portanto, apenas a primeira vista o trabalho poderia ser lido como mera reprodução.

Subvertemos ainda a cronologia da organização bibliográfica, recortando e articulando as ideias recolhidas de nosso estado da arte em função da orientação temática. Dessa forma, não seguimos o percurso clássico de remontar historicamente a construção dos conceitos, que nos orientaria a partir das noções de autoerotismo e narcisismo para chegar ao conceito freudiano de identificação. Haja visto que esse estudo manteria vaga a problemática da inseminação da linguagem no vivo. Sem desconsiderar tal trajeto bastante tratado, estabelecemos, enquanto mote da pesquisa, a questão de como a linguagem se apropria do ser,

por meio das manifestações no corpo *infans*. Certamente, as moções pulsionais intervirão neste processo, mas iremos abordá-las na medida em que forem pertinentes ao trajeto lógico implicado nesta questão.

Os esclarecimentos teóricos que obtivermos serão contrapostos a algumas hipóteses sobre o funcionamento dos autismos, psicoses e debilidades infantis de autores como Vorcaro, Laznik (2009; 2010), Laurent (2012/2014; 1992/2007), Barroso (2014), Calligaris (1989), Ribeiro (2005) e Monteiro (2015). Entretanto, optamos por nos referirmos preferencialmente ao termo genérico “psicopatologias graves da infância” nas condições em que há desastres na constituição subjetiva, posto que nosso trabalho não visa posicionar-se em relação ao debate das distinções diagnósticas na primeira idade.

A psicopatologia psicanalítica infanto-juvenil distingue-se da psicopatologia e da nosografia psiquiátrica, sendo a primeira tributária da singularidade e da “condição lógico-estrutural” (Vorcaro, 1997). Se, por um lado, não limitamos a criança a classificações nas quais a mesma seja enquadrada segundo um ideal de funcionamento, por outro lado, interrogamos os modos possíveis pelos quais o sujeito é fizado ou não pela linguagem.

O diagnóstico de autismo é recente na psicopatologia, tendo sido isolado a partir dos anos 40, concomitantemente, por Leo Kanner e Hans Asperger. Kanner (1943/1997) agrupou onze casos de crianças com as seguintes características: uso das palavras fora do sentido; impossibilidade de estabelecer laços sociais desde o início da vida; cognição frequentemente preservada; ausência de distúrbios orgânicos e comportamentos ritualísticos, sob a expressão “distúrbio autístico do contato afetivo”. O autor considerou que estes quadros se distinguiriam dos quadros de esquizofrenia e psicose, pois há uma ruptura do laço social, enquanto no autismo o sujeito não chegaria a pactuar com o laço social. Asperger (1944), por sua vez, propôs em seu estudo a denominação “psicopatia autística”, em que se inclui transtorno severo na interação social; ecolalias; dificuldades motoras e incidência prevalente no sexo masculino.

Desde então, muitos casos entraram na série autística e pesquisadores de diversos campos do saber vem procurando distinguir suas causas, assim como seu tratamento. Preocupação que também se verifica na psicanálise, em que há uma diversidade de definições não consensuais.

A recenticidade da delimitação do autismo revela-se também pela incipiência das pesquisas neste campo, portanto, há uma necessidade em se desenvolver estudos que contribuam com a compreensão destas manifestações e, conseqüentemente, com o tratamento destes sujeitos. Pesquisas recentes demonstram um crescimento exponencial, especialmente

nos últimos anos, de quadros de autismo no mundo, suscitando debates provenientes do campo do tratamento, mas que envolvem a educação e a ética, chegando à discussão política:

Só na Califórnia, a quantidade de crianças que recebem cuidados assistenciais especiais em razão de seu autismo triplicou de 1987 a 1998 e dobrou nos quatro anos seguintes . . . Essa onda deixou clara a urgência das reivindicações por mais pesquisas e mais créditos federais para educar as crianças autistas (LAURENT, 2012/2014, p. 28).

Como categoria nosográfica, o autismo cresceu de maneira desconcertante, e essa extensão nos inquieta. Lidamos hoje em dia com números alarmantes: sua prevalência teria aumentado em 57% entre 2002 e 2006 (Mitka, 2010) ou ainda em 600% entre 1990 e 2006 (Hertz-Picciotto et al., 2009). É certamente difícil distinguir entre o que é atribuível a uma mudança nos critérios diagnósticos, à expansão de algumas categorias e o que é resultado de melhores métodos de detecção em uma idade mais precoce (ANSERMET & GIACOBINO, 2012/2013, p. 30).

Essa aparente epidemia, que massifica um grande contingente de sujeitos no quadro de autismo, mais parece mostrar a impotência – imaginária – a que o *infans* lança os clínicos do que localizar uma impossibilidade real de algumas crianças. Mesmo que a saúde pública não possa prescindir de categorias diagnósticas, o objetivo de nosso trabalho é permitir lidar com a singularidade em jogo na constituição subjetiva.

Portanto, essa pesquisa pretende situar-se em posição preliminar à investigação das psicopatologias graves da infância, posto que supõe como condição *sine qua non* a dito estudo percorrer os fundamentos da constituição subjetiva em psicanálise. Procuramos, assim, sistematizar as considerações de Freud e Lacan acerca da relação entre o ser vivo e a linguagem a fim de confrontamos a leitura dos dois autores à nossa hipótese acerca da *aquisição da criança pela linguagem*. Vale ressaltar, que esse processo não é anônimo e depende da autoria do agente materno que, primordialmente, encarna a linguagem para a criança. E, além disso, não se trata de um modelo de criança genérica, mas da escolha de cada sujeito em ser apreendido pela linguagem.

Porquanto, o ingresso do ser vivo, puro real, no mundo simbólico permanece enigmático no contemporâneo, exigindo pesquisas que possam orientar o tratamento de crianças em risco de subjetivação. Estabeleceremos alguns fundamentos psicanalíticos sobre os modos pelos quais o *infans* manifesta seu afetamento pela linguagem. Consideramos que nos aproximaremos, assim, das circunstâncias em que um ser falante pode advir.

No primeiro capítulo, trataremos de como Freud designou as primeiras relações da criança com a linguagem. Em nossa leitura, o pai da psicanálise teria indicado que o neonato nasce submerso na água da linguagem, pois antes mesmo de seu nascimento ele é enredado na suposição prévia de seus pais, familiares e do meio cultural. Investigaremos, então, como a

criança originalmente receberia e articularia as unidades da língua, a partir do que o autor apresenta sobre a constituição do *aparelho psíquico*.

Nessa perspectiva, sopesamos com Milner (1978/2012) que uma língua distingue-se pela decomposição serial de suas unidades. Trata-se, para o autor, de um modo particular de fazer equívocos, dentre outros, em que substancializa-se a “matéria possível para as fantasias [*fantasmes*], conjunto inconsistente de lugares para o desejo – a língua é, desse modo, aquilo que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no compasso das palavras, fale” (p. 22).

Percorremos as diversas construções dos modos pelos quais a linguagem se aparelharia ao *infans* na teoria freudiana. Primeiramente, em “Estudos sobre as afasias” (1891/2014) há um *aparelho de linguagem*, em “O Projeto para uma psicologia científica”¹ (1895/1995), e na “Carta 52” (1896/2016), o *aparelho de memória* e em “A interpretação dos sonhos” (1900/2012a; 1900/2012/b), o *aparelho psíquico*.

Diante da experiência de grande constrangimento que algumas crianças vivenciam com a fala do agente materno e de seu entorno, interrogamos o que estaria em jogo na recepção e incorporação do banho de linguagem. Buscamos nos aproximar do efeito original das palavras sob o ser, em diversos momentos da teoria freudiana.

Em o “Chistes e suas relações com o inconsciente” (Freud, 1905a/1992) investigaremos o “prazer do *nonsense*”, situado no cerne da relação entre criança e linguagem. A clínica de psicopatologias graves da infância nos convocou a problematizar e interrogar a concepção freudiana de que tratar-se-ia de um “óbvio prazer”².

O próprio Freud (1920/2010) revelou a matéria invasiva da linguagem, testemunhada pelas crianças pequenas e adultos em estados psicóticos que carecem do recurso à *representação de palavra* [*Wortvorstellung*], inibidora da overdose de excitação no corpo *infans*. A princípio, não haveria condições do sujeito se diferenciar da linguagem e apenas por meio de uma *barreira de proteção contra estímulos* este distanciamento fundamental seria efetivado.

¹ Este ensaio compõe a correspondência de Freud à Fliess, e foi publicado no primeiro volume da Standard Edition com o título “Projeto para uma Psicologia Científica”. De agora em diante nos referiremos a ele simplesmente como “Projeto”.

² Acautelamos o leitor de que no primeiro capítulo optamos pela estrita fidelidade aos termos freudianos, posto que nosso objetivo é verificar a pertinência de suas ideias ao estudo das graves psicopatologias da infância. Portanto, não utilizaremos no primeiro capítulo o termo gozo do *nonsense*, tampouco diferenciaremos prazer, desprazer e gozo, tendo em que vista que este esclarecimento exigiria a leitura de Jacques Lacan, reservada ao segundo e ao terceiro capítulo desta dissertação. Ao adentrarmos na perspectiva lacaniana, utilizaremos apenas gozo do *nonsense*.

Nessa perspectiva, o neonato não dispõe de recursos para distinguir as unidades da língua em conformidade com a língua pátria. Buscaremos circunscrever o que o captura originalmente do mundo simbólico, considerando importantes observações de especialistas em linguagem infantil, tais como Roman Jakobson (1941/1963), Kornej Ivanovič Čukovskij (1966/1971), Mary Sanches & Barbara Kirschenblatt-Gimblett (1976), Piaget (1945), e Heller-Roazen (2005/2010).

Ademais, confrontaremos o arcabouço conceitual freudiano e as especificidades das modalidades com que o próximo [*Nebenmensch*] dirige-se à criança, denominada *manhês*. Comparecendo por meio da prosódia, do timbre vocal, silabação, uso de diminutivos, da altura, repetições da mesma palavra, intensidade e dinâmica, além de imitações gestuais entre mãe e criança, na maior parte dos casos o *infans* testemunha uma experiência de grande satisfação com o *manhês*. Seria ele responsável por fisgar a criança nas *representações de palavra*?

Sistematizaremos alguns aspectos da importância do brincar na constituição psíquica, suas relações com a criatividade dos escritores adultos e com o “prazer do *nonsense*”, conforme estabelecidos por Freud. As percepções acústicas estariam na porta de entrada do aparelho psíquico formulado por Freud (1923/2011) em “O Eu e o Id”, o que orientará nossa leitura.

A função das interjeições assume um interesse particularizado para tratarmos dos desdobramentos do primeiro grito da criança, como Freud formulou. Como veremos, autores de grande envergadura se ocuparam das ressonâncias destas interjeições: Condillac (1746/1947), Jean Jacques Rousseau (1962, trad., n.d.), Lamarck, Darwin (1872/2000), Nikolai Sergeevich Trubetsoy (1939), Roman Jakobson (1941/1963) e Heller-Roazen (2006/2010).

O grito do neonato convocaria a ação específica, ponte da comunicação, na qual estaria a gênese da experiência de satisfação. Nesse contexto, incidirá o inapreensível da coisa freudiana [*das Ding*] nas diversas modalidades de negação que estruturam o aparelho psíquico: expulsão [*Austossung*], suspensão [*aufhebung*], negação [*Verneinung*] e recalque [*Verdrängung*].

A constituição das bordas entre o dentro e o fora será imprescindível na formação de um Eu e um não-Eu através do juízo de atribuição em que opõe-se a afirmação primordial [*Bejahung*] (isto eu engulo, é bom, sou eu) e a expulsão [*Austossung*] (aquilo eu cuspo, é ruim, não sou eu). A relação entre *Bejahung* e *Austossung* será contraposta à grande realização cultural da criança efetivada no jogo do *Fort-Da*. Nesse contexto, analisaremos o

ensaio “A Negação” (Freud, 1925/2014) cuja alucinação original da criança, trilhada pela experiência de satisfação, exigirá o teste de realidade, presente no juízo de existência.

No segundo capítulo, trataremos de um Lacan leitor de Freud, em que também somos impelidos a colocar algo de próprio em nossa leitura. Em função do nosso objetivo, qual seja, tratarmos do *vir-a-ser* sujeito para iluminarmos o estudo das psicopatologias da infância, abordaremos a leitura lacaniana de Freud em alguns aspectos que não desdobraremos no primeiro capítulo. Além disso, acrescentaremos uma perspectiva lacaniana sobre o imaginário e o estágio do espelho, que não buscamos a partir do texto freudiano sobre o narcisismo, no qual privilegiamos a relação da criança com a linguagem. Ressaltamos que o pensamento lacaniano não se sobrepõe ao de Freud, tampouco é redutível a uma interpretação unívoca do pai da psicanálise.

A leitura de Lacan do texto de Freud exige que localizemos a função do *Outro*, que foi, primeiramente, recuperada a partir das afirmações que compõem “O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente” (1957-8/1999). Em seguida, trataremos de dois esquemas que procuram reduzir o que há de mais fundamental na constituição subjetiva. O primeiro, exposto em “O Seminário 6, o desejo e sua interpretação” (Lacan, 1958-9/2016), e o segundo desenvolvido em “O Seminário 10, A angústia” (2005/1962-3), para problematizarmos a relação entre eles.

Investigaremos a constituição imaginária do eu por meio da função transitivista operada pelo *Outro* real. Doravante, nos aportes teóricos do “Seminário da Angústia” (1962-3/2005), as extrações dos objetos pulsionais (*objetos a: seio, fezes, olhar e voz*) serão delimitadas em três momentos lógicos: *gozo, angústia e desejo*.

No terceiro capítulo, nos voltaremos para as ressonâncias da linguagem no corpo. O que é apreendido pelo *infans* de suas experiências de satisfação é apenas pura diferença de uma em relação a outra. Assim, Freud supôs que todas as ações humanas visariam ao retorno à *identidade perceptiva* da primeira marca. No “Seminário 9, a identificação” (1961-2, inédito), Lacan associa essa problemática ao *recalque originário* e ao *traço unário* provenientes da condição original de *privação*.

A falta de satisfação incide em três níveis: privação (real), frustração (imaginária) e castração (simbólica). Na frustração, vimos as origens da tecitura da fantasia, pela operação de imaginarização da barra do *Outro*, substituindo-a por um pedaço de corpo que pode interessá-lo, até que a criança constata, na castração, a impossibilidade de uma relação plena com o *Outro*. O impossível de uma relação plena com o *Outro* será abordado na castração à

luz da discussão de fragmentos dos casos de crianças: Hans, comentado por Freud, e Robert, analisado por Rosine Lefort.

Ademais, a noção de nome próprio será indagada enquanto um significante puro *nonsense* que transpõe um rastro de real. A lógica em jogo no nome próprio será articulada aos objetos pulsionais e a operação de interpretação da criança pelo Outro real.

Distintamente da perspectiva linguística, a definição dada por Lacan à holófrase, como empilhamento de significantes, assume um contorno importante para a investigação acerca das modalidades de alienação do sujeito ao Outro.

Em nosso percurso, será necessário atravessarmos esse grande Outro grafado com maiúscula e seus efeitos para finalmente nos aproximarmos da noção de *lalíngua*³, o modo mais singular de afetamento da voz no sujeito.

Por fim, alguns recortes da construção do caso clínico de Paulo nos possibilitará verificar o interesse clínico em nos servimos das noções de holófrase e *lalíngua* para pensarmos diferentemente a clínica das psicopatologias graves da infância.

³ Em “O Seminário: livro 20: mais ainda” (Lacan, 1972-3/1985) a tradução optou pelo termo *alíngua*. Entretanto, utilizaremos, preferencialmente, a tradução de *lalangue* por *lalíngua*, como consagrado por Haroldo de Campos. Geralmente, o prefixo “a”, em português, tem um sentido privativo que se diferencia do artigo feminino “la” empregado por Lacan. Como adverte Haroldo de Campos, a tradução por *alíngua*, pode produzir um sentido adverso daquele pretendido.

1 AS RELAÇÕES DA CRIANÇA COM A LINGUAGEM SEGUNDO FREUD

Se eu tivesse que aconselhar um livro introdutório a quem pretendesse ser psiquiatra ou psicanalista de crianças, devo dizer que, mais que qualquer dos livros do Sr. Piaget, eu o aconselharia a começar lendo uma obra a cujo respeito tenho os melhores motivos para pensar, dado o que se sabe sobre o autor, que repousa na profunda experiência do chiste por parte da criança, Alice no país das maravilhas.

(Lacan, 1858-59/2016, p. 186).

Freud não escapou ao encontro com o enigma que nos coloca o ser falante. Embora o fundador da psicanálise não tenha esclarecido como o *infans* vem a falar a partir do balizamento do mundo que habita por meio da linguagem, podemos reconhecer, em sua obra, um esforço teórico para conceber a implantação da linguagem no vivo. A atenção ao modo como a criança percebe e registra o mundo justifica e fundamenta a pesquisa de sua obra. Apesar do prazer proporcionado pela leitura de seus textos, nossa escolha assenta-se na impressionante precisão clínica e teórica do autor, posto que não situa-se apenas a frente de seu tempo, mas também do nosso. Alguns aspectos devem ser tomados em função do contexto em que foram produzidos, mas trata-se, sobretudo, de uma obra que permanece atemporal.

Crianças acometidas por desastres na constituição subjetiva, classificadas genericamente no campo das psicopatologias graves da infância, nos convocam a problematizar a condição dos sujeitos que permanecem *infans*, a partir do que a psicanálise nos ensina. Esta circunstância coloca em xeque quais as conjunturas em que o neonato, frágil organismo, que dispõe, inicialmente, de um sistema nervoso precário, tomaria uma posição de enunciação.

Freud está diante da indubitável dissimetria entre o adulto e o *infans*. Aquele dispõe de uma bagagem, uma reserva de cultura que lhe permitirá reconhecer, interpretar e suprir o signo do que toma como mal-estar do neonato, inoculando, assim, o simbólico. *Seria em função dessa discrepância colossal entre o agente materno e o bebê que se inscreveria algo da linguagem na criança? O que podemos recolher da obra de Freud que nos franquearia acesso a esse horizonte?*

1.1 A criança e o *manhês* [*babyish*]

Supõe-se que a criança, originalmente, jubila com o dito *manhês*, ou seja, a fala simplificada emitida pelo próximo [*Nebenmensch*]. Como disserta Catão (2009), a partir de Fernald (1989), Ferreira (1990) e Laznik (2000), em diversas línguas e culturas nos certificamos da comparência deste uso específico da língua pela mãe ao dirigir-se ao filho. Afinal, assistimos ao efeito de interação entre o agente materno e o neonato, provocado pela conformação acalentadora que distorce e estabelece uma toada de melopeia à língua.

Assim, o abastamento das marcas *prosódicas* que circunscrevem o *manhês*, quais sejam: exacerbação da entonação e do timbre da voz; linha melódica; lentificação; silabação e inflexão à fala e proeminência das vogais, parecem fazer face à frugalidade da *sintaxe* e do *léxico* gramaticais dessa *fala maternante*. Na vertente *sintática*, observa-se a predominância de “frases curtas e independentes, paradas durante o enunciado”, repetição (da mesma palavra); e, ainda, as características *lexicais*: simplificação morfológica, reduplicação, multifuncionalidade das palavras e uso de diminutivos (Catão, 2009, p. 163).

A este uso específico de modulação da voz, muitas vezes, se articulam efeitos na expressão corporal da mãe ou de quem opera na sua função: um olhar particularizado à criança, abundância de gesticulação e expressões faciais, movimentos rítmicos e, finalmente, o toque corpo a corpo com o bebê. Jean Piaget (1945/1975) denominou a imitação gestual articulada ao mimetismo vocal entre o agente materno e a criança de *ecopraxia*, considerando-a como uma fase fundamental para que o sentido advenha.

Em nossa perspectiva, ao se dirigir ao lactente, a mãe interpretaria seu corpo, supondo uma presença subjetiva, o que comparece nas escanções da fala materna, que ora aguardam a enunciação do sujeito, ora falam por ele, até que este possa vir a tomar seu lugar na enunciação.

Vale salientarmos os apontamentos de Ferreira (2010), quanto ao caráter de “exceção às regras da língua padrão” e ao “sem sentido” que o *manhês* comporta. Segundo a autora, nesse uso da língua tratar-se-ia de uma invenção própria à “loucura necessária das mães” (cf. Winnicott, 1979/1988), à medida que transgride as leis gramaticais, “tocando o impossível, o real da língua” (Ferreira, 2010, p. 65).

Via de regra, o *manhês* capta a atenção dos bebês pelo prazer que ele veicula, o que seria constatado desde a vida intrauterina. Tal afirmação é dada a ver no contexto em que qualquer outro adulto assume a função de cuidador do neonato, orientando seu cuidado pelo balanço dos corpos associado às emissões prosódicas, que incluem as típicas “cantigas de

ninar”. Se em um primeiro momento a criança pode opor-se a este acolhimento, por não reconhecer a mãe, na maior parte das vezes ela cede com regozijo a oferta daquele que opera na função de agente materno. Assim, ao oferecer o próprio corpo como marcador do ritmo que embala o *infans*, o próximo [*Nebenmensch*] procura sincronizar-se à criança, possibilitando ressoar em seu corpo o que Freud (1905a/1992) denominou de “prazer do nonsense” (cf. Vorcaro, 2016, inédito).

Esse modo de interação com o bebê será posteriormente elevado a uma segunda potência a partir do momento em que a criança é surpreendida pela modificação do andamento do jogo corporal e vocálico. O *infans* passa, então, a *esperar a surpresa*, engajando-se em um funcionamento fora do tempo previsto, demandando para que a brincadeira seja repetida (Vorcaro, 2016, inédito).

A autora (*idem*) ressalta ainda que esse modo de interação com o bebê, será posteriormente elevado a uma segunda potência a partir do momento em que a criança é surpreendida pela modificação do andamento do jogo corporal e vocálico. O *infans* passa, então, a *esperar a surpresa*, engajando-se em um funcionamento fora do tempo previsto, demandando para que a brincadeira seja repetida.

Por um lado, indagamos se o interesse do neonato pela musicalidade da voz materna relacionaria-se ao fato de que a “protoconversa” permitiria uma certa “adequação da mãe às necessidades do bebê” (Catão, 2009, p. 164), isto é, às incipientes condições do seu aparelho perceptivo; por outro lado, essa experiência testemunha a potência do agente materno ao inocular a linguagem na criança.

Mesmo considerando a importância de destacar, no discurso, o termo significativo, ou seja, tomando o relato por um apólogo, uma prosopopéia por uma interjeição direta, um lapso por uma declaração complexa, “ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem a suprir” (Lacan, 1953/1998c, p. 253), Lacan não imputou ao *manhês* um estatuto privilegiado, tratando-o, ao contrário, na perspectiva de uma ilusão alienante.

Assim, (Lacan, 1955/1998e) abordou o *manhês* pela designação de *babyish* [tatibitate], reconhecendo nesta modalização da fala uma posição “sem a qual os pais prevenidos não acreditam poder induzir suas razões elevadas as pobres criancinhas que é preciso manter sossegadas!” (p. 426). Da mesma forma, ele aponta, na fala *babyish* (1961-62/2003) a tolice própria que denota o sentimento de superioridade do adulto em relação à criança. Tal especificidade é comparada a um tipo de língua chamada *pidgin*:

pidgin, quer dizer, esses tipos de línguas constituídas quando entram em relação duas espécies de articulações languageiras, os partidários de uma se consideram, ao mesmo tempo, na necessidade e no direito de usar certos elementos significantes que são da outra área, com o propósito de servir-se deles para fazer penetrar na outra área um certo número de comunicações próprias de sua área, com esse tipo de preconceito de que se trata, nessa operação, de fazê-los aceitar, de lhes transmitir categorias de uma ordem superior (Lacan, 1961-62/2003, p. 45).

O pidgin é dicionarizado como uma “língua compósita, nascida do contato entre falantes de inglês, francês, espanhol, português etc. com falantes dos idiomas da Índia, da África e das Américas, servindo apenas *como segunda língua para fins limitados, esp: comerciais*” (Houaiss & Salles, 2001, p. 2209; itálicos nossos).

Dessa forma, a aproximação que Lacan (1961-62/2003) estabeleceu entre o *babyish* [*manhês*] e o *pidgin* indica justamente um artifício para fins comerciais. Consideramos, pois, que embora o *manhês* seja um recurso para o estabelecimento de uma troca de valores introduzida na economia psíquica do *infans*, este não é essencial para a constituição do sujeito. Afinal, em psicanálise, não se trata de compreender uma vivência, mas de articular um móbil por meio da notação de uma relação estrutural, evitando o engano da compreensão imaginária, ao reduzir a vivência aos termos significativos que a estruturam. Este método implica o recurso a decantação da singularidade do traço que se introduz imperativamente no real do vivente. O sujeito se arranjará nesta condição, qual seja, de que há entre ele e o real, o campo do significante, anterior a tudo o que ele pode elaborar ou compreender. Trata-se do Outro (A), reconhecido pelo sujeito angustiado antes de distinguir sua posição no desejo do Outro (cf. Lacan, 1962-63/2005, p. 27).

A despeito de o *manhês* comparecer como um semblante frequente nas relações do adulto com a criança, pretendemos ultrapassar a especificidade do *manhês* para situar a função estruturante da fala dirigida à criança. Seja pronunciado em *manhês* ou em qualquer outra modalidade de fala, é a estrutura da linguagem que se coloca em jogo, muito além de uma consistência aparentemente facilitadora.

Esta perspectiva vem de encontro ao que Ferenczi (1933/1992) nos alerta em seu ensaio “Confusão de língua entre adulto e criança”:

por trás do amor de transferência, submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de libertação desse amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente ou o aluno a abandonar essa identificação e a defender-se dessa transferência tirânica, pode-se dizer que fomos bem sucedidos em promover o acesso da personalidade a um nível mais elevado. . . . Sabemos há muito tempo que o amor forçado, e também as medidas punitivas insuportáveis, têm um efeito de fixação (p. 104).

Para o autor húngaro, a agressividade do analisando em relação ao analista teria sua gênese na inevitável opressão sofrida na infância em função da condição assimétrica da

criança em relação ao adulto. Interessa notar que, diante disso, ele proponha que, em tais momentos de agressividade, o analista se apresente falível, incompleto e palpável ao sujeito. Frisamos que essa orientação permanece fundamental à clínica de psicopatologias graves da infância, na qual os sujeitos não dispõem de recursos simbólicos para barrar o Outro, o que provoca grande devastação.

O insuportável desta assimetria entre adultos e crianças pode ser verificado no testemunho de alguns autistas que, quando bebês, sofriam grande incômodo diante do *manhês*. É o que conduz nossa interrogação sobre a face de angústia diante da invasão que o acolhimento materno causa a todo ser falante. Dessa indagação desdobra-se outra problemática, igualmente relevante: para algumas crianças, a experiência de captura pela fala materna é insuficiente para que a linguagem a cativa e, para outras crianças, ainda, é profundamente aterrorizante.

Para lidar com estas questões, comecemos por rememorar a experiência de estar diante de uma língua totalmente estrangeira para nós (mesmo que já transitemos numa língua), tentando separar suas palavras: fatalmente constataremos a impossibilidade de distinguir as unidades da frase, do que advirá a aglutinação de algumas palavras em uma única ou mesmo a segmentação de uma palavra em muitas.

Por isto, não é difícil notar que um ser recém-introduzido na linguagem não dispõe de recursos simbólicos que lhe permitam discretizar corretamente (em conformidade com a língua pátria) as unidades da língua. Afinal, a incipiente experiência junto ao semelhante ainda é insuficiente para desenvolver a necessária atenção que lhe facultaria distinguir e concatenar os elementos da língua. O que o *infans* diferenciaria como unidade é, em verdade, um bloco privilegiado por ele singularmente, a partir do modo como apreende as imagens sonoras (em termos lacanianos: *lalíngua*). Localizar essa captura em função do *manhês*, ou seja, da especificidade da língua facilitada do adulto que lhe dirige a fala, é supor, a princípio, que o *infans* dependa de uma simplificação oferecida pelo próximo [*Nebenmensch*] para ouvir a língua que o atinge. O que sobressalta no privilégio dado ao *manhês* gira em torno da questão: teria o adulto algum controle sobre o modo como a linguagem ressoa na criança? Poderíamos escolher a qualidade a ser privilegiada na modalidade de fala dirigida ao *infans* para que ele escute melhor? Tratar-se-ia da repetição privilegiada de algumas emissões, seria a tonalidade, o timbre, o gesto vocal, a altura ou a frequência da fala que fisionomia o ser no anzol da linguagem?

O que o *manhês* espontaneamente veiculado pelo próximo [*Nebenmensch*] pode nos ensinar é, talvez, o que ele ressalta da magnitude quanto a imposição de interrupções e

segmentações tributárias de toda língua anunciando sua composição descontínua. É nas fendas da língua que o sujeito poderá advir. Focalizando seus flancos ao mesmo tempo em que os disfarça ludicamente, o agente materno seduz o *infans* a se deixar capturar pela linguagem. Contudo, a particularidade das escanções estabelecidas não coincidem àquelas apreendidas pelo *infans* em sua *lalíngua*.

Estamos, então, diante da indubitável assimetria entre o adulto e o *infans*. Aquele dispõe de uma bagagem, uma reserva de cultura que lhe permitirá reconhecer, interpretar e suprir o signo do que toma como mal-estar do neonato, inoculando, assim, o simbólico. Seria a discrepância colossais entre a mãe e o bebê que franqueia a inscrição da matriz da linguagem na criança? Consideremos a perturbação provocada pelas manifestações da demanda do adulto endereçadas ao autista, em que uma mensagem ultrapassa o código ao convocar diretamente uma interpretação relativa ao querer do Outro [*Che vuoi?*]. Nesse caso, não seria como quis Ferenczi (1933/1992), a discrepância entre adulto e *infans* que devasta o autista, mas a defasagem interna ao discurso do adulto: entre enunciado e enunciação, entre código e mensagem, entre demanda e desejo, que exigem um posicionamento subjetivo.

Vale ressaltar a observação de Maleval (2009/2017): na medida em que o *manhês* consiste especialmente em falar no lugar do bebê, aquele que fala não afirma uma presença enunciativa, tornando o autista susceptível ao *manhês*. Ao contrário, diante da afirmação de uma enunciação que intima a manifestação do bebê exacerbando o gozo vocal, crianças autistas se desviam. Tal observação de Maleval baseada nas constatações de Laznik (2007) nos exige considerar a função da clivagem entre a enunciação e a melodia, sem enunciação, própria ao *manhês*.

1.2 A criança e a via acústica: prazer do *nonsense*?

*“Oh! Logo eles vão virar, basta olhar!
Escuro é o céu e longo o trajeto;
E, seja como for, não é nada correto
Numa peneira partir como um astro!”*

(Lear, 1846/2011, p. 135).

As crianças, assim como alguns ditos “doentes mentais”, sofrem, primeiramente, a repercussão do eco da assonância⁴, em detrimento ao sentido da língua. Na origem, as

⁴ De acordo com a definição do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*: “1 semelhança ou igualdade de sons em palavras próximas 2 ESTL uso do mesmo timbre vocálico em palavras distintas, esp. no final das frases que se sucedem 3 ESTL na prosa ou na poesia, repetição ritmada da mesma vogal acentuada para obter certos efeitos

palavras excitam o corpo por meio do som e do ritmo, ressoando uma carga afetiva, produzindo e demarcando o que Freud (1905a/1992) nomeou como satisfação. A esse modo de intervenção da linguagem no corpo da criança, Freud denominou de prazer do *nonsense*, também observável em alguns doentes mentais. Trata-se da concatenação e reprodução do que foi ouvido em função da assonância que excita o corpo, ecoando uma carga afetiva, sem qualquer intenção comunicativa. O *nonsense* está no centro da relação entre o mundo sensorial e a linguagem, onde a criança lida primeiramente com as palavras fora do sentido (cf. Freud, 1905a/1992, p. 115-120).

Os balbucios do recém-nascido são reproduções do que foi ouvido, sem que haja, inicialmente, uma intenção de *comunicação*, mas visam ao deleite produzido pela experiência sonora. Está em jogo um modo particular de associação da *representação de palavra* [*Wortvorstellung*], mais ligada às articulações externas do que às internas. A similaridade fônica, as onomatopeias, as rimas, os trocadilhos, os jogos de palavras, próprios às brincadeiras infantis, sofreriam os efeitos de interdições oriundas da gramática específica à língua materna e do próprio pacto social, manifestando-se mais tarde, por meio de processos de condensação e deslocamento.

As representações que transferem suas intensidades umas às outras se encontram nas *relações mais frouxas* entre si e são ligadas por aqueles tipos de associação desdenhados pelo nosso pensamento e deixados apenas para uso no efeito chistoso. São consideradas equivalentes umas às outras, em especial, as associações baseadas na homofonia e na literalidade. (FREUD, 1900/2012b, p. 624).

Assim, o recurso à *representação de palavra* pode substituir a representação da imagem, ligando-se por similitude e acentuando a distinção, a dessemelhança, o singular. Eis a lógica que sustém a afirmação freudiana de que, na infância, *as palavras são tratadas como coisas*, à medida que o sujeito desliza entre os vocábulos em função da similaridade fônica, do ritmo, da rima, produzindo por vezes equívocos cômicos para os adultos.

Ocasionalmente o trabalho do sonho trata as palavras como as coisas, e cria, então, falas ou neologismos ‘esquizofrênicos’ muito semelhantes. . . . Se nos perguntamos o que empresta à formação substitutiva ao sintoma esquizofrênico esse caráter estranho, compreendemos que é a predominância da referência à palavra sobre a referência à coisa (FREUD, 1915b/2010, p. 143).

Retomando o que vimos em Freud (1900/2012a; 1900/2012b), quanto a potência da representação de palavra para inibir a inundação de gozo, vale investigar se a “predominância da referência à palavra sobre a referência à coisa” poderia ser tomada como um critério

de estilo (p. ex., *ardem na alvorada as matas destroçadas*) 4 VRS qualidade sonora das rimas toantes” (Houaiss & Salles, 2001, p. 324).

diferencial entre autismo e psicose infantil. Retomaremos esse ponto mais adiante. Por ora, iremos seguir na investigação das origens do chiste, de acordo com Freud (1905a/1992):

O período em que uma criança aprende a manejar o léxico de sua língua materna proporciona-lhe um óbvio prazer de ‘experimentá-lo brincando com ele’. (Gross [p. cf. Supra p. 117]). Reúne as palavras, sem ater-se a condição de sentido, a fim de alcançar com elas um efeito gratificante de ritmo ou de rima. Pouco a pouco esse prazer vai lhe sendo proibido, até que só restam permitidas as conexões de sentido previstas entre as palavras⁵ (p. 120, *tradução nossa*).

Embora Freud tenha enfatizado a satisfação semântica oriunda da homofonia no choque provocado entre o contato da criança com a linguagem, podemos entrever aí seu aspecto traumático, marcando o corpo do ser. O que Freud toma como “óbvio prazer” ou um modo de satisfação que ressoa no corpo, cujo testemunho poderia ser dado na resistência em aceder ao sentido? Como afirma Clerc (2007): “Nada nos impede imaginar que a assonância, através do rompimento que sua ressonância provoca, propõe matéria à imagem e lhe dá corpo, literalmente” (p. 67).

É o que revela o sonho de Anna Freud, relatado por seu pai: “Anna Feud, Er(d)beer, Hochbeer, Eier(s)peis, Pap. [Anna Feud, molango, molango silvestre, ovo mexido, mingau.]” (Freud, 1900/2012a, p. 151), articulado em voz alta aos dezenove meses. Eis uma manifestação fiel ao prazer do *nonsense*, a despeito das restrições alimentares impostas à criança em sua vida em vigília. Vale lembrar que além da aliteração (que pode ser verificada apenas na língua alemã), há também, nesse sonho, segundo Lacan (1958-9/2015), uma mensagem, pois Anna se anuncia antes de desdobrar a série, desvelando o aparelhamento do ser pela linguagem. Neste momento, a criança se faz representar pelas palavras, engajando-se com o suposto objeto de desejo por meio da articulação *nonsense* falada por ela.

Ademais, Freud (1908/2015) apurou que por meio do brincar a criança constitui e apresenta sua realidade psíquica, comportando-se como um criador literário ou como um adulto que fantasia:

Talvez possamos dizer que toda criança, ao brincar, se comporta como um criador literário, pois constrói para si um mundo próprio, ou, mais exatamente, arranja as coisas de seu mundo numa ordem nova, do seu agrado. Seria errado, portanto, pensar que ela não toma a sério esse mundo; pelo contrário, ela toma sua brincadeira muito a sério, nela gasta grandes montantes de afeto. O oposto da brincadeira não é a

⁵ No original: “En la época que el niño aprende a manejar el léxico de su lengua materna, le depara um manifesto contento ‘experimentar jugando’. (Groos, [cf. *Supra* [pág. 117]) cone se material, y entram alas palabras sin atenerse a la condición del sentido, a fin de alcanzar con ellas el efecto placentero del ritmo o de la rima. Ese contento le es prohibido poco a poco, hasta que al fin sólo le restan como permitidas las conexiones previstas de sentido entre las palabras” (p. 120).

seriedade, mas sim – a realidade. Não obstante todo o investimento de afeto, a criança distingue muito bem da realidade o seu mundo de brincadeira, e gosta de basear nas coisas palpáveis e visíveis do mundo real os objetos e situações que imagina. É esse apoio na realidade que distingue o seu ‘brincar’ de ‘fantasiar’.

O escritor faz o mesmo que a criança que brinca; constrói um mundo de fantasia que leva bastante a sério, ou seja, dota de grandes montantes de afeto, ao mesmo tempo que o separa claramente da realidade. *E a língua conservou esse parentesco entre brincadeira infantil e criação poética, ao designar como Spiele [jogos, brincadeiras] as produções literárias que requerem o apoio em objetos palpáveis, que são passíveis de representação: Lustspiel [comédia; Lust = prazer], Trauerspiel [tragédia; Trauer = tristeza, luto], e o indivíduo que as representa, como Schauspieler [ator; Spieler = aquele que joga ou brinca; Schau = vista, exibição, equivalente ao inglês show. . . .* Quando a criança se torna um adulto e para de brincar, após haver se empenhado psiquicamente, durante décadas, em apreender as realidades da vida com a seriedade necessária, ela pode, um dia, encontrar-se numa disposição psíquica que volta a eliminar a oposição entre jogo e realidade. O adulto pode se recordar da grande seriedade com que brincava na infância, e, equiparando suas ocupações pretensamente sérias àquelas brincadeiras infantis, livra-se do pesado fardo imposto pela vida e alcança o elevado ganho de prazer proporcionado pelo *humor*.

Portanto, o indivíduo em crescimento para de brincar, aparentemente renuncia ao ganho de prazer que retirava da brincadeira. Quem conhece a vida psíquica do ser humano, porém, sabe que nada é tão difícil para ele quanto renunciar a um prazer que já experimentou. Na verdade, não podemos renunciar a nada, apenas trocamos uma coisa por outra; o que parece ser uma renúncia é, na realidade, uma formação substitutiva ou um sucedâneo. *Assim, também a pessoa em crescimento, quando para de brincar, apenas abandona o apoio em objetos reais; em vez de brincar, ela fantasia. Constrói castelos no ar, cria o que chamam de devaneios [itálicos nossos]* (p. 327-328).

Freud localizou no efeito de satisfação por assonância a fonte primeiríssima de prazer com as palavras (1905a/1992) e, em seguida (1908/2015) situou a capacidade das crianças, através da brincadeira, de decompor os elementos de seu mundo, recombina-ndo-os de modo a produzir novas relações.

Com efeito, a estrutura do jogo é dada pela própria estrutura da linguagem, na qual a criança está submersa, à medida que no brincar *as palavras são tratadas como coisas*. Ou seja, por meio dos objetos da brincadeira, a criança opera substituições e trocas (condensação e deslocamento), compondo um modo peculiar de escritura e ciframento de um texto. Tal escrita drena e esco- a o prazer original do *nonsense* das palavras por meio da articulação semântica. De acordo com a pesquisa empreendida por Vorcaro (2004): “a colocação de coisas de seu mundo numa nova ordem diferencia-se da fala, porque os significantes usados não são vocais, mas estão no campo da linguagem.” (p. 48).

Paralelamente às exigências de renúncia impostas pelo recalque, não seria absurdo supor que, no curso da constituição do sujeito, haveria uma sofisticação do prazer do *nonsense*. Este, inicialmente relacionado aos balbucios de alguns sons se manteria nas aliterações dos jogos de palavras até alcançar a complexidade da construção de jogos e brincadeiras a partir dos quais a criança ingressaria no pacto social. Interessa notar nos escritores criativos que, conforme Freud (1908/2015), a palavra é o substituto do ato.

Nessa vertente, nos remetemos à tese freudiana (1905c/2015) de que a constituição do sujeito estaria atrelada à dispensa do “apoio em objetos reais; em vez de *brincar*, ela *fantasia*”

(p. 328). Este ponto nos interessa para pensar a clínica com crianças que não suportam nenhuma ausência ou mudança do objeto da realidade. Tal ausência seria necessária para o sujeito se orientar pelo desejo e se organizar na “série permutativa jogo-devaneio-sonho-poesia” (Vorcaro, 2004, p. 48).

Os autistas, aparentemente, esmeram-se em construir um mundo indiferente, no qual possam reencontrar sempre o mesmo, o igual, reagindo com crises terríveis frente ao diverso e ao contingente. Nesses casos, nos deparamos com a carência dos recursos proporcionados pelas fantasias e devaneios. O tratamento para esses sujeitos se dá, muitas vezes, por meio da eleição de um objeto específico, denominado *objeto autístico* (Tustin, 1975). Este objeto é, para eles, da ordem da constância, isto é, uma referência que faça anteparo à não coincidência do que encontra-se no mundo exterior.

Interrogamos então o que vem a suceder com algumas crianças em que a interdição ao puro *nonsense* malogra. Podemos supor que, ao mesmo tempo em que o *infans* seria submetido à linguagem, ele assumiria uma posição de autoria na cena do mundo, provocando sua oposição ativa na colisão com a fala materna. Para compreendermos essa asserção, nos remetemos ao texto “A negação”, de Freud (1925/2014):

Segundo nossa hipótese, *a percepção não é de modo algum um processos puramente passivo* [itálicos nossos], mas o ego envia periodicamente pequenas quantidades de investimento para o sistema de percepção, por meio das quais ele experimenta os estímulos externos, recolhendo-se novamente após cada um desses avanços tateantes” (p. 27).

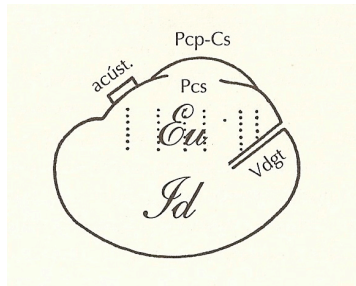
Pensar a alternância entre passividade e atividade no processo de apropriação que a linguagem exerce sobre a criança exige que esta possua recursos, desde muito cedo, para “recolher-se”, como explicita Freud, detendo em alguns momentos os estímulos externos.

Nessa direção, caberia investigar as hipóteses de que essas crianças que não acedem a enunciação teriam seja um limiar mais baixo de tolerância sensorial ao que vem do exterior, seja um grande recrudescimento da barreira de proteção contra estímulos (Freud, 1920/2010). Alguns epigeneticistas e psicanalistas trabalham com a suposição de uma hipersensibilidade orgânica em casos de autismo (Laznik, 2009; Haag, 2005; Hochmann, 2007). Tais crianças trabalhariam incessantemente para recolherem-se dos estímulos externos ou para rechaça-los? Elas são intimidadas ou ativas diante dos estímulos externos?

Na segunda tópica do aparelho psíquico, em “O Eu e o Id”, Freud (1923/2011) circunscreve na complexa e bilateral conexão da apropriação entre criança e linguagem um

“‘boné auditivo’, apenas de um lado, conforme atesta a anatomia cerebral”, operação na qual as “percepções acústicas” seriam protagonistas. Relembremos tal ilustração:

Figura 1 – O EU E O ID



Fonte: Freud (1923/2011, p. 30).

Esta “origem sensória especial” é uma hipótese a ser distinguida do aparelho orgânico do ouvido, na medida em que a fala do próximo [*Nebenmensch*] ecoaria por todo o corpo do *infans*, para além do prazer de órgão. A esse respeito, Freud (1923/2011) enfatiza:

fiz a suposição de que a verdadeira diferença entre uma ideia *ics* e uma *pcs* (um pensamento) consiste em que a primeira se produz em algum material que permanece desconhecido, enquanto na segunda (a *pcs*) acrescenta-se a ligação com representações verbais [*Wortvorstellungen*] [itálicos nossos]. Foi esta uma primeira tentativa de oferecer, para os sistemas *Pcs* e *Ics*, traços distintivos que não sejam a relação com a consciência.

E, ainda, se pergunta:

A questão: “Como algo se torna pré-consciente?” E a resposta seria: pela ligação com as representações verbais correspondentes.

Essas representações verbais são resíduos de memória; foram uma vez percepções e, como todos os resíduos mnemônicos, podem voltar a ser conscientes. Antes de seguirmos tratando de sua natureza, ocorre-nos como uma nova descoberta, que apenas pode tornar-se consciente aquilo que uma vez já foi percepção *Cs*, e que, excluindo os sentimentos, o que a partir de dentro quer tornar-se consciente deve tentar converter-se em percepções externas. O que se torna possível mediante os traços mnemônicos.

Os resíduos verbais derivam essencialmente de percepções acústicas, de modo que ao sistema *Pcs* é dada como que uma origem sensória especial. Pode-se inicialmente ignorar os componentes visuais da representação verbal como secundários, adquiridos mediante a leitura, e assim também seus acompanhamentos motores [*Bewegungsbilder*], que, exceto no caso dos surdos-mudos, têm o papel de sinais auxiliares. A palavra é, afinal, o resíduo mnemônico da palavra ouvida (Freud, 1923/2011, p. 23-25; itálicos nossos).

Assim, uma ideia inconsciente (*Ics*) não pode tornar-se consciente (*Cs*) por não ligar-se às representações verbais. Ao contrário, o pensamento pré-consciente (*Pcs*) acessaria à *Cs*, na medida em que conecta-se à representação de palavra [*Wortvorstellung*] – haja vista que o pré-consciente possui um boné auditivo que capta singularmente as percepções acústicas,

deixando detritos no psiquismo. Interessa notar que tais resíduos mnemônicos estão na origem das representações verbais.

Há muitos anos, Freud (1897/2006) localizara, na fantasia, a precocidade com que percepções, muito remotas, são captadas: “dos seis ou sete meses em diante!” (p. 293), elencando “coisas experimentadas e coisas ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu” (*idem*, p. 297). Erigidas como *estruturas protetoras*, “fachadas psíquicas construídas” para as fantasias, elas procuram “obstruir o caminho das lembranças”, para “aprimorá-las ou sublimá-las” (*idem*, p. 296). Como testemunhado na amnésia dos adultos com relação à própria infância, essas fantasias tornam-se de impossível acesso.

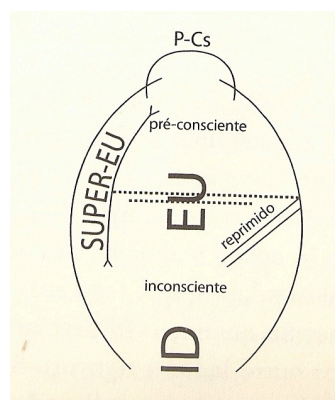
Trata-se do efeito da articulação entre dois tipo de *fragmentos*: da *experiência auditiva* e da *cena visual*. Assim, a medida que outros detritos residuais não ligados, acirrassem sua intensidade, irromperiam à consciência, exigindo o processo do recalque (cf. *idem*, p. 301-302).

Ademais, o psicanalista vienense supõe na emergência do aparelho psíquico a ideia de um “Eu de prazer originário” ainda indiferenciado:

Bem no início, toda a libido se acha acumulada no Id, enquanto que o Eu ainda está em formação ou é fraco. O Id envia parte dessa libido para investimentos objetivos eróticos, e com isso o Eu fortalecido procura apoderar-se dessa libido objetual e impor-se ao id como objeto de amor. O narcisismo do Eu é então um narcisismo secundário, subtraído aos objetos (FREUD, 1923/2011, p. 58).

Após uma década, Freud (1933/2010) reformulou o esquema de 1923 ao redigir “Novas conferências introdutórias da psicanálise”. Visualizemos:

Figura 2 – “AS RELAÇÕES ESTRUTURAIS DA PERSONALIDADE PSÍQUICA”



Fonte: Freud (1933/2010, p. 222).

A hipótese da primeira tópica do aparelho psíquico, delimitado como consciente, pré-consciente e inconsciente, foi confrontada desde 1920 com o fato de o Eu [*Ich*] e o Super-eu [*Überich*] encontrarem-se em parte inacessíveis à consciência, isto é, inconscientes. Esta suposta ambiguidade exigiu à Freud (1933/2010) ir além da noção de *Ics* como distinto do Eu: “Acompanhando o uso de Nietzsche, e seguindo sugestões de Georg Groddeck, passaremos a chamá-lo de Id [*Es*]. Esse pronome impessoal parece particularmente adequado para exprimir a principal característica dessa província mental, o fato de ser alheia ao Eu” (p. 212).

Logo, o fundador da psicanálise nos permite entrever a noção lacaniana de sujeito, irredutível ao pronome pessoal “Eu”, tendo em vista a natureza conflitante e não unitária do aparelho psíquico, a despeito de qualquer definição psicopatológica. “O sujeito ele é, na verdade, algo que está sempre entre dois pronomes, entre a pessoalidade do ‘Eu’ e a impessoalidade do ‘Isso’. Entre ‘O Eu e o Isso’” (Safatle, 2014, p. 36).

Seguindo estas perspectivas freudianas (1923; 1933), na qual verificam-se a predominância do id nos primórdios da vida psíquica, podemos supor que na gênese tratar-se-ia de um id-eu indiferenciados. Este “eu de prazer originário”, ainda indiferenciado do id, estaria submetido as preponderâncias das percepções acústicas na conformação do sistema inconsciente-pré-consciente-consciente.

Vale sublinharmos, então, a importância da ressonância do que foi ouvido pelo *infans* na configuração do psiquismo. A partir das percepções acústicas, a criança alcançará a representação de palavra, o único instrumento que permitiria a ela distinguir o Eu e o Id, ou seja, traçar as fronteiras inconsciente-pré-consciente-consciente, distinção necessária para que o sujeito possa se servir da linguagem, sem ser invadido por ela.

Ribeiro (2005) nos dá algumas pistas do que ocorre nos casos em que o sujeito permanece na condição de *infans*, em que se pode supor uma indistinção dos diferentes registros (inconsciente-pré-consciente-consciente) na tríade do sistema. Considerando o prazer das crianças neuróticas no processamento de suas experiências sob o modo de repetição, a autora aponta o cerne do que engendra a repetição nos autistas: estariam à mercê de uma inundação da qual precisam se subtrair.

A partir do que vimos em Freud, podemos supor que tal invasão de gozo se dá à medida que o sujeito não dispõe do recurso à representação de palavra para fundar um mecanismo de inibição. Assim, não seria surpreendente insistir na hipótese de Lacan (1975/1998h) de que os autistas não estão fora da linguagem. Ao revés, o que está em jogo nestes casos é uma super exposição à linguagem, tributária da indistinção entre as fronteiras inconsciente-pré-

consciente-consciente, tomada como hipersensibilidade determinante de uma recusa radical ou insistindo em negativizar a linguagem:

Mas a repetição, vivida com prazer pelas crianças ditas neuróticas, é, para os autistas, uma imposição que vem de fora, como um excesso do qual não se pode escapar. No trabalho com essas crianças, testemunhamos que a dimensão de prazer só aparece quando elas começam a construir recursos para se subtrair desse excesso (RIBEIRO, 2005, p. 44).

A partir da construção dessa borda de linguagem situada pela autora, poderíamos complementar que também só secundariamente a repetição é vivida como prazer para as crianças ditas neuróticas. Nesse sentido, os autistas testemunhariam explicitamente o que em geral não é facilmente observável apesar de vivido.

Assim, diante da ausência de representações de palavra, compondo a rede significante, que faria “alto ao gozo” (Lacan, 1972-73/1982, p. 36), é a alteridade da voz que se pronuncia, invadindo o corpo *infans*, registro real contínuo, sem o esquadramento realizado pelo registro simbólico. Esse aspecto intrusivo da voz sem qualquer delimitação se manifestaria muito precocemente para algumas crianças. Ao contrário da hipótese de Maleval (2009/2017), o relato da mãe de uma criança autista na condição de *infans* aos 10 anos nos informa sobre o possível caráter invasivo da melopeia, mesmo na ausência de uma enunciação: “*quando ele era bebezinho, eu cantava para ele e percebia imediatamente o desconforto produzido nele com a minha voz. Eu tentava mais um pouco, mas ele mostrava-se mais incomodado, então, parei de cantar*”. Outra criança autista, bastante interessada em músicas tocadas em instrumentos eletrônicos, reage imediatamente ao canto da mãe tampando-lhe a boca, ou introduzindo toda a mão em sua própria garganta, provavelmente para impedir a emissão de sua própria voz.

Esses testemunhos colocam em dúvida a tese de que por meio do *manhês* a presença da voz materna exerceria, necessariamente, fascínio ao neonato, capturando-o imaginariamente no campo da linguagem, ao ser especialmente revestida de palavras e musicalidade. Para Lacan (1962-63/2005), são as escanções que cortam a continuidade da fala que interrogarão o desejo do Outro, encarnado primeiramente pelo agente dos cuidados maternos, provocando a angústia propulsora da relação com o Outro.

Tomamos como eixo central de nosso estudo o efeito original da linguagem como *nonsense* sob a criança. O que está em jogo nos destinos possíveis deste afeto primordial é o que procuramos, aqui, desvelar. Convidamos o leitor a seguir conosco no caminho traçado por Freud, a partir da investigação acerca da constituição do aparelho psíquico por meio de

marcas, inscrições, registros, retranscrições e, por fim, o que não se deixa representar na experiência de satisfação.

1.3 A criança e o afásico

Nesse estágio (do desenvolvimento da linguagem infantil) nós nos servimos de uma linguagem criada por nós mesmos, comportando-nos como pessoas com afasia motora, na medida em que associamos diversas sonoridades verbais a um único som produzido por nós

(Freud, 1891/2014, p. 90-91).

Em “Estudo sobre a afasia”, Freud (1891/2014) inaugura a tese do aparelho de linguagem [*Spracheapparat*] que antecede a formalização de aparelho psíquico, propondo que os elementos sensoriais (impressões) e os elementos psíquicos (representações), apesar de distintos, participam de um mesmo processo, não decomponível. Assim, ao serem transmitidas por meio de rumos específicos no “córtex”, “sensações” e “associações” viabilizariam o recurso à memória e à articulação falada. Freud articula aí os processos fisiológicos e os psíquicos⁶ ou seja, o organismo e a linguagem:

A cadeia dos processos fisiológicos no sistema nervoso provavelmente não tem uma relação de causalidade com os processos psíquicos. Os processos fisiológicos não terminam simplesmente onde os psíquicos se iniciaram. Na verdade, a cadeia fisiológica continua, só que cada membro da mesma (ou alguns membros individuais) corresponde, a partir de um dado momento, a um fenômeno psíquico. Com isso, o processo psíquico é um processo paralelo ao fisiológico (*‘a dependente concomitant’*). (p. 72).

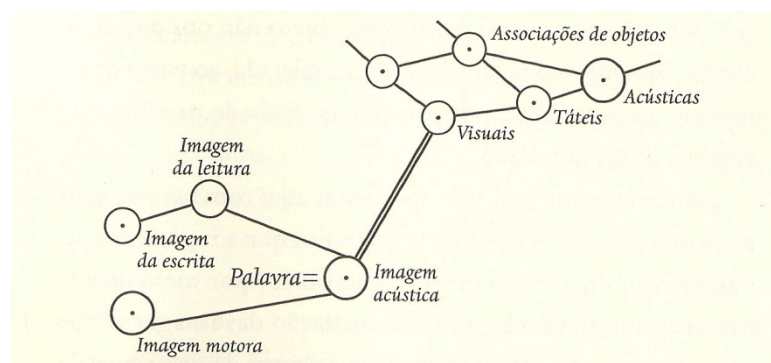
Podemos entrever que o psicanalista localiza algo da experiência corporal da linguagem, de seu aspecto traumático que avança sobre o organismo, implantando-se, tomando corpo. Nesse esforço, distingue duas *representações: de palavra* [*Wortvorstellung*] e

⁶ Ao contemplarmos, neste capítulo, a fundação e o desenvolvimento do aparelho psíquico na obra freudiana, faz-se necessário destacar o elemento tempo que está em jogo neste processo. Fato é que, paralelamente à constituição do psiquismo, há o aspecto real do desenvolvimento do organismo, que parece exigir coincidência temporal entre o enodamento dos registros psíquico e orgânico. Embora não seja nosso objetivo tratar da distinção entre neurose e psicose, como explicitamos na seção anterior, nos valem das seguintes considerações de Freud (1911a/2004) acerca da relação entre a neurose e o tempo: “Paralelamente à transformação do *Eu-prazer* em *Eu-real*, as pulsões sexuais passam por mudanças que as conduzirão do auto-erotismo inicial, através de várias fases intermediárias, ao amor objetual, que estará a serviço da função de procriação. E, se estiver correta a suposição de que cada etapa desses dois percursos paralelos de desenvolvimento pode vir a se tornar o sítio a partir do qual surge uma disposição a um adoecimento neurótico posterior, é plausível que o que decide a respeito da forma de adoecimento posterior (*a escolha da neurose*) dependa da fase de desenvolvimento do Eu e da libido, sobre a qual incidiu a inibição desse desenvolvimento predisponente a cada neurose. Assim, as características temporais ainda não estudadas de ambos os desenvolvimentos e seus possíveis imbricamentos mútuos passam a ter uma insuspeitada importância.” (p. 69).

de objeto⁷ [*Objektvorstellung*]. Nos termos de Freud (1891/2014):

A representação-palavra aparece como um complexo representativo fechado; a representação-objeto, por sua vez, como um aberto. *A representação-palavra não está ligada à representação-objeto a partir de todos os seus componentes, mas apenas a partir da imagem acústica. Entre as associações de objetos, são as visuais que representam o objeto de forma semelhante à forma como a imagem acústica representa a palavra.* As ligações da imagem acústica da palavra com outras associações de objetos que não as visuais não estão aqui indicadas(p. 95; *itálicos nossos*).

Figura 3 - “ESQUEMA PSICOLÓGICO DA REPRESENTAÇÃO-PALAVRA”



Fonte: Freud (1891/2014, p. 95).

A representação-palavra aparece como um complexo representativo fechado; a representação-objeto, por sua vez, como um aberto. *A representação-palavra não está ligada à representação-objeto a partir de todos os seus componentes, mas apenas a partir da imagem acústica. Entre as associações de objetos, são as visuais que representam o objeto de forma semelhante à forma como a imagem acústica representa a palavra.* As ligações da imagem acústica da palavra com outras associações de objetos que não as visuais não estão aqui indicadas [*itálicos nossos*] (*idem*, p. 95).

O significado é promovido pelo encadeamento entre a representação de palavra e a representação de objeto, isto é, por meio da *ponte* entre a imagem acústica da palavra e a imagem visual do objeto⁸. O sentido não é dado em relação à designação da representação objeto e o seu referente, implicando uma estrutura ternária.

⁷ Garcia-Roza (2014) afirma: “O que Freud chama de “representação-objeto” (*Objektvorstellung*) no texto de 1891 corresponde à “representação-coisa” (*Sachevorstellung*) no artigo O inconsciente, de 1915 e o que em 1915 ele chama de “representação-objeto” (*Objektvorstellung*) é a articulação da representação-coisa (*Sachevorstellung*) com a representação-palavra (*Wortvorstellung*). Em a *Interpretação de sonhos* e em *Luto e melancolia*, ele emprega ainda o termo *Dingvorstellung* (representação-coisa) como sinônimo de *Sachevorstellung* (cf. nota de J. Strachey em *AE*, vol. 14, p. 198 e 204)” (p. 152).

⁸ Vale notar como Freud delimitou a prevalência da articulação entre as imagens acústicas e visuais no aparelho de linguagem. Nos capítulos dois e três da presente dissertação retomaremos, a partir de Lacan (1962-1963/2005), estes aspectos nas modalidades de incidência dos objetos voz e olhar na configuração do psiquismo.

Influenciado pela lógica de John Stuart Mill, Freud traz à baila a concepção de objeto, indicando que, para além do objeto representado, haveria um impossível de dizer e de transpor em imagens. É por essa razão que a representação de objeto englobaria não apenas as sensações atuais, mas, principalmente, uma série inacabável de sentimentos a ela associados, impondo-se como um “complexo associativo das diversas representações visuais, acústicas, cinestésicas, etc” (*idem*, p. 96).

Visitando ainda a teorização de Brentano, na qual a *representação* [*Vorstellung*] não é uma reprodução unívoca do objeto, tampouco prescinde da existência do objeto externo, Freud, como afirma Roza (2014), abordou o efeito da *relação viva que as Vorstellungen estabelecem entre si*:

Se o significado de uma *Vorstellung*, no caso de uma *Objektvorstellung* (representação-objeto), resulta não da sua relação com a coisa (*Ding*) mas da relação entre as próprias *Vorstellungen*, então não estamos no registro da representação entendida como entidade psicológica pura e simples, mas sim no registro do significante (p. 162).

Ao postular o aparelho de linguagem e seu funcionamento nas afásias, Freud nos oferece algumas pistas para a elaboração teórica de *das Ding* a partir da oposição entre *Objekt* e *Objektvorstellung*. “Vê-se, assim, que Freud não dispensou o referente quanto ao par significante e significado, como Saussure, pois a essa dupla se vincula um terceiro elo, a palavra” (Caldas, 2007, p. 33). Temos então um balé a três: o objeto (o que faz marca no corpo, abrindo lugar para a elucubração da linguagem em torno dessa marca), a representação de objeto (efeito da incidência do objeto e condição para qualquer acesso a esse) e a palavra (representante da representação [*Vorstellungsrepräsentanz*]).

Ao analisar os distúrbios afásicos, Freud constata que as falácias, os equívocos, o impossível do reconhecimento do objeto por meio da linguagem se colocam para todo ser falante, o que permite a ele sobrepujar o binarismo científico normal *versus* patológico. Sem dúvida, trata-se de uma antecipação acerca da teorização do *recalque*, isto é, uma fissura, uma falha que funda o aparelho psíquico.

No mesmo artigo é possível recolher efeitos da articulação entre a linguagem e o corpo, na afirmação freudiana que, o funcionamento do neonato coincide com o de um sujeito que sofre a incidência de uma afasia motora.

Nós aprendemos a falar ao associarmos uma “imagem acústica verbal” a uma “sensação da inervação verbal”. Quando falamos, nos apossamos de uma “representação motora da fala” (sensações centrípetas dos órgãos da fala), de forma que a palavra, para nós, é duplamente determinada em termos motores. Dentre os dois elementos determinantes, o primeiro, a representação da representação da inervação verbal, parece ter menor valor psicológico. Tanto que sua existência como fator psíquico pode ser

realmente contestada. Além disso, depois de falar, nós obtemos uma “imagem acústica” da palavra dita. Enquanto ainda não desenvolvemos nossa linguagem, essa segunda imagem acústica não precisa ser idêntica à primeira, apenas associada a ela. *Nesse estágio (do desenvolvimento da linguagem infantil) nós nos servimos de uma linguagem criada por nós mesmos, comportando-nos como pessoas com afasia motora, na medida em que associamos diversas sonoridades verbais a um único som produzido por nós* [itálicos nossos] (Freud, 1891/2004, p. 90-91).

Vale aqui ressublinhar o que Freud adianta ao situar o efeito da linguagem sobre a criança: antes de falar a língua partilhada, ela inventa uma linguagem própria, produzindo (e escutando) sua fala privada. Esta fala da criança, mesmo que restrita a um único som, reproduz a associação de diversas sonoridades verbais ouvidas e capturadas singularmente.

1.4 A criança e a coisa [*Das ding*]:

Encontramos Freud (1895/1995), às voltas com a complexa oposição entre *die Sache*, o objeto útil, partilhado, cultural e intercambiável, e *das Ding*, a coisa irrepresentável. *Das Ding* é a coisa supostamente perdida na origem, implicando um tempo mítico na constituição subjetiva no qual supõe uma perda irreparável para o ser. Nessa operação lógica, instaura-se, *a posteriori*, o movimento infundável de busca e reencontro do que teria satisfeito o *infans* originalmente, aquilo que restituiria sua plenitude.

Como afirmou Strachey (1996), “a ênfase do Projeto esta colocada exclusivamente no impacto do meio sobre o organismo e na reação do organismo ao meio” (*idem*, p. 350), justamente a característica de *pedra bruta da psicanálise* que o torna um texto privilegiado de nossa atenção.

O aparelho psíquico funcionaria, nesse texto, de acordo com o modelo do “arco reflexo”, permeado por termos neurológicos, predominando seu caráter “defensivo” de operação em relação às quantidades de excitação. Nas palavras de Freud (1895/1995): “Afinal, eu queria apenas *explicar a defesa*, mas quando dei por mim, estava tentando explicar algo que pertence ao próprio núcleo da natureza” (p. 342).

Freud articula três tipos de neurônios: Φ , Ψ e W. Os *neurônios permeáveis* (Φ), responsáveis pelas *percepções*, operando exclusivamente na coleta dos estímulos externos, isto é, sem reter neles mesmos nenhum registro. Esses seriam realizados apenas pelos *neurônios impermeáveis* (Ψ) que, devido ao seu alto grau de complexidade, se subdividiriam em dois tipos: os neurônios do *pallium*, ligados ao mundo exterior, e os *nucleares*, conectados aos estímulos internos. Freud assevera: “A memória está apresentada pelas facilitações [*Bahnung*] existentes entre os neurônios Ψ ” (*idem*, p. 14).

O ensaio indica a exiguidade do *grito* do bebê, enquanto *descarga de tensão* para possibilitar o alívio. A auto insuficiência, própria ao humano, convoca um próximo [*Nebenmensch*], uma “*ajuda alheia*” para realizar uma “*ação específica*”, efetuando a mítica *experiência primária de satisfação*. Na resposta deste agente ao desamparo inicial da criança que *grita* se situaria o germe da “comunicação” e a “fonte de todos os motivos morais” do humano:

O preenchimento dos neurônios nucleares em Ψ terá como consequência um esforço de eliminação, uma *incitação* para obter alívio na direção do caminho motor. De acordo com a experiência, a via para a *alteração interna* (*expressão das emoções, gritos inervação vascular* [itálicos nossos]) é aquela em que inicialmente se entra. Mas toda essa eliminação, como exposto acima, não tem êxito em aliviar, pois a recepção do estímulo endógeno, no entanto, *continua e restabelece a tensão em Ψ* [itálicos nossos]. Aqui um cancelamento de estímulo só é possível através de uma intervenção que, por um certo tempo, remova no interior do corpo a liberação de Qn; e essa intervenção exige uma alteração no mundo externo (aprovisionamento de alimento, proximidade do objeto sexual), que, enquanto *ação específica*, só se pode efetuar a partir de determinados caminhos. *O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia* [itálicos nossos], na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte originária de todos os motivos morais* [itálicos nossos] (p. 31-32).

Como assevera Clerc (2007), antes do corpo materno tornar-se erotizado, proibido, mantido secreto, delineia-se a silhueta do *Nebenmensch*: o humano mais próximo, figura transmissora de confiança, a despeito de também ser ameaçadora pelo que mobiliza e pelo que perturba. Eis a matriz do que Freud dirá mais tarde sobre o estranho familiar, “O Inquietante” (1919b/2010) na medida em que este semelhante é o que há de mais íntimo ao ser da criança e, simultaneamente, o que há de mais estrangeiro.

Os cuidados do próximo, longe de produzir apenas a exordial satisfação, erotizam, excitam o corpo da criança, seja por sua presença, seja por sua ausência, pelo tempo de espera que produzem, por se precipitarem, por estarem atrasados. Dessa maneira, o *Nebenmensch* apresenta-se, inevitavelmente, na vertente de um excesso para o *infans*, sendo em função desta excitação, desta estrangeirice, que algo da diferença poderá se inscrever na criança.

Assim, na primeiríssima satisfação, com efeito, haveria uma *Bahnung* entre duas imagens mnêmicas e os neurônios nucleares (Ψ), no qual as imagens mnêmicas são desinvestidas de excitação. Entretanto, o neonato logo retornará ao estado de *urgência* ou de *desejo*: em vez de imediatamente gritar em busca da reprodução da satisfação, o *infans* catexizaria a imagem mnêmica do objeto através da reativação do desejo. Curiosamente, o bebê produzirá “algo idêntico a uma percepção – a saber, uma *alucinação*” (1895/1995, p.

392), buscando retornar a este suposto estado de satisfação original reimantando seu objeto indiscernido, isto é, a coisa [*das Ding*].

Esse processo talvez nos seja dado a ver no conhecido movimento de “sugar o nada” – alucinação do objeto de desejo – que antecede o choro do bebê, ao passo que a excitação endógena seria proveniente das necessidades vitais da alimentação. Nesta perspectiva, o grito secundário da criança atestaria a insuficiência da alucinação, qual seja, o seu efeito de desapontamento.

A tentativa de suprir o estado de *urgência*, por meio do recrutamento da lembrança de uma satisfação anterior, fracassa por não produzir resultado aliviante. Afinal, o estímulo endógeno mantém-se tensionando e, por isso, não cessa de exigir o objeto concreto da necessidade.

Nos primórdios da existência do sujeito, não há ainda uma delimitação entre mundo interno e externo que permita à criança distinguir percepção (realidade externa) e representação (realidade interna). Portanto, o modelo de funcionamento do psiquismo tenderia, inicialmente, à alucinação, enraizado no registro da primeira experiência de satisfação. Contudo, *a tendência ao princípio do prazer ou processo primário inibe o desprazer*, e, logo, a alucinação será constrangida na medida em que sua consequência é o desapontamento.

Dito *processo inibitório* dependeria da dispersão de energia nos *neurônios colaterais*, os quais desviariam o investimento, inicialmente voltado para o mundo interior, redirecionando-o para a busca de satisfação no mundo externo. Trata-se de um “atalho”, trilhado à medida que os neurônios são facilitados pelas marcas registradas previamente pela satisfação. Ao associarem-se formam um complexo de imagens visuais, acústicas, táteis e cinestésicas. Considerando as assertivas freudianas, presentes no texto das afasias, quanto à articulação das imagens acústicas e visuais na representação de palavra, podemos formular a hipótese de que a produção dessa inibição do fluxo energético contaria com o efeito do banho de linguagem do *Nebenmensch* sobre o organismo *infans*.

Ao supor a capacidade alucinatória do bebê frente ao seu próprio mal-estar, Freud (*idem*) descobre um outro tipo de relação do vivo com o objeto da satisfação, na qual está em jogo a capacidade de representar e substituir o objeto concreto da necessidade, prenunciando *as associações da fala*. Tal processo é primordialmente uma via de descarga, abarcando a conexão entre os neurônios Ψ (impermeáveis) e a *Qn*, sendo o único recurso para possibilitar a *mudança interna*, enquanto não se reencontra a *ação específica*.

o aparelho psíquico elaborado no *Projeto* tende a alucinação. A distinção entre mundo interno e mundo externo não é imprescindível para seu funcionamento, mas logo será necessária. O mecanismo de inibição aparece como uma forma de garantir que a repetição dos caminhos instalados pelas vivências fundamentais ocorra no momento adequado e permita observar aquilo que se apresenta na realidade (Porchat, 2005, p. 67).

Ora, a *ação específica* situa-se numa via secundária, viabilizando a conexão entre o bebê e o *Nebenmensch*, este último capaz de intervir sob o estado de anseio e aflição da criança. A partir de então, está erguida a ponte da *comunicação*. O próximo passo, que permitiria à criança atravessar dita ponte, relaciona-se à exigência de trabalho em jogo no *juízo*. A função judicativa empenha-se em tentar conectar-se ao objeto desejado.

Neste processo, Freud identifica dois aspectos: se, por um lado, há o componente não assimilável da coisa [*das Ding*], noutra banda, estará em jogo a *compreensão* que o sujeito faz de sua experiência: “Entre o que se encontrou (*das Ding*) e o que disso restou (o objeto), há um intervalo no qual se encontra a função de reconhecimento original que instaura o aparelho psíquico (Freud 1896)” (Caldas, 2007, p. 32).

Nesta via, o trajeto que leva da percepção de *das Ding* ao *enunciado da fala* estaria em parte relacionado à *experiência de satisfação* – por meio do *grito* cujo efeito é o de convocar o próximo; e em parte associado a *experiência da dor*, ao passo que esta última também se faz responsável por provocar o *grito* da criança. Interessa sublinhar, nos casos de *dor*, como o sujeito chega a associar um som com a “imagem perceptiva” do objeto hostil. Freud (1895/1995) burila:

No início o desempenho de juízo, quando as percepções interessam devido a sua possível relação com o objeto de desejo, e seus complexos (como já foi descrito) dividem-se em uma [parte] inassimilável (a coisa), e uma, conhecida pelo eu por sua própria experiência (propriedade, atividade), que se chama *compreender*, resultam para a expressão linguística de *duas ligações*. Inicialmente se encontram objetos – percepções – que fazem *gritar* porque excitam a dor; e *ganha uma importância enorme esta associação de um som (que também desperta imagens de movimento próprio) com uma percepção, aliás composta, que realça o objeto enquanto hostil e que serve para guiar a atenção para [a] [perceptiva]*. Onde, aliás, dada a dor, *não se obtém bons signos de qualidade* do objeto, a própria *notícia do grito* serve como *característica do objeto*. Portanto esta associação é um meio para tornar as recordações que excitam *desprazer* conscientes e objeto da atenção: foi criada a primeira classe de *recordações conscientes*. Ora, *não é preciso muito para inventar-se a linguagem*. Há outros objetos que produzem constantemente certas *fonias*, portanto, *um som* desempenha um papel em seu complexo perceptivo. Em virtude da *tendência de imitação, presente no julgar, pode encontrar-se para esta imagem sonora a notícia de movimento*. Também esta classe de recordações pode tornar-se agora consciente. *Todavia resta ainda associar sons deliberados com as percepções, então as recordações, através da atenção aos signos de descarga sonora, tornam-se conscientes como as percepções e podem ser ocupadas a partir de Ψ* [itálicos nossos] (p. 80-81).

A função do *juízo* se configuraria, nesse momento teórico, mediante à tendência inicial de imitação do semelhante, possibilitando ao bebê articular movimento e som. Em seguida,

esse poderia ter domínio sobre suas vocalizações, abandonando a pura imitação, e relacionando a imagem sonora às percepções.

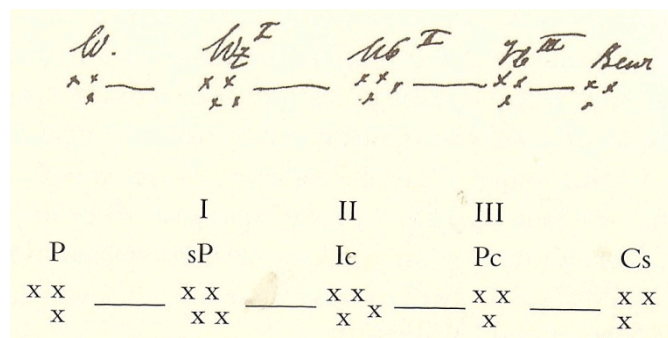
1.5 Do que se escreve na criança e sua leitura

Em dezembro de 1896, Freud escreveria a “Carta 52” (1896/2016). É pertinente sublinhar que, nesse momento, ele já havia abandonado a proposta de produzir “*uma psicologia para neurologistas*”. Todavia, permanece o empenho em sistematizar o funcionamento psíquico fundamentado na hipótese de um processo de escrita [*Niederschrift*]:

Você sabe que eu trabalho com a suposição de que nosso mecanismo psíquico tenha surgido de uma sobreposição de camadas, na qual, de tempos em tempos, o material presente na forma de traços mnêmicos [*Erinnerungsspuren*] sofre uma reorganização, uma reescrita, a partir de novas relações (p. 35).

Grande parte dessa carta parece comemorar os trabalhos publicados no “Projeto” (1895/1995) e nas “Afasias” (1891/2014). Analisemos, então, o modelo abaixo, cunhado pelo próprio Freud no intento de explicitar o modo de funcionamento do aparelho psíquico.

Figura 4 – O APARELHO PSÍQUICO DA CARTA 52



Fonte: Freud (1896/2016, p. 36).

À esquerda, identificamos a extremidade dos neurônios de percepções [P - *Wahrnehmungen*]; à direita, posiciona-se a consciência [Cs - *Bewusstsein*], sendo que entre elas alinham-se três registros:

- a) P [*Wahrnehmungen*]: neurônios em que se originam as percepções, mas não conservam nenhum vestígio [*Spur*] do que aconteceu;
- b) I sP [*Wahrnehmungszeichen – Wz* (signos de percepção)]: primeiro modo de escrita das percepções, não produz consciência, organizado por meio de associações de simultaneidade [*Gleichzeitigkeitsassoziation*];
- c) II Ic [*Unbewusstsein – Ub* (inconsciência)]: segundo modo de escrita, disposto de modo distinto dos sP, possivelmente por relações causais. Traços Ic estariam talvez atrelados à lembranças conceituais, mas seriam também inacessíveis à consciência;
- d) III Pc [*Vorbewusstsein – Vb* (pré-consciência)]: terceiro modo de escrita, ligado às representações de palavra, correspondendo ao eu oficial;
- e) Cs [*Bewusstsein* (consciência [*Bews*])]: neurônios da consciência seriam também neurônios de percepção e, em si mesmo, destituídos de memória.

Para o psicanalista vienense, haveria uma sobreposição de camadas dos traços mnêmicos [*Erinnerungsspuren*] que, de tempos em tempos, seria submetida a uma reorganização, uma reescrita, a partir de novas relações. Interessa sublinhar a distinção e a subsequente articulação entre percepção e consciência, cujo processo de inscrição na memória implicaria o apagamento na percepção e, posteriormente, nova transcrição que deforma e reformula o que foi captado entre um registro e outro.

Encontramos aqui um trilhamento do funcionamento psíquico (ou de memória, como quis Freud). Se por um lado, a organização e o funcionamento desses registros não estariam predispostos de antemão, eles seriam constituídos à medida que o excesso de excitação inundasse o organismo do bebê, *exigindo transcrições*; por outro lado, o aparelho psíquico não está jamais concluído. É a exigência de *trabalho de ligação* que institui em ato o aparelho psíquico, instaurando, assim, uma engrenagem *a trabalho* e em constante movimento.

Nesta perspectiva, “A memória não é um simulacro da consciência, ou seja, não registra um conjunto inequívoco de fatos compreensíveis pelo sujeito, ou, mesmo, pode ser caracterizada como um registro de experiências remotas perdidas num passado, acessíveis por uma interpretação do sujeito” (Mendes, 2015, p. 52). Podemos então inferir que a constituição do sujeito passa ao largo do simples trabalho de inscrição dos acontecimentos na memória. Ao revés, o que está em jogo se aproxima a um profundo e complexo trabalho de escrita e reescrita imbricado em todas as manifestações do psiquismo (alucinar, balbuciar, sonhar, falar, brincar, pensar).

O primeiro registro (sP) corresponde à primeira transcrição, no qual se inscrevem os signos de percepção [*Wahrnehmungszeichen*]. *Wahrnehmung* designa *percepção* e *Zeichen*, por sua vez, tem como traduções: signo, sinal, marca, indício, insígnia e, ainda, sintoma. Nos servimos especialmente da tradução de *Zeichen* como *signo*, ao passo que Freud não trata exclusivamente de *Zeichen*, mas de *Wahrnehmungszeichen*, articulado segundo associações de simultaneidade [*Gleichzeitigkeitssassoziation*]. A simultaneidade que engloba o termo *Gleichzeitigkeit* pode ser lida como *sincronismo*.

Assim, se o *Zeichen* da fala do próximo produzir *Spuren* (vestígios, traços, abrir pistas, farejar, perseguir) captados em **W** (percepções), estes *Spuren* passariam por um arranjo em **Ub** (inconsciente), até que a criança alcance o terceiro registro, a **Vb** (pré-consciência), no qual finalmente estes *Spuren* e *Zeichen* se converteriam em *representações de palavra* [*Wortvorstellungen*]. Freud assevera:

Os investimentos [*Besetzungen*] provenientes dessa Pc tornam-se conscientes de acordo com determinadas regras, e na verdade essa consciência secundária do pensamento é algo da ordem da posterioridade [*nachträglich*], no que diz respeito ao tempo, provavelmente ligado à reanimação alucinatória de representações de palavra, de modo que os neurônios da consciência seriam novamente neurônios de percepção e, em si, sem memória (p. 36).

As *representações de palavra* [*Wortvorstellungen*] seriam ligadas por “ativação alucinatória das representações verbais”, transcritas apenas no nível da fundação do eu (como podemos constatar no nível III do esquema freudiano da “Carta 52”). Indagamos o constructo de que a *Wortvorstellungen* se efetivaria apenas no nível da constituição do eu. Afinal, sabemos que *a criança vai pronunciar previamente à formação do eu*, o que demonstra a delonga em se servir do pronome pessoal.

Do ponto de vista econômico, a excitação do organismo provocaria a transposição do que foi inscrito entre as instâncias em épocas sucessivas da vida. A cada passagem ocorre uma tradução [*Übersetzung*] do material, sendo que a anterior seria inibida e sobrepujada, impondo-se o modo de funcionamento do registro atual. Contudo, Freud constata a ocorrência de *falhas nesta passagem* [*die Versagung der Übersetzung*]. Nestes casos, o material retido ficaria submetido às condições do registro na qual o *traslado foi impedido*. A isto Freud nomeou *recalcamento*, em função da emergência de um excesso de desprazer no psiquismo, perturbando o pensamento.

Podemos dizer, então, que Freud nomeia e formaliza aqui o processo do *recalque*, o qual já havia apontado indícios de seus efeitos, como vimos na seção anterior, em “Estudo sobre as Afasias” (Freud, 1891/2014). Neste texto precedente, esboça-se a noção de que algo

do objeto se apresenta, sem se fazer representar pela linguagem, mas imprimindo um efeito de deformação no discurso representativo.

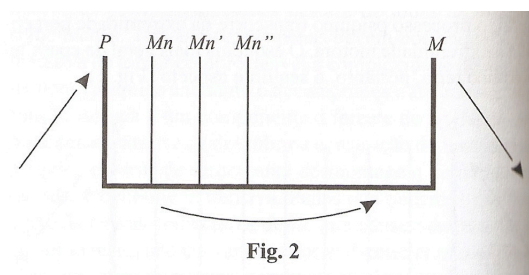
É o que também encontramos no “Projeto” (1895/1995), em relação à *experiência da dor*. Resta algo *irrepresentável* na passagem entre os registros que infringe o trabalho de representação, na medida em que *não cessa de não se fazer representar*, exigindo novas transcrições. Este funcionamento desvencilha-se do tempo cronológico, é uma atualização constante.

Sopesar este aspecto indiscernível no mecanismo da representação como motor do psiquismo é de suma relevância para o passo teórico que virá adiante. Além do princípio do prazer, outros modos de relação entre representação e satisfação pulsional estão em jogo.

1.6 O sonho da criança

O esquema, disposto na “Carta 52” produzido em 1896 foi reformulado por Freud na “Interpretação dos sonhos” (1900/2012b), burilando o aparelho psíquico como um “aparelho reflexo”, composto por instâncias que constituem os “sistemas- Ψ ”, reproduzido abaixo.

Figura 5 – O ESQUEMA FINAL DO APARELHO PSÍQUICO DE 1900



Fonte: Freud (1900/2012b, p. 566).

Nota-se que a extremidade sensorial, alocada à esquerda, apenas captaria as percepções (*Pcpt.*), sem perpetuar nenhum traço [*Spur*] do ocorrido, mas “fornece toda a multiplicidade das qualidades sensíveis” (Freud, 1900/2012b, p. 567) e “está orientada para o *livre escoamento das quantidades de excitação*” (*idem*, p. 628). À direita encontramos a extremidade motora, responsável pela motilidade e associada à instância crítica:

por meio dos investimentos que partem dele, há uma *inibição* desse escoamento, uma transformação em investimento em repouso, certamente com uma elevação de nível. Quando o segundo sistema terminou seu trabalho testador de pensamento, também suspende a inibição e o represamento das excitações, deixando que escoem para a motilidade (*idem*, p. 628).

Seguindo ainda o modelo do processo reflexo na configuração do psiquismo, em “A interpretação dos Sonhos” Freud (1900/2012a; 1900/2012b) supõe que o segundo sistema do aparelho (*Mn, Mn', Mn''...*) transforme a excitação momentânea do primeiro em traços [*Spuren*] que seriam registrados nos sistemas mnêmicos, sucessores da percepção, compondo um aparelho de memória. Além da inibição da descarga, frente à experiência da dor, o psiquismo produz um afastamento da lembrança desagradável, configurando, assim, o recalçamento propriamente dito.

Trata-se das exigências de inibição, represamento, e ligação frente a um material traumático, refratário ao processo secundário, que provoca uma grave perturbação, acionando todo o psiquismo a operar como um mecanismo de defesa. Esse modo de funcionamento parece ter sido melhor contemplado a partir da proposição de Freud (1915a/2010) de que o pontapé inicial deste trabalho se dá com o *recalque original*:

Temos fundamentos, portanto, para supor uma *repressão primordial*, uma primeira fase da repressão, que consiste no fato de ser negado, à representante psíquica [*Vorstellungsrepräsentanz*] do instinto o acesso ao consciente. Com isso se produz uma *fixação*; a partir daí a representante em questão permanece inalterável, e o instinto permanece ligado a ela (p. 85-86).

Vale anotar que a noção freudiana de *fixação*, regularmente, designa o modo como o aparelho psíquico atém-se a formas primitivas de satisfação ou a seu funcionamento em um determinado momento. Não obstante, a *fixação* perpetra muitos efeitos na produção do adoecimento mental, o que levou Freud a considerá-la como pilar do *recalque*, determinando *a posteriori* o *recalque propriamente dito* [*Nachdrängen*].

De acordo com Laplanche e Pontalis (1967/1986), a *fixação* surgiu na obra de Freud (1911b/2010) em “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*dementia paranoides*] relatado em autobiografia [‘O caso Schreber’]” em um sentido genético de inibição do desenvolvimento, isto é, como descrição do primeiro momento do recalçamento. Entretanto, de modo geral, esse termo consolidou-se para indicar a *fixação* das representações à pulsão, promovendo sua inscrição [*Niederschrift*] no inconsciente. Assim, “a teoria do recalque é a pedra angular em que se assenta todo o edifício da psicanálise” (*idem*, p. 432).

A partir dessa primeiríssima *fixação* é preciso considerar “a atração que o primordialmente reprimido exerce sobre tudo aquilo com que pode estabelecer contato”

(Freud, 1915a/2010, p. 86). Desta feita, o conceito metapsicológico de *recalque original* é a condição para a hipótese do inconsciente, ao operar como um polo de atração para elementos a recalcar. Por conseguinte, *posteriormente à repressão primordial* se efetivaria a *repressão propriamente dita* (calcar a *posteriori*), configurando, pois, o segundo estágio da repressão:

os derivados psíquicos do representante reprimido ou as cadeias de pensamentos que, originando-se de outra parte, entraram em vínculo associativo com ela. Graças a essa relação, tais representações sofrem o mesmo destino que o que foi reprimido primordialmente. A repressão propriamente dita é, portanto, uma ‘pós-repressão’. Aliás, é um erro destacar apenas a *repulsa* [itálicos nossos] que, a partir do consciente, age sobre o que há de ser reprimido. Deve-se ter em conta, em igual medida, a *atração* [itálicos nossos] que o primordialmente reprimido exerce sobre tudo aquilo com que pode estabelecer contato (*idem*).⁹

Assim, o primordialmente reprimido em Freud é o ponto de enlace, fixação e atração de todos os recalques posteriores a este cf. (*idem*). Neste particular, a representação psíquica da pulsão é inacessível à consciência, produzindo uma *fixação* inconsciente, que deixaria *inalterável o representante em questão*, assim como a pulsão a ela ligado no inconsciente.

Há uma exigência de manutenção constante do recalque, que não pode explicar-se como um investimento do inconsciente, tampouco enquanto um desinvestimento do *pré-consciente*. Trata-se de um contra-investimento de carga, que implica dispêndio permanente, sustentando e garantindo a durabilidade do recalque original.

É interessante sublinharmos que o recalque original (*Urverdrängt*) constituiria uma defesa aos riscos do fluxo livre de energia libidinal, por meio de sua fixação à uma representação. Trata-se do que Freud (1900/2012a; 1900/2012b) formulou a respeito do segundo nível do “sistemas-Ψ”, responsável por registrar a excitação momentânea captada no primeiro nível das percepções em traços [*Spuren*]. A partir desta inscrição, o psiquismo buscaria a *identidade perceptiva* destes primeiros traços promovidos pelo recalque originário, orientado pelo processo primário.

Denominarei agora de *processo primário* o único processo psíquico admitido pelo primeiro sistema e de *processo secundário* aquele que resulta da inibição exercida pelo segundo. Ainda posso mostrar com relação a outro ponto para que fim o segundo sistema precisa corrigir o processo primário. O processo

⁹ Cf. Souza, P. C. (2010). As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões. São Paulo (SP): Companhia das Letras. O tradutor Paulo César de Souza optou pela tradução de *Trieb* por instinto, segundo ele, em função da intensa relação entre *Trieb* e *Instinkt* [instinto] e a fim de evitar o uso de neologismos, posto que não há o vocábulo pulsão em alemão. A despeito de optarmos por utilizar preferencialmente as traduções de Souza nesta dissertação e de respeitarmos os motivos que sustentam sua decisão, elegemos a utilização da tradução de *Trieb* por pulsão, como consagrado por Laplanche & Pontalis (1967/1986). Para nós, o termo pulsão comporta melhor a dimensão de desnaturalização do corpo humano pela linguagem, distintamente do funcionamento instintual que caracteriza o mundo animal.

primário almeja a descarga da excitação para, com a quantidade de excitação assim acumulada, produzir uma *identidade perceptiva*; o processo secundário abandonou essa intenção e em seu lugar assumiu outra, a de conseguir uma *identidade de pensamento*. (FREUD, 1900/2012b, p. 630).

Freud ressalta as constantes modificações a que os registros mnêmicos estão submetidos, operando em função das associações – vias de facilitação que reduzem as resistências e delimitam um percurso – de modo que a excitação é mais prontamente transmitida de um primeiro elemento *Mn* para um segundo do que para um terceiro. O primeiro desses sistemas funciona de acordo com associações por *simultaneidade*. Enquanto os sistemas mais afastados são ordenados por relações de *similaridade*, ligando-se, assim, à *memória*.

Se, por um lado, as marcas constituintes do ser não guardam no sistema de *Pcpt.* a memória de seu conteúdo, por outro lado, ditas marcas subsistem pela força do aspecto de rasura primordial que imprimem no psiquismo. Freud (1900/2012b) assevera que as lembranças registradas no inconsciente produzem seus efeitos mesmo que não ascendam à consciência:

De maneira inversa, nossas lembranças, sem excluir as mais profundamente gravadas em nós, são essencialmente inconscientes. É possível torna-las conscientes, porém não há dúvida de que exercem todos os seus efeitos em estado inconsciente. O que chamamos de *nosso caráter se baseia nas marcas mnêmicas de nossas impressões, e justamente as impressões que tiveram um efeito mais forte sobre nós, as de nossa primeira infância são aquelas que quase nunca se tornam conscientes* [itálicos nossos]. Porém, se as lembranças se tornam novamente conscientes, não mostram nenhuma qualidade sensível ou somente uma muito pequena em comparação com as percepções. Caso se confirme que *nos sistemas memória e qualidade para a consciência se excluem mutuamente*, então se abriria uma compreensão promissora das condições de excitação neuronal. (p. 567-568).

O “pré-consciente” (*Pcs*) deteria “a chave do movimento voluntário”, acessando à consciência sem maiores obstáculos, à medida que os processos excitatórios atingissem certo grau de intensidade e que a atenção estivesse distribuída de uma determinada forma. Ademais, os traços mnêmicos do desejo *Ics* não são acessíveis ao *Pcs*, portanto sua produção de afeto também não pode ser inibida. O inconsciente, por sua vez, só atingiria a consciência mediante o pré-consciente, obrigando-o a tolerar alterações.

Entra em ação, antes, o princípio de desprazer, e leva o *Pcs* a se afastar desses pensamentos de transferência. Estes são deixados a si mesmos, ‘recalcados’, e assim a existência de um patrimônio mnêmico infantil, subtraído desde o início ao *Pcs*, se torna précondição do recalçamento. (*idem*, p. 632).

Frente às indagações oriundas da produção onírica acerca do funcionamento psíquico, Freud (1900/2012b) endossa o caráter *regressivo* dos “sonhos alucinatórios”. Tratar-se-ia de

um processo no qual as excitações seriam provenientes da extremidade sensorial e se direcionariam ao sistema perceptivo. Sob essa perspectiva, é possível cernirmos a potência das vivências infantis nas produções do inconsciente¹⁰:

o sonho também poderia ser descrito *como o substituto de uma cena infantil, modificado pela transferência para algo recente*. A cena infantil não é capaz de impor sua renovação; ela precisa se contentar com o retorno sob a forma de sonho. (*idem*, p. 574).

Para esclarecer a ligação [*Bindung*] entre pulsão e representação, o termo representante da representação [*Vorstellungsrepräsentanz*]¹¹, embora apareça raramente na obra freudiana, ganha uma enorme importância. A partir de rastros de experiências inconscientes desconectados entre si, estes vem a encadear-se por meio do representante da representação, produzindo uma formação substitutiva (por exemplo, uma lembrança ou uma fantasia) (Santos, Antunes & Peed, 2001).

Vale lembrar o alerta dos autores: Freud tratou ainda da noção de representante da pulsão [*Triebrepräesentanz*] em que estampa a taciturnidade da força pulsional: situada no hiato entre o somático e o psíquico, sem representação direta, é inconsciente.

Um instinto não pode jamais se tornar objeto da consciência, apenas a ideia que o representa. Mas também no inconsciente ele não pode ser representado senão pela ideia. Se o instinto não se prendesse a uma ideia ou não aparecesse com um estado afetivo, nada poderíamos saber sobre ele. Mas se, no entanto, falamos de um impulso inconsciente ou um impulso reprimido, trata-se de uma inócua negligência de expressão. Só podemos estar nos referindo a um impulso cujo representante ideativo [*Vorstellungsrepräsentanz*] é inconsciente, pois outra coisa não poderia entrar em consideração. (FREUD, 1915b/2010, p. 114-115).

Os diagramas da “Carta 52” (1986/2016) e da “A Interpretação dos Sonhos” (1900/2012a; 1900/2012b) se fazem presentes também no artigo “O Inconsciente” (1915b/2010). Neste ensaio, Freud distingue a *representação da coisa* [*Sachvorstellung*] da *representação de palavra* [*Wortvorstellungen*] tendo em vista os efeitos da *repressão primordial*:

¹⁰ Esse ponto introduz, no pensamento freudiano, uma importante pergunta sobre o processo de repressão que se manterá não solucionada: como a *Vorstellung* é transposta do sistema *Ics* ao sistema *Cs* (ou *Pcs*)? Diante dessa questão, Freud (1915b/2010) formula, duas hipóteses: a topográfica, na qual uma *Vorstellung* pode habitar simultaneamente dois registros e a funcional, em que haveria uma mudança de estado sem alteração do material e da localização. Como veremos, Lacan (1964/1988) retornará a isso no “Seminário 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”.

¹¹ Segundo o tradutor Paulo César de Souza o termo *Vorstellungsrepräsentanz*, traduzido por representante ideativo, também pode ser usado como representante da representação para verter *Vorstellung* (1915b/2010, p. 115).

a representação consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação da coisa. O sistema *Ics* contém os investimentos de coisas dos objetos, os primeiros investimentos objetivos propriamente ditos; o sistema *Pcs* surge quando essa *representação da coisa* é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem. (FREUD, 1915b/2010, p. 146-147).

Para o psicanalista vienense, *Sachvorstellung* corresponderia a uma série de representações heterogêneas – visuais, acústicas, táteis, cinestésicas, etc – e não podem ser reduzidas a uma única representação. Tal complexo pertenceria exclusivamente ao *Ics*. Contudo, *Sachvorstellung*, ao associar-se à *Wortvorstellungen*, ascenderia à consciência.

Novamente nos deparamos com o limite do que pode ser rememorado, isto é, o que pode (ou não) ser transposto para o registro das palavras na consciência. A origem do psiquismo, vale dizer, a própria fundação do inconsciente, é provocada por essa *fixação*, que marca o psiquismo permanentemente, atrelando-se a outras representações ou cadeias de pensamentos. Contudo esta marca jamais poderá ser totalmente alcançada pela consciência.

Trata-se da insistência repetitiva em reencontrar o objeto supostamente perdido (*das Ding*) por meio de um vestígio. A despeito desta busca ser de antemão destinada ao fracasso, não dissipa a persistência. Recorrendo, então, a objetos substitutos (*die Sache*), sem cessar, se configuraria o mundo dos objetos: “o que não aconteceu da maneira que teria sido conforme o desejo é anulado por sua repetição sob uma outra forma, a isso se acrescentam então todos os motivos para insistir nessas repetições” (Freud, 1926/2014, p. 58).

Contudo, o aparelho psíquico não cessa de procurar a impressão mnêmica original, posto que a representação referente a ela apresenta-se distorcida em função das exigências impostas pelo recalque.

Freud (1923/2014) sustentou como o material *inconsciente* permaneceria desconhecido, na medida em que não pode conectar-se à *representação de palavra* por efeito da ação do recalque. Afinal, o enodamento das impressões às representações verbais no *pré-consciente* é a condição para seu acesso à consciência.

Como vimos, a *representação de palavra* é um *resto de recordação da palavra ouvida* no qual ecoa, primeiramente, o *prazer do nonsense*. Afinal, o modo do aparelho psíquico capturar e enlaçar elementos psíquicos para processá-los não prescinde das palavras. Assim, podemos supor que as primeiras apreensões que o *infans* faz singularmente em função de sua ressonância *nonsense* no corpo seriam determinantes no modo de ligação e processamento dos elementos psíquicos.

1.7 A criança entre percepção e representação

*Para falar dos Yahoos, se necessita
Que as palavras funcionem de pedra:
se pronunciadas, que se pronunciem
com a boca para pronunciar pedras.
E que a frase se arme do perfurante
Que têm no Pajéu as facas-de-ponta:
Faca sem dois gumes e contudo ambígua,
Por não se ver nela onde não é ponta.*

(Melo Neto, 1986 [data da publicação], p. 27)

Freud (1925/2014) desenvolve uma concepção dualística e pulsional da função judicativa, sendo esta o embrião da própria constituição do eu, assim como da atividade intelectual do pensamento. Primitivamente, a dialética em jogo no objeto oral, a saber, “engolir o bom” *versus* “cuspir o ruim”, organizaria uma primeira gênese do Eu, na frágil borda que se estabelece, neste mecanismo, entre o dentro e o fora.

Eis o primeiro tempo da constituição subjetiva, denominado *juízo de atribuição*, que determina se uma atribuição pertence ao Eu [*Bejahung*] ou se deve ser expulsa para fora do Eu [*Austossung*]. Conforme o raciocínio do texto da “A negação”¹² [*Verneinung*] (1925/2014), a *Bejahung* é a condição para a *Austossung*, ou seja, a recusa se efetiva *a posteriori* da afirmação.

Cernimos o juízo de atribuição ao momento descrito por Freud no “Projeto” (1895/1995), relativo à experiência de satisfação: assimilação do que é idêntico *versus* expulsão do estranho. Prevalece, desta forma, a homeostase do princípio de prazer: só interessa o bom, que traz apaziguamento.

No interior do campo estabelecido pelo *juízo de atribuição*, nos vemos às voltas com o *juízo de existência*, um segundo tempo, em que há a definição de correspondência entre uma representação psíquica [*Vorstellung*] e a existência da coisa [das *Ding*] no mundo externo, na “realidade”. A representação é, portanto, produto de percepções repetidas de *das Ding*. Logo, a própria presença da *Vorstellung* no pensamento atestaria por si mesma a existência real de *das Ding*. Assim, há na ordem do pensamento uma reunião necessária entre

¹²Segundo nota da tradutora Carone: “Contrariando uma certa corrente francesa, em particular a representada por Lacan e seguidores, não optamos por traduzir ‘*Verneinung*’ por ‘denegação’ – e muito menos por ‘negativa’. . . ‘*Verneinung*’ é o ato mais genérico possível para o ato de dizer não; a ‘negativa’ aplica-se a um caso particular e específico desse mesmo sentido . . . embora haja momentos no texto em que a ‘denegação’ poderia ser o termo mais adequado para traduzir ‘*Verneinung*’ (quando o sentido é psicológico, de desmentido, de recusa de uma suposta afirmação), há outros momentos (quando o sentido é o da gramática ou da lógica) em que seria incorreto não chamar ‘*Verneinung*’ de ‘negação’, pura e simplesmente.” (p. 10)

percepção e representação, promovida pela operação de comparação ou equivalência do juízo de existência.

Contudo, a anterioridade psicológica e lógica do *juízo de atribuição* em relação ao *juízo de existência*, no exórdio do eu, traz consequências capitais para a noção de “realidade”, que será dada em função do segundo. Afinal, se o psiquismo rastreia o bom, toda a dor deverá ser expulsa e inicialmente submetida à *Austossung*. Ora, trata-se na *Austossung* de um modo primitivo de negação, que ainda não é a negação [*Verneinung*] do *juízo de existência*, mas que já é “capaz de pressupor a separação radical entre o Eu e um Real que aparece como traumático” (Safatle, 2014, p. 46).

A *Verneinung* permite um afrouxamento da repressão, isto é, nega-se uma determinada coisa ao invés de reprimi-la. Em outras palavras, admite-se a existência de algo e, paradoxalmente, rejeita o mesmo. Esta ambiguidade lógica e linguística revela o quão penoso é a realização da fundação do eu enquanto instância supostamente homogênea, a todo momento ameaçada por sua própria desestabilização.

Como vimos, não há, na aurora do psiquismo, a circunscrição entre mundo interno e externo, entre subjetivo e objetivo. Tal distinção é, com efeito, determinada pela regência do prazer, que procura constituir uma instância identitária homogênea e estável, o *Eu-prazer*, em oposição a todo sofrimento e inconstância que é exógena a esta delimitação.

Nessa perspectiva, o *juízo de existência* é, de algum modo, deturpado pelo fato de que a realidade externa é marcada pelo traço da rejeição, ou seja, daquilo que o Eu nada quer saber. Assim, Freud concebe um modo de funcionamento do psiquismo em que o “‘princípio da realidade’ e da ‘prova de realidade’ não tem relação com um princípio realista de descrição de estados de coisas” (Safatle, 2014, p. 49). Ao contrário, o que está em jogo no dito teste de realidade não é, de modo algum, uma distinção epistêmica. Trata-se, em verdade, do esforço pragmático de reencontrar o traço que foi registrado do objeto, sobretudo porque é fonte de satisfação.

Retomando o “Projeto” (Freud, 1895/1995), poderíamos situar, na experiência da alucinação da satisfação, as decepções que dela advêm, face à constatação da ausência do objeto na realidade. Assim, diante de um novo estado de desejo, o psiquismo evitará retornar à decepção provocada pela alucinação, desenvolvendo um mecanismo de comparação entre a *representação da coisa* e a *presença da coisa*, chamado *índice da realidade*. Este último impulsionaria o psiquismo a abandonar a estratégia alucinatória, como alude Freud (1925/2014):

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve *conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade*. A qualidade a ser decidida poderia originariamente ter sido boa ou má, útil ou nociva. Expresso na linguagem das mais antigas moções pulsionais orais: isto eu quero comer ou quero cuspir – e numa transposição mais à frente: *isto eu quero introduzir em mim* e isto eu quero excluir de mim. Como demonstrei em outro lugar, o ego-de-prazer originário que quer introjetar em si todo o bom e pôr para fora todo o mau. *O mau, aquilo que é estranho ao ego e que se encontra fora, é inicialmente idêntico a ele*.

A outra decisão a ser tomada pela função do juízo, *sobre a existência real de uma coisa representada (prova de realidade)* [itálicos nossos], é tarefa do ego-de-realidade final, que se desenvolve a partir do ego-de-prazer inicial. Agora não se trata mais da questão de saber se algo percebido (uma coisa) deve ou não ser acolhido no ego, mas se algo presente no ego como representação pode também ser reencontrado na percepção (realidade). Como se vê, é de novo *uma questão de externo e interno. O não real, meramente representado, subjetivo, é apenas interno; o outro, o real, está presente também no exterior* [itálicos nossos] (p. 22-23).

Embora Freud tenha se referido formalmente ao termo “teste de realidade” somente em 1917b, no texto “Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos”, as bases desta função psíquica já estão presentes desde 1895, no “Projeto” (1895/1995), e também em “A Interpretação dos Sonhos” (1900/2012a; 1900/2012b). Contrapondo tais esboços do aparelho psíquico, no esforço de discretizar seus elementos, quais sejam, inibição, atenção, julgamento, pensamento e ação motora, Freud indica dois objetivos para o citado “teste”, assim descritos por Porchat (2005):

impedir a satisfação alucinada do desejo e predispor o aparelho psíquico para reconhecer na realidade o objeto que o satisfaz. É o modelo de um aparelho psíquico primitivo, que tende à alucinação e ao não-reconhecimento da realidade externa, que fornece o significado inicial do conceito de teste de realidade. O teste de realidade funciona como uma espécie de freio para a alucinação. Mas não de qualquer alucinação. Trata-se da alucinação do bebê pequeno em relação ao objeto de satisfação de seu desejo (p. 42-43).

Vale aqui considerar o alerta da autora: o que Freud nomeou como “alucinação” do bebê corresponderia ao mesmo fenômeno circunscrito pela psicopatologia psiquiátrica?¹³ Neste tema, convém anotar que, no “Projeto” (Freud, 1895/1995) o aparelho psíquico distingue representação e percepção segundo a regência do *princípio de prazer*.

O *princípio de prazer* equivaleria ao *princípio de constância* ou *princípio de inércia*: instância que visa exclusivamente à homeostase do aparelho psíquico, evitando o desprazer

¹³ Isaias Paim (1993) em “Curso de Psicopatologia” inscreve as alucinações no campo da enfermidade mental, ao passo que configurariam alterações na representação que alterariam o processo normal de percepção: o sujeito percebe objetos na ausência do estímulo sensorial. Tal manifestação possui amplo espectro de etiologias, apresentando-se mais frequentemente na esquizofrenia, mas também em outros quadros psicóticos, podendo estar relacionada ao uso de substâncias psicoativas ou ainda a alterações fisiológicas nos sistemas sensorio e neurológico. Paim estabelece os seguintes critérios que permitem denotar as alucinações e as pseudoalucinações: “1) nitidez sensorial; 2) projeção para o exterior; 3) intensidade; 4) impressão de realidade; 5) valor emocional.” (p. 43). Sendo que destes cinco critérios, a *impressão de realidade* seria o elemento de maior importância.

proveniente da alucinação. Em “Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico”, Freud (1911a/2004) afirma:

Em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste. Com isso, foi introduzido um novo princípio da atividade psíquica: não mais era imaginado [*vorgestellt*] o que fosse agradável, mas sim o real, mesmo em se tratando de algo desagradável. Esta instauração do *princípio da realidade* mostrou-se um passo de importantes consequências (p. 66).

De acordo com o referenciado princípio do prazer, a *função da inibição* impõe o *signo de realidade* ou *signo de qualidade* ao funcionamento do psiquismo instaurando o *crivo responsável* por avaliação de grande impacto, qual seja, se a percepção pode ser reencontrada na realidade ou se é meramente uma reprodução do psiquismo. Assim, o *juízo de existência* insere-se como uma engrenagem ligada ao que Freud designou como processo secundário ou princípio de realidade, que realizaria a passagem entre o *Eu-prazer* e o *Eu-real*.

Neste ponto, vale anotar a crítica de Safatlle (2015):

Ou seja, estamos diante de uma prova de realidade que, na verdade, foi moldada pelo princípio do prazer, foi construída como uma astúcia para realizar de maneira mais eficaz o princípio do prazer. Não há aqui relação alguma de contraposição (p. 48).

Ao fantasiar e devanear, as crianças conseguem escapar à regência do princípio da realidade, em função do denominado “princípio econômico de poupar esforços” (Freud, 1911a/2004, p. 67), a despeito de estarem a ele submetidas. Entretanto, na alucinação haveria uma quantidade de investimento na representação que poderia fazer vacilar o trabalho da inibição e, logo, o *signo de realidade*, tornando indiferenciadas representação e percepção. A esse respeito, nos valem das considerações de Porchat (2005):

As qualidades podem ser conferidas a representações por meio do recurso à palavra. É isso o que Freud dirá na terceira parte do Projeto. (p. 88) O signo de qualidade torna-se aí sinônimo de signo linguístico, ou mais explicitamente de representação de palavra. Instala-se assim uma questão sobre o signo de realidade da percepção e o signo de realidade do pensar. O signo de realidade do pensar seria a possibilidade de qualquer representação tornar-se consciente a partir do vínculo com a representação de palavra. Já quanto ao signo de realidade da percepção, que seriam as sensações conscientes de qualidades não vinculadas à palavra [itálicos nossos], percebemos a dificuldade em descrevê-lo numa tentativa como a de Laplanche, que se limita a designar como signo de realidade uma espécie de ‘clique’ (p. 79).

As percepções e as representações se diferenciam justamente com o surgimento do fio da *representação de palavra*, sendo este um elemento que se vincula ao *signo de realidade* do pensar consciente. Contudo, o *signo de realidade* da percepção escaparia à linha da *representação de palavra*, o que torna complexo o trabalho do teste de realidade. Dessa forma, o *signo de realidade*, embora seja uma ferramenta para viabilizar a necessária

distinção e consequente separação entre mundo interno e externo, não deve ser tomado como uma máquina que clarifica, de pronto, o que é da ordem do erro ou do acerto, como afirmara Laplanche. Afinal, o subjetivo em jogo comporta falhas em seu funcionamento.

A articulação entre os registros que vão da percepção à representação imprime uma série de deformações na passagem do conteúdo, implicando, inclusive, que o aparelho psíquico não compõe uma unidade homogênea mas que há uma série de conflitos entre os registros. Afinal, podemos concordar com Safatle (2014) sobre Freud:

para um sujeito que se despiu da crença de poder descrever a si mesmo como se estivesse diante de uma instância unitária, a compreensão dos modos de relação que negações podem tecer aparece como uma estratégia importante. Ela permite entender como podemos operar sínteses entre conteúdos mentais sem, necessariamente, definir tais sínteses como um processo englobante de transcrição de conteúdos inconscientes em representações conscientes. (p. 36).

A alucinação do bebê se aproxima do que é vivido em um sonho. Porém, no sonho “alucinado”, com efeito, operariam as barreiras motoras do sono, o que parece não ser o caso da criança que suga o vazio antes de gritar. Em ambas as situações, as reminiscências chegam à percepção e têm, portanto, um estatuto de realidade para o sujeito. Contudo, na psicose, Freud (1917a/2011) aponta que não se trata da simples inversão do curso da excitação, já que estaria em jogo algo da ordem de uma dissociação entre o Eu e a realidade. Nesse último caso, há uma retirada do investimento do Eu no mundo externo, em face de alguma situação insuportável, retornando a catexia para uma lembrança do mundo interno. O resultado é a alucinação em um contexto em que o Eu rompe com a realidade.

Como se vê, a alucinação original se distingue daquela do sonho e da psicose na obra freudiana. O recém-nascido não dispõe de ferramentas que lhe permitam delimitar os eventos do mundo interno e aqueles do mundo externo e, ao buscar a identidade perceptiva da satisfação, ele alucina. Não obstante, faz-se necessário findar com a satisfação pela via da alucinação, trilhando o caminho mais dilatado, isto é, o que conecta o ser com o mundo externo. É imprescindível adiar o prazer para preservar a própria sobrevivência: “Na verdade, a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade não implica a destituição do primeiro, mas sim a garantia de sua continuidade” (*idem*, p. 68).

Neste contexto, o *teste de realidade*, na qualidade de freio para a alucinação do bebê, se insere como “função de *inibição da descarga imediata*” na transposição do funcionamento do princípio de prazer para o princípio de realidade (Freud 1895/1995; 2012/1900). A função da inibição é “condição *sine qua non* para ocorrerem a atenção, o juízo, o pensamento, o adiamento da descarga e, por fim, a ação motora” (Porchat, 2005, p. 44).

A *atenção*, por sua vez, produziria deslocamentos no Eu por meio de duas referências já apresentadas no “Projeto” (1895/1995): a *vivência de dor* e a *de satisfação*. Ambas as experiências referenciam o psiquismo ao passo em que se empenham em evitar o objeto hostil e, posteriormente, a reencontrar o objeto da satisfação.

Todavia, vale lembrar que o teste de realidade depende dos deslocamentos realizados pela atenção, mas ele não se reduz a ela. O teste de realidade é produzido pela engrenagem dos cinco componentes descritos acima. Nessa perspectiva, torna-se necessário *postergar a ação motora*, de forma que o pensamento transforma “cargas de investimento livremente deslocáveis em cargas de investimento fixadas [*gebundene*]”, visando a um menor dispêndio de energia.

O pensar é definido por Freud (1911a/2004) como “um agir por ensaios deslocando pequenas quantidades de cargas de investimento em condições em que há o menor dispêndio (remoção) delas” (p. 67). Nas suas origens, novamente nos deparamos com a *pregnância da linguagem* sob o inconsciente, e, de outra banda, do inconsciente sob a consciência. Freud (*idem*) assevera que dita função só é possível por meio da *fixação das impressões do objeto a restos de palavras*:

Em sua origem, o pensar era provavelmente inconsciente, ultrapassava apenas o ato de visualizar mentalmente [*Vorstellen*] e se dirigia só as relações entre as impressões deixadas pelo objeto. Somente adquiriu qualidades perceptíveis à consciência por meio da fixação [*Bindung*] a restos de palavras (p. 67).

Retornamos ao primeiro tempo do juízo apresentado em “A negação” (1925/2014), cuja existência da *representação da coisa* afiançaria a própria *presença da coisa*. No segundo tempo, o psiquismo prescindiria da *presença da coisa* para realizar a *representação da coisa*. Em função dessa independência alcançada pelo aparelho psíquico entre *representação* e *presença da coisa*, o teste de realidade se debuta.

Nesse quadro, advém a ação do *recalque*, responsável por desinvestir as representações mentais [*Vorstellungen*], promotoras de desprazer, como consequência da avaliação do *juízo de existência*. Segundo Freud (1911a/2004), ao processo judicativo caberia “decidir se determinada representação era verdadeira ou falsa, isto é, se estava ou não em sintonia com a realidade, e para tal comparava-a com traços de lembranças deixados pela realidade” (p. 66). Enfim, se pactuamos com a hipótese de que o bebê alucinaria, supondo o seio materno ou o leite advindo dele num contexto de necessidade, isto implicaria que algo relacionado à perda do apontado objeto de desejo tenha sido previamente inscrito no psiquismo. Tal inscrição

exigiria a prova de realidade como o trabalho psíquico de recuperar o dito objeto no mundo externo:

O primeiro e mais imediato objetivo da prova de realidade não é, portanto, o de encontrar na percepção real um objeto correspondente ao representado, mas, sim, o de *reencontrá-lo*, de se convencer de que ele ainda existe. (FREUD, 1925/2014, p. 25).

Freud aborda o hiato entre as distinções subjetivo-objetivo, dentro-fora, percepção-representação, real-não real apontando a possibilidade de deformações da *representação da coisa* em relação ao que seria *das Ding* propriamente. Afinal, a *representação da coisa* não é realizada *in totum*, além disso, há sempre algo do irrepresentável da coisa que retorna. Portanto, a consciência não é o contrário do inconsciente, não se trata da lógica aristotélica que opõe verdadeiro e falso, mas de uma forma de delimitação e assimilação do mundo externo que deixa restos em sua operação. Há, nessa via, um efeito de retorno da impossibilidade de representação que se coloca em jogo na constituição subjetiva, como explana Safatle (2015):

se há algo que a psicanálise nos ensinou é que nada se expulsa por completo. Isso do qual o Eu precisou se separar, precisou negar para sustentar sua autoconservação, sempre retorna. O reconhecimento d'Isso que o Eu inicialmente negou para poder se afirmar como instância autoidêntica, ou seja, o reconhecimento dessa exterioridade radicalmente heterogênea, é um problema central. (p. 46).

A coisa [*das Ding*] é justamente aquilo que permanece coeso, mantendo um resto inassimilável, em oposição ao trabalho de trilhamento das representações. O eterno retorno em busca de *Das Ding* resta refratário às tentativas de inscrição. Mais uma vez, a prova de realidade incidiria, controlando até onde vão essas deformações, no reparo de excessos. Este mister é a mola propulsora que põe fim ao adiamento do pensamento, provocando a ação.

Se por um lado, *das Ding* estaria em posição externa ao discurso, tendo em vista que esta não seria passível de representação, por outro lado, seria o ponto mais íntimo da fala do paciente, determinando-a. Trata-se do que verificamos no fenômeno do duplo, abordado por Freud no ensaio “O Inquietante” [*unheimlich*] (1919b/2010):

Temos de contentarmo-nos em extrair os mais notáveis entre os temas de efeito inquietante, para investigar se também eles podem ser derivados de fontes infantis. São os do ‘sósia’ ou ‘duplo’, em todas as suas gradações e desenvolvimentos [itálicos nossos]; isto é, o surgimento de pessoas que, pela aparência igual, devem consideradas idênticas, a intensificação desse vínculo pela passagem imediata de processos psíquicos de uma para a outra pessoa – o que chamáremos telepatia –, de modo que uma possui também o saber, os sentimentos e as vivências da outra; a identificação com uma outra pessoa, de modo a equivocar-se quanto ao próprio Eu ou colocar um outro Eu no lugar dele, ou seja, duplicação, divisão e permutação do Eu - e, enfim, o constante retorno do mesmo, a repetição dos mesmos traços

faciais, caracteres, vicissitudes, atos criminosos, e até de nomes, por várias gerações sucessivas [itálicos nossos] (p. 350-351).

A referência ao “retorno do mesmo” que, a despeito da familiaridade, mantém intacto o sentimento de estranheza diante desta coisa [*das Ding*] é encontrado na experiência de se surpreender com o reflexo da própria imagem no espelho. A estratégia de duplicar a si mesmo, alicerce do narcisismo primário, seria para Freud ambivalente: se, de uma face, seria uma defesa contra a morte; na outra, remeteria o próprio sujeito à inquietação relacionada ao anúncio da morte, ao desamparo, à primordial e ineliminável angústia infantil (*idem*, p. 352).

Como o efeito inquietante do retorno do mesmo pode remontar à vida psíquica infantil é algo que posso mencionar aqui, indicando para isso uma exposição detalhada, já pronta, realizada em outro contexto. *Pois no inconsciente psíquico nota-se a primazia de uma compulsão de repetição vinda dos impulsos instintuais, provavelmente ligada à íntima natureza dos instintos mesmos – e forte o suficiente para sobrepor-se ao princípio de prazer, que confere a determinados aspectos da psique um caráter demoníaco, manifesta-se claramente ainda nas tendências do bebê e domina parte do transcurso da psicanálise do neurótico.* As considerações anteriores nos levam a crer que será percebido como inquietante aquilo que pode lembrar essa compulsão de repetição interior. [itálicos nossos] (p. 356).

É o que testemunha o próprio Freud ao ser surpreendido com sua imagem no espelho do trem (*idem*, p. 369-370), não a reconhece imediatamente, o que traz à tona o sentimento de inquietude e estranheza. Haja vista em questão a problemática da percepção *versus* representação de *das Ding* quanto ao ‘teste de realidade’, na medida em que a angústia apresenta-se nesta situação justamente no momento em que “algo que deveria permanecer oculto” se apresenta¹⁴.

1.8 A grande realização cultural da criança

Freud (1926/2014) observou que o objeto materno não existe para a criança ao momento do nascimento. Discordando de Otto Rank (*idem*), ele situa que o trauma da separação, ao momento do parto, incide apenas sobre a mãe, pois, para ela, a criança apresenta-se como um objeto do qual precisa desvencilhar-se e repelir de seu corpo.

De outro lado, sob a perspectiva da criança, sem dúvida, há angústia no nascimento, mas o trauma somente advirá posteriormente, quando da separação da mãe, pois, ao tempo do parto, esta ainda não existe para a criança como um objeto:

¹⁴ Ver o item “Os objetos pulsionais”, no capítulo 2 desta dissertação.

A situação traumática da falta da mãe difere num ponto decisivo da situação traumática do nascimento. Neste não havia objeto que pudesse fazer falta. A angústia era a única reação a ocorrer. Desde então, repetidas situações de satisfação criaram o objeto que é a mãe, que, surgindo na criança uma necessidade, recebe um investimento intenso, que pode ser denominado ‘anseio’. (*idem*, p. 121).

Ao localizar a angústia como um afeto imbricado na iminência da perda, Freud (*idem*) a diferenciara da reação de dor fisiológica no nascimento. Apenas após as intensas experiências com o agente materno é que o signo da angústia primordial se apresentará ao lactente, mesmo que ainda imiscuído ao sentimento de dor. Trata-se da surpresa que a criança vive, ao encontrar um estranho, ali onde a mãe era então esperada ou, ainda, ao deparar-se com o vazio, o nada, o escuro.

O bebê que recua imediatamente frente ao rosto desconhecido não possui ainda o aparelho de registro da alternância entre as idas e vindas do agente materno, o que faz com que sua ausência seja vivida como desamparo. Contudo, vale dizer que a despeito do sujeito vir a alcançar condições para discretizar a saída temporária da perda definitiva do semelhante, tal angústia frente ao desconhecido permanecerá intacta e latente.

Freud (1920/2010) já havia designado a angústia: “um estado como de expectativa do perigo e preparação para ele, ainda que seja desconhecido” (p. 169). Nessa perspectiva, o agente materno, intuitivamente, introduz o jogo de ocultação de seu próprio rosto, que permitirá à criança ultrapassar a angústia do desamparo por meio da preparação para a experiência de separação, ou seja, sua simbolização:

Se perde a mãe de vista um momento, age como se nunca mais fosse vê-la, e são necessárias repetidas experiências contrárias, consoladoras, até que ele aprenda que a mãe sempre costuma reaparecer. Ela faz amadurecer esse conhecimento, tão importante para ele, com a familiar brincadeira de ocultar-lhe o rosto e em seguida novamente mostrá-lo, para alegria do bebê. (FREUD, 1926/2014, p. 120).

Em “Além do Princípio do Prazer”, Freud (1920/2010) abordou a maneira como a criança simboliza a alternância entre presença e ausência do agente materno, a partir da perspectiva de funcionamento do aparelho psíquico sob o viés econômico. Coloca-se em questão, aí, a irrupção de enormes quantidades de energia não ligadas por meio da análise de duas situações distintas, que permitirão formular a dificuldade que é enfrentada na conexão entre pulsão e representação.

Primeiramente, Freud (*idem*) vai tratar dos sonhos traumáticos, que interrogam sua própria tese de que o sonho buscaria a realização de um desejo através do princípio do prazer. Doravante, a análise de uma brincadeira infantil de seu neto também esclarecerá sobre qual o tipo de prazer que orienta a ação humana.

Antes de introduzirmos este jogo propriamente, vale dizer que se trata de um menino de um ano e meio, considerado pelo avô como absolutamente comum. Seus pais o tinham como comportado, pois não chorava frente às ausências da mãe, a despeito de ser a ela muito apegado:

Esse bom menino tinha o hábito de jogar todos os pequenos objetos que alcançava para longe de si, a um canto do aposento, debaixo da cama, etc. Ao fazer isso ele proferia com expressão de interesse e satisfação, um forte e prolongado o-o-o-o, que no julgamento da mãe e no deste observador, não era uma interjeição e significava ‘fort’ [‘foi embora’]. Afinal, percebi que era um jogo e que o menino apenas usava todos os seus brinquedos para jogar ‘ir embora’. Um dia pude fazer a observação que confirmou minha opinião. Ele tinha um carretel de madeira, em que estava enrolado um cordão. Nunca lhe ocorria, por exemplo, puxar-lhe atrás de si pelo chão, brincar de carro com ele; em vez disso, com habilidade lançava o carretel, seguro pelo cordão, para dentro do berço, através de seu cortinado, de modo que ele desaparecia, nisso falando o significativo o-o-o-o, e depois o puxava novamente para fora do berço, saudando o aparecimento dele com um alegre ‘da’ [‘está aqui’]. Então era essa a brincadeira completa, desaparecimento e reaparição, de que geralmente via-se apenas o primeiro ato, que era repetido incansavelmente como um jogo em si, embora sem dúvida o prazer maior estivesse no segundo ato. (*idem*, p. 171-172).

Confirmando a interpretação acima, Freud (*idem*) destaca ainda uma segunda observação da mesma criança: durante os longos interregnos de solidão, demarcados pelas saídas da mãe, ele a recebe com a mesma saudação “*Bebi o-o-o-o!*” Ademais, durante as ausências da mãe, a criança encontrara um meio de se fazer desaparecer, num espelho. A astúcia desta descrição demonstra a importância da própria criança conceber-se como excluída da cena para sua constituição subjetiva; rudimentos de fantasia do próprio desaparecimento, como o primeiro objeto que entra em jogo nessa dialética.

Sigamos, então, em direção as duas vertentes interpretativas de Freud acerca do jogo da criança. A primeira, na qual a criança assenhoraria-se das idas e vindas do agente materno impulsionada pela pulsão de dominação: transpõe o que foi vivido passivamente (saída da mãe) para o jogo no qual ela detém o comando. Na segunda leitura, estaria em jogo para a criança “a satisfação de um impulso, suprimido na vida, de vingar-se da mãe por ter desaparecido para ele, tendo então o sentido desafiador: ‘Sim, vá embora, não preciso de você, eu mesmo a mando embora’” (*idem*, p. 174).

Eis a *grande realização cultural da criança*, na medida em que o jogo testemunha a renúncia à satisfação instintual, “ao permitir a ausência da mãe sem protestar. Compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e a reaparição com os objetos que estavam ao seu alcance” (*idem*, p. 173). Assim, a associação do som *Fort* ao não comparecimento da mãe supõe sua presença possível, enquanto a comparência é articulada à emissão *Da*, implicando a possibilidade do desaparecimento. Nas palavras de Vorcaro (2004): “A criança

repete, num outro registro, a experiência. Nesse ato, estrutura o texto em que se desloca, constituindo ‘desaparecimento e retorno’ de outro lugar, numa outra linguagem” (p. 51).

A constatação de que a dolorosa perda do objeto é mais repetida do que a gloriosa recuperação permitirá a Freud contestar a sua própria hipótese de que o aparelho psíquico visa a um rebaixamento das tensões, formulação decisiva à elaboração teórica acerca da compulsão à repetição. Trata-se de uma lógica pulsional diversa da homeostase, cujo eterno retorno do mesmo sobrepuja o princípio do prazer, determinando um prazer de *outro tipo*, como nomeado por Freud (1920/2010). É o que será testemunhado em uma série de manifestações subjetivas: nos sonhos traumáticos, no impulso que leva as crianças à brincar e também na impossibilidade do paciente de se lembrar de todos os conteúdos reprimidos. Mesmo quando o analista procura revelar-lhe o recalcado por meio da interpretação: “Ele é antes levado a repetir o reprimido como vivência atual, em vez de, como preferiria o médico, *recordá-lo* como parte do passado” (*idem*, p. 177).

A perspectiva inicial de Freud (*idem*), na qual o prazer estaria relacionado ao mínimo de tensão possível, é ancorada na tese do importante psicofísico Gustav Theodor Fechner, cujo princípio da *tendência à estabilidade* no psiquismo relacionaria-se às sensações de prazer e desprazer:

“... todo movimento psicofísico que supera o limiar da consciência é acompanhado de prazer enquanto, além de certo limite, aproxima-se da plena estabilidade, e de desprazer enquanto, além de certo limite, afasta-se dela, havendo entre os dois limites, que podem ser designados como limiares qualitativos do prazer e do desprazer, uma certa margem de indiferença estética...” (*idem*, p. 164).

Objetivando iluminar esta questão, Freud (*idem*) retoma à concepção apresentada por ele e Breuer em Estudos sobre a Histeria (1895): “Tais fixações à vivência que desencadeou a enfermidade nos são conhecidas há muito tempo, no caso da histeria” (p. 169). De acordo com Breuer, haveria ainda dois estados dos elementos psíquicos. O primeiro estado cujas cargas fluem livremente pressionando à remoção e ao escoamento e o segundo estado, no qual as cargas de investimento e fixação tônica encontram-se em repouso. Portanto, o trabalho de captura e enlaçamento [*Bindung*] faria a passagem do estado livre àquele de imobilidade.

A transição de um elemento a outro, no pré consciente, se dá na medida em que a excitação supera a *barreira de proteção*, produzindo um traço permanente. Ou seja, a mobilidade do deslocamento no pré consciente é muito inferior àquela encontrada no inconsciente, cujos processos de condensação e deslocamento escoariam livremente. Na consciência, em função de sua imediata vizinhança com o mundo exterior e de sua regência

pelo princípio da realidade, o processo de excitação não modifica a ordem dos elementos definitivamente, mas exaure-se no próprio ato de tornar-se consciente. Deste modo, a consciência surge no lugar do traço de lembrança.

É importante ressaltar a noção de facilitação [*Bahnung*], introduzida por Freud desde “O Projeto” em 1895, por meio da qual se observa a conexão entre as representações, para o fim de economizar energia psíquica. Assim, a transmissão por caminhos já existentes seria facilitada, por uma espécie de memória, e a emergência de novos percursos, por sua vez, seria não só dificultada, mas, principalmente, evitada. A lógica deste funcionamento é, sem dúvida, um modo de proteção ao encontro com a contingência.

Diante dos efeitos traumáticos do excesso de energia “não ligada” no interior do aparelho psíquico, Freud (*idem*) afirma que a *proteção contra estímulos* é uma tarefa tão ou mais importante que a recepção dos estímulos. O vivente conta com uma reserva própria de energia, por meio da qual precisará preservar as formas especiais de transformação de energia, ou seja, a “influência niveladora, e portanto destruidora, das imensas energias que operam do lado de fora” (p. 189).

Afinal, o inundamento do aparelho psíquico testemunharia a porosidade desta barreira, exigindo, assim, um enorme empreendimento de todos os demais sistemas psíquicos, a fim de ligar as quantias de estímulo que irromperam e, só depois, conduzi-las à eliminação. Este esforço extraordinário tem como consequência a redução ou mesmo a paralisação do funcionamento psíquico restante. Em verdade, a compulsão a repetição opera iterativamente para fixar e enodar os traços das impressões traumáticas, posto que estes não encontram meios de escoamento de acordo com o processo secundário.

Quanto maior for a “energia parada” no psiquismo, tanto maior será a sua *força ligadora* de energias livres. E, quanto menor for a quantidade de energia ligada, mais violentas serão as consequências de uma possível ruptura da proteção, mantendo elementos não ligados (a libido) em processo primário, inacessíveis ao pré-consciente. É nesta direção que Freud (*idem*) localizou a ausência de preparação para a angústia, que culmina no susto, enquanto um sobreinvestimento dos sistemas que primeiro recebem o estímulo. Portanto, o trauma é por um lado efeito da insuficiência da barreira de proteção para conter a excitação, e por outro lado, fraqueza de ligação do sistema psíquico.

Já no analisando se torna claro que a compulsão de repetir na transferência episódios de sua infância desconsidera *de todo modo* o princípio do prazer. O doente se comporta infantilmente, mostrando-nos que os traços de lembrança reprimidos de suas experiências primevas não se acham nele presentes em estado ligado, e mesmo não são capazes, em certa medida, de obedecer ao processo secundário. A esse

não ligamento devem eles também sua capacidade de formar, apegando-se aos vestígios diurnos, uma fantasia-desejo que se apresenta no sonho (*idem*, p. 201).

Como afluente da relação entre a compulsão à repetição e o caráter impulsivo do homem, Freud (1923/2013) introduz a hipótese da pulsão de morte [instinto do Eu] [*Todestrieb*], que transborda a busca de prazer do vivente, como tendência do organismo. Assim, as pulsões visariam a restaurar um estado anterior à vida, ou seja, um retorno ao inanimado. Trata-se da expressão da natureza *conservadora* do vivente, testemunhada nos fenômenos da hereditariedade e da embriologia, em que persevera a compulsão a repetir devido à influência de forças perturbadoras externas. Assim, o “*objetivo de toda vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existe antes que o vivente*” (*idem*, p. 204).

Portanto, “toda a vida instintual serve à realização da morte. Vista sob essa luz, diminui consideravelmente a importância dos instintos de autoconservação” (*idem*, p. 205). A partir de então, todo o trabalho psíquico será abordado sob o escopo da dialética entre pulsão de vida [instintos sexuais] e pulsão de morte [instintos do Eu].

Configura-se, assim, um momento de virada na obra freudiana. O par de opostos prazer-desprazer exigirá a articulação de processos de energia ligados e não ligados à uma *peculiar tensão*, que determina, no interior do funcionamento psíquico, a autonomia de uma compulsão demoníaca e indomável, imiscuindo prazer e desprazer:

há um *instinto de morte*, cuja tarefa é reconduzir os organismos vivos ao estado inanimado, enquanto Eros busca o objetivo de, agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente. Ambos os instintos comportam-se de maneira conservadora no sentido mais estrito, ao se empenhar em restabelecer um estado que foi perturbado pelo surgimento da vida. Este surgimento seria, então, a causa da continuação da vida e, ao mesmo tempo, da aspiração pela morte, a própria vida sendo luta e compromisso entre essas duas tendências (*idem*, p. 50-51).

Portanto, a compulsão à repetição revela a falibilidade do recalçamento e a fragmentação do psiquismo, ou seja, uma instância conflitante, que tende ao transbordamento da energia não ligada. Afinal, o recalcado retorna por meio das repetições sem se fazer representar pelas palavras, mas permitindo ressoar, em suas manifestações, o *prazer do nonsense*.

1.9 A aquisição do ser pela linguagem e a escolha do sujeito: um campo aberto por Freud

Como vimos, encontramos na obra de Freud importantes indicações que corroboram com a hipótese da *aquisição da criança pela linguagem*. Interrogamos, então, de que forma o neonato, já submerso antes mesmo do nascimento no campo da linguagem, vem a recebê-lo e incorporá-lo, na medida em que nasce já enredado na suposição prévia de seus pais, familiares e do meio cultural.

Freud apontou diversas vezes que, ao nascer, o *infans* não conta com um aparelho psíquico pré-formado que lhe permitiria o registro e a memória de suas experiências. Discorrendo sobre esta temática, Lacan (1949/1998b) indica a especificidade da prematuração nos primeiros meses neonatais: “essa relação com a natureza é alterada, no homem, por uma certa deiscência do organismo em seu seio, por uma discórdia primordial traída pelos sinais de mal-estar e falta de coordenação” (p. 100). Trata-se, objetivamente, do inacabamento anatômico do sistema piramidal, além de certos resíduos humorais maternos do neonato, o que produzirá uma série de consequências subjetivas, que abordaremos a seguir.

Fundamentados nesses argumentos, supomos que o *infans* não poderia, a princípio, discretizar unidades da língua e, portanto, articulá-las, concatenando-as. *O que seria captado pelo neonato do campo simbólico, e, em especial da linguagem do adulto que se dirige a ele? Haveria subsídios para levantarmos a hipótese de que, na origem, o infans apreende um bloco sonoro privilegiado singularmente e sem conformidade com a língua pátria?*

Como apresentou Heller-Roazen (2005[2010]), um dos mais eminentes linguistas da atualidade, Roman Jakobson (1941[1963]), nos esclarece vários aspectos das primeiras circulações da criança na linguagem: antes de falar efetivamente uma língua, há o período denominado de “ápice do balbucio” [*die Blüte des Lallens*], no qual a criança é capaz de articular praticamente todos os sons conhecidos, inclusive aqueles que não serão jamais encontrados nas línguas humanas. Contudo, a partir do momento que a criança começa a usar a língua, há uma atrofia parcial do repertório fônico. Se esta redução é justificada na linguística pela inutilidade de todas as emissões sonoras para se comunicar, podemos supor a incidência de uma restrição de gozo do vivo, em função da transmissão cultural. Como aponta Jakobson nesse estudo, ocorre uma amnésia fônica de sons emitidos pela criança e que são comuns à língua do adulto que se dirige a ela. Trata-se, sem dúvida, de um esquecimento, não da língua, mas da habilidade supostamente infinita para a articulação sonora indiferenciada. A partir desse apagamento, o balbucio passa a ter um estatuto de fala, precipitando a aquisição de um língua própria:

Entre os ruídos do bebê e as primeiras palavras da criança, não apenas não há uma clara passagem, mas, pelo contrário, existem evidências de uma interrupção decisiva, algo como um salto no qual as habilidades fonéticas ilimitadas do primeiro parecem vacilar (p. 8).

Como vimos, Freud (1891/2014) já havia observado que a criança funciona primeiramente do mesmo modo que um paciente acometido por afasia motora, pois, antes de pactuar com a linguagem coletiva e servir-se dela para a comunicação, o *infans* cria uma linguagem sem função comunicativa, falando e escutando suas próprias emissões sonoras.

A esse modo de intervenção da linguagem no corpo da criança, Freud (1905a/1992) denominou de prazer do *nonsense* (o qual, com Lacan, poderemos especificar como *gozo do nonsense*), também observável em alguns doentes mentais. Conforme visto neste capítulo, trata-se da concatenação e reprodução do que foi ouvido em função da assonância que excita o corpo, ecoando uma carga afetiva, sem qualquer intenção comunicativa.

De acordo com a suposição feita por Clerc (2007), a assonância produziria um gozo, mas também uma ruptura que possibilita a incorporação imagética à matéria da língua. Ademais, embora os adultos e o laço social operem restrições ao prazer do *nonsense*, esse seria passível de resgate nas formações do inconsciente, retornando sob a forma de chiste (Freud, 1905a/1992). Diante do equívoco provocador do riso, vale problematizar a hipótese na qual o entrecruzamento da semelhança das palavras (homofonia) com a semelhança de sentido (sinonímia) se dá quando a expectativa da criança já encontra-se submetida pela interdição do gozo primordial irrestrito com a mãe:

Desta forma, a incidência do gozo na língua implicaria o atravessamento da língua materna pela fala maternante privada do laço primário. Com a noção lacaniana de *lalíngua*, podemos afirmar que o gozo do *non-sens* adviria da passagem de fragmentos da fala materna secreta para o registro da língua materna. Tal hipótese é autorizada por Freud, que aponta que o efeito de prazer do ritmo ou da rima se atém ao prazer do *non-sens*, cuja repressão os rarefaz, no adulto (Vorcaro, 2016, inédito § 50).

A partir de Vivés (2016/comunicação pessoal) considera-se que, em determinadas patologias da linguagem, não teria ocorrido esse apagamento necessário da *fala maternante* (independentemente da prosódia materna ser ou não expressa em manhês), permanecendo intacto o gozo do *nonsense*. Esse fenômeno seria testemunhado em uma série de casos, tais como: na *disfluência* da gagueira; nos *tiques* pontuadores da fala; nas *holófrases*; nos autismos; nas psicoses; na debilidade e em alguns fenômenos psicossomáticos.

O grande especialista em linguagem infantil, Kornej Čukovskij (1966/1971) reforça o argumento de que o ingresso da criança no funcionamento da língua depende de sua penetração em traços poéticos, como relatado por Heller-Roazen (2005/2010), lembrando que

todas as crianças saudáveis encontram uma alegria particular no exercício da rima: “A estruturação de rimas aos dois anos de idade é uma etapa regular de nosso desenvolvimento linguístico. As crianças que não passam por esses exercícios linguísticos são anormais ou estão enfermas” (Čukovskij, 1966/1971, p. 301, tradução nossa¹⁵).

Nesse momento há a articulação de palavras em função da rima, sem qualquer preocupação com a produção de sentido. Encontramos a expressão de neologismos para concatenar com outras palavras existentes, ou mesmo a criação de uma cadeia de fonemas rimados e desprovida de significação, mas visando justamente a obter ao gozo do *nonsense*. As crianças pequenas e os portadores de retardo mental respondem mais pronunciadamente às palavras a partir de um traço sonoro, em detrimento de relações gramaticais ou semânticas (Sanches & Kirschenblatt-Gimblett, 1976). Seguindo essa investigação, Jakobson e Waught (1979/1987) ressaltam a importância das “*rimas para contar*”, chamadas pelos estudiosos franceses do tema de “*glossolalie ludique*”. Trata-se do modo preliminar com o qual as crianças distribuem as funções dos participantes de uma brincadeira por meio de uma música ou rima¹⁶.

Ao considerar que na infância *as palavras são tratadas como coisas*, Freud (1908/2015) abriu o campo da análise de crianças, em que os objetos operam em função significante, como atestou a grande realização cultural da criança no jogo do *Fort-Da*. O brincar é, portanto, estruturante do psiquismo e se articula na série “jogo-devaneio-sonho-poesia” (Vorcaro, 2004, p. 48).

Freud (1920/2010), assinala que as concatenações de sentido efetuadas pelas representações de palavras são posteriores e estão condicionadas à fixação anterior de cargas de energia livre, pois, na gênese do sujeito não há o recurso à representação de palavra [*Wortvorstellung*], que poderia inibir o excesso de excitação que invade o corpo *infans*. Caso articulemos a estas a afirmação freudiana (cf. 1905a/1992, p. 115-120) de que, tanto o *infans* quanto alguns esquizofrênicos demonstram uma sensibilidade específica à homofonia, na literalidade e nos neologismos, entre outros, podemos supor que ambos, capturem predominantemente a materialidade da linguagem como um excesso que eles fixam sem,

¹⁵ No original: “la formación de rimas a los dos años de edad es una etapa regular de nuestros desarrollo linguístico. Los niños que no pasan por esos ejercicios linguísticos son anormales o están enfermos” (Čukovskij, 1966/1971, p. 301).

¹⁶ Tal como encontrado no popular jogo brasileiro de palavras: “Uni duni te, Salamê minguê, Um sorvete colorê, O escolhido foi você”, ou ainda em alguns jogos de sons que as professoras utilizam para convocar as crianças a uma atividade.

entretanto, tratem tais fixações por meio de deslocamentos e substituições que as representações de palavras franqueariam, em sua função de ligação.

Portanto, o recurso à fixação de cargas de energia livre (cf. Freud, 1920/2010) será a condição para as concatenações de sentido. A partir de então seria traçada uma fronteira de oposição entre um Eu e um não-Eu, possibilitando ao sujeito se diferenciar da linguagem, diferenciação necessária para que ele possa se servir dela (como veremos, a criança é inicialmente mergulhada na linguagem, pelo agente materno como signo para posteriormente destacar-se). Por isso, não podemos subestimar o caráter traumático do primeiro choque do vivo com a linguagem.

Não é fortuito que Freud (1923/2011) tenha assinalado a prevalência das percepções acústicas na constituição subjetiva, desenvolvendo o constructo de um “boné auditivo” (p. 67), entre a fronteira do aparelho psíquico com o mundo externo, vale dizer, no sistema pré-consciente. As representações verbais seriam, assim, produzidas a partir de resíduos mnemônicos deixados nessa “origem sensória especial” (p. 67). *Tais resíduos mnemônicos de emissões falantes do adulto corresponderiam ao modo singular da primeira apreensão que o infans faz da linguagem, relacionando-se ao usufruto do nonsense?*

Em “O Eu e o Id”, Freud (1923/2011) deixa claro que o movimento motor da fala [*Bewegungsbilder*] somente se articula ao passo que o sujeito escuta as próprias emissões falantes, bem como aquelas à sua volta. Diante disso, Lacan (1959-60/1988) enfatizou as modalidades pela quais a sensação de esforço no movimento de falar permite que, por meio do princípio do prazer, haja escoamento [*Abfuhr*] da energia e, assim, o sistema psíquico tornar-se-á sensível à representação de palavra [*Wortvorstellung*].

Noutro lado, como poderíamos entender a importância atribuída por Freud (1895/1995) ao *grito* da criança recém nascida? Esse *grito* convoca um próximo [*Nebenmensch*] que o toma como signo do mal estar do bebê, permitindo àquele intervir sobre as necessidades deste. Na terminologia freudiana trata-se da ação específica [*spezifische Aktion*] como sendo correspondente à mítica e exordial experiência de satisfação.

Aristóteles, em seu célebre “De interpretatione”, procurou eliminar todas as modalidades narrativas de seus estudos sobre as proposições lógicas como aponta Heller-Roazen (2005/2010). O filósofo grego justifica seu esforço no fato de que as interjeições não exercem função de representação, e, conseqüentemente, não anunciam, tampouco negam qualquer afirmação. Contudo, em nossa pesquisa não podemos negligenciar a repercussão das interjeições em nossa hipótese de que a criança é adquirida pela linguagem.

Nas especulações desenvolvidas no século XVIII sobre a origem da linguagem, Condillac (1746/1947) e Rousseau (1962 (trad.), n.d.) formularam: além dos gritos naturais, sua fonte seriam os gestos dêiticos e imitativos. A eficácia restrita de tais manifestações teria dado preponderância ao elemento fônico. Desta perspectiva, as origens da linguagem seriam a onomatopeia, o canto e as paixões.

Já no século XIX, tentando reconstruir o elo faltante no evolucionismo, as teorias explicaram o passo do animal ao homem. Desse ponto de vista, a linguagem seria instintiva, estando em continuidade com a expressão inata das emoções. Assim, Lamarck (1809/1994) e Darwin (1872/2000) consideraram o desenvolvimento de gritos expressivos animais sob forma de interjeições humanas e imitações de barulhos da natureza como onomatopeias.

Como apresentado na pesquisa de Heller-Roazen (2005/2010), anos depois, Jakobson (1941/1963) demarcou a importância fundamental dessas expressões no ingresso da criança no idioma falante: antes de articular alguns sons em palavras, ela o fará sob a forma de exclamações. Nikolai Sergeevich Trubetzkoy (1939) observou ainda que estas emissões dificilmente pertencem a uma língua determinada, posto que ultrapassam os limites gramaticais, semânticos e sintáticos, compondo um tipo de língua particular na qual há uma região indistinta de som. Trata-se, na denominação do autor russo, de “elementos fonológicos distintivos anômalos”, como comentado por Heller-Roazen (2005/2010):

Os elementos fonológicos distintivos anômalos, em suma, estão simultaneamente incluídos e excluídos dos sistemas linguísticos; parecem, mais exatamente, incluídos em uma língua justamente por estarem excluídos dela. Equivalentes fonéticos das entidades paradoxais que a teoria dos conjuntos banuiu de sua disciplina em sua fundação, eles constituem os ‘elementos’ dentro de cada língua que pertencem e não pertencem ao conjunto de seus sons. São membros não desejados, porém inalienáveis, de todo sistema fonológico, dos quais nenhuma língua pode prescindir, e que nenhuma reconhece como seus. (p. 15).

O filósofo frisa em seu livro “Ecolalias” (*idem*) que o próprio Dante Alighieri em “De vulgari eloquentia”, magistral tratado sobre a linguagem, já havia indicado que as interjeições são menos estranhas ao campo da linguagem do que podemos supor a princípio. Eis a força primordial da exclamação como ato inaugural de fala na primeira emissão sonora de desespero. O que nos interessa é o testemunho de uma repercussão no corpo presentificado nestas vocalizações. Entretanto, as interjeições não comparecem *in totum* na linguagem falada pelo adulto, a despeito de deixarem seus rastros na fala, não sendo completamente apagadas.

Ao atravessarmos a perspectiva da psicologia do desenvolvimento, na qual há uma suposição de que o simbólico pré-existe ao sujeito, encontraríamos na obra freudiana a contribuição capital da psicanálise nesta discussão, qual seja, que a criança consita com a

aquisição da linguagem sob seu ser, nas palavras de Freud (1925/2014):

Segundo nossa hipótese, *a percepção não é de modo algum um processo puramente passivo* [itálicos nossos], mas o ego envia periodicamente pequenas quantidades de investimento para o sistema de percepção, por meio das quais ele experimenta os estímulos externos, recolhendo-se novamente após cada um desses avanços tateantes” (p. 27).

Assentadas tais premissas, buscar-se-á especificar as origens e as ressonâncias do encontro original entre o *infans* e o *Nebenmensch* (que será abordado nos termos de Lacan como Outro real), pelo viés do efeito primário e ineliminável da linguagem como gozo do *nonsense*. Além disso, trataremos do elemento indiscernível denominado por Freud de *das Ding*, que se apresentará na inauguração e nas manifestações do inconsciente através de modalidades distintas de negação na estruturação subjetiva, como: expulsão [*Austossung*], suspensão [*aufhebung*] negação [*Verneinung*], recalque [*Verdrängung*] e forclusão [*Verwerfung*].

Consideramos que essa discussão poderá iluminar as questões relativas à clínica de crianças e, especialmente, de sujeitos autistas.

Para finalizar, mas não concluindo, interrogamos se haveria talvez uma articulação entre o interminável trabalho dialético do psiquismo no *juízo de atribuição*, qual seja, isto eu engulo (é bom, sou eu) e aquilo eu cuspo (é mal, é estranho a mim), e o movimento subsequente da criança, o *Fort-Da*. Se nos permitirmos prosseguir na conjugação entre o *juízo de atribuição* e o jogo do *Fort-Da*, teríamos, no primeiro tempo, o neonato que cospe o objeto (que poderia ser o seio ou o leite materno) e, no segundo tempo, a criança jogando o carretel e, concomitantemente, pronunciando *Fort*. Ditos movimentos permitiriam uma primeira inscrição do mundo exterior em oposição aos atos de engolir o objeto ou puxar de volta o carretel, dizendo *Da*, que demarcariam uma borda relativa ao mundo interior (eu).

Tecendo essas considerações, nos perguntamos: *o que permitiria a criança transpor o cuspir-engolir o objeto para a simbolização em jogo no Fort-Da? O que ocorre com muitas crianças que chegam a pronunciar algumas palavras e, em seguida, recuam e calam-se?* Sabemos da necessária inscrição relativa à perda do objeto para que a criança venha a associar a ausência de um objeto a um som. Entretanto, causa incômodo o fato de que essa inscrição da perda torna-se impossível ou insuportável para ditas crianças que permanecem aderidas univocamente ao objeto, sem um interregno para que a coisa possa vir a ser nomeada.

Retomando nossa hipótese de que no autismo não haveria a representação de palavra, inferimos que o objeto interditaria, em certa medida, a criança, fazendo a função da palavra. De alguma forma, o sujeito autista não renuncia ao ganho de prazer com o objeto, para

satisfazer-se com o simbólico, como no desenvolvimento típico, coroado pelo jogo do *Fort-Da*, isto é, a grande realização cultural da criança. Portanto, há um ato do sujeito em sua entrada na linguagem, que pode não ocorrer, como atestam as graves psicopatologias da infância.

2 O *VIR-A-SER* SUJEITO: UMA LEITURA DE LACAN

*‘Quem é você?’, disse a Lagarta?
... “Eu... Eu... no momento não sei, minha senhora...
pelo menos sei quem eu era quando me levantei hoje de
manhã, mas devo ter mudado várias vezes desde então.*

(Carroll, 1865/2013, p. 62).

Neste capítulo partimos da leitura de Lacan a alguns dos principais textos e ideias de Freud trabalhadas no primeiro capítulo. Pretendemos, assim, verificar por quais modalidades a teorização do psicanalista francês ampliaria nosso horizonte de investigação acerca da aquisição da criança pela linguagem, tendo em vista a insondável escolha do ser em consentir ou não com a operação de alienação à linguagem. Acrescentaremos ainda a perspectiva do psicanalista francês acerca do imaginário e do transativismo, a qual não abordamos em Freud, pois no primeiro capítulo optamos por nos restringirmos ao efeito da linguagem sobre a criança ainda na condição de *infans*. Consideramos, entretanto, que é imprescindível nos referirmos a teoria do estágio do espelho desenvolvida por Lacan. Trata-se de um percurso teórico imprescindível para o estudo da constituição subjetiva à medida que nos propomos a investigar as questões preliminares ao estudo das graves psicopatologias da infância.

Lacan¹⁷ ressaltou que a ideia freudiana de que o psiquismo visa à descarga e ao escoamento da quantidade (Qn) de energia é bem mais complexa do que os ideais mecanicistas de sua época. Embora Freud tenha sido influenciado pelas teorias do fim do século XIX e do início do século XX, representadas pelo médico, matemático e físico Hermann Ludwig Ferdinand von Helmholtz, autor da teoria de conservação de energia, e pelo psiquiatra canadense Richard Maurice Bucke, ele as ultrapassa. Podemos inclusive encontrar elementos para afirmar que no “Projeto” estariam os primeiros germes da perspectiva formalizada em 1920 como “Além do princípio do prazer”. Com Lacan, esse campo será abordado por meio da terminologia do gozo e do real, em que o excesso pulsional gera uma qualidade, ultrapassando o binômio prazer-desprazer.

No contexto do “Projeto”, Freud (1895/1995) desenvolveu um aparelho, aparentemente, estritamente neurônico e pré-formado, em relação ao qual o organismo

¹⁷ Utilizamos a interlocução de “O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise” (Lacan, 1956-60/1988) e “O Seminário, livro 16, de um Outro ao outro”, Lacan (1968-9/2008) para a leitura do “Projeto” (Freud, 1895/1995). Advertimos que em “O Seminário, livro 2, o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-55/1985) o leitor encontrará ainda uma longa discussão sobre esta obra, bem como em outros textos. Portanto, apresentamos aqui duas leituras de Lacan do texto de Freud, mas que não pretendem-se exaustivas.

permanece à margem, assim como ao mundo exterior. Sua eficácia seria dada pelo automatismo do princípio do prazer, responsável pela manutenção de um certo nível de Qn no aparelho, tendo em vista que rebaixar a zero seria a própria morte.

Nos termos de Lacan (2005/1962-3), o “Outro originário como lugar do significante” (p. 36) adquire a função de Outro real, o *Nebenmensch*, um agente que impõe a linguagem ao ser vivo, primordialmente, como gozo. Desde a intervenção do *Nebenmensch*, como ação específica, todas as manifestações subjetivas são reguladas e apoiadas no personagem que figura o Outro real, em duas facetas. Por um lado, ao fornecer um objeto, a ação específica inaugura um trilhamento [*Bahnung*], isto é, uma via de satisfação, que tende a ser reproduzida:

O mundo freudiano, ou seja, o da nossa experiência comporta que é esse objeto, *das Ding*, enquanto Outro absoluto do sujeito, que se trata de reencontrar. Reencontramo-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer, é nesse estado de ansiar por ele e de esperá-lo que será buscada, em nome do princípio do prazer, a tensão ótima abaixo da qual não há mais nem percepção nem esforço (LACAN, 1959-60/1988, p. 69).

Por outro lado, trata-se de um funcionamento de defesa diante de algo do Outro primordial que não é captável, pois a coisa [*das Ding*] inassimilável é parte desse Outro.

Vale lembrar a estreita relação entre o objeto [*die Sache*] e a coisa [*das Ding*]. *Die Sache* é o objeto útil, partilhado, cultural e intercambiável. Por isso, Freud utiliza a ideia de *Sachevorstellung* em oposição à *das Ding*, a coisa inútil, inapreensível e irrepresentável, que está na origem da representação e do próprio sujeito (cf. Lacan, 1959-60/1988). Há um impossível de simbolizar no próprio ato de simbolização, isto é, um *nonsense* estrutural.

Prosseguindo em sua leitura de Freud, no “Seminário 16: de um Outro ao outro”, Lacan (1968-9/2008) assevera que o pai da psicanálise teria encontrado na articulação neuronal um suporte para expressar a “articulação significante em sua forma mais elementar” (p. 191). A representação seria estruturada em uma trama de redes externas ao circuito do sujeito em que se pretenderia unificar a representação:

com esses encaminhamentos, esses deslocamentos, essas transferências de energia feitas ao longo da trama neuronal, e que situamos por outros meios que não esses, físicos. . . . Em cada um dos cruzamentos inscreve-se uma palavra, a palavra que designa uma dada lembrança, uma dada palavra articulada em resposta, uma dada palavra que fixa as relações, uma dada palavra que cunha, que marca, que torna engramático, se assim posso dizer, o sintoma (*idem*, p. 190).¹⁸

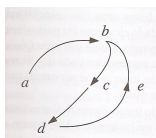
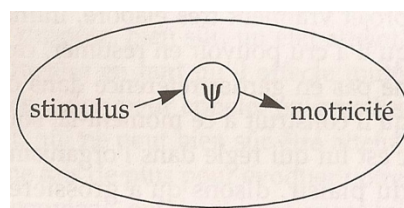
¹⁸ Para melhor nos instruímos a respeito dos mecanismos inconscientes lidos por Lacan a partir do esquema de Freud, nos remetemos a alguns fundamentos da teoria dos conjuntos, como tratada pelo lógico e matemático Jean Louis Krivine no livro “Théorie axiomatique des ensembles” (1969). Visualizemos o esquema abaixo:

Anteriormente, Lacan (1961-2, inédito) demonstrara que o sistema psíquico (Ψ) é suportado por uma rede parcial (ou seja, não implicando totalidade). Trata-se do inconsciente enquanto uma superfície com dois polos: um dirigido ao exterior e outro ao interior, indicando a complexidade dos processos envolvidos no funcionamento psíquico, posto que são desenhados em rede sobre essa superfície. Tal configuração põe-se de préstimo à todas as ambiguidades da função significante, temperando a tensão¹⁹:

Quer se tome o significante, muito simplesmente, por seu aspecto de materialidade irreduzível que a estrutura comporta, por ser a dele, quer se o evoque sob a forma de uma loteria, evidencia-se que no mundo somente o significante tem o poder de suportar uma coexistência – constituída pela desordem (na sincronia) – de elementos em que subsiste a ordem mais indestrutível que se manifesta (na diacronia), fundamentando-se esse rigor associativo de que ele é capaz, na segunda dimensão, na própria comutatividade que ele exhibe, por ser intercambiável na primeira (LACAN, 1960/1998g, p. 664-665).

O aparelho ψ freudiano construído no “Projeto” (1895/1995), longe de operar apenas como um intermediário, legisla, autonomamente, o princípio do prazer no organismo, formando um círculo fechado. Desta forma, constitui um sistema independente, interpondo-se ao ciclo definido pela fisiologia do organismo. Exerce a função de objeção ao arco estímulo-motricidade, isto é, o arco reflexo. A motricidade é “supostamente livre”, na medida em que opera submetida à exigência de escapar dos estímulos intensos que ameaçariam a integridade do aparelho.

Figura 6 – “O CÍRCULO REFLEXO QUE CONSTITUI O SISTEMA ψ ”



Fonte: Lacan (2008/1968-9, p. 191).

Cada ponto ligado ao outro por uma seta seria um elemento de um conjunto diverso, no nível mais radical da articulação significante. A configuração da concatenação de significantes não é universal. Ao revés, exclui um conjunto de seu campo, na medida em que não está contido como uma das partes do conjunto, mas apenas articulado como elemento numa referência a outros conjuntos assim articulados.

¹⁹ Ressaltamos que Lacan não refere-se aí ao desprazer mas, como veremos, da relação do sujeito com o real do gozo.

Fonte: Lacan (1968-9, inédito, p. 152).

Longe de ser imediata, a percepção do estímulo [*stimulus*] é mediada pelo aparelho ψ que adia e deturpa o que seria uma resposta motora [*motricité*] reflexa. Por isso, na experiência de satisfação junto ao *Nebenmensch*, a problemática da percepção do objeto de satisfação, *das Ding*, segundo Freud, resta em parte refratária ao trabalho da percepção. Ao ressurgir o estado de urgência, a criança então alucina o objeto de satisfação até que a insistência da necessidade do organismo a conduza ao caminho mais dilatado, isto é, aquele que convoca a mãe ou quem faz sua função.

Discordando da nomeação de alucinação a este fenômeno, Lacan (1958-9/2016), argumenta que sua descrição refere-se à atualização de uma lembrança na realidade. Ao acionar o teste de realidade (tratado no capítulo 1), a criança distingue entre aquilo que está sendo recuperado e o que acontece na realidade. Ademais, Lacan (1959-60/1988) sublinhara que a alucinação não se reduz à uma imagem, pois já é de ordem significante. Trata-se da ingerência do significante no campo do real, ao contrário da ideia corrente de *falsas percepções do real*.

Afinal, a ação específica se dá no nível do que há de mais íntimo no sujeito, configurando sua primeira apreensão da realidade ao articular energicamente o que está à margem, a similitude, a separação e a identidade. Nessa perspectiva, nos remetemos aos mecanismos de afirmação primordial [*Bejahung*] e expulsão [*Austossung*], tratados no capítulo anterior, como Freud (1925/2014) os apresenta. Na origem pulsional do Eu (*ego-de-prazer originário*) há apenas a relação com o mundo exterior no nível do objeto oral: assimilação, *Bejahung*, engolir o bom, pois é igual a mim *versus* expulsão, *Austossung*, cuspir o que é mal, estranho a mim (Lacan, 1959-60/1988).

Em verdade, o Outro primordial é justamente o estranho familiar [*unheimlich*], que vimos no capítulo anterior, condenado a ser expulso pelo simbólico e, então, retornar no real (eis a alucinação tratada por Freud). Portanto, a experiência da criança com o *Nebenmensch* comporta uma estranheza radical [*Fremde*], qual seja, *das Ding*, o elemento isolado, ou seja, submetido à expulsão [*Austossung*]: primeiro exterior, a partir do qual o sujeito buscará um objeto suposto da satisfação, coordenado pelo princípio do prazer. De fato, a *Austossung* é a condição para qualquer delimitação do psiquismo que permita diferenciar percepção e consciência.

Em primeiro plano, há o processo primário, paralelamente, à noção de *Bahnung*: um trilhamento, que, para Lacan (1959-60/1988), testemunharia a proximidade do aparelho psíquico do *Entwurf* (Projeto, 1895/1995), com a estrutura da linguagem, isto é, o encadeamento signifiante (p. 50). Ademais, estaria em jogo o caráter paradoxal e específico do funcionamento do princípio do prazer: engendrar a *possibilidade alucinatória* (Lacan, 1968-9/2008).

Nessa vertente, o grito seria o primeiro germe do enunciado da fala que convoca o *Nebenmensch* à satisfação; e, por outro lado, seria determinado pela *experiência da dor* que o provoca. Produzindo a interrogação sobre a facticidade das percepções, a dor exige diferenciar alucinação e percepção:

O objeto enquanto hostil, diz-nos Freud, só é sinalizado no nível da consciência na medida em que a dor faz o sujeito soltar um grito. . . . O grito cumpre aí uma função de descarga e desempenha um papel de uma ponte no nível do qual algo do que ocorre possa ser pego e identificado na consciência. Esse algo permaneceria obscuro e inconsciente se o grito não lhe viesse conferir, no que diz respeito à consciência, o sinal que lhe confere seu valor, sua presença, sua estrutura – da mesma feita, com o desenvolvimento, que lhe é conferido pelo fato de que os objetos mais importantes em questão para o sujeito humano são objetos falantes, que lhe permitirão ver, no discurso dos outros, revelarem-se os processos que habitam efetivamente seu inconsciente (LACAN, 1959-60/1988, p. 45).

Lacan (*idem*) nos lembra que alguns comentadores de Freud consideraram que ele teria cometido um “lapso” no “Projeto” (1895/1995) ao utilizar o termo motor [*motorisch*] ao invés de *sekretorisch*, que designaria célula, núcleo ou órgão. Assim, interroga se seria de fato um “ato falho”, pois “Freud nos diz efetivamente que, na maioria dos casos, a reação de dor sobrevém do fato de que a reação motora, a reação de fuga é impossível, e isto na medida em que a estimulação, a excitação, vem do interior” (*idem*, p. 78). Ademais, Lacan (*idem*) aponta que “na organização da medula espinhal os neurônios e axônios da dor encontram-se no mesmo nível, no mesmo lugar que certos neurônios e axônios vinculados à motricidade tônica” (*idem*).

Frente à estimulação interna de impossível escape, Freud (1920/2010) situou a tendência do organismo de tratá-la como se agisse a partir de fora e não de dentro, “para poder usar contra ela os meios defensivos da proteção contra estímulos” (p. 191) o que implicará o trabalho psíquico de diferenciação.

Tendo em vista que na organização subjetiva o processo primário incide na relação do sujeito com o próprio corpo, há nos casos de dor fisiológica, uma parcialidade do investimento libidinal sobre o próprio corpo. Considerando que a distribuição da libido se pauta pela relação com o mundo dos objetos de desejo, Lacan (1959-60/1988) ressalta que

uma determinada dor pode ser relegada ao esquecimento ao tomar a dianteira na economia libidinal, chegando inclusive a exercer a função de fetiche.

A leitura de Freud nos permite colocar em certos momentos dor e satisfação em um mesmo patamar, considerando que a dor também faz com que o psiquismo se volte para o mundo exterior. Freud não explorou profundamente esta temática, o que deixou flancos em aberto para futuras investigações.

Em nossa pesquisa a problemática da dor foi uma descoberta que possibilitou a construção de uma perspectiva clínica do recalque originário²⁰. O que é doloroso, vivenciado na vertente de um excesso, não pode ser apreendido como prazer do *nonsense*, gerando uma primeira fixação. Estabelece-se, assim, uma quisto em relação ao que tem que ser evitado, mas ao qual procuramos retornar sempre, engendrando a repetição.

Então, se o aparelho psíquico é fundado por um excesso de gozo, esse paradoxo orientará o complexo funcionamento que articula prazer e desprazer, isto é, um além do princípio de prazer. Em termos lacanianos, o gozo que tanto produz quanto inibe a alucinação, já que a consequência última da inundação de gozo é a devastação. Temos, assim, um aparelho psíquico predestinado ao engodo e ao erro, pois almeja a satisfação tanto por via do prazer quanto do desprazer. O princípio da realidade é apresentado por Freud (1911a/2004) como um mecanismo retificador da percepção (que sozinha se limitaria à alucinação), operando como um regulador que engendra o teste de realidade, verificando até onde vão as deturpações entre percepção e consciência.

O caráter de composição imaginária de *das Ding* faz dela a substância de um engodo vital. Se, numa face, trata-se daquilo em que a aparência se sustenta, noutra face, sujeita o objeto à decepção de uma aparição da assombração corriqueira que forja o terceiro, produzido a partir da Coisa (cf. Lacan, 1959-60/1988, p. 79).

Além da irrepresentabilidade de *das Ding*, que coloca em xeque o *perceptum*, o funcionamento do próprio aparelho psíquico provoca distorções naquilo que foi percebido, o que exigirá a operação da função do juízo, ou seja um crivo determinante para a noção de realidade. Portanto, o juízo deve, primeiramente, decidir afirmar ou negar uma determinada qualidade (bom *versus* mau), como vimos, precedentemente, acerca do denominado *juízo de atribuição*, que constituirá as representações [*Vorstellungen*] primitivas.

Em seguida, no julgamento de existência instaura-se o *ego-de-realidade*, responsável por verificar se uma representação possui ou não correspondência com a realidade. Conclui-se

²⁰ Ver item “O recalque originário”, Cap.1, do presente trabalho.

o mecanismo rudimentar de negação [*Austossung*], presente no juízo de atribuição, e que será designado a partir de então por *Verneinung*, trazendo à tona, novamente, mas de modo mais complexo, a problemática do interno *versus* externo ao Eu.

Para Lacan (*idem*), Freud (1895/1995) teria descrito a consciência como uma camada protetora, designada pelo termo neurônios permeáveis (Φ), responsável pelas percepções, sem reter nela mesma nenhum registro. Trata-se da película de superfície dos órgãos sensoriais, enquanto um filtro que apenas retém o índice de qualidade (função homóloga ao teste de realidade que articula às percepções). Eis a função que nos assegura de que não sonhamos, nomeada por Freud (1925/2014) de julgamento de existência.

A análise do “Projeto” (Freud, 1895/1995) é retomada em “A interpretação dos sonhos” [*Traumdeutung*], (Freud, 1900/2012a; 1900/2012b) permitindo uma ampliação do horizonte de investigação acerca do processo do sonho [*Traumvorgänge*]. Há uma manifestação de desejo por meio daquilo que claudica, revelando a precariedade do princípio de realidade, submetido, profundamente, ao princípio do prazer. Tomando a possibilidade do sonho pela lógica significante, Lacan (*idem*) considera que sua incidência se dá por meio de frases, da qual podemos extrair uma sintaxe elementar de deslocamento e substituição.

Encontramos também em Freud (*idem*) o viés regressivo do sonho como alucinatório que, ao ser estruturado como uma *frase* impõe-se enquanto uma interpretação *selvagem*. Entretanto, o trabalho inconsciente rearticula os elementos da *frase selvagem* capturada, configurando uma nova mensagem. Assim, a substituição da interpretação selvagem por uma ponderada reconstituirá a frase, dando a ver o ponto de falha em que instaura-se o desejo (Lacan, 1968-9/2008).

Em outras palavras, o sonho é um *rébus*²¹ em que cada um dos significantes manifesta-se, concatenado diacronicamente pelo princípio de prazer, oferecendo uma tradução imagética, que, ao ser articulada em significantes, subsiste. Desta feita, o sonho testemunharia o divórcio entre o representado e a representação, isto é, a *falha*, a partir da qual emergirá o desejo [*Wunsch*]. A passagem da necessidade biológica à satisfação proporcionada pela *ação específica* produz um resíduo irreduzível em oposição à toda e qualquer normatização: o universal do desejo é, paradoxalmente, sua determinação singular, que condiciona a realidade do sujeito.

²¹ De acordo com o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (Houaiss & Salles, 2001): “**rébus** **s.m.** (sXX cf. AGC) enigma figurado que consiste em exprimir palavras ou frases por meio de figuras e sinais, cujos nomes produzem quase os mesmos sons que as palavras ou frases representam ETIM fr. *rébus* (1512) ‘equivoco, palavra tomada em outro sentido que não o natural’, do lat. *rebus*, abl. Pl. De res ‘coisa, matéria’” (p. 2396).

Portanto, a estrutura mínima do inconsciente definir-se-á, então, sob os termos *diferença* e *repetição*: por um lado, *a função do significante é apenas cumprir uma diferença absoluta*; por outro lado, este funciona como *articulação repetitiva*. Numa face, o deslocamento é efeito da apreensão significante: ao fixar uma referência, esta será fadada ao deslizamento; noutra face a substituição está ligada à natureza do significante: a apreensão permite a substituição de um significante por outro, da qual podemos esperar *efeitos de sentido*.

2.1 O Outro corporificado: personagem fiador da linguagem

A leitura lacaniana de Freud exige localizarmos a função do *Outro*, que foi aqui recuperada a partir das afirmações que compõem “O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente” (1957-8/1999) e que se desdobrarão em seminários posteriores.

Escrito com maiúscula, o *Outro* é diferenciado em seu posicionamento entre dois polos. Por um lado, na constituição do sujeito, o *Outro* comparece como um ser falante de carne e osso. Trata-se do próximo [*Nebenmensch*], que agencia, primordialmente, os cuidados maternos que é o *outro*, grafado com letra minúscula. Ao mesmo tempo, o *Outro* é o campo simbólico, quase anônimo, que se presentifica simultaneamente entre dois sujeitos como lugar do significante, eixo propulsor da direção de sentido (Lacan, 1957-8/1999, p. 123).

Desta feita, o *Outro* institui-se como um filtro ordenador: tanto ao promover obstáculos ao que pode ser ouvido, quanto reconhecendo as ultrapassagens à intencionalidade consciente do dito. Em ambos os casos, o *Outro* visa à autenticação da mensagem emitida, operando como fiador da linguagem, submetendo-a à toda sua dialética (*idem*, p. 145). Ratificando a missiva recebida enquanto tropeçada ou fracassada, o *Outro* reconhece algo que excede à concatenação significante, em razão do significante jamais alcançar o significado. Portanto, o *Outro* não pode ser reduzido unicamente à sede do código, pois intervém corporificado no *outro* que humaniza o desejo, oferecendo, desta forma, um lastro à linguagem. Testemunha-se, assim, a lei da linguagem: o *Outro* opera via *outro* acrescentando um para-além da mensagem. É o que nos ensina a experiência do chiste, onde a metáfora é valiosa na medida em que ela permite extrairmos uma satisfação com o equívoco significante. (*idem*, p. 156-157).

Antes de ser tomado como ser falante, a incidência do agente materno sobre o *infans* articula estes dois polos: como *Outro*, encarna-se submetido à linguagem, inaugurando a lei significante, à medida que comparece em sua diferença, alternadamente como presença ou

como ausência, que, fatalmente, assujeitam o neonato (*idem*, p. 194-195); como sujeito, recruta singularmente o funcionamento significante, transmitindo sua posição desejante.

É importante frisarmos, que, nesse momento, o *infans* ainda não se diferenciou como *eu* do discurso, como *eu* latente. Ao receber a mensagem bruta do desejo da mãe, o neonato é tomado como objeto do desejo materno, na posição de *assujeito* (*idem*).

2.2 Sincronia e diacronia

Sempre oposto ao princípio da realidade, o desejo se apresenta como perturbação à percepção do objeto, chegando até mesmo a dissolver o sujeito. Sem acordo pré-formado entre o desejo e o mundo, “o desejo se organiza num discurso que se desenvolve no insensato. Isto é o inconsciente” (Lacan, 1958-9/2016, p. 386). Como afirma Lacan (*idem*, p. 384), o desejo, essa *coisa freudiana*, testemunha o fantástico palavrório inesgotável no mundo, num perpétuo deslizamento dialético que coloca o equívoco sempre em jogo. Enquanto o discurso do inconsciente pode ser tomado a partir da diacronia, a perspectiva lacaniana do inconsciente implica não negligenciar que o exercício da fala instaura-se em uma estrutura de linguagem, isto é, um sistema sincrônico previamente concebido. Assim, a remissão indefinida de anseios que o sujeito demanda diacronicamente, exige supor a patente do desejo. Aquilo que podemos registrar diacronicamente da realidade primitiva do sujeito em seu desenvolvimento, exige distinguir a dimensão do desejo, para além do vivido. Enquanto o objeto da realidade é localizado objetivamente franqueando o conhecimento, o objeto do desejo insiste totalmente velado; enquanto a relação científica sujeito-objeto remete a uma conaturalidade na qual se identificam harmonicamente, exigindo do cientista uma atitude desinteressada ou neutra, quando se trata de desejo o sujeito está maciçamente interessado na satisfação a ser proporcionada pelo objeto. Portanto, entre o objeto de conhecimento e o objeto de desejo, não há comensurabilidade. Se o objeto de conhecimento é amadurecido junto ao sujeito diacronicamente, o objeto do desejo pulsa sincronicamente, sempre o mesmo, mantendo o sujeito numa relação de confrontação com o objeto. Trata-se do que Lacan reduziu na fórmula da fantasia (\$◊a). No esforço de cartografar a localização do desejo na relação sincrônica entre o sujeito e o significante Lacan (1958-9/2016) formulará o “Esquema sincrônico da dialética do desejo” (p. 397), não sem antes afirmar que, para mostrar a sincronia em que se articula a relação do sujeito com o objeto no suporte da fantasia, “a necessidade do discurso vai me forçar a lhes dar uma fórmula que, por sua vez, será diacrônica. Disso se segue que vocês poderão confundi-la com uma gênese. Contudo não se trata de nada disso” (*idem*).

Assim, na captura do *infans* pela linguagem, a sensibilidade pressuposta no par estímulo-resposta é largamente ultrapassada. O estímulo é um sinal externo dado ao animal que, por meio de uma resposta sínica, emite outro sinal: o “estímulo está dado em função de um código, que impõe sua ordem à necessidade, a qual nele tem de se traduzir” (Lacan, 1958-9/2016, p. 19). “No animal, o instinto vem em seu socorro. Por que pretender que o homem, que, por sua vez, tem instintos muito pouco adaptados, tenha uma experiência do mundo como que com suas próprias mãos?” (Lacan, 1957-8/1999, p. 230-231).

Em função do longo período de inadaptação humana, a apreensão da subjetividade pela linguagem implica a “emissão não de um sinal – ou de um signo – mas de um significante . . . [que] não vale em relação a uma coisa que ele representaria, mas em relação a outro significante, que ele não é” (*idem*, p. 20).

Além disso, Gerard Pommier (2004) indicou a recusa radical que testemunharia o alarido do recém-nascido. Afinal, muito antes de nascer, a criança recebe uma série de esquadrinhamentos simbólicos e nuances imaginárias provenientes dos ideais de seus pais e da cultura que constroem o fluxo vital do ser. Por meio do primeiro *grito*, o neonato, antes de demandar a ajuda alheia, recusaria o determinismo que o precede, dividindo-se entre a plenitude de gozo do ser e a exigência de se fazer representar por esse grito no campo do Outro.

Ao discordar da afirmação freudiana (1895/1996) de que o grito apenas assume sua função ao ser interpretado pelo próximo [*Nebenmensch*], Pommier assevera que o grito responde pela negação primordial da assujeição do *infans* ao amor materno. Em nossa dissertação, frisamos que a clínica do autismo nos exige levar a sério a hipótese de Pommier: há nestes sujeitos uma recusa radical.

Nos termos de Soler (2012), o ser vivente “ele próprio entra na linguagem pelo fato de ter que articular suas demandas numa cadeia de palavras, sem poder satisfazê-las diretamente” (p. 20). Trata-se da passagem do estado informe no qual o *infans* encontra-se, como sujeito da necessidade, à distorção radical imbricada em sua submissão à ordenação da linguagem.

As satisfações das necessidades dependem, portanto, desta mediação veiculada pela demanda, que a reduz, localizando a desordem em que se manifestam. Diferindo do modelo animal, a apreensão humana dos objetos da realidade não se limita à combinação do campo sensório-motor com seu entorno (Lacan, 1958-9/2016). O campo dos objetos é estruturado por elementos que “coordenam-se num determinado nível na mente do sujeito” (*idem*, p. 59), por dois tipos de relação: A *contiguidade*, que é a “combinação discursiva em que se

reconhece a *metonímia*” (*idem*), implicando a evocação por meio da combinação entre parte de uma coisa ocorrida aleatoriamente e parte de outra; a *similitude*, lugar da metáfora, cuja passagem de um termo a outro obedece às relações de semelhança.

Freud (1915b/2010) constatara que, em oposição ao afeto, apenas o *representante da representação* [*Vorstellungsrepräsentanz*] da unidade da moção pulsional é passível de recalçamento [*Verdrängung*]. Por isso, as *representações de palavra* são imprescindíveis na contenção do que escoaria sem ligação. No esteio desse pensamento, Lacan assevera que “esse representante da representação equivale ao termo de ‘significante’” (*idem*, p. 62).

A criança se dirige a um sujeito que ela sabe ser falante, que ela viu falando, que a penetrou com relatos desde o começo de seu despertar para a luz do dia. É muito cedo que o sujeito tem de aprender que essa é uma via, que esse é o desfilamento pelo qual as manifestações de suas necessidades devem rebaixar-se a passar para serem satisfeitas (*idem*, p. 21).

Portanto, a introdução do sujeito na realidade é condicionada aos efeitos do significante. Não há realidade para o *infans* sem linguagem, pois, apenas arbitrada pela fala do adulto que suas experiências podem constituir-se. Lacan (1958-59/2016) nomeou este efeito do agente materno sob o ser como *Outro real*, na medida em que trata-se não apenas de uma instância simbólica que opera, mas de um ser vivo que a encarna.

2.3 O “Esquema sincrônico da dialética do desejo”

Diante da castração iminente, o sujeito está em relação com o objeto. Esse processo ganha formulação por meio do seguinte esquema:

A	D
Sr ou Ar	Đ
$\mathcal{A}$	S
a	\$
A'	
A''	
A''	

Esquema sincrônico da dialética do desejo. Autoria nossa, baseado em Lacan (1958-9/2016, p. 397).

Lacan parte da posição subjetiva original da demanda da criança, representada pelo D maiúsculo, desde a entrada no significante na relação com o Outro (A)²². A sincronia da alternância significante articula a necessidade, estabelecendo sua dialética pela divisão (barra vertical; observa-se que a barra horizontal repete-se a cada nível, sem ser essencial) de “A” por “D”. Lacan afirma que nas formas mais primitivas da apreensão pelo sujeito da incidência primária da linguagem em sua relação a outros falantes, resulta que, no fim da cadeia intencional, produza-se a identificação primária, I, primeira realização de um ideal que “não se pode sequer dizer que se trata de um Ideal do eu, mas apenas que o sujeito recebeu a primeira chancela [*seing*], *signum*, de sua relação com o Outro” (Lacan, 1958-9/2016, p. 22).

A primeira relação do neonato com o *outro*, a mãe, seu primeiro *Outro*, já é efeito da simbolização: ele se dirige a ela para recuperar sua aparição, concatenando sua ausência com a possível presença ou para fazê-la desaparecer, articulando a presença à ausência possível. Assim, a alternância significante articula a necessidade do sujeito a partir da qual o desejo será estruturado. “O Outro, que aqui é alguém real, sujeito real, Sr, encontra-se, pelo fato de ser interpelado na demanda, em posição propícia para fazer esta passar, seja ela qual for, para um outro valor, que é o da demanda de amor” (p. 398). A alternância presença e ausência do Outro é representada pelo D barrado (ver esquema acima).

Como personagem real, o Outro carrega a necessidade com nova significação, isto é, como demanda. Nesse nível, o “A” é subjetivado, inscrito seja como “Sr”, Sujeito real (p. 397-8) ou como Outro real “Ar” (p. 401)²³. Na medida em que o Outro é um sujeito, o *infans* é também instaurado como tal. A partir daí o *infans* institui a si mesmo como sujeito numa nova relação com o Outro, na qual tem que se fazer reconhecer como sujeito (e não como demanda). A partir de Hegel, Lacan (*idem*) salienta o princípio de que:

“não há sujeito senão para um sujeito . . . pelo simples fato de o Outro ter sido estabelecido primordialmente como aquele que, em presença da demanda, pode jogar ou não um certo jogo, ele já foi instaurado como sujeito e como termo da tragédia que transcorrerá . . . a introdução do sujeito no significante adquire a função de subjetivar o Outro. . .” (p. 398).

Portanto, o sujeito que fala, sujeito da fala, “pode ser apreendido como sujeito no Outro, na medida em que esse Outro o pense como um sujeito” (p. 402).

²² Para aprofundar nesta temática cf. Lucero, A. & Vorcaro, A. M. R. (2017). *Do Outro simbólico ao Outro real*. No prelo.

²³ Lacan nesse momento oscila entre a demarcação *Sujeito real* e *Outro real*. Em seu “Seminário 5, as formações do inconsciente” (1957-58/1999) e em algumas lições do “Seminário 6, o desejo e sua interpretação” (1958-59/2016), Lacan considera o *Outro real* como o personagem materno ou seja, o Sujeito real que exerce a função de agente materno. Ressalta-se que, nesse momento da teorização, o real não tem estatuto de impossível, mas remete à realidade.

No segundo nível o “A”, enquanto sujeito todo poderoso da realidade (“Sr” ou “Ar”) é interpelado na demanda, transpondo a alternância presença e ausência ao valor de demanda de amor, carregada de significação, grafada com a barra sobre “D”. Essa etapa da divisão é situada por Lacan como “Sr/D”, revestindo a demanda de amor com uma barra. O sujeito distingue o *Outro real*, capaz de proporcionar satisfação, do Outro barrado, objeto simbólico, que se manifesta por meio de dons ou recusas.

Eis a tirania com que a linguagem materna, *habitat* do *infans*, incide como a única realidade possível para o sujeito: ela é inevitavelmente traçada pelo engano dos sentimentos de prazer e desprazer que interferem na relação da percepção com a consciência. Lacan (1958-9/2016) postula, então, que *a realidade é estruturada como uma ficção, fundada na crença no Outro* (p. 399). Afinal, podemos supor que a fé na palavra do Outro seria o suporte da insatisfação em jogo na eterna busca por *das Ding*, pois esta busca é crença no encontro, a despeito de estar, de antemão, fadada ao fracasso.

Ar/S. Temos, à direita, a primeira posição do sujeito, apreendida no ato da primeira articulação da demanda. Sua contraparte necessária é a posição do Outro real, Ar, enquanto todo-poderoso [*sic*] para responder a essa demanda. Essa fase é essencial para entender a fundação da primeira relação com o Outro, que aqui é a mãe, e onde encontramos a primeira forma de onipotência . . . Portanto, o Outro é o Outro real que responde a demanda (*idem*, p. 401-402).

Assim, as necessidades do ser atravessam os desfiladeiros do significante, introduzindo o sujeito na dimensão subjetiva do Outro, ou seja, o *Outro real* pode agora ser visto na face que o representa. Ao ultrapassar a demanda e o amor, o sujeito tem de se fazer reconhecer enquanto tal por esse Outro, aí encarnado por um sujeito. A demanda, contudo, é infinita, e o significante não pode aplacá-la.

Na terceira etapa do esquema, constitui-se, então, a primeira posição possível do sujeito, apreendido como sujeito no Outro na medida em que este o suponha como sujeito: “esse algo primitivo que se estabelece na relação de confiança. Em que medida e até que ponto posso contar com o Outro?” (Lacan, 1958-9/2016, p. 403).

Assim, ao interrogar e notar o Outro como sujeito (*Outro real*), a própria criança constituir-se-á um sujeito, haja vista seu reconhecimento pelo Outro, descrito então nas letras “A/S”. O sujeito procura se apreender além da fala que vem do Outro. Nessa busca, o sujeito encontra a falta incógnita, ou seja, um abismo. Trata-se do “vazio do Outro, lugar infinitamente, mais temível, já que é preciso alguém nele” (Lacan, 1961-2/2003, p. 116).

Ao propor-se como olhado pelo Outro, respondendo em nome de uma tragédia comum, o sujeito interpelará toda a intenção deste Outro, sua boa ou má fé. Assim, ele é colocado em

suspensão como “S”, ou “Es” da fórmula freudiana, o *isso*, sob uma forma interrogativa, estado nascente desde que o Outro o responda, e o faz para além da demanda, da fala.

Para apreender-se aí, o sujeito precisará dar o passo derradeiro, que o marca como sujeito falante, ou seja, dividido de si mesmo. Como barrado, ele pretende encontrar a resposta, sem encontrá-la, posto que só há no Outro um vazio: “não há Outro do Outro” (*idem*, p. 404). A quarta etapa do esquema é, então, demarcada pela extração “a/\$”:

não há garantia do Outro no real como respondendo à demanda, o que sustentará a relação do sujeito ao Outro é a fé na palavra. . . . é esse algo primitivo que se estabelece na relação de confiança. Em que medida e até que ponto posso contar com o Outro? . . . É justamente esta a interrogação em torno da qual gira um dos conflitos mais primitivos da criança com o Outro . . . Aí está a base, e não numa pura e simples frustração ou gratificação, em que se instauram os princípios de sua história; aí está o motor do que se repete no nível mais profundo de seu destino; aí está o que rege a modulação inconsciente de seus comportamentos. . . . a questão de saber se o sujeito pode ou não contar com algum Outro é o que determina o que encontramos de mais radical na modulação inconsciente do paciente, neurótico ou não. (LACAN, 1958-9/2016, p. 404).

Para Lacan, todo o ser falante suporta-se por meio da crença na linguagem, a despeito da incompetência do Outro, enquanto corporificado, para fazer vigorar a fé nele depositada. Assim, não há como escapar do momento de *fading* do Outro, no qual o próprio sujeito se esvanece. Portanto, se há uma carência na ordem dos significantes para responder à demanda do sujeito, a criança constatará que o Outro não é todo, falta a ele potência para suprir sua demanda.

Logo, a falta no Outro coloca em questão a demanda que este direciona à criança, levando a confrontação da misteriosa pergunta: o que o Outro quer de mim [*Che vuoi*]?

Ao depender da boa vontade do Outro, sem garantia da autenticidade da série significante, o sujeito “convoca de outro lugar, a saber, do registro imaginário, algo de uma parte dele mesmo na medida em que ele está engajado na relação imaginária com o Outro” (*idem*, p. 404). Lacan o define aqui enquanto objeto do desejo, “a” minúsculo que, entretanto, não se coapta com o desejo, entrando em jogo no complexo da fantasia. “É nesse objeto que o sujeito encontra seu suporte no momento em que se esvanece ante a carência do significante que responda por seu lugar de sujeito no nível do Outro” (*idem*).

Ao tentar se situar na demanda endereçada ao Outro, autenticando-se como sujeito da fala, detém-se à operação de divisão: o quociente que o sujeito procura atingir fica suspenso diante da aparição desse resto no Outro, através do qual ele tentará suprir a carência do Outro, do significante que lhe corresponderia: “Esse quociente e esse resto ficam aqui um em presença do outro e, se podemos dizer, sustentando-se um pelo outro. A fantasia nada mais é que esse enfrentamento perpétuo entre o S barrado e o a minúsculo” (*idem*).

Portanto, o “\$” é efeito do processo de *fading* do sujeito: “Ali onde *Isso fala* na cadeia inconsciente, o sujeito não pode se situar no seu lugar, se articular como [eu]. Só pode se indicar como desaparecendo de sua posição de sujeito” (*idem*, p. 454). O “*a*” surge como suplência ao significante faltante, suporte do sujeito no momento em que tenta se indicar como sujeito do inconsciente, correlato à estrutura da fantasia: onde o inconsciente começa, o sujeito se perde, sem poder nomear-se ou localizar-se. Esse objeto “*a*” retém o sujeito diante dessa síncope, em que sua existência corre o risco de ser anulada²⁴. Nesse momento de desaparecimento, abre-se diante do sujeito uma outra hiância, remetendo seu desejo a outro desejo: “o desejo do sujeito tem de se situar perante o desejo do Outro, o qual, no entanto, o aspira literalmente e o deixa sem recursos” (*idem*, p. 455). Sem poder ser nomeado no inconsciente, o ser do sujeito é apenas indicado na fantasia pela fenda que corta a relação do sujeito com o objeto. Sustentando-se um pelo outro, o sujeito mantém-se no enfrentamento do objeto *a*. Ele não pode se repousar nesse objeto pois ele se desconhece ali. Afinal, nos intervalos da cadeia significativa o sujeito se sustenta como ser de seu inconsciente.

Tomando o jogo do Fort-Da como modelo da assunção simbólica pelo sujeito, Lacan (*idem*, p. 444) esclarece as relações entre \$ e *a*. Precedendo o aparecimento do \$, o jogo trata a alternância de um par de significantes em relação com um pequeno objeto qualquer amarrado a um barbante, que será lançado e trazido de volta. Antes de interrogar o Outro como presente ou ausente o sujeito brinca com o objeto nomeado ‘transicional’ por Winnicott (1979/1988) até ser promovido à função do desejo na fantasia: “Para isso, é preciso que o sujeito não entre mais no jogo, mas que o curto-circuite para se antecipar e se incluir por inteiro na fantasia, na qual ele apreende a si mesmo em seu desaparecimento” (Lacan, 1958-9/2016, p. 445).

“A fantasia é o suporte e o índice da posição do sujeito no desejo. No começo, é a imagem do outro que constitui o suporte do sujeito, pelo menos nesse ponto em que ele se qualifica como desejo. Vem em seguida essa estrutura mais complexa, denominada fantasia” (p. 453).

Nesse lugar, estrutura-se a fantasia, ou seja a sustentação de seu desejo em relação ao desejo do Outro (*a*), pois o sujeito se deseja desejante.

2.4 “A angústia, entre o gozo e o desejo”

²⁴ Como veremos, no “Seminário, livro 10, a Angústia”, Lacan (1962-3/2005) localizará formalmente o *objeto a*, não mais como imaginário, mas como refratário à qualquer objetificação, sendo da esfera do real impossível de ser simbolizado, portanto não mais como objeto passível de satisfação, mas em anterioridade a ela, ou seja, em sua função de *causa* de desejo.

Três patamares da constituição do sujeito desejante foram distinguidos no “Seminário 10, a angústia” (1962-3/2005). Apresentando sua formulação sobre o desejo, Lacan retorna a uma operação de divisão:

No começo vocês encontram A, o Outro originário como lugar do significante, e S, o sujeito ainda inexistente, que tem de se situar como determinado pelo significante . . . o sujeito dependente desse Outro inscreve-se como um cociente. É marcado pelo traço unário do significante no campo do Outro. (LACAN, 1962-63/2005, p. 36).

No processo de subjetivação, o sujeito parte de um nível mítico para se constituir no lugar do Outro pré existente “sob a forma primária do significante e com base no dado do tesouro do significante já constituído no Outro” (*idem*, p. 179).

$$\begin{array}{c|c} A & S \\ \$ & A \\ a & \end{array}$$

Primeiro esquema da divisão. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1962-3/2005, p. 36.

Resta dessa divisão um resíduo, Outro derradeiro, irracional, prova e garantia única da alteridade do Outro, é o pequeno *a*. Do lado esquerdo da barra, A, \$ e *a* estão no mesmo lado “porque a fantasia, esteio do meio desejo, está inteiramente do lado do Outro” (*idem*). Do lado direito encontram-se o S e *A*, ou seja, o inconsciente, Outro inatingível.

Lacan (*idem*) retoma o esquema da divisão relacionando o objeto *a* com o Outro: “É a partir do Outro que o *a* assume seu isolamento, e é na relação do sujeito com o Outro que ele se constitui como resto” (p. 128). De início, o sujeito hipotético S, à direita, parte da função significante, enquanto, à esquerda, o sujeito barrado constitui-se no lugar do Outro como marca do significante. “Inversamente, toda a existência do Outro fica suspensa numa garantia que falta, donde o Outro barrado. Dessa operação, no entanto, há um resto, que é o *a*” (p. 129).

$$\begin{array}{c|c} A & S \\ \$ & A \\ a & 0 \end{array}$$

Segundo esquema da divisão. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1962-3/2005, p. 128.

Considerando a angústia como o que avisa o sujeito de um perigo, Lacan a localiza, com Freud, como sinal de perigo, tendo pois, como função, o estatuto de defesa. A angústia, “aquilo que não engana” (*idem*, p. 191) funciona como sinal da irreducibilidade da obscuridade do real, distinta da função simbólica. O lugar desse real pode ser inscrito no esquema da divisão. Ao interrogar o Outro, o S localiza uma diferença entre o A-resposta e o A-dado. Tal diferença é o objeto a , que representa o S em seu real irreducível. O sujeito barrado equivale ao a sobre S ($\$ = a/S$).

No esforço de conotar as três etapas dessa divisão, Lacan parte de um termo implícito (x) que só será nomeável retroativamente, a partir da abordagem do Outro pelo sujeito; na segunda etapa, em que aparece a função do objeto a diante do $\bar{A}$, tem-se o nível da angústia. Apenas na terceira etapa em que surge o $\$$, temos o nível do desejo.

A	S	x
a	$\bar{A}$	<i>angústia</i>
$\$$		<i>desejo</i>

A angústia, entre x e o desejo. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1962-3/2005, p. 179.

Na posição de sujeito indeterminado Lacan localiza um primeiro nível mítico que antecede a divisão, trata-se de um sujeito do gozo. Na posição mediana entre gozo e desejo, é a angústia que estabelece a relação do sujeito com o Outro.

A	S	Gozo
A	$\bar{A}$	Angústia
$\$$		Desejo

A angústia, entre o gozo e o desejo. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1962-3/2005, p. 192.

Lacan (1962-3/2005) assevera que tanto nos sonhos de angústia, quanto nas figuras mitológicas (a esfinge de Édipo, por exemplo) o gozo liga-se à dimensão enigmática do

significante, particularmente, ao seu traço opaco, apagado. O Outro implicado no gozo é o Outro real, que por ser não apenas um lugar, mas um sujeito falante, encarnado, que provoca a pergunta angustiante: “Que queres [*Che vuoi*]?”

Primeiramente, o Outro real, em sua onipotência, encarna um lugar em que se pode gozar sem a lei. Em seguida, ele será barrado, metaforizando a lei significante e condicionando o gozo à submissão pela linguagem. Contudo, o Outro não pode garantir a verdade da lei que transmite (não há Outro do Outro), o Outro é faltante, ele deseja para além daquilo que demanda, produzindo angústia no sujeito.

Seguimos o segundo nível do esquema: frente à angústia o *infans* cede a libra de carne. É o que testemunha o *grito*, primeira emergência da angústia, antes que o sujeito articule-se à demanda do Outro. “Singularmente, essa manifestação da angústia coincide com a própria emergência no mundo daquele que virá a ser o sujeito” (*idem*, p. 354). Paradoxalmente, conjuga-se a primeira cessão, ponto de partida e de chegada ao âmago do Outro que será arrematado como semelhante: “com esse grito que lhe escapa o lactente não pode fazer nada. Ele cede alguma coisa, e nada mais o liga a isso” (*idem*).

A angústia tem função mediana (e não mediadora) entre o gozo e o desejo. O gozo só conhece o Outro por meio do resto, pequeno *a*.

No que se refere ao desejo, temos o sujeito barrado (\$) implicado na fantasia, em oposição ao *a* [$\$a$]. Longe de haver equivalência nesta relação, o losango $\diamond$ pode exercer função de disjunção [$\vee$], conjunção [$\wedge$], de maior [$>$] ou de menor [$<$]. Essa imagem matemática assinala que o desfecho da divisão está implicada no $\$$. Caso o *pequeno a* fosse assimilável a um significante, ele assumiria a função de metáfora do sujeito do gozo. Entretanto, o pequeno *a* resiste a significantização, só se apresentando como perdido. Esse dejetivo se mostra constitutivo do sujeito orientado pelo desejo. Ao tentar introduzir o gozo no lugar do significante, no grande Outro, o sujeito se precipita, ou seja, alguém de sua realização, antecipa-se desejante, abordando a hiância do desejo no gozo. O efeito desejo tem como causa o intervalo dessa hiância, do qual o objeto *a* é o acesso, não ao gozo, mas ao que resta do Outro:

quando o S se destaca desse acesso ao Outro, ele é o inconsciente, ou seja, o Outro barrado. . . Só lhe resta fazer do A algo do qual é menos importante a função metafórica do que a relação de queda em que ele se encontrará com respeito a esse *a*. Portanto, desejar o Outro, o A maiúsculo, nunca é senão desejar o *a*. (LACAN, 1962-63/2005, p. 198).

Aí se situa o tempo da angústia, pois mesmo que seja elidido - como Freud (1919a/2010) mostrou na fantasia “Batem numa criança” - ele comparece na constituição do

desejo. Portanto, o desejo se constitui fundamentado no tempo da angústia, depois que ela é superada.

Assim, o objeto a será substituído pelo falo, que tem valor de instrumento mediador (distingue e articula) entre demanda do sujeito e desejo do Outro. Trata-se da concatenação do objeto causa de desejo (a) e o falo, unidade de troca que suporta e articula o desejo na relação ao Outro²⁵.

2.5 Confrontando os dois esquemas: a dança das cadeiras

As etapas da divisão significativa entre o sujeito e Outro (A), apresentadas no item “O Outro primordial”, formuladas por Lacan (1958-9/2016) no “Seminário 6, O desejo e sua interpretação” serão apuradas em seu “Seminário 10, a angústia” (1962-3/2005) em três patamares da constituição do sujeito do desejo. Visualizemos os dois esquemas:

A	D
Sr ou Ar	Đ
$\bar{A}$	S
a	\$
A'	
A''	
A'''	

Esquema sincrônico da dialética do desejo. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1958-9/2016, p. 397.

A	S	Gozo
A	$\bar{A}$	Angústia
\$		Desejo

A angústia entre o gozo e o desejo. Autoria nossa. Baseado em: Lacan, 1962-3/2005, p. 192.

Podemos observar algumas semelhanças importantes presentes nos dois esquemas. Primeiramente, ambos iniciam-se a partir de um Outro (A) não barrado, Outro corporificado que incide como gozo.

²⁵ A fobia alça ao valor fálico um objeto, operando como mecanismo de defesa, ainda que precário, contra à angústia, na medida em que localiza o afeto antes indiscernível em um objeto.

O segundo e o terceiro patamar do “Esquema sincrônico da dialética do desejo”, em que a demanda é submetida a uma barra já que ela pode ser satisfeita ou não pelo Outro (Sr ou Ar) e, em seguida, temos o Outro barrado, dialogam com o segundo patamar do esquema “A Angústia entre o gozo e o desejo”, no qual há angústia. Por fim, o desfecho de ambos os esquemas nos permitem concluir que a extração do objeto *a* dá a chave para a constituição do desejo, posto a condição de sujeito é de estar em falta, submetido sobre uma barra (\$). A partir desta articulação entre o sujeito barrado e o objeto *a* teremos as condições para a formulação da fantasia. Vale lembrar ainda que estes esquemas nos abrem uma importante perspectiva para pensar as psicopatologias graves da infância, posto que nestes casos as operações não se concluiriam. Em que momento estariam os sujeitos ainda por vir?

Ao subvertemos a cronologia dos esquemas, constatamos que o “Esquema sincrônico da dialética do desejo” (1958-9/2016, p. 397) é apurado no esquema “A angústia, entre o gozo e o desejo” (p. 192). Podemos, ao mesmo tempo interrogar se o segundo complementaria o primeiro acrescentando a pulsão e o gozo? Em certa perspectiva lógica, há uma terceira possibilidade de considerarmos que o esquema do “Seminário 10” poderia ser lido antes do esquema do “Seminário 6”, posto que este último indicaria a perspectiva da frustração.

2.6 A constituição imaginária do eu e o transitivismo

O estádio do espelho, concebido por Lacan (1949/1998b) permitirá esclarecermos a constituição do eu [*moi*] *distinta, porém articulada* àquela do sujeito [*Je*], em oposição à filosofia cartesiana do *penso, logo existo* [*Cogito Ergo Sum*]. A dimensão imaginária assume, para a psicanálise, função estruturante na formação subjetiva, como apresentaremos aqui.

A despeito dos filhotes de chimpanzés superarem a inteligência instrumental dos bebês humanos até um ano de idade, as crianças serão capazes de reconhecer a própria imagem no espelho antes de alcançarem o controle motor e a propriocepção relacionada ao acabamento da bainha de mielina no sistema nervoso, o que trará notáveis consequências para seu funcionamento. Ademais, apenas no homem esse ato não se esgota em si mesmo, desdobrando-se na duplicação do próprio corpo e dos objetos. O eu precipita-se em *Gestalt* nesta imagem, matriz simbólica, “antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (*idem*, p. 97).

Trata-se da alienação ao *eu-ideal* [*Ideal Ich*], origem das identificações secundárias. O Eu situa-se, portanto, numa linha ficcional irreduzível “que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que

resolver . . . [da] discordância de sua própria totalidade” (*idem*, p. 98). Dessa feita, há uma desavença estrutural entre o eu, vertente imaginária do corpo, e o sujeito, efeito da cadeia significante, que não se resolverá jamais.

Distintamente do animal que é um corpo, o homem tem um corpo, mas este só lhe é acessível por meio da dimensão imaginária e dos aparelhos da linguagem. Assim, o hiato “sujeito-corpo” está relacionado à desintegração do indivíduo, muitas vezes tomada como agressividade, fundada não apenas pela relação especular mas, sobretudo, pela identificação à imago do semelhante, como atestado pelo drama do ciúme primordial. Afinal, na exterioridade em que o eu se aliena, ao fixar-se como imago do corpo próprio, há reconhecimento e também desconhecimento, como testemunhado nas alucinações e sonhos de despedaçamento corporal.

A demanda inaugura-se após o sujeito esgotar a agressividade ou seja, ao exaurir toda a raiva contra a imagem especular ele produzirá a sucessão de demandas até entrar em jogo o fundo da castração. Nesta perspectiva, a sustentação imaginária que o corpo do Outro primordial oferece à criança “determina o despertar de seu desejo pelo objeto de desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita numa concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto” (Lacan, 1948/1998a, p. 116).

Trata-se do mecanismo do transitivismo infantil, fundamental à constituição do sujeito, desencadeado, desde o nascimento da criança, pelo próximo [*Nebenmensch*]. Diferenciado de um processo de apropriação ou do transtorno da distinção de si, o transitivismo foi atrelado inicialmente às psicoses. Considerando suas manifestações na criança, H. Wallon (1934/1949), apoiado em Köhler (1926/1978), aproximou o transitivismo mórbido do normal, experimentado pela criança entre dois e três anos.

Assim, o transitivismo foi alçado ao caráter normal do desenvolvimento, no denominado *estágio de personalidades intercambiáveis*. De acordo com Wallon (1934/1949) citado por (Bergès & Balbo, 2002) “o transitivismo precede imediatamente o instante em que a criança saberá distribuir sem erro, entre ela e o outro, os estados e atos que ela percebe” (p. 14). Entretanto, vale ir além dessa perspectiva quase restrita a um mimetismo, a qual reduz o fenômeno à bipolaridade sujeito-objeto.

O transitivismo consiste na competência de experimentar, no próprio corpo (Imaginário) e a ele se referir para localizar (Simbólico) um afeto (Real) sofrido pelo outro. Assim, no transitivismo, o próximo [*Nebenmensch*] incita a criança a identificar-se ao discurso que mantém, colocando em jogo o corpo como *Um*: dando corpo à criança, com seu discurso, ela toma corpo. O agente materno impede uma virtualidade ilimitada da criança, apoiado no que

foi sentido em seu corpo [o do agente], supondo ser o que ela [a criança] experimenta, intercalando a referência ao discurso entre o que supõe do sofrimento da criança e o modo como seu corpo é afetado.

A demanda da criança atravessará a cadeia significante para impor-se junto ao objeto do desejo materno. O *infans* estabelecerá, então, relações com o objeto de desejo da mãe, posto que este é desejado por ela. Tal objeto é distinguido, por Lacan, como falo. A criança atingiria à satisfação ao surgir no lugar do objeto do desejo da mãe. Dessa feita, a relação do *infans* não é diretamente com o *outro* materno, mas com o desejo do *Outro*. A criança, nesse momento, conta apenas, como provimento, com o desejo desse *outro* constituído como *Outro*. Assim, o desejo da mãe é desejado pelo desejo do filho, que é desejo de desejo.

Ora, do lado da mãe não há objeto de desejo se não é a criança - ela deseja as crianças, mas isso não soluciona a insuficiência do gozo para o sujeito, ainda mais acentuado na mulher. O desejo materno, como se vê, é determinado pela voracidade, aproximando-se mais da glotonaria do que de qualquer objeto idealizado. Para a mãe “o objeto é objeto de um gozo que é satisfação direta de uma necessidade” (Lacan, 1957-8/1999, p. 325).

Assim, o sujeito humano é amado. A sua servidão, por mais surpreendente que pareça, é dada ao amor, que lhe faz dom de sua pessoa. A sede de amor do bebê não é uma necessidade, sua demanda é apelo a todos os testemunhos da presença como retornos ligados especificamente ao apelo - *papa* - endereçado ao mais distante (puro retorno ao apelo da mãe) e *mama* que recompensará a cota de guloseimas pelo pai (Lacan, 1961-2, inédito).

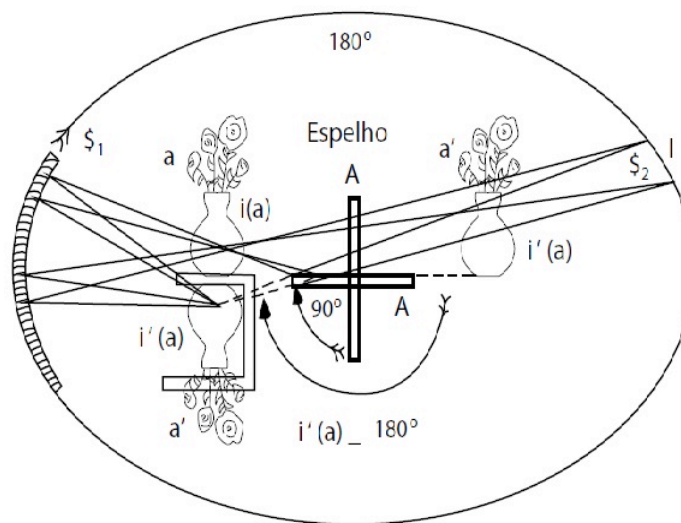
Por outro lado, a função do falo explicita que o *Outro* deseja para além da criança, franqueando a existência de um terceiro incipiente na sua relação com o próprio desejo insatisfeito (Lacan, 1957-8/1999, p. 206-8). Esboça-se aí uma triangulação: a função do falo, significante que marca o que o *Outro* deseja, na medida em que ele mesmo, como *Outro humano*, está, em sua economia, marcado pelo significante. Só na medida em que a criança situar o desejo do *Outro* como barrado, que ela reconhecerá seu próprio desejo insatisfeito (*idem*, p. 378-379).

Portanto, primeiramente a criança responde, imaginariamente, à univocidade de signos partilhados com o agente materno, na qual ela acredita ser aquilo que viria a saturar a falta materna do falo. Em seguida, ela passa à ordem significante que comporta o equívoco. Nessa perspectiva, o desejo da criança pela mãe é impossível de ser satisfeito. Frente ao impossível, Lacan (1959-60/1988) assevera que já está em trâmite a lei estrutural dos processos inconscientes, em que o não-dito revela a interdição como condição para a subsistência da fala (p. 89).

O modo como a criança primeiro fala de si como os outros lhe falam acentua a prematuridade da introjeção simbólica no ser, a partir do discurso do Outro. Neste momento, conjuga-se o “ser” com o “ser para outrem”, configurando “um erro de pessoa, isto é, quanto aos méritos dos pais, em seu Ideal do Eu, ao passo que, . . . o novo homenzinho retomará um dossiê anterior a seus avós: sob a forma do Super Eu deles” (Lacan, 1960/1998g, p. 659). Ao verbalizar, o sujeito experimentará sua falta-a-ser, da qual a projeção imagética virá protegê-lo, sustentando o valor do desejo.

Os efeitos de refração testemunhados pelo modelo óptico encontrado em “L’Optique et photométrie dites géométriques” de Bouasse, permite entrever a clivagem entre o simbólico e o imaginário. Visualizemos o esquema abaixo, que pretende representar a captura do sujeito na relação imaginária à posição que o aloca no simbólico:

Figura 7 – A PASSAGEM DO *EU IDEAL* AO *IDEAL DO EU*



Fonte: Lacan (1960/1998g, p. 687).

Acima estão representadas as estruturas intrasubjetivas, isto é, a relação do sujeito com o outro, a partir da dupla incidência: imaginária e simbólica. O espelho esférico produz uma imagem simétrica de um objeto localizado no centro de sua curvatura. Trata-se do que na física é denominado “imagem real”. Devido à posição do observador (S_1), conforme a figura acima, o vaso contido no interior da caixa é refletido numa imagem real acima dessa caixa. O gargalo da imagem real do vaso circunda o buquê de flores (a) acima dele, o que produz a ilusão do vaso invertido.

Situado na borda do espelho esférico, o sujeito realiza sua ilusão na imagem virtual que o espelho plano (A) oferece da imagem real, abarcando a função de desconhecimento como princípio da formação do Eu. As relações entre as imagens $i'(a)$ e $i(a)$ sustentam a subordinação imaginária. Em $i'(a)$ já há uma pregnância da forma do outro, além das relações de imponência e da sua alienação intrínseca. O vaso oculto na caixa indica o pouco acesso que o sujeito tem à realidade de seu corpo. A antinomia $i(a)$ e $i'(a)$ no imaginário soluciona-se num transitivismo constante, produzindo a relação imaginária *Eu-ideal – Eu*.

Por outro lado, como efeito estrutural do lugar simbólico do sujeito, surge o Ideal-do-Eu [I], preso às coordenadas inconscientes, precipitando sua identificação ao Eu-ideal [$i'(a)$]. O Outro (A), mola da fala, é o sítio ao qual se superpõem as imagens virtuais “por traz do espelho”. Estando latente na triangulação da reciprocidade sujeito-outro (Eu – eu ideal), o Outro consagra a distância pela qual “a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo *ela já estava*” (*idem*, p. 685). Assim, o ser será constituído através dos atributos que recebe de um Outro não anônimo, Outro real, a partir dos quais terá que forjar seu lugar.

Ao receber sua própria mensagem como invertida, a criança que grita se compraz em recuperar as marcas de resposta cujo poder alçará seu grito ao apelo. O traço do significante (traço unário, como veremos no próximo capítulo) inscreve as marcas da onipotência desta resposta, insígnias do Outro cuja constelação nominativa forma o Ideal do Eu.

Enquanto a imagem é produto da efusão narcísica da presença especular do indivíduo no outro, o desejo regula a repetição significativa e os deslizamentos metonímicos. Fruto do que não se deixa especularizar, o desejo é a margem irreduzível que demanda e resposta não contemplam, correndo por baixo delas. Dessa elisão significativa nasce o Outro barrado ($\bar{A}$), no qual o sujeito se reconhece como ausência, cujo suporte é concebido nas perdas corporais marcadas pelo corte, que esclarecem o *objeto a*. Trata-se de um elemento da estrutura original a partir do qual selecionam-se os apêndices do corpo:

É por isso mesmo que, refletido no espelho, ele não fornece apenas o a' , o padrão da troca, a moeda pela qual o desejo do outro entra no circuito transativista do Eu Ideal. Ele é restituído ao campo do outro na função de expositor do desejo no Outro (*idem*, p. 689).

Por isso, na fantasia o sujeito realiza-se em sua própria abolição, “o acesso à sua própria imagem não passa somente pela imagem real, mas também pelo espelho do Outro, que produz no espelho plano a imagem virtual, ideal, da imagem real” (Soller, 2012, p. 28).

A identificação da criança à mãe no conflito intersubjetivo indicaria, segundo Lagache citado por Lacan (1960/1998g), que “a predominância de sua passividade faz com que ela receba da situação seu personagem temporário” (p. 661). Assim, por meio da dimensão imaginária, estabelece-se a referência transicional da relação com o semelhante, o outro imaginário: “É isso que faz com que sua identidade seja sempre difícil de discernir da identidade do outro” (Lacan, 1962-3/2005, p. 103).

Eis o que nos permite focalizar a estrutura do ciúme da criança e da agressividade central, posto que neste nível o sujeito é *frustrado imaginariamente*²⁶ na relação ao Outro. Santo Agostinho já havia antecipado a relevância da rivalidade fraterna, descrevendo o ciúme da criança que encontra o seio do Outro materno sob a “posse” do irmão. Afinal, o objeto metonímico do desejo institui-se nesse nível a partir da identificação ao outro imaginário, numa estrutura ternária:

a criancinha, presa da paixão ciumenta, diante de seu irmão que, para ela, faz surgir a posse desse objeto, o seio principalmente, que até então foi apenas o objeto subjacente, elidido, mascarado para ele por trás desse retorno de uma presença ligada a cada uma de suas satisfações; que não foi – nesse ritmo em que se inscreveu, em que se sente a necessidade de sua primeira dependência – senão o objeto metonímico de cada um de seus retornos; ei-lo repentinamente produzido para ele na claridade, nos efeitos para nós assinalados por sua palidez mortal, a claridade dessa alguma coisa de nova que é o desejo (*idem*, p. 198).

O campo desejável do objeto escópico velaria o aspecto angustiante do olhar, a saber, o desejo do Outro.

Trata-se da perda essencial que se instaura no nível da imagem, tal como no desaparecimento do carretel no jogo do *Fort-Da*, realizado pelo neto de Freud. Portanto, não estamos tratando do campo de necessidade do sujeito, na medida em que a rivalidade derradeira que se instala entre os irmãos não é pelo seio enquanto fonte de subsistência do organismo, mas pelo objeto de desejo enquanto perdido. Lacan define então “um campo de significante, campo de conotação da presença e da ausência e onde o objeto não é mais objeto de subsistência, mas de ex-sistência do sujeito” (Lacan, 1961-2, *inédito*, p. 208).

A dimensão *simbólica* introduzirá a mediação de um objeto comum, “objeto de concorrência, cujo status decorre da ideia de posse, ele é *seu* ou é *meu*” (*idem*, p. 103), repousando no campo da ambígua concorrência entre rivalidade e acordo. Trata-se dos objetos cotáveis que mesmo assim circulam no campo das trocas, comunicado, socializado, partilhado.

²⁶ Trataremos desta questão, no terceiro capítulo, a partir das três operações de falta constitutivas do sujeito, como determinadas por Lacan (1961-2, *inédito*): privação, frustração e castração.

2.7 Os objetos pulsionais

No “Seminário 10, A angústia”, Lacan (1962-3/2005) parte da indagação a respeito do processo de mutação do objeto de troca, partilhável em um objeto exclusivo, inútil, inapreensível: “Como se dá essa transformação do objeto que, de um objeto situável, reconhecível e intercambiável, cria essa espécie de objeto privado e incomunicável, mas dominante, que é nosso correlato na fantasia?” (p. 100).

Trata-se do objeto *a*²⁷ formulado por Lacan a partir da noção de *libra de carne* proveniente da peça shakesperiana “Mercador de Veneza” (1600/2016). No romance, o cristão Antônio, o mercador, de boa fé assina um acordo oferecendo uma libra de carne cortada de seu corpo (bem perto do coração) como garantia da dívida contraída com Shylock, o judeu. Este último diz ao mercador:

Eu a mostrarei,
Se for comigo ao notário e lá selar
Um compromisso simples que dirá
(Por brincadeira) que se não pagar
Em certo dia e local a soma ou somas
Mencionadas na nota, a multa imposta
De sua carne alva, a ser cortada
E tirada da parte de seu corpo
Que na hora da escolha me aprover (p. 515).

Para Lacan (1962-3/2005), é justamente o pagamento da libra de carne que está em jogo para selar o compromisso no laço social, frente à ausência de garantias no campo do Outro. Através desta extração no nível corporal configura-se a alienação do sujeito ao Outro enquanto uma travessia do Outro Real (A) ao Outro barrado ($\bar{A}$). A confluência situa o ponto de junção lógica de duas faltas: a falta intrínseca ao ser em que a linguagem é implantada e, em contrapartida, a falta localizada no Outro, que o sujeito procura saturar cedendo a *libra de carne*. A interseção deixa como resto o objeto *a* produzido no nível do Outro barrado enquanto lugar da palavra ($\bar{A}$), não ao nível do Outro enquanto real (A):

Entre o \$, aqui, ‘Outrificado’, se posso me expressar desse modo, em sua estrutura de ficção, e o Outro, A, não autenticável, nunca inteiramente autenticável, o que surge é esse resto, *a*, é a libra de carne. O que quer dizer que podemos fazer todos os empréstimos que quisermos para tampar os furos do desejo, assim como os da melancolia, mas lá está o judeu que, por sua vez, entende um bocado do balanço das contas e que, no fim, pede a libra de carne (*idem*, p. 139).

²⁷ Lacan escreve o objeto *a* com uma letra “a” devido a seu estatuto irrepresentável, posto que a notação algébrica possibilita cernir a pura identidade (Soler, 2012, p. 56).

Desta feita, o significante realiza um corte corporal, engendrando a marca da castração na carne com o consequente aparecimento do desejo do Outro, formulado na derradeira questão: “*Que quieres?*” [*Che vuoi?*]

Ressaltando a tensão entre *Je* (sujeito) e *Jeter* (jogar), Lacan (*idem*) define a angústia como posição de objeto do Outro. O psicanalista francês coloca esta problemática no exemplo da criança que se vê diante do Outro, tal como se estivesse frente à uma gigantesca *louva-a-deus* mascarada por uma fantasia que ela desconhece. Considerando que a fêmea devora o macho após a cópula, o sujeito tem motivos para não estar tranquilo, posto que não vê sua própria imagem no espelho enigmático do globo ocular do inseto. E se o sujeito estiver vestido como um macho após à cópula frente à fêmea? Eis a angústia.

As escansões da trama simbólica convocarão o sujeito, na falta de significante, a responder à angústia, único afeto (por isso a angústia não engana, trata-se de uma certeza assustadora), com algo de real do próprio corpo que será elevado ao valor fálico. O sujeito procura pagar a dívida contraída com o Outro por meio do sacrifício da mutilação. Lacan mostra que na dialética da causa o corpo está envolvido não ativamente, mas pelo que há de inerte, de extraído, de separado (*idem*, p. 237-8).

Assim, o objeto *a*, núcleo real, foi formulado por Lacan na função de causa do desejo enquanto pedaço do corpo, força motriz que precipita o “desejo de corpo”.

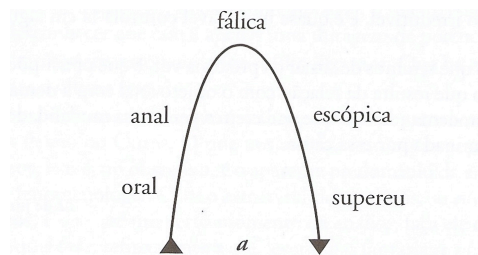
Vale lembrar que é fundamental à constituição subjetiva que “à necessidade . . . venha somar-se à demanda, para que o sujeito . . . faça sua entrada no real, enquanto a necessidade transforma-se em pulsão, uma vez que sua realidade se oblitera ao se tornar símbolo de uma satisfação amorosa” (Lacan, 1960/1998g, p. 661). Trata-se da estrutura da pulsão reduzida na fórmula: $\$ \rhd D$. É nesse sentido que as pulsões cavam para si um furo na linguagem, pelo qual ex-sistem.

A pulsão é um aparelho de pressão, que movimenta a estrutura. Em Lacan (1962-3/2005), a pulsão é lida como pura perda do objeto. Apoiada na fonte somática, posto que a necessidade biológica busca algo que está fora do corpo, a pulsão visa, para além da sobrevivência, a obtenção de gozo, pelo objeto não enquanto substância, mas como objeto *mais-de-gozar*. Ao converter-se em demanda dirigida ao Outro, a necessidade produz como resto o desejo. A demanda, envelope formal, é um tratamento simbólico da necessidade orgânica, sendo a fala um sistema de apelo ao Outro, para que ele satisfaça o remetente da mensagem.

Desta feita, o psicanalista francês depurou a função lógica de objetos pulsionais indiscerníveis, que não se relacionam a qualquer definição de objetividade, pois se furtam à nossa captação. Seu status só é reconhecido e assinalado pela angústia (por isso, a angústia não é sem objeto). São os objetos contornados no trajeto pulsional, introduzidos por Freud (1905b/2016): o *oral* que se estabelece na borda do seio; o *anal* que se estabelece em relação às fezes; e o *fálico*. Lacan (*idem*) acrescenta ainda duas figurações do objeto *a*: o *olhar* e a *voz*, que como os outros precedem e podem equivaler-se ao falo.

Essas modalidades diversas figuram a falta necessária no ponto em que o sujeito se constitui no lugar do Outro. A pulsão desloca-se, continuamente, entre estas figurações no esforço de contornar o objeto *a*, sem nunca alcançá-lo. O objeto *a* representa a *falta-a-ser* constituinte do sujeito, sempre inacabado.

Figura 8 – “AS FORMAS DOS OBJETOS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS”



Fonte: Lacan (1962-3/2005, p. 320).

Por meio do plexo de cuidados maternos sobre o corpo *infans*, incide o desejo do Outro como ser falante: a mãe promove a eroginização dos pedaços de corpo, mapeando a parcialidade das pulsões a partir do reconhecimento de uma fruição de gozo. Para Lacan, o objeto da pulsão será sempre parcial, isto é, não haveria a “genitalização” prevista por Freud (1905b/2016), a despeito da restrição de gozo imposta pelo comando simbólico: o sujeito consente com essa perda, na medida em que satisfaz à mãe. Dessa operação, depreende-se um resíduo, *objeto a*. Cúmplice da pulsão, esse objeto será por ela contornado, sem se deixar capturar. A condição real desse núcleo foi localizada por Freud como traumática, fazendo resistência à significação (Lacan, 1964/1988).

O objeto *a*, por seu caráter inapreensível, pode ser apenas representado através de um semblante, jamais satisfatório, levando o sujeito a construir uma série, na esperança de capturar o *a*. O primeiro semblante dessa sequência é o *a* seio, em torno do qual o *infans*

desenvolve a pulsão oral. Na fase oral tanto o objeto quanto a demanda estão do lado do lactente: o seio é sentido como sendo seu e a demanda é a de ser nutrido pelo leite.

O objeto *a* é o “primeiro suporte da subjetivação na relação com o Outro” (Lacan, 1962-3/2005, p. 356), isto é, aquilo “através de que o sujeito é inicialmente solicitado pelo Outro a se manifestar como sujeito” (*idem*), na medida em que o sujeito “só pode entrar no mundo como resto irreduzível em relação ao que lhe é imposto pela marca simbólica” (*idem*), portanto, resistente à significantização. Considerar o sujeito como resto implica angústia, na medida em que o desejo do Outro é angustiante por “eu não saber que objeto *a* sou eu para esse desejo” (*idem*, p. 353).

Doravante, a primeira figuração do objeto *a*, o *seio*, será abordada por Lacan a partir do corte da placenta, que separa mãe e criança em lugares distintos. Por isso, para o *infans* “o trauma do nascimento, que não é a separação da mãe, mas a própria aspiração de um meio intrinsecamente Outro” (*idem*, p. 355).

Tal como a placenta, o peito pertenceria à criança. É na medida em que o agente dos cuidados maternos insiste na constância da oferta do seio, que o sujeito vai interrogar-se a respeito da posse do mesmo, ou ainda, se seria uma alucinação. Ou seja, é o investimento fálico do Outro sobre o objeto que o imantará como objeto de dom, distinto do objeto de satisfação da necessidade. Apesar da oferta imperativa do seio, a criança só realiza a *separação* deste objeto como distinto de si, *a posteriori*.

Após subjetivar a primeira cessão deste objeto, a própria criança brincará de desligar-se dele. Há um desejo de desmame, testemunhado desde a mímica da surpresa em que o sujeito ensaia soltar e pegar o seio, passando por recusá-lo até às formas primárias da anorexia. O seio provoca angústia posto que é o primeiro sinal do vínculo ao Outro, “mas é também por isso que ele é a primeira forma do objeto transicional, no sentido de Winnicott” (*idem*, p. 341).

Para Lacan, a eleição de um pedacinho de alguma coisa, como a fralda, por exemplo, releva a escolha por um objeto cedível ao Outro, assim como a criança cede o seio à mãe. “O sujeito não se desfaz nesse objeto, fortifica-se nele. Fortifica-se com ele em sua função absolutamente original de sujeito em posição de queda, em relação ao confronto significante” (*idem*, p. 341). O objeto *a* assume a função de suplente do sujeito: “porque o *a* o precedeu, e é como marcado, ele próprio por essa substituição primitiva que ele tem que reemergir secundariamente, para além de seu desaparecimento” (*idem*).

Veiculando algo anterior e constitutivo à identidade do corpo e do sujeito, os objetos transicionais, como considerados pelo psicanalista inglês, tiveram sua função lógica depurada

por Lacan (*idem*), para quem eles são a “reserva derradeira e irredutível da libido” (p. 121). Assim, Lacan designou o objeto *a* como indicador da falta no Outro, que permitirá ao sujeito fazer uma interface em relação à sua própria falta. Quando há falta da falta, o sujeito é afetado, mesmo sem poder dizer do que sofre:

Vocês sabem que não é a nostalgia do seio materno que gera a angústia, mas a iminência dele? O que provoca a angústia é tudo aquilo que nos anuncia, que nos permite entrever que voltaremos ao colo. Não é, ao contrário do que se diz, o ritmo nem a alternância da presença-ausência da mãe. A prova disso é que a criança se compraz em renovar esse jogo de presença-ausência. A possibilidade da ausência, eis a segurança da presença. O que há de mais angustiante para a criança é, justamente, quando a relação com base na qual essa possibilidade se institui, pela falta que a transforma em desejo, é perturbada, e ela fica perturbada ao máximo quando não há possibilidade de falta, quando a mãe está o tempo todo nas costas dela, especialmente a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode falhar (*idem*, p. 64).

Entretanto, na fase anal há uma inversão tanto do objeto quando da demanda. A demanda, particularmente, passa a ser dirigida do Outro para o neonato. Assim, os excrementos tornam-se subjetivados na medida em que são intermediados pela demanda do Outro, o agente materno: “Pede-se à criança que retenha as fezes. Exige que ela as retenha por muito tempo, a ponto de esboçar a introdução do excremento no campo pertencente ao corpo e de fazer dele uma parte do corpo” (*idem*, p. 327). Em seguida, a mãe demandará ao *infans* que entregue seus excrementos. Contudo, o sujeito vê-se reconhecido a partir deste pedaço que ele receia perder, é daí que ele parte. Assim, o objeto anal, acompanhado de todos os efeitos erógenos dos cuidados maternos, será elevado ao valor de satisfazer à demanda do Outro.

Dessa maneira o objeto também passaria para o lado do Outro, diferentemente da fase oral. O excremento é solicitado pelo Outro, adquirindo, nos termos de Marx, o valor da *mais valia*, que efetua uma erotização do anal. Entretanto, há no objeto anal uma ambiguidade. Num primeiro tempo, ele é valorizado ao ser demandado pela mãe e, posteriormente, será desprezado como sujeira e merda. Biologicamente, as fezes precisam ser descartadas, mas simbolicamente elas adquirem um valor subjetivo, justamente por sua característica de se destacar do corpo, ser cedível. Isso permite as fezes obterem uma significação fálica, simbolizando a perda do falo. Desse lugar simbólico, falicizado, o objeto fezes pode operar na dinâmica obsessiva.

A exigência materna superegóica de civilizar a criança, demandando-lhe que entregue as fezes, pode produzir efeitos devastadores para a subjetividade, se for vivenciada pela

criança como imperativa e voraz. O objeto anal que passa a ser retido pelo *infans* coloca em cena a presença constante da demanda da mãe, do Outro, que o obsessivo mantém em seu sintoma de enfezar-se. Ao jogar com o “dar ou não dar” aquilo que o Outro lhe pede, a criança apresenta-se enquanto sujeito, tal como Freud notou em seu neto que brincava, com o carretel, de *Fort-Da*.

Neste ponto, é fundamental problematizarmos a hipótese de que os objetos da “demanda do Outro (seio e fezes) provocam algo da ordem do horror e da devastação para o autista” (Monteiro, 2015, p. 77).

Além disso, como vimos no item anterior, o reconhecimento da própria forma é limitado. Em verdade, escapa à imagem especular um resto não passível de ser imaginado ou simbolizado, denominado por Lacan de *falo* (ϕ). Trata-se da reserva operatória da libido que permanece no corpo sem ser representada, ou seja, a falta no eu ideal *i(a)* retorna no real provocando angústia.

Assim, a manifestação da angústia não relaciona-se à falta dos objetos, mas por sua presença, ou melhor, por sua falta sob uma forma positiva. Trata-se do que é testemunhado no *olhar*:

Mesmo na experiência do espelho, pode surgir um momento em que a imagem que acreditamos estar contida nele se modifique. Quando essa imagem especular que temos diante de nós, que é nossa altura, nosso rosto, nosso par de olhos, deixa surgir a dimensão de nosso próprio olhar, o valor da imagem começa a se modificar – sobretudo quando há um momento em que o olhar que aparece no espelho começa a não mais olhar para nós mesmos. *Initium*, aura, aurora de um sentimento de estranheza que é a porta aberta para a angústia (*idem*, p. 100).

Não é fortuito que a possibilidade de desligarmos o corpo da imagem, reduzindo-a a uma forma cedível, como nas fotografias ou desenhos, por exemplo, conotam o “estranho e familiar” [*unheimlich*], afeto testemunhado pelo próprio Freud (1919b/2010). O horror ou a repugnância frente à aparição repentina e inesperada do objeto olhar em um objeto que circula à revelia do sujeito indica que o desejo de reter esse *a* para si, não é exclusivo da forma anal, mas incide em todas as suas figurações.

Entretanto, o que “a forma especular tem de satisfatório é justamente mascarar a possibilidade desse aparecimento” (*idem*, p. 296), isto é, o surgimento do estranho familiar [*unheimlich*].

Lacan retorna, então, à problemática topológica da superfície, introduzindo à perspectiva do toro o esquema óptico do vaso, visto no item anterior, para mostrar que o *a* refratário à imaginarização é anterior à captura especular *i(a)* que tenta ocultá-lo. Entretanto,

ao simplificar o esquema óptico, ele acrescentará em oposição à imagem especular, o falo negativizado, menos ϕ ($-\phi$). Visualizemos as duas figuras:

Figura 9 – “ESQUEMA ÓPTICO SIMPLIFICADO”

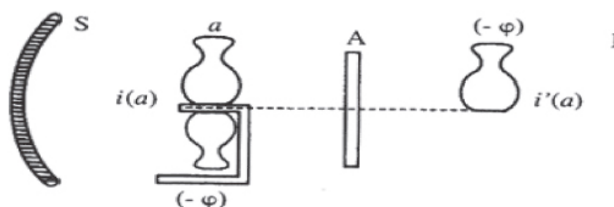
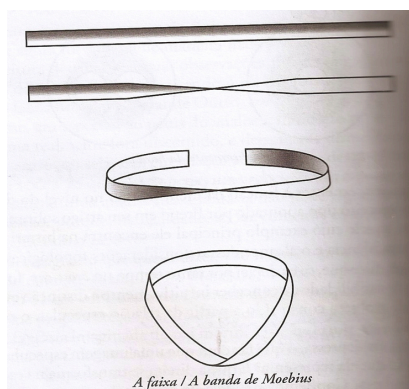


Figura 4 – Esquema óptico simplificado. Lacan, 1962-1963/2005, p. 49.

Fonte: Lacan (1923-3/2005, p. 49).

Figura 10 – “A FAIXA, A BANDA DE MOEBIUS”



Fonte: Lacan (1962-3/2005, p. 110).

Faz-se assim quando se produz o corte, seja ele qual for, quer o do cordão umbilical, quer o da circuncisão, e mais alguns outros que teremos que designar. Depois do corte, resta algo comparável à banda de Moebius, que não tem imagem especular. Primeiro tempo: o vaso tem sua imagem especular, que é o eu ideal, constitutivo de todo o mundo do objeto comum. Acrescentem a , sob a forma de um *cross-cap*. Depois, separem nesse *cross-cap* o pequeno objeto a que lhes pus nas mãos. Resta, adjunta à $i(a)$, uma superfície que se une como banda de Moebius. A partir desse momento, o vaso inteiro transforma-se numa banda de Moebius . . . A imagem especular torna-se a imagem estranha e invasiva do duplo (*idem*, p. 110).

O narcisismo primário seria o efeito do atamento entre a relação da libido com a imagem especular, “esse nó de servidão imaginária que o amor sempre tem que redesfazer ou deslindar” (Lacan, 1960/1998g, p. 103). Amar o próprio reflexo é uma escolha forçada da pulsão, como um curto-circuito na imagem especular fazendo surgir o objeto a .

Por isso, Lacan (1961-2, inédito) recorrerá à figura do toro como representativa da superfície em que se projeta o Eu, ao mesmo tempo, defensora e enganosa, na medida em que faz desenhar o impossível de *das Ding*. Eis o *a* que não é refletido na imagem, e é justamente seu peso irrepresentável que fará da imagem especular sede de libidinação e alienação do sujeito.

O falo, presença negativada, ao lado do organismo real, não aparece na imagem. Isto porque nem toda a libido é depositada sobre a imagem especular, restando uma *quota* no corpo real. Assim, apenas a forma é insuficiente para constituir o imaginário, é preciso adicionar a ela o *quantum* de investimento libidinal em oposição aos objetos não especularizáveis.

Portanto, no amor narcísico se refugia o objeto perdido do gozo, porque, mesmo presente, sua lembrança se situa numa outra cena – a hiância é o preço dessa perda. O objeto e sua perda são coextensivos.

É a ideia de um exterior de antes de uma certa interiorização, que se situa em *a*, antes que o sujeito, no lugar do A, capte-se na forma especular. . . É a esse exterior, lugar do objeto, anterior a qualquer interiorização, que pertence a ideia de causa (LACAN, 1962-3/2005, p. 115-116).

O sujeito se serve desse Outro, vazio como um espelho, para projetar-se sob a superfície de seu corpo: há reconhecimento e desconhecimento do que se vê, posto que não se trata de uma superfície plana (Lacan, 1961-2, inédito). Lagache, citado por Lacan (1960/1998g), afirma que é imprescindível a “diferenciação entre o corpo e os objetos conotando-a como sincrética, pois isso é deixar de lado a dissimetria essencial entre projeção e introjeção” (p. 661).

A imagem real *i(a)*, representada pelas flores reais por meio do espelho côncavo, apodera-se da multiplicidade de objetos *a*. Eis o “ fundamento . . . [da] relação do homem com a imagem de seu corpo e com os diferentes objetos constitutivos desse corpo, com pedaços do corpo original, captados ou não no momento em que *i(a)* tem a oportunidade de se constituir” (Lacan, 1962-3/2005, p. 132).

Para Lacan, a etapa escópica é, particularmente, aquela da fantasia, na qual “lidamos com a potência no Outro, que é miragem no desejo humano” (*idem*, p. 318) posto que “a forma dominante de toda posse, a posse contemplativa, o sujeito está condenado a desconhecer que essa é apenas uma miragem de potência” (*idem*).

A angústia é efeito da presença do *a* (representado ao lado esquerdo do esquema óptico simplificado) no lugar de menos *phi* ($-\phi$) (representado ao lado direito do esquema óptico

simplificado). “A *Unheimlichkeit* [estranho familiar] é aquilo que aparece no lugar em que deveria estar o menos-*phi* . . . é a castração imaginária, porque não existe, por bons motivos, imagem da falta” (*idem*, p. 51).

Nesse lugar da falta onde algo pode aparecer, coloquei . . . o sinal (-). Ele lhes indica que aqui se perfila uma relação com a reserva libidinal, ou seja, com esse algo que não se projeta, não se investe no nível da imagem especular, que é irreduzível a ela, em razão de permanecer profundamente investido no nível do próprio corpo, do narcisismo primário, daquilo a que chamamos auto-erotismo [*sic*], de um gozo autista (*idem*, p. 55).

Por isso, a angústia é familiar e real, desvelando ao sujeito o pivô de sua constituição no Outro para além da imagem especular. Assim, a despeito do sujeito apoderar-se da *i(a)* como seu duplo, a efigie mantém sua estranheza radical. Trata-se da fratura a partir da qual há uma aproximação e uma libidinação da imagem do outro. Em busca de assegurar a garantia do Outro o sujeito é convocado a “dar o troco através de um signo, o de sua própria castração” (*idem*, p. 56).

No nível escópico o sujeito desconhece o objeto *a* que ele é perante o olhar do semelhante. Por isso, a angústia tem forma exemplar do desejo humano como desejo do Outro, no duplo sentido: desejo *no* Outro, isto é, ‘o Outro que deseja’ e ‘meu desejo do Outro’, posto que esta formatação do objeto do ser o exila de sua subjetividade, de sua divisão o sujeito nada quer saber.

Considerando que o funcionamento mínimo da linguagem é de que o sujeito é representado entre significantes, coloca-se em questão a consistência do Outro e seu desejo enigmático. Lacan (*idem*) afirma: “o *a* do Outro é a única testemunha que o lugar do Outro não é só miragem” (p. 70). A voz seria, então, o objeto caído da fala na medida em que o inconsciente enquanto discurso do Outro é o lugar onde *isso fala*, interroga-se: “o que é o outro como sujeito” (*idem*).

A experiência promovida por Jakobson de gravar os bebês em seus momentos solitários revelou que muito antes de ser capturado pela imagem especular, o neonato monologa hipnopompicamente²⁸. Claro, este movimento do sujeito depende que ele tenha recebido previamente a sonoridade instrumental do Outro que lhe fala. Assim, a temporalidade da fala do Outro separa seu enunciado da enunciação materna que ele coloca em jogo, franqueando a interrogação (*Che vuoi?*) pela criança do desejo do Outro, ao mesmo

²⁸ Segundo o dicionário “Houaiss da língua portuguesa” hipnopômico é “referente ao estado semiconsciente que antecede o despertar, ou à passagem do sono propriamente dito ao sono incompleto ou à vigília” (Houaiss & Salles, 2001, p. 1537).

tempo em que a retira do anonimato. Ao extrair de si mesma uma resposta, ela circunda o objeto *a* voz.

Portanto, a voz em psicanálise não é a prosódia, a frequência, a sonoridade ou a altura da voz efetivamente falada no *manhês*, mas o que se interpõe ao fluxo da fala, da ordem do real, cortando-a. Assim, se a psicolinguística serve-se da noção de *manhês*, enquanto propriedade particular da fala usada pelo agente materno ao dirigir-se ao neonato, consideramos, com a psicanálise, que esse modo de enlace ao filho não é essencial para a fundação do ser falante, apesar de comparecer em muitas situações. Afinal,

“separada de nós, nossa voz nos soa como um som estranho. É próprio da estrutura do Outro constituir um certo vazio, o vazio de sua falta de garantia. A verdade entra no mundo com o significante antes de qualquer controle. Ela se experimenta, reflete-se unicamente por seus ecos no real. Ora, é nesse vazio que a voz ressoa como distinta das sonoridades, não modulada, mas articulada. A voz de que se trata é a voz como imperativo, como aquela que reclama obediência ou convicção. Ela não se situa em relação à música, mas em relação à fala” (Lacan, 1962-63/2005, p. 300).

O que se coloca em xeque não é o registro da melopeia manifesta pelo agente materno, mas a posição em que a criança é situada na transmissão de um desejo não anônimo. Portanto, o objeto voz manifesto na cantilena, longe de apenas acalmar as crianças, testemunharia a angústia, que não é desprovida de objeto. *Assim, encontramos subsídios para corroborar nossa hipótese de que o horror das crianças autistas frente à voz exhibe a céu aberto a incidência angustiante desse objeto para todo o ser falante.*

Contudo, apenas no patamar invocante “deve emergir, numa forma pura, o desejo no Outro” (*idem*, p. 318). Isso significa que, no nível do *objeto voz* “o *a* volta a se recortar, aqui abertamente alienado, como suporte do desejo do Outro, que *nessa vez é nomeado*” [itálicos nossos] (*idem*, p. 365). Considerando que o *a* não é apenas resto, mas também garantia da alteridade do Outro, esta etapa implica uma *nominação*, articulada à voz, colocando em cena a dimensão auditiva, posto que a voz ressoa no vazio estrutural do Outro, a saber, de sua falta de garantia, S(A).

A voz responde ao que é dito, mas, para que responda *por* isso, deve-se *incorporar*²⁹ a voz como “a alteridade do que é dito” (*idem*, p. 300), pois algum significado, s(A), deverá daí ser gerado para o sujeito. Na função de modelar o vazio, a voz se incorpora, arrastando marcas de real que produzem uma significação para o sujeito.

²⁹ Assinalamos que Lacan faz valer a voz como a mesma operação de *incorporação* [*Einverleibung*] pelo sujeito em que Freud (1921/2013) distingue a primeira identificação ao pai, que acontece por incorporação, como apresentaremos no terceiro capítulo.

Retomando suas formulações anteriores, na aula sobre os “*Nomes-do-pai*” em 1963, Lacan (1963/2005) sintetiza os objetos *a seio, fezes, olhar, e voz*.

A pulsão escópica arrebatava o *infans* pelo espetáculo do mundo. Contudo, o sujeito torna-se vítima do próprio logro, ao desvencilhar-se não do objeto *a*, mas de seu complemento, a imagem especular *i(a)*. Eis a concupiscência denunciada por Santo Agostinho, na qual a criança é ludibriada: “ele acredita desejar porque se vê como desejado e não vê que o Outro quer lhe arrancar o olhar” (*idem*, p. 69). No momento em que a imagem do sujeito surge no Outro privada de seu olhar temos a angústia.

O *objeto voz* condensaria “o leque do objeto em sua relação pré-genital com a demanda do Outro pós-genital e com esse desejo enigmático em que o Outro é o lugar do chamariz sob a forma do *a*” (*idem*, p. 70). Portanto, a *voz* “testemunha que o lugar do Outro não é não é apenas o lugar da miragem” (*idem*).

Além de sua função fundamental à formação do supereu, este objeto nos leva às origens da linguagem em sua função de *nome próprio*³⁰. O Outro, lugar onde *isso* fala, coloca o problema do sujeito anterior à questão “*o que é o pai?*”, formulada por Freud (1912-3/2012) na representação totêmica. Para Lacan, seria necessário adicionar ao nível do pai a função do nome próprio, “uma marca já aberta à leitura – eis por que será lida em todas as línguas - impressa sobre alguma coisa que pode ser um sujeito que vai falar” (*idem*, p. 74).

2.8 Do horizonte desanuviado por Lacan

Neste capítulo, vimos como a reformulação de Jacques Lacan da teoria freudiana alteia as perspectivas de investigação acerca da *aquisição da criança pela linguagem*.

Primeiramente, a crítica quanto à concepção freudiana de que a finalidade do aparelho psíquico seria apenas rebaixar a tensão por meio da descarga de energia traz importantes consequências clínicas. Ao considerarmos que o sujeito é fundado em sua relação com o Outro primordial, seu funcionamento torna-se inseparável desta engrenagem. Passamos, então, ao constructo de um sistema operacional complexo de defesa e apoio em relação ao Outro que é, originariamente, o Outro real, encarnado pelo agente de cuidados maternos, e não mais a uma concepção binária de prazer-desprazer.

Desta forma, o narcisismo secundário, proposto por Freud, assume função constitutiva do Eu [*moi*] por meio da relação transitivista entre a criança e o Outro materno. Ao

³⁰A função do nome próprio será melhor tratada no terceiro capítulo, a partir do “Seminário 9, identificação” de Lacan (1961-2, inédito).

interpretar o corpo da criança, supondo ali um sujeito através do que afeta o seu corpo (da mãe), ela franqueia um corpo à criança. Assim, a despeito do longo período de prematuridade do organismo humano, o *infans* encontrará a *Gestalt* da imagem especular antes que seu sistema nervoso possa processar estímulos de propriocepção e alcançar a coordenação motora. Possibilitada desde o momento em que o Outro materno posiciona o *infans* no campo simbólico, marcando-o com o traço unário (precursor do ideal-do-eu), a criança jubila ao espelho, testemunhando o sucesso à alienação imaginária (*eu-ideal*). Ao olhar e falar ao *infans*, o Outro reafirma a marca, assentindo a sua forma imaginária.

Vale frisarmos que a criança identifica-se não apenas com a imagem especular, posto que a identificação imaginária é efeito do transitivismo com o Outro primordial. Portanto, a aquisição da criança pela linguagem patenteada pelo *manhês*, apresentado no primeiro capítulo, não é apenas simbólica, sua incidência depende da relação transativista entre mãe e criança.

A criança é, primeiramente, signo para a mãe, representando biunivocamente o falo materno. Contudo, o sujeito enfrentará o fato de que ele não corresponde ao falo imaginário da mãe, configurando a passagem do signo ao significante. Por isso, os significantes apenas manifestam a presença da diferença, implicando que a relação do signo com a coisa seja apagada.

Assim, a predicação do Outro não coincide com o vivente (puro real), mas deixa uma marca simbólica na plenitude do ser. Dita marca configura-se como uma senha, chave de abertura da entrada no laço social. A relação entre esta primeira marca pela via de *das Ding*, tratada por Lacan como extração objeto *a*, e o *traço unário* serão discutido no próximo capítulo considerando o momento lógico de constituição do sujeito, denominado por Lacan de *privação*.

A localização de discordâncias entre o discurso e a função especular do semelhante – corte da divisão entre Outro real e Outro barrado, é alvo da identificação, permitindo à criança articular a falta no Outro real ao que ele é como ser privado. Assim, a constatação do sujeito de que ele não é o falo materno, presente na dialética do ciúme e da agressividade, será tratada no próximo capítulo como *frustração* imaginária, o passo seguinte à privação, que exercerá função fundamental à estruturação da fantasia.

Eis o segundo momento de extração do objeto *a*: a criança submete-se ao Outro real que, a despeito de sua função simbólica, é real e palpável, isto é, ele deseja para além do que demanda, provocando angústia. O objeto neste ponto é indefinível. Esta concepção remete-se ao que Freud formulou sobre *das Ding* (o objeto inapreensível). O Outro é angustiante posto

que, para o sujeito, é impossível saber qual objeto *a* ele representa para o Outro. Diante da derradeira questão da angústia, “Que queres [*Che vuoi*]?”, faltam ao sujeito significantes para responder ao enigma do desejo do Outro (vertente do Outro gozador). No impasse, só resta à criança entregar algo que lhe pertence: uma libra de carne. Lacan delimitou os objetos pulsionais na borda dos orifícios corporais, figurados como pedaços de real do corpo do sujeito (objetos *a* - oral, anal, olhar e voz).

Como vimos, o sujeito é capturado pelo *olhar*, na medida em que dito objeto constitui um véu ao olhar enigmático do Outro, índice de sua posição desejante e, por isso, fonte de angústia. Contudo, a criança torna-se vítima do próprio logro, ao se deparar com o desejo do Outro, através do olhar.

Portanto, os desdobramentos teóricos da relação entre o sujeito e os objetos pulsionais são de suma relevância para o tratamento psicanalítico das crianças autistas e psicóticas, tendo em vista que tais sujeitos padecem congelados na angústia. Afinal, a aparente indiferença dos sujeitos autistas à presença do Outro apenas revela a magnitude de seu afetamento frente à demanda do Outro. Talvez essa invasão esteja relacionada à insubordinação do autista em relação ao Outro, como asseverado por Lacan (1953-54/1986): “o autista é o mestre da linguagem” (p. 102).

Para nós, interessa ainda aprofundarmos nas manifestações do objeto voz presente desde o primeiro grito da criança e salientado no além do que o Outro lhe diz, posto que sua incidência é dilacerante para os sujeitos na condição autística. As perturbações diversas que estes sujeitos apresentam no nível da linguagem falada: ecolalias, mutismos, intolerância a determinados sons, entre outras, nos levam a problematizar, no próximo capítulo, as especificidades deste objeto e suas relações com holófrase e *lalíngua*, como situadas por Lacan.

Por fim, elencamos aqui a terceira e última forma de extração do objeto *a* na localização da lei cujo referente é o *Nome-do-Pai*. Abordaremos a conclusão da constituição subjetiva no próximo capítulo como *castração*, a etapa seguinte após privação e frustração, na qual a função paterna articula o sujeito aos objetos causa de desejo por meio da nomeação. Sem tal atribuição, encontramos um sujeito à deriva do gozo, cujo desejo vagabundeia, não se amarra a um objeto. Nesta perspectiva, o Édipo seria apenas uma das maneiras do sujeito localizar a relação entre desejo e lei.

3 RESSONÂNCIAS DA LINGUAGEM NO CORPO

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.

Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada.

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa.

Era uma enseada.

Acho que o nome empobreceu a imagem

(Barros, 2010, p. 303).

Está em jogo um apagamento, uma morte da coisa pelo significante, que faz nascer o desejo. Como explana Castro (2011), não se pode considerar fortuita a importância do mito freudiano descrito em “Totem e Tabu” no ato fundador da ordem simbólica, determinado pelo assassinato do pai [*Urvater*] da horda primeva, engendrando seu reaparecimento como totem.

Todavia, Lacan (1959-60/1988) indaga se a culpa pelo assassinato do pai seria o ponto de falta primordial na obra de Freud. Ao revés, ele considera que a origem da falta estaria na interminável dialética entre pulsão de vida e pulsão de morte, como descrito abaixo:

que parte da experiência do assassinato original do pai, daquilo que a engendra e daquilo que a ela se encadeia. Desse ponto de vista é a transformação da energia do desejo que permite conceber a gênese de sua repressão, de tal maneira que a falta, nesse caso, não é apenas algo que se propõe a nós em seu caráter formal – devemos louvarmo-nos com ela, *felix culpa*, já que se encontra no princípio de uma complexidade superior à qual a dimensão da civilização deve sua elaboração” (*idem*, p. 14).

A entrada no simbólico inflige uma perda de gozo ao fluxo vital do ser: “o simbólico desenvolve-se em contraposição ao gozo, seja no plano ontogenético (a partir do complexo de Édipo) seja no plano filogenético (a partir do assassinato do pai da horda descrito em Totem e Tabu)” (Castro, 2011, p. 1.422).³¹

Em nossa pesquisa, pactuamos com Lacan de que não só o ser falante mas também as coisas são determinados pelo plano simbólico. A mortificação do corpo pelo simbólico gera

³¹ Cf. Hegel, G. W. F. (2003). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em: 1807). Na concepção hegeliana (1807/2003), a compreensão conceitual [*Begreifen*] da realidade implica uma negativização. Para aprofundar nesta discussão, cf. Kojève, A. (1947). Introduction à la lecture de Hegel: Leçons sur la Phénoménologie de l'Esprit professées (1933-1939) à l'École des Hautes Études. Paris, France: Gallimard. Em sua leitura de Hegel, especificamente no capítulo VII de “A Fenomenologia do Espírito”, Kojève (1947) exemplifica que a *palavra* ‘cão’ não corre, não bebe e não come, asseverando que nela o Sentido (a Essência) deixa de viver; isto é, ele *morre*. Desta forma, a compreensão conceitual da realidade equivaleria-se ao falecimento “da coisa em si mesma”.

seu renascimento como corpo simbolizado, anulado, deixando um resíduo de gozo à margem, nas manifestações episódicas do objeto *a*, como tratamos no segundo capítulo.³²

Se, com Milner (1995/1996) distinguiremos no ensino de Lacan dois classicismos, o simbólico seria, no primeiro, um tratamento para o real. Entretanto, no segundo, como veremos no item sobre *lalíngua*, o significante não é apenas instrumento de restrição de gozo, mas originalmente um meio de gozo, produzindo uma fixação significante em relação direta ao real. A nomeação pode ser concebida, portanto, infalivelmente traumática.³³

Portanto, a entrada do sujeito na cultura é uma passagem da relação imediata do ser com as coisas do mundo para a representação mediada pela rede significante, cujo funcionamento articula iterativamente apenas diferenças (um significante é o que os outros não são). É justamente o que está em jogo no recalque originário, uma marca decantada como simples traço de diferença na qual as qualidades da experiência vivida são apagadas. Delas resta apenas um traço que rasura o vazio do ser, testemunhando uma perda. Toda a rede significante se enovelará, a seguir, em torno dessa marca. De acordo com Lacan (1968-69/2008): “o que não está ali, o significante não o designa, ele o engendra. O que não está ali, na origem, é o próprio sujeito” (p. 21).

O apelo exerce sua incumbência previamente à sua distinção pelo sujeito, bem como à própria delimitação de um eu em oposição ao Outro real. Trata-se da atualização, na experiência, da estrutura mínima do significante, que incide no *infans*, como real, produzindo o recalque originário.

³² Cf. Chomsky, N. (2002). *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. Edited by James McGilvray (2nd ed.). New Zealand: Cybereditions. Para o autor, a linguagem desenvolveria-se em todos as pessoas em condições normais, sendo inata, trata-se de um órgão humano. Em outra perspectiva, cf. Miller, J. A. (2003). A invenção psicótica. In *Opção Lacaniana*, (36), 6-16, maio/2013. (I. A. D. Barbosa, trad.). São Paulo, SP: Eolia. (Trabalho original proferido em: Seminário da seção clínica de Paris-Île-de-France, em 24 de novembro de 1999). Como base para esse artigo, Cf. Lacan, J. (2003). O Aturdido. In *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad., A. Harari e M. A. Vieira, ver. fin., A. Telles, prep. tex., pp. 448-497). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1972). Como lembra Miller (1999/2003), Lacan (1972/2003) considera o inconsciente estruturado como uma linguagem, na medida em que é um órgão fora do corpo. Lacan parte da hipótese de um traumatismo original do sujeito como efeito da incidência inevitável da linguagem. Desta forma, o sujeito precisaria inventar, singularmente, formas de ligar-se à linguagem.

³³ Cf. Heidegger, M. (1989). *Ser e Tempo*. (3ª ed., M. S. Calvacante, trad.). Petrópolis RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em: 1927); Cf. Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 104-126). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953). A partir da concepção de Heidegger (1927/1989), do ser-para-a-morte (em que, na linguagem, um ser é posto para a morte), Lacan (1953/1998c) formulou sua hipótese do inconsciente, cujo desejo relaciona-se à divisão a que todo ser falante está submetido: “quando queremos atingir no sujeito o que havia antes dos jogos seriais da fala, e aquilo que é primordial no nascimento dos símbolos, vamos encontrá-lo na morte, de onde sua existência retira tudo o que tem sentido.” (p. 321). O ato de falar implica, portanto, a consciência da morte, distinguindo os mundos humano e animal. Vale lembrar que a civilização constitui-se através de seus rituais, no esforço de simbolizar a morte.

Desta forma, a percepção da realidade será determinada pelas relações que se estabelecem entre representações sem referência direta à coisa. Na estrutura da linguagem, o significante não se relaciona às coisas do mundo, ele só se refere a um discurso, ou seja, a um modo de funcionamento da linguagem que faz laço entre os que falam, pois, à margem da comunicação, não há realidade pré-discursiva capaz de instituir a coletividade (Lacan, 1972-3/1985).

Lacan (1966/1998) enfatiza ainda sua oposição à ideia de continuidade entre *natureza* e *cultura*. Ao implicar a *sociedade* como terceiro termo nessa relação, o psicanalista reduz o termo *cultura* à *linguagem* por ser o que diferencia a *sociedade animal* da *sociedade humana*, ele considera que o discurso instaura a tradição que funda as estruturas elementares da cultura.

Enfim, a estreia do sujeito na linguagem não é uma passagem entre o grito animal e o significante: o grito animal estabelece-se numa relação unívoca com o objeto, tomando uma função sîgnica em relação à imagem, e é, desta forma, cativado pela realidade. Portanto, mantém-se ainda distante de adentrar ao mundo simbólico. O imaginário animal não faz significante, evidenciando que o domínio simbólico não está numa relação de simples sucessão com o domínio imaginário: não há continuidade entre eles. Não há transição, não há ponto de junção entre o envigamento imaginário e a descontinuidade que a dimensão simbólica introduz.

Cada discurso estabelece a modalidade de gozo que lhe é própria, implicando certa posição do sujeito na linguagem. Entretanto, nas psicopatologias graves da infância, encontramos sujeitos que circulam singularmente na linguagem, a despeito de não terem propriamente ingressado no discurso. Pode-se dizer que nesses casos há um circuito curto da criança na linguagem, cuja extensão simbólica é insuficiente para que ela possa assumir uma posição discursiva. Mesmo que restritas, suas manifestações atestam ressonâncias da linguagem no corpo.

3.1 Identidade perceptiva: insatisfação e devastação

Voltaremos aqui, primeiramente, sob o prisma de Lacan (1956-60/1988) apresentado em “O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise”, à “Carta escrita ao Fliess em dezembro de 1896” (Freud, 1896/2016), enfatizando as *marcas* fundadoras do psiquismo e suas transposições nas passagens entre os registros. O leitor pode se interrogar o motivo de retomarmos a leitura da “Carta 52” neste segundo capítulo e tomá-la como pura repetição.

Como dissemos, optamos por apresentar no primeiro capítulo exclusivamente o texto freudiano, reservando à interpretação lacaniana de Freud para este segundo capítulo.

Como lembra Lacan (1959-60/1988), nesse escrito o psicanalista vienense supõe, inicialmente, apenas a presença de neurônios da percepção [*Wahrnehmungen*] responsáveis pela impressão do mundo exterior em seu estado bruto, original, primitivo, ainda estranha ao campo que corresponderia a uma experiência notável, ou seja, efetivamente escrita ou inscrita [*Niederschrift*].

A exigência de tradução [*Übersetzung*] desses traços de percepção fundaria o primeiro registro do psiquismo, no qual haveria apenas signos de percepção [*Wahrnehmungszeichen*], sem produção de consciência, mas organizados por meio de associações de simultaneidade [*Gleichzeitigkeitsassoziation*]. De acordo com a interpretação lacaniana (1959-60/1988), trata-se do primordial sistema sincrônico ³⁴ de associação [*Gleichzeitigkeitsassoziation*] significante.

Em “O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro”, Lacan (1968-9/2008) retoma novamente sua leitura do Freud (1896/2016) acerca da “Carta 52”, asseverando que o sistema ψ intervém exclusivamente por meio de sinais. Tratam-se de signos qualificados por períodos específicos, aferentes a cada um dos órgãos sensoriais e que, eventualmente, afetam alguns dos *perceptos* deixando um traço de percepção [*Wahrnehmungszeichen*].

Lacan (1959-60/1988) interpreta que, na concepção freudiana do “Projeto” (1895/1995), a noção de realidade instaura-se em função da demarcação entre um incipiente mundo exterior [*das Ding*] e um interior no qual seria possível reproduzir ou encontrar os signos de qualidade [*Qualitätszeichen*] desse objeto perdido. O psicanalista francês enfatizou a presença desses signos como advertências dirigidas à consciência, alertando-a sobre a presença de alguma coisa [*das Ding*] que se referiria ao mundo exterior. Contudo, a questão da qualidade do objeto perdido permaneceria opaca e enigmática, logo inapreensível.

Tendo em vista que os traços de percepção precisam ser verificados em relação à realidade, podemos traduzir esta interferência, em termos freudianos, como alucinação. Acentua-se, então, o funcionamento paradoxal do sistema psíquico, na medida em que é baseado no princípio do prazer.

³⁴ Lacan (1961-62/2003) retoma a exemplificação dada por Saussure a respeito da identidade do significante: o significante é como o expresso das 10:15hrs Genebra-Paris. A despeito de se compor materialmente de diferentes expressos quanto a sua estrutura concreta, trata-se de uma unidade perfeitamente definida. Um ser, uma unidade significante, constitui-se de modo análogo ao expresso das 10:15hrs, uma unidade indecomponível que se articulará a outras unidades, estabelecendo a cadeia significante.

Se nos referenciarmos na hipótese freudiana, essas inscrições seriam transpostas para o inconsciente [*Unbewusstsein*], associadas por relações causais. Uma outra reescrita conduziria ao nível da pré-consciência [*Vorbewusstsein*], a partir do qual, finalmente, as inscrições vêm a alcançar a representação de palavra, correspondendo ao Eu oficial. Por fim, tais representações tornam-se acessíveis à consciência [*Bewusstsein*], que assim como os neurônios de percepção, é também destituída de memória.

Como vimos no primeiro capítulo, o excesso de excitação no psiquismo provocaria a transposição do que foi inscrito entre os registros, de modo que em cada traslado estaria implicado um trabalho de tradução [*Ubersetzung*] dos traços mnêmicos [*Erinnerungsspuren*]. O encaminhamento das inscrições de um registro a outro inibiria a instância anterior, impondo as leis de funcionamento do nível mais atual. Todavia, Freud ressalta a ocorrência de *falhas nesta passagem* [*die Versagung der Ubersetzung*], nas quais o material seria represado em uma das instâncias e submetido ao modo de escrita do nível em que foi impedido. Uma dessas barreiras seria o processo de *recalque*, posto que o psiquismo dispõe de outros modos de defesa.

Neste momento, o psicanalista vienense supõe que seria o excesso de desprazer provocado por uma determinada inscrição que produziria a interdição de sua tradução. Entretanto, com Lacan (1959-60/1988), indagamos se seria apenas a hipótese econômica de prazer e desprazer que engendraria estas barreiras psíquicas das quais o recalque seria o último dos representantes.

O psicanalista francês explana que ditas passagens progridem em uma significação do mundo, ou seja, de uma cadeia iniciada no mais arcaico inconsciente à forma articulada da fala no sujeito. A partir da interposição do significante entre a percepção e a consciência, o inconsciente e o princípio do prazer se articulam como *Bahnungen*, ou seja, já encadeados na forma de linguagem, e não apenas como homeostase [*Gleichbesetzung*]. Dessa feita, a estrutura da experiência acumulada se consolida e passa, neste ponto, a residir, permanecendo inscrita.

A expressão *Niederschrift* (inscrição ou escrita), que prefigura também na *Traumdeutung* (Freud, 1900/2012a; 1900/2012b), é ressaltada por Lacan (1959-60/2003). O autor assevera que o sonho testemunha efeitos da incidência da linguagem em que se inscreve o inconsciente, cujo laço com o representável prevalece (p. 67).

São compostos lógicos, articulados sob a forma de um *orthos logos* que encobrem as transferências de investimento, referenciadas no prazer e no desprazer, valorizando determinados sinais em detrimento de outros. A economia subjetiva organizada nesta vertente

permite o deslocamento do investimento de um sinal para outro, isto é, “a doutrina da prevalência de um significante na cadeia inconsciente do sujeito” (*idem*, p. 46).

Freud (1900/2012a; 1900/2012b) dissertou, alguns anos mais tarde, sobre o segundo nível do “sistemas-Ψ”, responsável por registrar a excitação momentânea captada no primeiro nível das percepções em traços [*Spuren*]. O psiquismo buscaria a *identidade perceptiva* destes primeiros traços, orientado pelo processo primário.

Ao observar o jogo repetitivo da criança de fazer desaparecer e reaparecer um carretel, concomitantemente as pronúncias *Fort* e *Da*, Freud (1920/2010) confirmou sua hipótese acerca da busca incessante empreendida pela criança em relação à identidade perceptiva, ressaltando: “Cada nova repetição parece melhorar o controle que ela busca ter sobre a impressão, e também nas vivências prazerosas a criança não é saciada pelas repetições, insistindo implacavelmente para que a impressão seja igual” (p. 200).

Lacan (1961-2, inédito) desdobra a concepção freudiana de que o inconsciente busca a *identidade das percepções*, asseverando o fracasso dessa busca. O identicamente idêntico que sempre faltará. No ponto de origem do recalque primário, faltará sempre o significante que venha coincidir a ele. A exigência do aparelho psíquico de ligar o que é capturado do mundo exterior é submetida à condição de apenas fazê-lo sob uma forma significante. O sujeito as recebe inevitavelmente em sua diferença: a insatisfação resultante da procura pela identidade perceptiva é um fato de estrutura. Esta constatação exigirá ainda alterar a topologia freudiana do sistema psíquico:

a relação do inconsciente com o que ele busca em seu modo próprio de retorno é justamente aquilo que *uma vez* percebido é o identicamente idêntico . . . E é justamente isso o que faltará sempre: é que, em toda espécie de outra reaparição do que responde ao significante original, no ponto onde está a marca que o sujeito recebeu deste, seja o que for, que está na origem do *Urverdrangt*, faltará sempre ao que quer que seja que venha representá-lo, essa marca que é a marca única do surgimento original de um significante original que se apresentou uma vez no momento em que o ponto, o algo do *Urverdrangt* em questão passou à existência inconsciente, à insistência nessa ordem interna que é o inconsciente, entre, por um lado, o que ele recebe do mundo exterior e onde ele tem coisas a ligar; e, pelo fato de ligá-las sob uma forma significante, ele só as pode receber em sua diferença. E é exatamente por isso que ele não pode de maneira nenhuma ser satisfeito por essa procura como tal da identidade perceptiva, se é isso mesmo que o especifica como inconsciente. Isso nos dá a tríade *consciente-inconsciente-pré-consciente*, numa ordem ligeiramente modificada e, de certa forma, que justifica a fórmula que já tentei dar a vocês do inconsciente, ao dizer que ele se achava entre percepção e consciência, tal como se diz: entre o couro e a carne (*idem*, p. 107).

Freud (1900/2012a; 1900/2012b) já havia exposto um problema na passagem do inconsciente [*Ics*] ao pré-consciente [*Pcs*]: no *Ics* os traços mnêmicos não seriam acessíveis imediatamente ao *Pcs*, mas apenas encontram o registro da *Pcs* com a condição de que esse último aceite as distorções impostas pela censura.

Segundo Lacan (1959-60/1988), tratar-se-iam de duas vertentes da realidade psíquica. Primeiramente, o processo primário ou princípio do prazer busca o reconhecimento e reencontro de *das Ding* pela via da *identidade perceptiva*. Afinal, se a busca pela identidade perceptiva “não tiver a sorte de coincidir com o real, será alucinatória. Esse é todo o perigo no caso do processo primário ganhar a rodada” (Lacan, 1959-60/1988, p. 44).

Mais tarde, Lacan (1968-9/2008) indica que a *identidade de percepção* é definida pela regulação homeostática. Contudo, regulada pela repetição, tal percepção finda-se à medida que opõe-se aos critérios internos de realidade. Vale salientar ainda que o aparelho de Freud só pode ser afetado de fora para dentro, impondo a realidade a partir de uma mera conjunção do sinal qualificativo.

Em segundo lugar, no pré-consciente e na consciência o processo secundário ou princípio de realidade governa a procura pela *identidade de pensamento*: um efeito da exigência de correção do processo primário, ordenado por relações de *similaridade*, ligando-se à *memória* (Cs), por meio do esforço de tateamento de uma prova retificativa do processo primário, guiado pelas descargas que trilharam as *Bahnungen* (a cadeia significante).

A identidade de pensamento corresponderia ao caráter ficcional e cognoscível da realidade, ao passo que a articulação da experiência humana em palavras permite ao pensamento emergir à consciência. Portanto, o que é cognoscível é o que pode ser transmitido por meio de palavras, entretanto, também o desconhecido, o inconsciente, é estruturado como uma linguagem (Lacan, 1959-60/1988).

Posto isto, indagamos, com Vorcaro (2016, *inédito*), o que se passa com as crianças ditas *autistas*, *que parecem esmerar-se em habitar um mundo no qual possam reencontrar sempre o igual, reproduzindo sempre o mesmo? Nestes casos haveria a marca do recalque original?* Esses sujeitos não possuem recursos para fantasiar e devanear, que permitiriam a eles desvincularem-se dos objetos reais. Pelo contrário, o trabalho a ser empreendido é, muitas vezes, encontrar um objeto, chamado de objeto autístico (Tustin, 1975). Trata-se de fixar no objeto uma referência constante que faça anteparo à heterogeneidade advinda do exterior.

Não é um disparate supor que nessa busca pelo identicamente idêntico, o autista recusa-se a fazer uso do semblante que o significante oferece. O sujeito não se deixa ludibriar por essa máscara significante que lhe permitiria engajar-se ao laço social por meio da crença em um reencontro possível com a marca original. Assim, a impossibilidade de satisfação

perceptiva, vivida como insatisfação para as crianças consideradas neuróticas, seria devastadora nos quadros de autismo.

Portanto, nessa busca pela identidade perceptiva o que seria interrogado pela criança é a credulidade do *Nebenmensch*, como aponta Lacan (1961-2, inédito): “saber se se pode confiar no Outro, como tal, o que o sujeito recebe é um signo confiável” (p. 107). De alguma maneira, é preciso que o sujeito se deixe enganar pelo Outro, num puro ato de boa fé, engajando-se na possibilidade assintótica de restauração da identidade perceptiva, para submeter-se ao funcionamento da linguagem.

3.2 Privação

*Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.*

*Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.*

*No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.*

*O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.*

*Foi capaz de modificar a tarde
botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígio.
Até fez uma pedra dar flor.*

(Barros, 2010 [data da publicação], p. 469).

O sujeito é esperado, mesmo antes de seu nascimento, pelo discurso veiculado, primeiramente, pelo Outro, no qual terá que se situar. A busca de satisfação da necessidade é mediada pelo Outro real que fala para o neonato, fundando o simbólico como *privação real*.

Entretanto, a mãe é permeável ao aguaceiro da linguagem e, ao funcionar como uma matraca, deixa alguns detritos na criança. É o que será testemunhado nos vagidos alternantes do *infans*: há rebotalhos da demanda sobre a necessidade.

antes mesmo de ser capaz de construir verdadeiramente uma frase, prova que há algo nela, uma peneira que se atravessa, por onde a água da linguagem chega a deixar algo na passagem, alguns detritos com os quais ela vai brincar, com os quais, necessariamente ela terá que lidar. É isso que lhe deixa toda essa atividade não-refletida [*sic*] – restos aos quais, mais tarde, porque ela é prematura, se agregarão os

problemas do que a vai assustar. Graças a isso, ela vai fazer a coalescência, por assim dizer, dessa realidade sexual e da linguagem (LACAN, 1975/1998h, p. 11).

Por meio da inocente apreensão da criança na forma languageira, ela é capturada pela linguagem, estabelecendo relações com o Outro. Como vimos, trata-se da operação realizada pelo Outro real, figuração primeira do Outro, que estreia uma secção à fruição do ser da necessidade, dividindo-o entre libido e natureza. Para Lacan (1957-8/1999), Freud conquista espaço nesse elemento da experiência:

antes mesmo que a aprendizagem da linguagem seja elaborada no plano motor e no plano auditivo, e no plano de que ele compreenda o que lhe é dito, já existe a simbolização – desde a primeira relação da criança com o objeto materno como objeto primordial, primitivo do qual depende sua subsistência no mundo. Esse objeto, com efeito, já está introduzido como tal no processo de simbolização, e desempenha um papel que introduz no mundo a existência do significante. E isso num estágio ultraprecoce (p. 231).

Na origem do sujeito, todos os instrumentos da comunicação estão no Outro, lugar de onde o sujeito indeterminado ouviria a própria mensagem: “*quem sou?*”. A despeito da impossibilidade do neonato de formular esta missiva, responde um “*Tu és*” interrompido, pois trata-se de um “*Tu és*” sem atributo, que é insuficiente mas não amorfo, posto que pauta-se na linguagem (cf. Lacan, 1962-3/2005, p. 297). Trata-se da demanda do Outro, tomada pelo sujeito como intimação: “*venha a ser!*” – aposta que afirma o ser no neonato, introduzindo um pacto. Entretanto, este só passará à existência por meio do atributo vindo do Outro.

O Outro materno responde ao apelo do *infans*, mesmo sem satisfazê-lo plenamente, provocando o primeiro choque da criança com a demanda e com o desejo do Outro. Permanecerá um resíduo desta resposta incidindo sobre o sujeito, e em relação ao qual a criança terá que encontrar sua posição no campo simbólico. Interrogaremos se o que incide aí é o traço unário, engendrando o recalque primário, assim como o próprio sujeito indeterminado. O agente de cuidados transmite sua libido à criança, interferindo na relação entre o estímulo recebido no corpo e a sua descarga, que torna-se interposta por um traço, marca original do efeito da linguagem.

A fixação desse traço suscitaria a retroação das distinções das novas experiências por meio da repetição, substituição e enlaçamento dos significantes. O automatismo de repetição contido no traço unário ressoa, no ouvido da criança, apenas a partir do significante, sempre contingente, ouvido pelo sujeito. Contudo, este significante não relaciona-se às associações de

sentido, que se articularão ao traço como significações. Originalmente sem valor qualitativo, é o discurso materno que qualificará a leitura dada ao efeito do traço.

Desta forma, a imersão do *infans* ao hiperespaço da linguagem o confronta, fatalmente, à serialidade significante. Trata-se da articulação significante debulhada à dois modos de funcionamento distintos, porém concomitantes. Por um lado, a *diacronia* (ordenação da emissão); por outro lado; a *serialidade sincrônica* (devido à simultaneidade virtual de significantes no código da língua). Ditas séries perpetuam-se em função do traço diferencial, determinante de todos os significantes: cada um é apenas o que os outros significantes não são. Portanto, não há aí nenhuma referência qualitativa. A distinção significante sublinha apenas a *mesmidade significante*, conotando a pureza da diferença, carente de qualquer significação. Deste funcionamento, depura-se o primeiro corte da linguagem no neonato, produzindo algo novo.

Assentado na fase oral da organização da libido, Freud considerou que o pai seria incorporado e aniquilado como objeto, na imagem singular e ambivalente da devoração do pai. Articulando esta primeira às outras formas de identificação previstas por Freud (1923/2011), Lacan (1961-2, inédito) formulou o efeito do traço único tomado do outro na segunda identificação, como identificação primitiva ao *traço unário*.

Tomando como exemplo o semitismo primitivo, Lacan (*idem*) assevera que a tradição seria fundada por meio deste “corpo místico”: a presença de uma marca paterna que se transmite a todos os seus descendentes como identidade de corpo. Ademais, Freud (1921/2011) também tratou a noção de “corpo místico” nas relações identificatórias do eu com a igreja.

Como ressalta Vorcaro (2016, inédito), que seguiremos, a primeira forma de identificação do sujeito depende do traço unário, barra original evocadora do corpo, na medida em que não se trata de introjeção, mas de incorporação. Para Lacan (1964-5, inédito), este é o ponto inaugural da estrutura inconsciente: a consumação mítica do pai, cara à Freud (1912-3/2015), é encoberta pelo *ser do Outro*, cuja potência é absorvida:

a forma como se apresenta o ser do corpo é a de ser o que se nutre daquilo que, no corpo, se apresenta como mais inapreensível do ser, que nos reenvia sempre à essência ausente do corpo, que dessa face da existência de uma espécie animal como bissexuada, enquanto isso está ligado à morte, isola-nos como vivendo no corpo, precisamente isso que não morre. Isso que faz com que o corpo, antes de ser o que morre e o que passa pelos filetes da reprodução sexuada, seja alguma coisa que subsiste numa devoração fundamental que vai do ser a ser (*idem*, lição de 03/03/1965).

Portanto, através da marca do traço unário, suspensa entre significantes efetivamente falados, se dá à existência do ser vivente referindo-se a algo real: “é”. Doravante, trata-se de

afirmá-lo [*Bejahung*] ou negá-lo [*Austossung*] no simbólico (Lacan, 1958-9/2016, p. 437). Ao posicionar-se por meio da incidência do recalque primário, a identificação ao ser do Outro é posta em jogo.

Desta feita, sem qualquer conteúdo subjetivo ou variação, o traço unário insemína-se como pilar sustentador do que virá a ser a rede significante que captura a criança. Apagado de quase tudo que o distingue, é apenas *um traço*. O percurso identificatório do sujeito se relacionará a esse núcleo real primeiro:

Esse *einzigster Zug*, esse traço único não é dado como significante. É muito provável que seja um signo. Para se dizer que isso é um significante, seria preciso mais. É necessário que ele seja ulteriormente utilizado em, ou que esteja em relação com uma bateria significante. Mas o que é definido por este *einzigster Zug* é o caráter pontual da referência original ao Outro na relação narcísica (LACAN, 1960-1/1992, p. 344).

O traço suficiente da notação mínima é o “*um*”, instrumento da identificação. Lacan se propõe a tornar o ser (que permaneceu sempre opaco no pensamento teológico) vazio, pois, para que apareça ser é necessário que o vazio seja atingido pelo traço único. Esta é a função do traço único, função do um³⁵.

Desta feita, o neonato é atingido pela linguagem, antes da alienação à imagem especular. O traço abre o horizonte da existência do sujeito, suspendendo sua garantia como ser. Considerando que a unidade do traço unário é apenas diferença, ela implica a soberania da alteridade que esse traço comporta, franqueando a repetição sistemática do que é, necessariamente, remanescente a cada emissão da fala.

³⁵ A cadela pode falar, na medida em que as modulações resultantes de esforços articulatórios decomponíveis são também efeito das correlações do tempo no qual esse fonema se produz. Sua experiência com a linguagem não lhe dá acesso ao grande Outro, faltando-lhe a capacidade de transferência. Diferente do humano, ela faz uso da palavra sem jamais confundir seu dono, que ela nunca o toma por um outro. Na vertente significante, o sujeito falante toma seu parceiro por um outro, ao nível do Outro (A). Este é o corte entre a espécie canina e a espécie humana. Há uma relação entre o uso das oclusivas no sujeito e sua impossibilidade no animal. Nas relações da palavra com a linguagem, a língua, privilégio do homem, merece ser soletrada. O tempo mudo das oclusivas no meio da sonoridade da língua só ocorre ao nível fonético graças à existência, em relação à linguagem, de duas ondas diferentes, na da criança e na do adulto. Nesta referência, encontramos a origem de certos traços paradoxais que constituem as baterias significantes: a prevalência particular de fonemas na designação das relações de parentesco. Trata-se do “Pa” e “Ma” para fornecer um dos modos de designação do pai e da mãe; esta irrupção de algo que só se justifica por elementos de gênese na aquisição da linguagem, isto é, de fatos de pura palavra que apenas se explicam a partir da perspectiva de uma relação entre duas esferas de linguagem distintas (como tratamos no primeiro capítulo a respeito do *manhês*). A cadela procura signos e fala sem ter linguagem porque seu dono é, para ela, algo que pode lhe dar signos, mas não pode lhe dar significantes. A distinção entre a palavra que pode existir no nível pré-verbal e a palavra na linguagem consiste justamente na emergência da função do significante. A cadela não sabe o que ela mesma é. E que ela mesma seja, devemos buscar sob qual modo isso está apenso a esta sorte de distinção particularmente manifesta no traço unário, já que o que o distingue não é de forma alguma uma identidade de semelhança, mas de distinção. (Cf. Lacan, 1961-2, inédito).

A implantação do recalque primário produzirá o sujeito, ainda incógnito, vindo a se articular em torno dessa marca. “Entretanto, ele não pode se substituir ali como tal – pois seria necessário então a representação de um significante para um outro, ao passo que ali não há senão um só, o primeiro” (Lacan, 1964/1988, p. 237-238). Por efeito do retorno dessa significância, inaugura-se o inconsciente como um modo de negação, no qual o valor do sujeito é ainda incomensurável, visto que esse traço é puro *nonsense*.

No “Seminário 9, A identificação”, Lacan (1961-2, inédito) sustenta que o objeto perdido incide em três níveis de falta, irredutíveis a uma simples dicotomia, permitindo situar um quadro geral de níveis que franqueiam as matrizes: *privação*, *frustração* e *castração*, confrontadas ao suporte da negação.

Primeiramente, a identificação ao traço unário implicará seu apagamento, como diz Vorcaro (*idem*), no vazio do qual partirá o sujeito, articulando sua substituição pelo significante que, num só tempo, o nega e o perpetua. Por isso, a negação consoma a função do sujeito, atribuindo-lhe a notação *não um* (-1). Trata-se da presença do traço unário como ausência que suporta qualquer existência. A distintividade radical deste traço, em sua privação primeira, precipita o sujeito, de maneira que a negação nunca é linguisticamente um zero, mas um *não um*.

Só o sujeito pode ser esse real negativado por um possível que não é real [mas, sim, simbólico]. O -1, constitutivo do *ens privativum*, nós o vemos assim ligado à estrutura a mais primitiva de nossa experiência do inconsciente, na medida em que ela é aquela, não do interdito, nem do dito que não, mas do não-dito, do ponto onde o sujeito não está mais para dizer se ele não é mais mestre dessa identificação ao 1, ou dessa ausência repentina do 1, que poderia marcá-lo. Aqui se encontra sua força e sua raiz (*idem*, p. 172).

Ao demarcar a instauração do registro simbólico, o traço unário organiza o encadeamento significativo. Em contraponto à afirmação do ser (*bejahung*), implica-se sua exclusão (*Ausstossung*), remontando a algo do real. A divisão primitiva entre o real e o simbólico se contrapõe ao dentro e fora proposto por Freud.

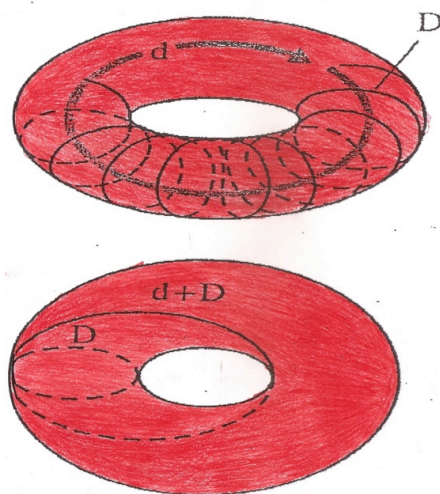
Há uma profunda conexão entre o recalque primário e a incidência da impossibilidade. O sujeito só pode advir como real negativado por um possível que não é real. Portanto, a possibilidade é da esfera do simbólico. Trata-se do primeiro trançamento entre o real e o simbólico, em que o sujeito é submetido à *privação primária* em sua experiência inaugural. A gênese do sujeito é a sua forclusão [*Verworfen*], situando a força de sua raiz nesse ponto de apagamento indiscernível, no qual ele não pode dizer de si mesmo.

A privação, confrontada ao suporte da negação, implica o “- 1”, em que o sujeito não é, de modo algum, o sujeito subjetivado, não havendo ainda nenhum saber em jogo. A privação é apenas o primeiro passo, *privação real*, a partir da qual o sujeito precisará percorrer um longo desvio até levar em conta a sua forclusão original que é, em última instância, a rejeição de sua condição de desejante.

Dessa forma, Lacan (*idem*) acentua a constituição do sujeito a partir da estrutura esburacada do toro (como representado na figura a seguir), enquanto uma superfície fechada, revolução do círculo em torno de um eixo, passível de torção ou esvaziamento.

Ressalte-se que, se, por um lado, a enunciação sintética, constitutiva do sujeito, mantém-se irreduzível na repetição do *um* das voltas, como uma bobina, por outro lado, a série de voltas caracterizada na repetição unária configura o sujeito primário em sua relação significante de automatismo de repetição, até encerrar o circuito, como demonstrado abaixo:

Figura 11 – TORO: CÍRCULOS DA DEMANDA E DO DESEJO



Fonte: Lacan (1961-2, inédito, p. 222, cores nossas).

O sujeito conta as voltas de suas *demandas* (*D*), fundamentado na diferença de cada uma delas, a re-sublinhar o traço unário. Como diferença, esse traço suporta a subsistência de “1, +1 e ainda 1”. Contudo, a adição das voltas de cada demanda não considera o deslocamento metonímico realizado em torno do círculo central (círculo pleno) do toro, em que o *desejo* (*d*) se representa, unindo todos os anéis dos círculos da demanda.

Um outro círculo é destacado, partindo do exterior do toro, e cerrando-se através de seu buraco central. Simultaneamente, esse círculo passa através e circunda os círculos: Demanda (D) + desejo (d). Nada obstante, a demanda engloba apenas uma pequena parcela do desejo.

Como vimos, Freud apresentou o engano próprio ao *sensorium*, exigindo a operação do julgamento de existência para “verificar a contagem”. Como explana Lacan (1959-60/1988), o sistema sensorial não é apresentado no pensamento freudiano apenas como um amortecedor, mas, ao revés, desempenhará o papel de crivo. Afinal, o engano na contagem é real, trata-se do próprio engodo da atração sexual que institui, na realidade, a ilusão de um amálgama possível entre o *infans* e a mãe. Ao percorrer a sucessão das voltas, necessariamente, o sujeito engana-se por 1 na contagem, retornando ao “-1” (*menos um*) inconsciente em sua função constitutiva.

Ao contar, o sujeito aspira conceber a si mesmo como uma superfície infinitamente plana, ilusão do espelho, que provoca o erro inevitável: a subjetividade não pode ser apreendida senão por meio de um desvio do Outro, representada pela superfície que comporta um furo central, do toro. O traço unário, registro da diferença como falta de satisfação, denuncia o defeito de realização do desejo. Sua volta não contada engendrará toda a estrutura.

Na *privação*, o sujeito é simbolizado pelo “menos um” (-1), forçosamente a volta não contada. Sua função é estendida ao fundamento lógico de toda possibilidade de uma afirmação universal.

No erro da contagem, o sujeito rejeita saber de sua condenação como falante: sempre além ou aquém da realização de seu desejo. Trata-se da impossibilidade do sujeito alcançar a constatação de que ele é o mesmo, ou seja, a identificação. Por meio deste equívoco, o sujeito protege-se de confrontar a distância entre seu desejo e o seu ideal, enganando-se na ilusão de que demanda e desejo viriam a coincidir. Afinal, o sujeito nada quer saber (ou não pretende saber) da impossibilidade de satisfazer o seu desejo.

O toro permite entrever a verdade simbólica irreduzível ao cômputo de cada uma das voltas da demanda: o traço unário toca o real. Esse “1” oferece à realidade um ideal, isto é, aquilo que há de real no simbólico. Referido à onipotência imaginária do Outro, a criança derivada da privação é impotente, imagem invertida do Outro, conceito vazio sem objeto, puro conceito da possibilidade.

A pulsão de vida instituirá no real a demanda do Outro, que transmite sua libido imortal ao intimar o neonato a abrigá-la: “*venha a ser!*”. O traço unário, marca da falta de gozo, coagula, portanto, a *ex-sistência* de um saber sem que o sujeito saiba de sua consistência. É sob essa forma mais próxima possível da lalação que, posteriormente, Lacan (1972-3/1982)

nomeará o primeiro modo como a linguagem intervém, sempre ressoando no corpo: *lalíngua*. A singularidade da erogeneização promovida em *lalíngua* implica a ordenação de partes do corpo em que o gozo se especifica na parcialidade das pulsões, restringindo seu gozo.

A estrutura da linguagem distingue, na opacidade do real, a demarcação e identificação do *Um*, com o simbólico. Assim, se o desejo inexoravelmente nos conduz à falha, “o *Um* só se aguenta pela essência do significante” (Lacan, 1972-3/1982, p. 14), sendo da miragem da natureza do *Um* que o sujeito acredita ser.³⁶ Portanto, a partir do enxame de significantes que zumbem no corpo da criança, um deles se destaca: “O significante *Um* não é um significante qualquer. Ele é a ordem significante, no qual ela se instaura pelo envolvimento pelo qual toda a cadeia subsiste” (*idem*, p. 196).

Para Lacan (1969-70/1992), dita ausência primitiva do sujeito no traço unário inauguraria sua relação com o saber por meio da repetição. É o que será testemunhado na “repetição, e sob a forma do traço unário, para começar, ele vem a ser o meio de gozo, do gozo precisamente na medida em que ultrapassa os limites impostos, sob o termo prazer, às tensões usuais da vida” (*idem*, p. 46). O gozo homologa-se sancionado pela repetição que o traço unário institui. Essa modalidade mais simples do traço unário dá origem a tudo o que se articulará como saber, enlaçando os significantes:

S₁, o enxame, significante mestre, é o que garante a unidade, a unidade de copulação do sujeito com o saber. . . . O significante Um não é um significante qualquer. Ele é a ordem significante, no que ela se instaura pelo envolvimento no qual toda cadeia subsiste. . . . é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento. É o de que se trata no que chamo de significante mestre (LACAN, 1972-3/1982, p. 196).

Vale ressaltar, ainda, que a audição do significante só tem relação contingente com aquilo que se escuta como significado, de sorte que a leitura do significante está condicionada ao discurso materno. Assim, o traço, primeira barra entre significante e significado, injetaria significante no significado (Lacan, 1972-3/1982).

Como estabeleceu Lacan (1972/2003): “Que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve”³⁷ (p. 448). O hiato entre “o que se diz”, isto é, o que é comunicado, alcançando o ouvido e “o que se ouve”, ou seja, o que é compreendido, nos conduz à noção de comunicação explicitada no “Seminário 20, mais ainda”. Tendo em vista a perspectiva de

³⁶ Considerando a insuficiência da linguagem, sempre marginal ao referente, Lacan substitui esse ser pelo *para-ser*, propondo que aprendamos a conjugá-lo: eu *para-sou*, tu *para-és*, ele *para-é*, nós *para-somos*, etc (Lacan, 1972-3/1982, p. 62). Foge ao escopo dessa dissertação aprofundar nesse ponto de articulação entre o traço unário e o significante “um”, o que faremos em outro trabalho.

³⁷ “Qu'on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend” (N. E.).

Lacan (1972-3/1982), comentada por Miller (1999/2012), da linguagem como meio de gozo, contida em *lalíngua*, poderíamos considerar a ressonância da interpretação materna como uma comunicação indireta, propriedade da fala, que intervém fazendo escutar o que ela não diz: a captura da criança na rede significante por meio da singularidade de seu ciframento de gozo em *lalíngua*.

3.3 Frustração

Na *frustração imaginária*, introduz-se a relação com o Outro em função de uma perda real que será imaginarizada. Como tratamos no segundo capítulo, a paixão ciumenta da criança diante do irmão faz surgir a imagem do objeto seio sob a posse do irmão. Anteriormente, a criança vivenciara tal objeto como uma parte dela mesma. A ameaça da perda incide no próprio ser, desvelando a carência fundamental formatada no Outro caprichoso, que, na imaginação da criança, poderia satisfazê-la. O semelhante que “rouba o seio da criança” é a própria imagem da frustração fundadora do desejo, impulsionando o funcionamento do objeto metonímico. Além da enunciação, há um ato imaginativo da potência da mãe, detentora de um dom, prova de amor que encobriria o lugar da falta.

Como vimos, por meio do funcionamento do Outro real implantaria-se o traço unário, sancionando a demanda do sujeito através do simbólico. Contudo, assim como o *infans* não corresponde à demanda conformadora dos ideais do Outro, sua demanda também lhe é negada, gerando a frustração. Cruza-se, então, a privação primeira com a frustração, intercambiando desejo e demanda por dois modos distintos. De uma banda, no esforço do sujeito de fazer coincidir o próprio desejo à sua demanda, noutra ponta, inaugura-se o supereu como um imperativo de conformação da criança ao desejo e à demanda do Outro.

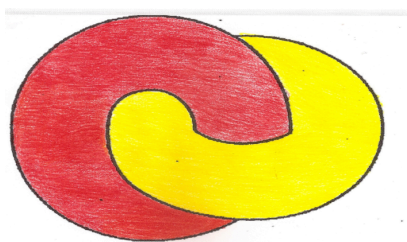
Retomando o percurso realizado no Capítulo 2, no item “2.3 Os objetos pulsionais”, Lacan (1962-3/2005) indica o seio enquanto o primeiro objeto da série metonímica seio - fezes - olhar - voz, a partir do “O Seminário 10: a angústia” como objeto *a*. Analogamente a relação entre criança e placenta, a criança primeiramente apossa-se do seio materno para posteriormente interrogar sobre seu pertencimento.

A falicização do seio realizada pelo agente materno transporá o objeto da necessidade ao estatuto de objeto de dom. A subjetivação da cessão deste objeto será efetivada pela brincadeira de pegar-soltar o seio. Por isso Winnicott (1979/1988) o denominou de objeto transicional, na medida em que trata-se do primeiro signo de um vínculo ao Outro. A

transição do seio a um pedacinho de outro objeto, como a fralda, por exemplo, o coloca na série de objetos cedíveis ao Outro, primeiramente a criança cede o seio à mãe.

O Outro como “1” tem o valor de operar *não sem poder* satisfazer o desejo do sujeito (mas não é sem poder), ele fornece as possibilidades do *vir-a-ser* do desejo, ainda em suspensão. Trata-se do “*sem*”, uma nova *forma de negação indicadora dos efeitos da frustração*, posto que a criança permanece reivindicando os objetos-dons. A esse nível, o Outro é por um lado substituído pelo objeto de dom, e por outro lado metáfora do traço unário, numa regressão infinita na qual se sucedem as articulações significantes em que o sujeito desliza. A partir do “*não-um*” a raiz deste poder rearticula-se, dando à privação (-1) do sujeito uma outra função que se encarna na dimensão da metáfora.

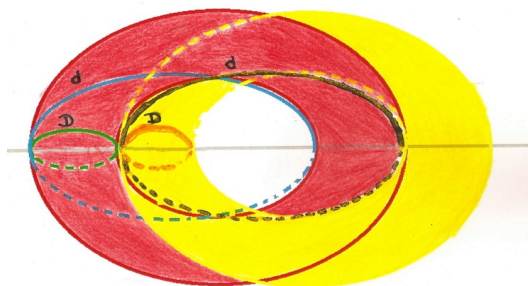
Figura 12 – O ABRAÇO DOS TOROS DO SUJEITO E DO OUTRO



Fonte: Lacan (1961-2, inédito, p. 272, *cores nossas*).

Representamos na figura acima o cruzamento do toro do sujeito (em vermelho) com o toro que representa o Outro (em amarelo). Ambas as funções não se sobrepõem, apesar de nossa percepção se enganar pelo abraço de um toro no buraco do outro. Assim, o desejo (d) do sujeito figurado em seu toro será penetrado pela demanda (D) figurada no toro do Outro. Visualizemos abaixo:

Figura 13 – O ABRAÇO DOS TOROS COM DEMANDA E DESEJO



Fonte: Autoria nossa.

O buraco central (em branco) fixa a demanda (D) do Outro (pequeno círculo laranja) em suas relações com o desejo (d) do sujeito (círculo azul). O cruzamento simbólico dos dois toros estampa justamente a relação imaginária de inter-versão da criança em seu esforço de instituir seu desejo na dependência da demanda do Outro. Contudo, o toro exibe desejo e demanda, substituindo-os um ao outro infinitamente, ao passo em que a resposta demandada é a própria satisfação do desejo.

A criança procura responder à questão central da angústia, abordada no segundo capítulo, “Que queres [*Che vuoi*]?”, por meio da imaginização do Outro, outorgando-lhe um corpo. Este será o primeiro arremedo com o qual o *infans* tecerá sua fantasia.

A demanda de resposta endereçada ao Outro cria esse nó imaginário, o próprio engodo em jogo na frustração. Na leitura de Lacan (1961-2, inédito), trata-se do que Freud localizou no Édipo como a estrutura do desejo, por meio do enodamento entre a demanda (comando absoluto), a lei e o desejo como desejo do Outro. Nessa ordem, o desejo submete-se à lei original, um desvio intransigente, e, consoante demonstrado no buraco interno do toro (em branco), a irredutibilidade do enlaçamento sobre determinados círculos obriga o desejo a incluir em si o vazio.

A criança constatará, então, que há um intervalo que divorcia a linguagem da simples articulação linguageira da fala, marcando “que o sujeito aí realiza algo dele mesmo, algo que não tem alcance, que só tem sentido em relação a essa emissão da fala, algo que é seu ser – o que a linguagem chama com esse nome” (Lacan, 1958-9/2016, p. 26).

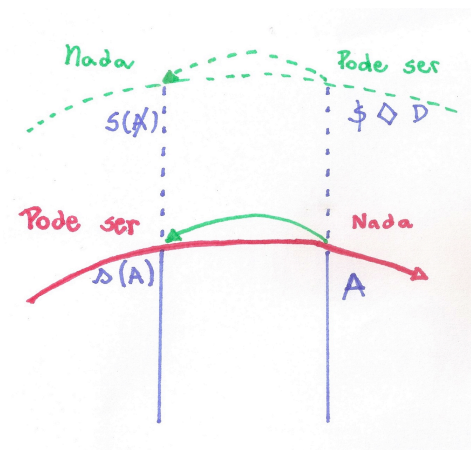
Conforme visto no segundo capítulo, o campo de reciprocidade do transitivismo institui o objeto de desejo numa posição terceira. No lugar em que este é almejado, o sujeito encontra apenas a imagem do outro *i(a)*. Entretanto, a relação com o Outro, especificada pela demanda, permite que a criança o localize como um sujeito, de molde que o rosto do Outro real encarna o mundo do *infans*, contendo nele a própria lei paterna. Em função desta relação com o Outro, os objetos da rivalidade primeira com o semelhante são conduzidos ao lugar de ex-sistência (distinto da necessidade), elemento fundamental à ordem simbólica.

Esse lugar de ex-sistência deve-se ao duplo posicionamento do sujeito, ilustrado pelo toro. O interior e o exterior do toro são vazios, o que demonstra que o mais íntimo é também o mais estrangeiro. Nas palavras de Vorcaro (2004): “o equívoco da transparência, em que o eu se vê, forma-se as custas da opacidade do traço unário que o determina, onde a consciência vem cobrir a falta de significação que a inaugura” (p. 102)

O sujeito define-se no interior do campo do qual ele está originalmente excluído. Lacan utiliza como exemplo a armadilha da dupla negação: “*eu não sei que eu quero*” versus

“eu sei que eu não quero”. A duplicidade topológica permite com que enunciação e enunciado possam se separar mantendo, entretanto, um brilhante vácuo entre ambos.

Figura 14 – A DUPLA NEGAÇÃO



Fonte: Autoria nossa, baseado em Lacan (1961-2, inédito, p. 211).

O sujeito liga-se duplamente ao discurso partilhado por meio de quatro pontos exibidos acima:

- a) [A]: cadeia significante, lugar do enunciado;
- b) [s(A)]: significação da mensagem enquanto retorno vindo do Outro, por meio de um significante que ali reside;
- c) [\$◇D]: a pulsão enquanto um fluxo vital do ser esquadrihado em linguagem na relação do sujeito com a demanda;
- d) [S(A)]: o significante do Outro uma vez que o Outro só pode ser formalizado, isto é, significantizado como marcado ele próprio pelo significante, uma vez que ele nos impõe à renúncia a toda metalinguagem.

No primeiro grafo (contado de baixo para cima), o *infans* apresentaria o seu “nada”, que retroage na sequência de retornos entre o “pode ser nada” e o “nada pode ser”. A primeira formulação da mensagem feita pela criança incide sob a forma “pode ser nada”, abrindo o campo da *possibilidade* [Möglichkeit].

Nesse ponto, Lacan tece uma crítica à Freud, afirmando que não é do lado do reencontro à Coisa [*das Ding*] que se trata na constituição subjetiva, mas da própria

possibilidade do sujeito. Para reencontrar a Coisa, o sujeito envereda, a princípio, na direção oposta, a saber, do nada que engendra os primeiros passos do sujeito, nessa dimensão ao mesmo tempo metafórica e metonímica do primeiro jogo significativo (como tratado por Freud no *Fort-Da*).

O traço unário apaga tudo da Coisa, ele não é de modo algum o *um* insubstituível. Modificando a fórmula freudiana (1975/1923) – “onde estava o id, o ego deve advir” [*Wo es war soll ich werden*] (p. 75), Lacan (*idem*) assevera: onde estava a coisa [*das Ding*], o sujeito [*je*] deve advir. O “um” do traço tornar-se-á o sujeito [*je*] por meio do tensionamento dialético entre o sujeito e o Outro. É importante frisar que o “pode ser” é anterior à nominação “nada”, modo de negação distinto do zero, incidindo aí o traço unário como uma presença, pedra de espera do desejo.

A confrontação do sujeito com o nada escorregaria na destrutividade presente na agressividade, como tratado por Freud na teorização da pulsão de morte. Desta forma, o enunciado “nada” substantiva a questão, instituindo a possibilidade do não-lugar de concluir, *a priori* à quota de existência e à própria potência de ser. A resposta “pode ser nada” não responde à questão “nada pode ser”. O “nada pode ser”, por sua vez, abre à indeterminação, dando margem à subsistência da questão de impossível conclusão. Se o sujeito circula indefinidamente entre a mensagem (“nada pode ser”) e a questão (“pode ser nada”), somente o real pode incrustar um ponto de basta.

Ademais, ao nível da questão está implicado uma metáfora que impede a remessa de sentindo ilimitada. Ao condensar duas cadeias, há o efeito de surpresa irrompendo a questão no interior da mensagem. Trata-se da distinção entre enunciado e enunciação, na qual se configura a passagem entre o signo e o significante. Como vimos no segundo capítulo, inicialmente o *infans* é o signo fálico da mãe. Na frustração, a criança localiza que ela e a mãe não formam uma díade, o que exigirá a ela localizar-se entre os significantes maternos, sem corresponder univocamente a nenhum deles. Ao situar-se por meio de um significante que representa o sujeito para outro significante, trata-se de situar por meio de sua representação enquanto nada.

A impotência da resposta do Outro, “nada é seguro” (porém, possível), enraíza-se no impossível de saber sobre sua própria condição de desejante. O traço unário produz-se, então, no valor divisório – ser *versus* Outro – no qual o impossível toma corpo, unindo-se ao que Freud denominou de interdição original, em termos lacanianos, à constituição do desejo.

Lacan distingue o sujeito em dois lugares topologicamente distintos no campo significativo, isto é, incluído e excluído. É o funcionamento de um duplo emprego, no qual a

condição de ignorância essencial determina toda a relação com o saber, como formulado pelo autor “*você não é sem ignorar*” (*idem*, p. 209). A partir do *Fort-Da* é possível entrever como ritualiza-se o encontro do traço unário a esta forclusão [*Verwerfung*] original e constitutiva do sujeito. Trata-se da rejeição original do sujeito de sua condição de desejante, que mesmo irrepresentável, produz efeitos na demanda.

Há uma dependência estrutural da constituição do objeto de desejo, em relação à dialética inicial do significante, que encalha na *não-resposta* do Outro. A insuficiência da resposta do Outro – “*nada pode ser*” – faz com que o sujeito busque em um objeto as virtudes de sua primeira demanda. O privilégio da constituição deste objeto de desejo está no valor absurdo dado a cada traço, de impossível apagamento.

Assim, a criança se dá conta de que o agente materno não demanda saber de seu não-saber, configurando um não-dito do qual brotará o desejo, que permitirá a intersecção entre as demandas do sujeito e do Outro. Esta casa vazia engendra demandas de todas as esferas, exceto aquela do desejo. O Outro figurará o próprio véu do desejo, no qual refugia-se a existência deste nada do qual ele não pode saber, e que será a própria consistência do que tornar-se-á o objeto de desejo do sujeito. “Esse nada, enquanto oculto ao Outro, toma consistência, torna-se invólucro de todo objeto diante do qual a própria questão do sujeito estanca, na medida em que o sujeito torna-se apenas imaginário” (*idem*, p. 215).

Nesta via, o sujeito excluirá o não-saber do Outro. Previamente à formulação de qualquer questão, a criança aprende a se proteger dizendo apenas o que se espera dela. Estamos diante do que Freud considerou como reduzir a tensão a zero por meio da expectativa medrosa que, para Lacan (1961-2, inédito), exacerba-se na possibilidade e mantém o laço com o Outro.

Conforme vimos no primeiro capítulo, em “Além do princípio do prazer”, Freud (1920/2010) situa a angústia como um “estado como de expectativa do perigo e preparação para ele, ainda que seja desconhecido” (p. 169). Posteriormente, em “Inibição, sintoma e angústia”, Freud (1926/2014) apontou que na criança de colo, ao encontrar um desconhecido em lugar da mãe, angústia e dor se imiscuem. Isso porque, neste primeiro momento, o *infans* não pode distinguir entre a ausência temporária e a perda permanente.

As experiências de distanciamento do agente materno configurariam, então, a primeira raia dos processos de separações do psiquismo. Em seguida, a criança daria um salto do *desespero primário* ao estado de *anseio*, testemunhado na famosa brincadeira em que o agente materno esconde o próprio rosto por detrás de uma fralda, para em um segundo momento “desmascarar-se”, o que é acompanhado do regozijo da criança.

Vorcaro (2016, inédito), tratou do *anseio*, formulado por Freud, como um modo de antecipação que pode precipitar a presença do sujeito. Lembrando que o usufruto do balizamento simbólico permite a primeira ordenação mínima no par de opostos tensão (prazer) e apaziguamento (desprazer), a autora demonstra que é essa alternância que franqueia a antecipação: “sendo efeito do próprio funcionamento binário sem garantias: afinal, por mais binário que, num primeiro momento possa parecer, não é maquínico porque tal funcionamento está submetido às discordâncias entre o agente da satisfação e o neonato” (§ 15).

Considerando, com Vorcaro (*idem*), que o agente materno nem sempre se apresenta *a tempo* frente as necessidades do *infans*, sempre atrasado ou adiantado, ele incidirá quebrando a previsão de regularidade tensão-apaziguamento. É por meio dessa ruptura que o Outro pode fazer valer a emergência do sujeito, testemunhando que as reações do bebê à discordância entre sua necessidade e a ação específica são manifestações de um sujeito.

Esse fato será plissado no jogo de ocultação da mãe com a criança, em que uma mudança no ritmo pode provocar a criança para além da inércia homeostática. Desta forma, o *infans* passa a *antecipar a surpresa*, fora do tempo esperado e conhecido do jogo. Não podemos negligenciar tampouco que o adulto fala à criança, concomitantemente, aos movimentos corporais da brincadeira. Portanto, encontramos subsídios para concordarmos com a hipótese formulada por Vorcaro (*idem*) de que algo do zumbido de enxames significantes, puro *nonsense*, pode aí ser capturado pela criança, marcando seu corpo com o simbólico.

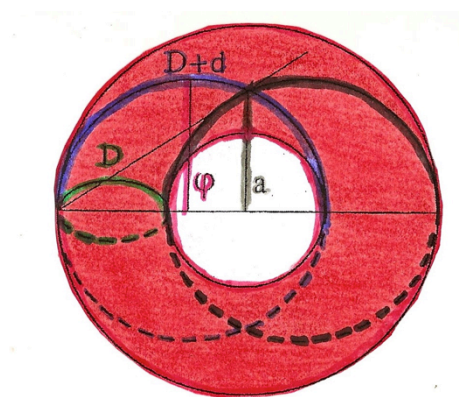
Nesse nível, nos remetemos as hipóteses formuladas por Vorcaro (2016, inédito): *a objetividade, própria aos quadros de autismo, impediria a estruturação da criança como sujeito? Podemos supor que o maciço interesse de muitas crianças autistas pela música e pela matemática revelaria o fracasso da passagem do signo ao significante, na medida em que a relação musical ou numérica é apenas sígnica? O autista tomaria a linguagem como cálculo musical, na medida em que este independe de uma posição subjetiva?* Afinal, o nada original dá a condição de possibilidade, e este nada depende da introdução do sujeito no significante.

A autora ainda sublinha o significante como “substituto que não recobre o gozo, sustentando um resto: falta de saciedade plena, falta de qualquer coisa que instaure um dano imaginário – frustração, que incide sobre isso de que é privada quando esperava receber o que era pedido” (2004, p. 95). O nada institui a realidade humana como ponto de partida e de

visada. Assim, a dimensão do oculto infere a garantia de que haveria um objeto existente no Outro do qual o sujeito seria frustrado.

Ademais, o objeto do desejo é transmutado em existência do sujeito por meio do falo (ϕ). Trata-se do mediador entre a demanda do Outro e o próprio desejo. Nesta dialética, desemboca a estrutura repousada sobre a falência do Outro enquanto garantia do seguro. Visualizemos o esquema abaixo, em que o falo está representado em rosa (ϕ), no traço intermediário entre demanda e desejo.

Figura 15 – TORO COM DEMANDA, DESEJO, FALO E OBJETO a



Fonte: Lacan (1961-2, inédito, p. 219, cores nossas).

Nesse círculo privilegiado no toro há dois pontos fundamentais. Primeiramente, a distância que une o centro do vazio central ao ponto, definindo-se como uma tangência, configura o pequeno a . Em segundo lugar, a medida do raio (metade do diâmetro) do círculo que abarca demanda e desejo representando a distância entre o sujeito e seu desejo: o falo (ϕ).

Remetendo-nos ao segundo capítulo, cabe rememorar que, no “Seminário 10, a angústia”, Lacan (1962-3/2005) especificou que o resto não especularizável na relação transativista é o falo imaginário. Trata-se do *quantum* de libido que não é investido na imagem e permanece no corpo. Por isso, o falo representa a falta no eu ideal e sua aparição se deve à angústia desta presença negativada. Lacan (1961-2, inédito) ainda ressalta a homofonia do jogo de palavras *naître* [nascer] e *être* [ser]) na ameaça de *não ser* em que se constrói o caminho do desejo.

Para Lacan, Freud considerou que o rochedo do complexo de castração seria intransponível pelo sujeito. Discordando desta concepção, Lacan assevera que uma justa

definição da fantasia nos permitiria ir além da experiência da frustração como derradeira, afirmando ser possível a travessia da castração. Por isso, consideramos pertinente ao trajeto lógico imbricado nesta pesquisa tratarmos das considerações lacanianas a respeito da castração. Ressaltamos que ela não está em questão nos primeiros modos de afetamento do neonato pela linguagem, mas é necessário considerá-la na composição deste trabalho na perspectiva do *vir-a-ser* de um sujeito.

3.4 Castração

A partir do que apresentamos no segundo capítulo, a respeito das modalidades pelas quais a criança assume metonimicamente a função de falo, como desejada pela mãe, trataremos o cume do domínio do Outro na instituição da frustração, conduzindo o sujeito à castração. Tendo em vista que não há medida comum entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro, estes limitam-se apenas em função do choque irreduzível entre ambos. O desejo constitui-se, então, através de uma relação de ex-sistência: a demanda de um é desejo do outro, sucessivamente.

Remetendo-se ao seu “Seminário 7, a ética da psicanálise (1959-60/1988), Lacan (1961-2, inédito) reafirma a proibição ao gozo da Coisa. Nesta suspensão [*aufgehoben*] jaz o plano de apoio do desejo, na medida em que o “Outro se apresenta aqui como metáfora dessa interdição” (*idem*, p. 241). Afinal, se a criança percebe que ela não corresponde ao falo materno imaginário, o falo será elevado à função de localização do gozo.

A angústia é efeito do encontro do sujeito com o desejo do Outro real. Por isso, Lacan (1962-3/2005) dirá que a angústia é desejo de castração. A fantasia é um tratamento na medida em que formata uma posição objetual em relação ao desejo do Outro. Configurando a própria realidade do desejo, solicita-se o falo enquanto um mediador entre demanda e desejo do Outro.

Barroso (2014) abordou o sucesso e o fracasso da operação fálica de simbolização do corpo em dois célebres casos. Primeiramente, o comentário de Freud (1909/2015) sobre as anotações do pai de Hans permite acompanharmos os modos pelos quais o sujeito atravessa a angústia e empreende a localização de gozo fora do corpo. No entanto, no caso Robert (Lacan, 1953-4/1986), há apenas a devastação do corpo sem o socorro fálico que permitiria o acesso a um discurso estabelecido.

Começaremos nossa análise a partir do trabalho de Hans no afã de significantizar o gozo do corpo. A experiência das primeiras ereções revelou-lhe que a função do órgão não se

reduz à micção, como sancionava sua mãe. A partir de então, institui-se uma disjunção entre o órgão e sua função: a compulsão masturbatória do garoto de cinco anos coloca em jogo a face enigmática do *petit-pipi* para o menino, na medida em que o gozo espalha-se pelo corpo, invadindo-o.

O órgão fora do corpo ex-siste, por um lado escapa, e por outro lado permanece ligado. Esta concepção nos remete às elucubrações de Freud (1905b/2016) a respeito das transições da libido que, pouco a pouco, concentram-se em zonas erógenas, em fases distintas do desenvolvimento. Lacan interpretou esse trânsito de localizações do gozo no corpo, asseverando que a linguagem não invade apenas as zonas erógenas, mas qualquer órgão em que palpita o gozo.

A criança descobre rapidamente a função de satisfação do pênis, e o discurso estabelecido oferece um auxílio, determinando que se pode gozar dele, desde que não o enxovalhe. Contudo, a ereção faz enigma, na medida em que o recalque impede o acesso imediato às ideias do que fazer diante dela, colocando órgão e função em uma difícil relação.

Assim, a fobia de cavalos do pequeno Hans assume o lugar de órgão fora do corpo. Para Lacan (1961-2, inédito), este sintoma é o que lhe permite resguardar um mínimo de ancoragem em seu ser, operando como mecanismo significante chave que o protege da deriva do capricho materno.

Durante a elaboração da castração, Hans relata uma construção imaginária: *“Tinha uma girafa grande e uma girafa amassada no meu quarto, e a grande gritou porque eu tirei dela a amassada. Então ela parou de gritar e eu sentei em cima da girafa amassada”* (Freud, *idem*, p. 160, *grifos do autor*). Lacan (*idem*) interpreta que Hans apresenta, nesta fantasia, o salto entre os dois extremos da constituição do sujeito. Primeiramente, a mãe é representada como um animal voraz, a grande girafa, imenso falo do desejo. No segundo momento, ele consegue barrar o agente materno, a girafa grande esgota seus gritos e Hans sanciona a tomada de posse de seu lugar subjetivo, sentando-se em cima da girafa pequena e amassada que é ele mesmo.

Na leitura lacaniana, a “fase genital”, concebida por Freud, diz da ambiguidade entre repressão e interesse do desejo frente ao primeiro despertar da sexualidade, no qual está em jogo o falo, como a mãe de Hans demonstra. A incidência da apreciação sobre este objeto contrasta com a recusa do enigma do desejo. O falo divide-se: de um lado, torna-se agalma de um interesse privilegiado como objeto e, por outro lado, sofre uma depreciação do sujeito na vertente do desejo. Com efeito, o sujeito precisa então deixar de “ser” o falo da mãe, para tê-

lo. Afinal, para transformar-se em significante, o órgão precisa sofrer um corte, o que é testemunhado nas construções de Hans acerca do desatarraxamento de seu *petit-pipi*.

Para que o falo Φ , signo do desejo, opere como o significante é preciso de um artifício imaginário. Trata-se de um mecanismo perverso que o isola na função de significante fálico. Em Hans, é no momento em que o desejo do sujeito é confrontado sem defesa em face do desejo do Outro que paira a angústia sobre *i(a)*, produzindo o artifício fóbico. A despeito do investimento sobre a imagem especular, há também uma face de defesa: é um dique contra o oceano do amor materno. O recurso último ao falo, utilizado na fobia, é um sinal luminoso de que o sujeito pode lançar mão da reserva da libido para orientar-se, isto é, o falo como suporte para o significante.

Em outra vertente, no “Seminário 1, os escritos técnicos de Freud” (Lacan, 1953-4/1986), Rosine Lefort apresentou o tratamento de Robert realizado por ela em parceria com seu marido, Roberto Lefort, desde três anos e nove meses de idade e que se prolongou por alguns anos, mesmo sofrendo interrupções. Este menino chega a tentar cortar o próprio pênis, demonstrando a dificuldade em servir-se deste apêndice corporal como suporte para a significantização fálica. Ademais, no decorrer das sessões, ele trabalhou veementemente a separação entre o seu corpo e o da analista, até intervir o problema da diferença sexual, posto que teria que “dividir” sua analista com as meninas. Como observou Rosine:

Era um problema de castração, porque ele sabia que, antes dele e depois dele, uma menininha subia para a sessão comigo. A lógica emocional queria pois, que ele se fizesse menina, porque era uma menina que rompia essa simbiose comigo, da qual ele tinha necessidade. A situação era conflitiva. Ele a desempenhou de várias maneiras, fazendo xixi no urinol, ou então de pé, mas se mostrando agressivo. Robert era agora capaz de receber, e capaz de dar. Ele me deu o seu cocô sem medo de ser castrado por esse dom (*idem*, p. 119).

A despeito de pronunciar poucas palavras, a criança dizia com frequência “O lobo! O lobo!”, tanto referindo-se a ela mesma quanto a objetos ainda indiferenciados de seu corpo. O comentário feito por Hypollite, nesta discussão clínica, nos interessa: “a diferença entre a palavra onde há imposição, e aquela em que não há imposição. A imposição, *Zwang*, é o lobo que lhe dá a angústia, e a angústia é superada, *Bezwangung*, é o momento em que faz o papel de lobo” (*idem*, p. 122)

Em sua resposta, Rosine distingue o supereu, o determinismo do recalque e o ideal do eu: “o supereu se situa essencialmente no plano simbólico da palavra” (*idem*, p. 123). Entretanto, ela acentua, em outra vertente, “o seu caráter insensato, cego, de puro imperativo, de simples tirania” (*idem*):

O supereu é, a um só tempo, a lei e a sua destruição. Nisso, ele é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz. A lei se reduz inteiramente a alguma coisa que não se pode nem mesmo exprimir, como o *Tu deves*, que é uma palavra privada em todos os seus sentidos. É nesse sentido que o supereu acaba por se identificar àquilo que há somente de mais devastador, de mais fascinante, nas experiências primitivas do sujeito. Acaba por se identificar ao que chamo *figura feroz*, às figuras que podemos ligar aos traumatismos primitivos, sejam eles quais forem, que a criança sofreu. (*idem*, p. 123)

Contudo, por tratar-se de uma criança que pode falar, que não é uma criança-lobo, ela consegue dizer da divisão deste “O lobo!” entre horror e única referência para ela. Em análise, Robert exorciza “O lobo!” por meio de vários objetos em função significativa, separando-se deste invasor que o devastava. Nesse contexto, destaca-se o uso da mamadeira como um objeto fora do corpo que condensa o gozo.

Por meio dos fragmentos destes casos apresentados, podemos constatar que a inserção do sujeito à lógica fálica permite a ele servir-se de uma ética conhecida que lhe possibilite lidar com a angústia do desconhecimento em relação ao desejo do Outro. Assim, Lacan (1961-2, inédito) reduz a unidade de troca em que se fundamenta o falo na articulação ao desejo na notação: “1”.

φ

A partir do falo, o sujeito torna-se o prolongamento vivo, ativo, da lei paterna. Distinto da figura biológica, a natureza identificatória ao pai é a origem do que transmitir-se-á como desejo. A iminência da perda do falo configura sua profunda relação com a angústia, onde o sujeito perde esta mensuração da boa distância em relação ao Outro. O sujeito demanda o falo, mas, como demonstrado no toro, este cruza-se com o desejo do Outro, provocando angústia.

Na terminologia de Freud, a castração designaria, para Lacan (*idem*), o modo como o sujeito passa a ser representado pelo representante da representação [*Vorstellungsrepräsentanz*]. A profunda perturbação do gozo define-se na estreita relação entre a Coisa e o Outro como tal, e a partir da qual inaugura-se o significante, exigindo que o sujeito renuncie a seu desejo.

Vale lembrar que o desejo pode estar oculto, mas não ausente, invertendo-se na demanda, à maneira da superfície do *cross-cap*. A demanda recebe sua própria mensagem de forma invertida: o desejo escondido implica o recalçamento, em que o sujeito é inseparável desse desaparecimento. Considerando que a afânise concerne ao desejo, não há meios da criança articular, conscientemente, o medo de desvanecimento de seu desejo. Portanto, a angústia não é efeito do desaparecimento do desejo, mas do objeto que ele dissimula, a saber,

o desconhecimento do desejo do Outro. Então, a afânise explicada como fonte da angústia no complexo de castração é, em verdade, uma solução.

3.5 Nome próprio

Vale ressaltarmos ainda que, em Freud, dois outros tipos de identificação se articulariam à incorporação do pai. A segunda identificação, denominada *regressiva*, é responsável pela formação neurótica de sintomas, como exemplarmente demonstrado no caso Dora (Freud, 1901-5/2016): a imitação da tosse do pai pela jovem demonstraria que o sujeito toma de empréstimo apenas *um traço* [*ein einziger Zug*] da pessoa amada (ou mesmo da pessoa não amada).

A *identificação da segunda espécie* justifica a necessidade de um estágio anterior, mesmo que mítico. Ademais, Freud anunciou que, nestes dois primeiros modos, a identificação é ao *ein einziger Zug*, fundamentando o posterior advento da articulação significativa (Lacan, 1961-2, inédito). Asseverando a passagem do amor à identificação, Lacan (1962-3/2005) afirma que o *a* perdido no amor é buscado pela identificação regressiva com o ser (p. 132): no labor de reencontrar o objeto perdido, o sujeito identifica-se a ele (“eu não quero, eu sou”).

Referido ao segundo tipo freudiano de identificação, *regressiva ao traço unário do Outro*, Lacan (1961-2, inédito) situa o nome próprio. Trata-se de um significante puro *nonsense*, ao passo que não há distinção entre o enunciado e a enunciação, isto é, não há produção de sentido.

Por isso, em “*Nomes-do-Pai*”, Lacan (1963/2005) assinala que o Outro, lugar onde *isso* fala, situaria o problema do sujeito anterior à questão do pai. Seria necessário adicionar ao nível do pai totêmico, formulado por Freud, à função do nome próprio, na medida em que este faz incidir uma marca impressa sobre um sujeito que poderá vir a falar.

Como ressalta Vorcaro (2016, inédito), no seminário da Identificação Lacan (1961-2, inédito) coloca a exclusão promovida pelo traço unário, na privação primeira, comparecendo nos enunciados do sujeito. O sujeito elide o que ele não pode saber: o nome do que ele é enquanto sujeito da enunciação, restando nela a nominação latente que ordena o funcionamento giratório do inconsciente. Ao falar, o sujeito nomeia-se sem saber por qual nome, é comandado. A criança depreende a impossibilidade real de uma fusão com a mãe.

Apesar de insabido, esse nome tem sua pista na função do nome próprio, que figura esse traço unário, tornando-o operativo, ponto de amarração de algo, a partir do qual o sujeito continua.

Enquanto o egiptólogo e linguista inglês Alan Henderson Gardiner apenas reproduz a asserção saussuriana de que o nome próprio, como qualquer significante, é algo que vale pela função distintiva de seu material sonoro, Lacan circunda o nome próprio designando o que está, sob forma latente, na própria linguagem. Trata-se da função da escrita, a função do signo enquanto ele mesmo se lê como um objeto. As letras têm nomes, e por isso tende-se a confundi-las pelas nomeações simplificadoras que as designam no alfabeto, isto é, a emissão fonemática à qual a letra foi reduzida. As consoantes marcam uma escansão que depende das vogais para fazê-las consoarem³⁸.

A presença destas marcas toca no nível mais radical do enlaçamento da linguagem com o real, como aquilo que não cessa de não se escrever. Afinal, a linguagem é capaz de funcionar fora de toda consciência do sujeito, na medida em que está referenciada em si mesma antes, a seus próprios valores estruturais.

O sujeito já lê algo que é marca, que é signo, contendo pedaços recortados de sua modulação falante. Ao inverter a função destes sinais, eles assumem o suporte fonético, gerando a escrita fonética a partir do uso combinado de desenhos simplificados, apagados (impropriamente chamados ideogramas). A concatenação desses desenhos com o uso fonético dos mesmos sinais forneceria a função de representação, testemunhada nos hieróglifos egípcios³⁹.

Tratando da origem da coalescência do significante com a *negação*, Lacan aponta a relação existencial já referida a uma negatividade implicada na primeira conjugação de uma emissão vocal com um signo, isto é, uma primeira manipulação simplificadora do objeto, na gênese do traço. O significante nasce por meio do que há de mais destruído e apagado daquilo que palpita em um objeto, o traço que retém a unicidade diferencial.

³⁸ A emissão “bê” consoa apoiada na emissão vocálica “e”. Por exemplo, “alfa beta” e “gama” são nomes carentes de sentido na língua grega. Eles representam os nomes correspondentes às letras do alfabeto *proto-semítico fenício*. Encontramos as formas significantes disso, esses nomes tem um sentido na língua, seja *fenícia textual*, seja a língua *proto-semítica* reconstituída de onde seria derivada de linguagens em cuja evolução apareceu a escrita. O próprio nome do “Aleph” relaciona-se ao boi: sua primeira forma reproduziria esquematicamente, em diversas posições a *cabeça*. Resta ainda algo disso pois podemos ver no “A” maiúsculo a forma do crânio de boi invertido com os chifres que o prolongam “Bet” é o nome da *casa* (Lacan, 1961-2, inédito).

³⁹ Cada vez que aparece o desenho da coruja nos hieróglifos egípcios, é somente ocasião de suporte para a emissão labial *m*. Esse desenho pode também representar uma função introdutória do tipo: *vejam* ou, *eis aqui*. Ainda, em outros casos, ele deve distinguir-se quando associado a seu *apoio vocálico* e ainda isolando a negação sob uma forma verbal: *diz-se que não*. Assim, o verbo imi parece querer dizer *não ser* e o verbo tm indicaria a *não existência efetiva*.

O nome próprio especifica o enraizamento do sujeito, ligando-se, assim, a outro nome, ou seja, à alguma coisa que encontra-se *prêt-à-porter* na língua. Ele carrega, ainda, a marca do intraduzível, que apenas transpõe-se, transfere-se, configurando a propriedade particular na significação, no ponto radical e arcaico em que supomos a origem do inconsciente.

O avanço do sujeito falante na cadeia se dá em função do desenrolar dos enunciados. Mas, dirigindo-se aos enunciados, elide-se o próprio sujeito da enunciação, isto é, o nome do que ele é enquanto sujeito da enunciação. Neste ato, emerge a nominação latente, concebível como o primeiro significante que organizará uma cadeia giratória no centro do inconsciente, coração falante do sujeito.

Uma das características do nome próprio é de alguma forma ligada ao traço da escrita, não ao som, mas à grafia que, de uma língua à outra, conserva sua estrutura, com pequenas adaptações (Champollion desvendou os hieróglifos porque Cleópatra e Ptolomeu tinham os mesmos nomes em muitas línguas). A estrutura sonora deve ser respeitada em razão da afinidade do nome próprio com a marca, com a designação direta do significante ao objeto.

Um dos traços estruturais da constituição da linguagem é essa leitura dos signos, anterior à escrita. O progresso da escrita é efeito do esforço de uma população em simbolizar sua própria linguagem, sua própria articulação fonemática, com o auxílio de um material de escrita, tomado de empréstimo de outra população.

Remetendo-se ao seu “Seminário sobre A Carta roubada” (1955/1998d), Lacan (*idem*) afirma que o termo *lettre* (em francês designa carta ou letra) assume função de missiva na estruturação psíquica do sujeito. Assim, “não pode haver definição do nome próprio senão na medida em que nós nos apercebemos da relação da emissão nomeadora com algo que, em sua natureza radical, é da ordem da letra” (p. 90).

Em “Instância da letra no inconsciente” (Lacan, 1957/1998f) a letra⁴⁰ é acentuada através de metáforas e metonímias. Segundo Vallejo e Magalhães (1979), nesse texto a “letra caracteriza o significante em sua materialidade, a materialidade é uma literalidade. O significante no seu aspecto material não é considerado somente no momento fônico, mas também no momento gráfico” (p. 73). Portanto, a letra enquanto literalidade é preñe de sentido, sem comportar nela própria nenhuma significação. Por isso, Lacan circunscreve seu efeito de heterogeneidade radical no inconsciente. Como ressaltou E. Soares (comunicação pessoal, em 06 de julho de 2016):

⁴⁰ Escapa ao tema desta pesquisa destrinchar as distinções entre letra e significante, o que faremos em outro trabalho.

Lacan nomeou o suporte material do significante à noção de “letra”, que foi modificada nas décadas seguintes se repartindo em dois “litorais”, o do sentido e o da letra (seu modo de existência fora do sentido). Há aí uma reflexão sobre a materialidade que condiciona o significante e estabelece assim uma relação com a noção de substância gozante. Ao ultrapassar o efeito determinado pelas leis da estrutura simbólica, a incidência material do significante acentua o nível do investimento pulsional no qual nenhuma lei é determinante. Essa incidência guarda tal densidade que se fixa ao corpo fazendo vibrar a singularidade do gozo sintomático “inscrito em letras de sofrimento na carne do sujeito” (§ 8-9).

Do confronto entre a marca do traço unário e a distintividade do nome próprio, germina a escrita fonética em função de sucessivos apagamentos: “traços que saem de algo que, em sua essência, é figurativo, e é por isso que se crê que é ideograma, mas é um figurativo apagado, usemos a palavra que nos vem forçosamente ao espírito, recalcada, ou mesmo rejeitada” (*idem*, p. 91).

O isolamento de um traço impresso, sendo nomeado, vem servir como suporte do nome próprio. A afinidade do nome próprio com a marca especifica o enraizamento do sujeito, trazendo o rastro do que não se traduz, mas apenas se transpõe, se transfere, sítio da propriedade particular na significação.

A noção de letra, litoral entre o simbólico e o real, conduz ao incomensurável que produz um oco no simbólico. Nessa perspectiva, o real do gozo é tratado pela letra, “via da escritura, concebida como uma operação de cifração e não de decifração (o que implica deixar de lado a atribuição de sentido)” (Rosa, 2015, p. 129). Como veremos adiante, esse vazio possibilitará a “elucubração de saber sobre alíngua” (Lacan, 1972-73/1985, p. 190).

Todas essas considerações repercutem em nosso entendimento acerca das modalidades pelas quais o agente materno interpreta o *infans*. Se o que está em jogo no processo de escrita é de algum modo escrever o que não se traduz, o real, singular, que apenas se apresenta, podemos supor que este *trabalho seria análogo ao modo como o agente materno inscreveria o infans na linguagem?*

À luz da afirmação de que, latente em sua enunciação, o sujeito desconhece o nome do que ele é (Lacan, 1961-2, inédito), podemos supor que os objetos pulsionais incorporados tenham função de nome próprio, se transmitem sem se escreverem, sendo o que há de mais próprio na existência do sujeito.

3.6 Holófrase ou *lalíngua*?

Procuraremos nos aproximar da dimensão de gozo inscrita em *lalíngua* e do empilhamento significativo que circunscreve a holófrase, compreendendo-as como

manifestações distinguíveis de um sujeito ainda por vir. Contudo, antes de desenvolvermos ditas noções na obra lacaniana, nos valem os primeiros momentos em que Jean Claude Milner (1995/1996) delimita o ensino de Lacan: *primeiro classicismo, segundo classicismo e desconstrução*. Essa trajetória nos parece imprescindível para circunscrevermos algumas especificidades dos nascimentos de *holófrase* e *lalíngua*. Por fim, discutiremos por meio do caso clínico de Paulo qual destas duas noções, e, portanto, qual dos dois classicismos, seria mais adequado para a interpretação do analista. Dito de outro modo, analisaremos algumas consequências de cada uma das perspectivas sobre as manifestações da criança.

3.6.1 O primeiro e o segundo classicismo em Lacan

o ponto mais discutível
das notáveis intuições de saussure
sobre as séries anagramáticas em poesia
é que ele parece ter fetichizado a sua descoberta
(como o fizera com a ideia de arbitrariedade do signo),
o que o levou a construir demais,
arbitrariamente,
sem buscar nos significados
a solidariedade necessária
que solda o poema
e torna relevante
o seu aspecto microestrutural

(Campos, 1931/1986, p. 98).

Em “A obra clara”, Milner (1995/1996) atribui ao primeiro classicismo de Lacan, iniciado nos anos 60, o paradigma do estruturalismo linguístico, referenciado no antropólogo Levy Strauss e no linguista Fernand Saussure. Para Milner, a língua torna-se um objeto científico, visando a um ideal de cientificidade que se remete à antiguidade. Ressaltamos que, embora Lacan tenha se referido a outros campos discursivos em sua teorização, ele não assume, nesta seara, nenhum compromisso de fidedignidade.

Galileu seria o primeiro marco fundador da ciência. Em seguida, Descartes reduz a subjetividade à função da dúvida na fórmula do cogito: “penso, logo existo”. Do ponto de vista da psicanálise, a lógica cartesiana faz um corte no sujeito, ao passo que todo o seu esforço concentra-se em excluir o sujeito – a doxa – do pensamento científico, com a pretensão de se garantir que o pensamento seja “claro e neutro”. Para Milner, o primeiro classicismo é marcado pelos cortes discursivos, nos quais se destacam o cristianismo, o capitalismo e a ciência moderna.

Recolhemos como efeito do corte da ciência — a exclusão dos afetos, indissociáveis da condição do sujeito — a possibilidade para o surgimento da psicanálise. A psicanálise reintroduz o sujeito como um ponto de escape, extimo ao discurso científico, o que não resulta isento de consequências ao terreno metodológico de sua prática.

Assim, nesse primeiro ensino de Lacan, destaca-se a reputada ciência da linguística baseada em um cálculo matemático, como testemunham as figuras topológicas do *cross cap* e do toro, utilizadas precedentemente em nosso percurso. Trata-se de um estruturalismo linguístico cuja orientação metodológica implica a redução das qualidades sensíveis dos objetos. As notações devem seguir o modelo matemático, resguardando apenas as características invariantes.

Nessa vertente, é assumida por Lacan a perspectiva saussuriana da pura diferença em relação ao nada, como lembra Milner: “em que o nada assume propriedades” (*idem*, p. 82). Com efeito, encontramos o inconsciente estruturado como uma linguagem, no qual a cadeia significante articula-se como um sistema de diferenças: “sistema a um só tempo qualquer e reduzido a suas propriedades mínimas assume o nome de *cadeia*” (*idem*, p. 83). A esse respeito, ressaltam Souza e Couto (2013):

A estrutura é uma redução da linguagem aos seus suportes essenciais, de forma tal que ao objeto tomado em consideração — seja ele proveniente da literatura (sua estrutura compositiva), da filosofia (seu alicerce epistêmico), da história (sua *démarche*), da antropologia (o mito ou as estruturas de parentesco), da psicanálise (o inconsciente), etc. — corresponda uma definição rigorosa e simplificada” (p. 92)

Dessa forma, o sujeito é um elemento intrínseco à cadeia e Lacan incluirá aí a problemática do desejo, sob o termo falta, tomados de empréstimos de outros discursos. Como afirma Teixeira (2015) “em determinado momento, a teoria clínica da psicanálise parecia de fato se encaixar no paradigma estrutural herdado pela linguística de Saussure e de Jakobson e pela antropologia de Lévi-Strauss” (p. 6).

A psicanálise lacaniana advoga que o rigor da ciência moderna fosse incorporado às ciências do homem por meio do estruturalismo aplicado rigorosamente à nosologia de neurose, psicose e perversão. Nesse momento, “o sujeito é formalmente concebível como efeito das leis simbólicas que o determinam” (*idem*, p. 5). Há, portanto, uma prevalência do simbólico sobre o imaginário e o real. Como indica Milner (1995/1996), há um esforço em depurar o objeto de sua substância, em que um minimalismo axiomático dita as regras da célebre lógica significante.

Porém, em 1963, o seminário de Lacan “Nomes-do-Pai” (1963/2005) foi interrompido por ocasião de sua “excomunhão do quadro de didatas da Sociedade Psicanalítica de Paris”, como ele dizia. No ano seguinte, inicia-se um novo ciclo em seus seminários, para um público mais amplo, introduzindo os princípios fundamentais da psicanálise. É neste décimo primeiro seminário, considerado por muitos autores uma dobradiça em seu ensino, que ele se referirá às holófrases.

“Só as exclusões de 1963 foram motivo suficientemente grave. Uma vez mais, a ciência normal havia fechado suas portas, A resposta vem com os *Escritos* de 1966, isto é, o livro, no que ele tem de mais clássico” (Milner, 1995/1996, p. 16). Desta forma, o linguista considera o “Escritos” o coroamento do primeiro classicismo.

Contudo, Miller (1999/2012) indica que em 1964 já é possível entrever um afastamento de Lacan em relação à hegemonia simbólica, e sua aproximação à dimensão pulsional do inconsciente, pensado, aqui, sob a luneta de uma zona erógena, abrindo-se e fechando-se. Assim, as qualidades sensíveis que antes haviam sido rechaçadas tornam-se as protagonistas da cena.

Podemos inferir, portanto, que a discussão dos objetos pulsionais apresentados no “Seminário da Angústia” (1962-3/2005) abriram espaço para o segundo classicismo dos anos 70, tributário ao “Seminário 20, Mais ainda” (1972-3/1985), em que a perspectiva do gozo prevalece em detrimento do inconsciente estruturado como linguagem. O primeiro classicismo, de acordo com Milner (1995/1996), “por mais majestoso que fosse o edifício, ele era instável” (p. 91).

“Da matemática fora-de-campo, comumente referida ao simbólico, Jakobson fora o arauto. A sessão que o seminário XX lhe dedica é um adeus a essa figura antiga” (*idem*, p. 114). Nas palavras de Lacan (1972-3/1985) “será preciso, para deixar a Jakobson seu domínio reservado, forjar alguma outra palavra. Chamarei a isto de linguisteria” (p. 25). Assim, Saussure e Yakobson, descartados como uma espécie de “lastro” do primeiro classicismo, retornam como sujeitos linguistas que garantem a equivalência entre letras matemáticas, poemas e matemas.

Para Milner (*idem*), a noção de transmissibilidade da letra se opõe ao suporte significativo que apenas representa e nada transmite, provocando efeitos de mudança no ensino de Lacan. A letra é o novo paradigma desse momento.

O poema prolifera, inquieta, ele surge a cada cintilar que provocaria sobre o cristal da língua, o jogo aleatório ou não – de alguma faceta acasalada. Os trocadilhos homonímicos de que é tecida a conversa a

partir dos anos 70 não são chistes; são disjuntos de todo *Witz*; constituem, um por um, foracuída de todo sujeito, uma célula literal, um átomo de cálculo poemático” (*idem*, p. 133-134).

Cristal da língua é o nome dado por Milner em 1978 à *lalíngua*. Ao escrever “L’amour de la langue”, cuja tradução em português “O amor da língua” (1978/2012) não conserva a preciosa homofonia de *la langue*, simultaneamente língua e *lalíngua*, o linguista dirá que trata-se, em Lacan, de uma obra cristalina, uma obra clara.

Em um primeiro momento, os matemas equivaleriam-se à letra matemática, fornecidos por *lalíngua*, como testemunharia a assonância presente em “O Aturdido” (1972/2003). A poética de *lalíngua* iluminará a mostra silenciosa dos nós borromeanos, no retomo infundável à James Joyce. A letra não é matemática, sua opacidade arrisca-se a preponderar.

A linguagem torna-se, então, derivada de *lalíngua*, “o inconsciente é um saber, um saber-fazer com *lalíngua*” (Lacan, 1972-3/1985, p. 190). O significante é primordialmente meio de gozo. O corpo não é mais aquele da Gestalt especular, ele é sobretudo lugar onde isso fala. Assim, o Outro toma corpo e o saber não é puramente matematizável, ele inclui a substância gozante onde o corpo está presente. O bem do corpo é usufruído.

3.6.2 Da holófrase

*Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma;
. . . porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

(Melo Neto, 1986 [data da publicação], p. 26)

A referência de Lacan à holófrase provém da lingüística de Guillaume, nos anos 40/50 (Stevens, 1987). O linguista definira certos estados da linguagem por meio da distinção entre duas *apreensões*: *lexical* e *frásica*. Enquanto uma palavra exporta sua significação ao ser deslocada a outras posições no ordenamento sintático (ou seja, apreensão lexical), a unidade da frase é capturada como enlaçamento da significação que ela comporta (*apreensão frásica*).

Nessa perspectiva, a holófrase implicaria o antecedente lógico da apreensão frásica, que se confundiria com a apreensão lexical. A “palavra-frase” seria amálgama de elementos não perfeitamente lexicalizados, só tendo sua significação na aglutinação frásica em que são tomados. Guillaume chega a situar o homem linguístico nº 1 como aquele da holófrase,

definida como o ato de linguagem no qual o ato de representação (a língua) e o ato de expressão coincidiriam.

Como em toda fala, a cadeia descontínua e diacrônica do código articula-se à demanda contínua do sujeito, tomando a solidez emprestada da solidariedade sincrônica do significante. Retomando o famoso sonho de Anna Freud “Anna Feud, Er(d)beer, Hochbeer, Eier(s)peis, Pap” [Anna Feud, molango, molango silvestre, ovo mexido, mingau (Freud, 1900/2012a, p. 151), articulado em voz alta aos dezenove meses, Lacan (1958-9/2013) aponta a presença do significante floco, ou seja, numa série de nominações empilhadas cuja diversidade constitui uma unidade na medida em que a reforçam e a designam. Há nesse sonho uma mensagem, pois ela, Anna, se anuncia antes de desdobrar a série, mostrando a estrutura do significante no momento em que o sujeito vai aí entrar e nele se engajar. Como em toda fala, a cadeia descontínua e diacrônica do código articula-se à demanda contínua do sujeito, tomando a solidez emprestada da solidariedade sincrônica do significante. Esse sonho permite retroceder à função da holófrase como interjeição, paradigma da unidade da frase ao passo em que código e mensagem encontram-se colados:

é o próprio sujeito na medida em que essa necessidade, que sem dúvida deve passar pelos desfiladeiros do significante enquanto necessidade, é expressa de uma maneira deformada mas ao menos monolítica, ao ponto que o monólito de que se trata é o próprio sujeito nesse nível que o constitui (*idem*, p. 91).

Na interjeição, um grito por si só é suficiente para constituir o emissor como sujeito único: “Ele não tem necessidade de se anunciar, a frase o anuncia suficientemente” (*idem*, p. 92). Dessa implicação do sujeito no ato de fala, em seguida, ele se confundirá entre o *ser* e o *ter*, antes que ele possa nomear-se e descontar-se, pois são necessários alguns passos para distinguir o eu do enunciado e o eu da enunciação.

Portanto, só se pode dar valor à holófrase em sua correlação a um tecido simbólico existente. As holófrases são frases ou expressões independentemente de terem ou não estrutura sintática, já tomadas numa estrutura de linguagem. O que importa nelas é seu caráter não decomponível. Trata-se de “algo em que o que é do registro da composição simbólica é definido no limite, na periferia . . . toda holófrase se liga a situações-limite, em que o sujeito está suspenso numa relação especular ao outro” (Lacan, 1953-54/1983, p. 287-8). Na holófrase, o sujeito já está tomado numa intersubjetividade.

Nossa hipótese é a de que, na holófrase, há uma impossibilidade lógica de um salto entre o imaginário e o simbólico. Ela não é uma passagem entre o grito animal e o significante da linguagem. Se o grito animal toma uma função particular em relação à imagem, longe de

se misturar ao mundo do símbolo, ele é cativado pela situação real. Afinal, a palavra não substitui a coisa, mas funda-a, tornando-a presente sob a marca da ausência: a palavra transforma a coisa. O símbolo, por óbvio, só tem valor se organizado em um mundo de símbolos, como parte da significação determinada pela relação de oposição entre significantes. Em face disto, Lacan (1956-57/1995) inverte a problemática da origem. Ele dirá que, na origem, há, em verdade, a regra do jogo, o arranjo simbólico, de onde as outras ordens (imaginária e real) tomariam seu lugar e se estruturariam.

No “Seminário 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Lacan (1964/1988) desloca-se da referência a holófrase concreta, para tratar sua função como frase monolítica. O primeiro par de significantes é aquele que determina a divisão e é também aquele do momento de alienação (em que, se o sujeito aparece como sentido, ele se manifesta como desaparecimento). O primeiro significante (S_1), representação do traço unário, representa o sujeito ao ser introduzido no campo do Outro, para um outro significante (S_2), representante da representação [*Vorstellungsrepräsentanz*], significante que faz entrar em jogo a articulação sob a qual o sujeito é representado como falta.

A solidificação desse par de significantes, que designa a holófrase, implica a suspensão da função do significante que não pode designar a si mesmo. Entre um significante e o significante pelo qual se designa esse significante, há necessariamente não-coincidência, falha, intervalo que não apenas permite a dimensão da metáfora (todo significante pode vir no lugar de um outro e produzir significação), mas que também interroga o desejo do Outro. Assim, na *psicose*, o significante designaria a si mesmo, já que ele surge no real; na *psicossomática*, o significante desaparece em seu valor de significante, que, por não ser nem substituição nem condensação, não é decomponível.

Holófrase é, enfim, o nome que Lacan, em 1964, dá à solidificação do primeiro par de significantes, impedindo que um significante possa vir no lugar de outro, já que eles ocupam o mesmo lugar. A solidificação holofrásica concerne à operação de alienação: o sujeito só pode aparecer no campo do Outro representado por um significante, que faz surgir sua significação, reduzindo-o a não ser senão um significante representado para outro significante, ou seja, apagado. Se o primeiro par de significantes é holofraseado, então a relação da significação do sujeito à seu apagamento (afânise) se encontra modificada: o sujeito não aparece como falta, mas como monólito cuja significação se iguala à mensagem enunciada, situação em que o sujeito já é dado na mensagem.

O intervalo entre S_1 e S_2 concerne, portanto, à operação de separação, pois tal descontinuidade permite interrogar o desejo do Outro, condição para a constituição do desejo

do sujeito, situado nessa articulação como falha, intervalo, falta no Outro. O desejo se articula do recobrimento de duas faltas: a do Outro, que introduz ao sujeito a questão do desejo, e aquela pela qual o sujeito responde a essa falta no Outro com sua própria falta, engendradora na alienação. Para Lacan (1964/1988), *na ausência de intervalo entre S_1 e S_2 , o desejo do Outro não aparece ao sujeito na falha em que ele seria interrogável, mas como um gozo do Outro cujo objeto é o infans*.

Enfim, pode-se dizer que a holófrase manifesta o momento em que a criança não distingue *fala* de *língua* testemunhando, entretanto, na fala, seu físgamento pela língua. Neste sentido, nossa hipótese é de que a holófrase seria uma modalidade de junção das dimensões imaginária e simbólica que se serve de significantes sem, entretanto, operar sobre sua função linguística, já que, apenas empilhados, não são engajados num funcionamento simbólico.

3.6.3 De *la* língua

... um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate

(Melo Neto, 1986 [data da publicação], p. 26).

Nos desdobramentos de seu pensamento, Lacan explicita que “considerar o termo holófrase é empregar um termo dos mais discutíveis” (Lacan, 1965-6, lição de 10/03/65, inédito). Recorrendo ao argumento de Brondal, o psicanalista considera que a interjeição ou a exclamação, como comprimidos de frase ultra-reduzida, até monossilábica, pode ter várias modalidades, sendo, entre outras, situativa, resultativa ou supositiva. Assim, o grito, que é a forma mais elementar de habitar a linguagem articulada, já é uma ponte que se deposita como germe em algum lugar no campo do Outro: “Não há interjeição que não se situe exatamente em algum lugar no corte entre o S e o A, entre o S e o lugar do Outro, lugar do Outro onde o Outro está presente” (*idem*). Entretanto, mais que expressar um estado de alma, a interjeição apresenta o mundo do sujeito ao próximo, vindo bater na junção do sujeito e do outro, na referência comum ao terceiro (Outro). Convida-se, por esse meio, o próximo a tomar distância, a moderar, a reconsiderar, a rever, a revogar (Lacan, lição de 17/03/1965-6, inédito). O Outro real que recolhe esse significante é que faz alguma coisa com ele.

No grito, a voz se distingue da voz modulada:

A implosão, a explosão, o corte, faltam. Esse grito aí, talvez nos dê a segurança deste algo onde o sujeito só aparece como significado . . . brecha aberta aqui, anônima, cósmica . . . que se manifesta como a estrutura do Outro, no afrontamento, na colagem, na sutura de tudo que se afirma, no mundo, como organizado. . . . o nada impresso deixa aparecer o que é essa palavra . . . o que pode repercutir quando o grito atravessa e talvez mesmo cava o silêncio, forma um laço, *um nó fechado entre algo que é um entendimento e algo que, falando ou não, é o Outro* [itálicos nossos] (LACAN, 1965-6, lição de 17/03/65, inédito).

A linguagem intervém primeiramente sob a forma que Lacan nomeou *lalíngua*, por ser neologismo que se aproxima da lalação. Qualquer que seja, é nela que se recebe (e percebe) uma primeira marca.

O modo como *lalíngua* foi falada e entendida singularmente implicará que algo disso reapareça em todas as formas de dizer. A noção de *lalíngua* como usufruto, como gozo, situa o primeiro modo pelo qual a linguagem, *habitat* do *infans*, o afeta. Não é estruturada com elementos, desde já, diferidos, mas como algo que ressoa singularmente no corpo. Afinal, a linguagem não é feita de palavras, mas de alguma coisa que faz meio, estabelecendo e escoando o sentido (Lacan, 1973-4, lição de 08/01/74, inédito). A condição de oposição e encadeamento dos elementos da língua só advirá posteriormente ao gozo de *lalíngua*, alguém ineliminável.

Como, de início, o falante é prematuro, o gozo que se prende ao ser impõe uma hiância: o ser exige infinitude, e seu gozo não se relaciona ao Outro. A substância do corpo é então definida apenas como aquilo de que se goza. Assim, tudo que *lalíngua* comporta afeta o ser primeiramente como efeitos que são afetos.

É na *alíngua* e não alhures, no que ela é interrogada como linguagem, que se destaca a existência daquilo que uma lingüística [*sic*] primitiva designou elemento, e isso não é por nada. . . . O um encarnado na *alíngua* é algo que resta indeciso entre o fonema, a palavra, a frase, mesmo todo o pensamento. É o de que se trata no que chamo de significante-mestre. É o significante um (LACAN, 1972-3/1982, p. 196).

Para Lacan (1973-4, inédito), há um gozo ligado à lógica da vida: “essa vida, que se varia ou mesmo se avaria, a ponto de se diversificar em . . . semas ^[41], a saber, dessa alguma coisa que encarna em *lalíngua*” (lição de 11/06/1974). Assim, as pegadas de *lalíngua* veiculam os sentimentos que ela significa: *impedimento* (ser apanhado na armadilha da captura imaginária), *emoção* (retração da potência do ser) e *embaraço* (ser barrado). Da semiótica escorregadia de *lalíngua*, língua ex-sistente à vida do corpo, procede o remexer da cócega, furor que anima o gozo fálico trazido pelos semas, parasitando a motricidade do

⁴¹ De acordo com o “Dicionário Houaiss da língua portuguesa” (Houaiss & Salles, 2001), semas designa, para a linguística, a unidade mínima de significação de uma palavra, um sinal ou uma marca.

corpo ao fazer sentido e criar problema, na medida em que não há relação sexual. Ao habitar esses semas, o corpo falante encontra o meio de fazer suplência ao fato de que nada mais o conduziria ao outro. A relação com o parceiro sexual é intermediada pelo que faz sentido em *lalíngua* (Lacan, 1973-4, inédito, lição de 11/06/74).

Portanto, o sentido não é sexual, não reflete o sexual. Suplente e opaco, ele substitui o sexual que falta. A confusão de sentimentos é tudo o que *lalíngua* semiotiza, por isso “todas as palavras são feitas para serem vergadas em todos os sentidos” (*idem*). A semiótica de cada sujeito emerge da ex-sistência de *lalíngua* para além do que este crê ser o mundo. É *lalíngua* parasitária no real que determina o que é do saber inconsciente (*idem*).

A *com-sonância* do dizer no corpo está no nível do real: “Em relação a esses polos que o corpo e a linguagem constituem, o real é o que faz acordo” (Lacan, 1975-6/2007, p. 40-41). Lacan (*idem*) reconhece o recalque originário [*Urverdrängung*] nesse furo real que o simbólico necessariamente comporta.

O gozo de *lalíngua* não convém a quem fala. O ser do gozo, longe de se *emparelhar* ao outro, se *aparelhará* com o Outro que fará sua “terraplanagem higienizada” (Lacan, 1968-9/2008, p. 219), reduzindo o gozo de *lalíngua* ao mesmo tempo em que extrai, de *lalíngua*, o que é do significante, como pura diferença para com outro significante (Lacan, 1972-3/1982, p. 196).

Para a quantificação do sentido, o ser depende de uma identificação que, por sua vez, depende de uma unificação. Do enxame de significante Um (S_1), qualquer significante pode se reduzir ao alcance do S_1 . Este significante mestre S_1 vem se fixar e apontar um S_2 , garantindo a articulação do sujeito com o saber, sem adicionar-se a ele, mas apenas diferenciando-se dele (Lacan, 1973-4, inédito, lição de 11/06/74).

Por um modo de coabitação específica, o saber (S_2) estrutura o ser que fala, vindo do Outro. O *Um* encarnado na *lalíngua* será subsumido, portanto, pelo “significante que faz alto ao gozo” (Lacan, 1972-3/1982, p. 36). Esse significante (S_2) introduz o *um-a-menos*. Dessa perspectiva, a linguagem é elucubração sobre *lalíngua*, é *saber-fazer* com *lalíngua*.

Enfim, a noção de *lalíngua* vem localizar uma nodulação tríplice entre o real, o simbólico, e o imaginário com seu sentido opaco, até às posteriores construções do sentido permitidas pela língua efetivamente falada.

3.6.4 Paulo, entre holófrase e *lalíngua*

Paulo⁴² estava à deriva da emissão “iiiiii”, com a qual se apresentou ao tratamento. Com esta sonoridade, a criança brinca sem se endereçar ao outro, porém, testemunhando estar afetada pela linguagem. Esse fonema estendido reverbera algo em um mito familiar: segundo sua mãe, “iiiiii” seria sua tentativa de falar “peixe”, primeira palavra que pronunciou antes de se calar. “Iiiii” remonta a morte de seu irmão gêmeo, “morto como um peixe fora d’água”. Essa manifestação sonora inscrevia na criança detritos da linguagem, ao mesmo tempo em que a mantinha fora do discurso, tal como o irmão-peixe que segundo a mãe morrera tentando respirar fora de seu habitat.

Nesse contexto, interrogamos a função de “iiiiii” para Paulo. Emitido em situações de tensão estressante ou prazerosa, “iiiiii” pode ser tomada como um grito, brecha aberta da interjeição que, segundo Lacan (17/03/1965, inédito), já situa um corte entre o sujeito e o semelhante, na referência comum ao Outro. Essa manifestação holofrásica da interjeição de “is” empilhados, sem intervalo, forma um nó fechado que, mesmo assim, convida a mãe a fazer algo com isso. Para ela, “iiiiii” é como um peixe fora d’água, como o filho gêmeo asfíxiado. Em contraponto à hipótese materna, consideramos que “iiiiii” aponta para *lalíngua*. Paulo, assim, testemunharia o eco da linguagem sobre seu corpo, sem servir-se dele para comunicar-se. Tratar-se-ia da insistência de um gozo a repetir.

No tratamento, esse estilhaço de linguagem tomou função de fala endereçada, no “xixi” emitido a serviço de pontuar a sensação de urinar, no “aqui”, em que se distingue de sua deriva no espaço. Diante dessas novas emissões, o agente materno interpreta que é preciso oferecer a Paulo, instantaneamente, os objetos a que ele se remeteria. Desta forma, a mãe estabelece uma relação imediata e biunívoca entre estes sons e a oferta de objetos que, para ela, lhe correspondem, para, em seu dizer, “evitar que esses poucos sons desapareçam”.

Tomarmos “iiiiii” como *lalíngua* é uma hipótese a ser distinguida e confrontada na suposição contemplada pelo termo holófrase, pois este último também pode servir para situar algo do sujeito, não seu gozo de *lalíngua*, mas um ensaio em acomodar-se no campo do Outro. Na medida em que o infans não encontra intervalos suspensivos entre emissão e oferta

⁴² Nossa pesquisa teórica orienta-se pelas interrogações do caso clínico de Paulo: criança que está circunscrita pela angústia parental em que comparece como *infans*, apesar de contar seis anos. Ele foi diagnosticado como portador de lesão cerebral por meio do exame de ressonância magnética associado à avaliação clínica. A lesão seria decorrente de complicações após seu nascimento prematuro, aos sete meses, em que houve crises convulsivas, insuficiência respiratória, hidrocefalia e hemorragia cerebral. O neurologista supõe na criança uma inteligência abaixo da média, sem descartar o seu pertencimento ao Transtorno do Espectro Autístico (TEA). A despeito da incidência de uma suposta lesão cerebral, consideramos que o sujeito, mesmo que afetado por ela, a ela não se equivale. Não abordaremos a relação da lesão neurológica com a condição subjetiva de Paulo, tendo em vista que escapa ao escopo da investigação teórica proposta. Portanto, este estudo não pretende abarcar toda a complexidade que o tratamento da criança envolve, limitando-nos aos aspectos cernidos para esta pesquisa.

materna, as emissões sonoras do *infans* permanecem em reprodução circular ou desaparecem. Observa-se, portanto, que *lalíngua* inaugura a alienação à linguagem, enquanto a holófrase manifesta uma captura maciça do Outro. A ocorrência da holófrase atesta a impossibilidade do *infans* distinguir-se da linguagem que fala, reproduzindo os significantes em blocos congelados (Lacan, 1964/2008).

Entretanto, no caso de Paulo, constatamos que algo insiste na busca pelo intervalo desde o qual o sujeito possa interrogar o desejo do Outro, posicionando-se em exterioridade ao mesmo tempo em que se engaja na linguagem, usando o corpo do semelhante. Encenando situações de risco de si mesmo e de objetos, Paulo provoca o outro, convocando-o a emitir uma interdição, pois assim o fazendo, num só tempo, compartilha gozo e adentra o laço social.

O corpo do analista funciona como barreira desses atos. Paulo convoca esta interdição manifestada no “não pode”, por vezes acrescido de contenção física, explicitando a onipotência do Outro. Concomitantemente, ao convocar o outro a dizer “não pode”, segurando-o, o sujeito parece se divertir, compartilhando a fruição própria que daí retira com a angústia que causa ao outro, ao reencontrá-lo barrado.

Essa resposta ao “não pode”, que reverbera no corpo da criança, não é exaustiva. Pelo contrário, manifesta singularmente a presença subjetiva. Em outras crianças, certamente encontraremos outros destinos, que podem deixar indistinta a demarcação entre elas e o semelhante, e ainda outras, em que o sujeito aí se separa.

3.7 Ecos do dizer

Para tratarmos das ressonâncias da linguagem no corpo, partimos da primeira marca que ecoa no corpo: o recalque originário. O vestígio deixado pelo efeito de colisão entre o ser e o Outro torna-se a referência da *identidade perceptiva* formulada por Freud (1900/2012a; 1900/2012b), sendo buscada pelo sujeito em todas as suas manifestações. Contudo, Lacan (1961-2, inédito) assevera que, na relação significativa, a resposta do Outro é apenas diferença em relação ao que é demandado – o significante define-se pela distinção de sua unidade em oposição a todos os outros significantes. Portanto, o sujeito é condenado à insatisfação na crença de recuperar a satisfação promovida pela identidade perceptiva.

Essa discussão trouxe importantes consequências para nossa elucubração preliminar acerca do funcionamento do sujeito no autismo. *De acordo com a hipótese formulada por Vorcaro (2016, inédito), o impossível reencontro com a identidade perceptiva, vivido como*

insatisfação para as crianças consideradas neuróticas, seria devastador para os autistas. Supomos, então, que o autista não engaja-se na relação de confiança ao Outro em função da discrepância entre a resposta recebida e o apelo enviado. Novamente nos deparamos com a dita hipersensibilidade destas crianças aos efeitos da linguagem. De que ordem seria essa vulnerabilidade?

Nessa perspectiva, o tratamento encontrado pelo próprio sujeito para as devastações produzidas pelas diferenças da linguagem é, muitas vezes, a ligação ao objeto autístico (Tustin, 1975). O caso Robert testemunharia a função de suplência ao fracasso da castração exercida pela fixação a um objeto constante. A mamadeira opera como objeto condensador de gozo fora do corpo. Ademais, ao eleger a própria analista como duplo especular, a criança encontra um anteparo às insuportáveis mudanças que afetam seu corpo.

O analista dá especial atenção aos objetos de acoplamento do autista, pois funcionam como a própria pele do sujeito, que o defende do “outro invasor” e, ao mesmo tempo, permite sua aproximação. Trata-se de uma invenção singular do próprio corpo. Segundo a tese exposta em Lacan (1972/2003), ter um corpo constitui um problema para o *falasser* [*parlêtre*], salvo que o neurótico adota soluções típicas, pois o discurso vem ao seu socorro. Fora do discurso, o sujeito terá que inventar um corpo sem o auxílio do significante fálico, que é para o neurótico sua solução *prêt-à-porter*.

Seguindo nesta problemática, Lacan denomina o corte inaugural do simbólico como traço unário. Enquanto puro *nonsense*, ele incide produzindo a possibilidade de algo novo. Como vimos, eis o efeito do primeiro momento lógico de constituição subjetiva: a privação real. Inaugurando o inconsciente sob um modo de negação, o sujeito é originalmente *não um*. Assim, o primeiro eco do dizer do Outro sobre o neonato é apenas a intimação - “Seja!” - ainda sem nenhuma qualificação, puro horizonte de possibilidade: “Venha a ser!”. Doravante, trata-se de afirmar [*Bejahung*] ou negar [*Austossung*] essa marca, como Freud estabeleceu, na perspectiva de delimitar um dentro e um fora.

Entretanto, resta como questão para futuros trabalhos investigar se o traço unário seria ou não o primeiro efeito da relação narcísica com o Outro. Se considerarmos que o traço unário depende da relação com o Outro, nos perguntamos se seria o Outro real ou o Outro simbólico que incidiria marcando o ser.

À privação real articula-se a frustração imaginária, em que a criança assume a condição de impotência em proporção inversa à onipotência em que supõe o Outro real. A crença de que a mãe detém um objeto de dom, que substitui sua ausência, encobre o lugar da

falta de satisfação com o signo do amor. Contudo, a criança ao ignorar a hiância entre seu desejo e sua demanda, frustra-se, inevitavelmente, em suas reivindicações.

A construção da fantasia será, então, provocada pela incompatibilidade entre a demanda da criança e o desejo do Outro, alternando-se indefinidamente. A carência de significantes diante do enigma do desejo do Outro é fonte de angústia e exigirá ao sujeito ceder a libra de carne para atravessá-la. Na castração, a criança constata que ela não “é” o falo materno e poderá, finalmente “tê-lo”, servir-se dele como um mediador entre demanda e desejo.

O caso Hans apresenta uma saída da castração infantil por meio do objeto fóbico, que permite ao sujeito simbolizar o gozo fora do corpo. Sem este recurso, o pequeno Robert é invadido pelo gozo deslocalizado e tenta extraí-lo no real, ao tentar cortar o próprio pênis. Entretanto, vale frisar que, a despeito destes três momentos organizarem-se logicamente como privação, frustração e castração, eles não se sobrepõem, tampouco são inteiramente ultrapassados, sendo que cada um deles retornará em momentos diversos ao longo da vida do sujeito.

A passagem do Outro real ao Outro barrado implica a travessia entre gozo, angústia e desejo nas operações de privação, frustração e castração. Entretanto, esta passagem fracassa para algumas crianças, que são atormentadas por um Outro real sem falhas. Como discorre Calligaris (1989), o autista seria um teólogo, na medida em que seu Outro é real, não barrado: ele faz a “tentativa de apagar a Demanda do Outro, se anulando, segundo a ideia que, se não houvesse criatura, não haveria falha na perfeição do criador e por consequência o criador não queria nada. O autista me parece ser um teólogo” (p. 67).

Essa hipótese repercute profundamente no debate acerca do estatuto da transferência e da interpretação na clínica de psicopatologias graves da infância. Consideramos com Laurent (1992/2007) que a “interpretação, em princípio, é um ‘não’ à homeostase. Para dizer ‘não’ a essa estase, introduz-se um parceiro real do autista, que difere da prótese imaginária do sujeito imóvel” (p. 33). O lugar do analista na transferência deve ser, portanto, o de permitir à criança extrair um objeto do Outro, cavando uma falta na superfície intacta.

Em nosso percurso, fez-se necessário atravessar esse grande Outro grafado com maiúscula e seus efeitos, como tratamos no segundo e terceiro capítulos, para finalmente nos aproximarmos da noção de *lalíngua*, o modo mais singular de afetamento da voz no sujeito.

Ademais, a noção de nome próprio é operante em nossa pesquisa, pois oferece um suporte ao traço unário. Trata-se de um significante puro *nonsense* que carrega a marca indelével do que não pode ser traduzido em outras línguas, ecoando sua autenticidade. *Considerando o progresso da escrita, como o trabalho de uma população em escrever sua*

língua por meio de instrumentos pertencentes a outra língua, no qual o nome próprio prevalece, encontramos o cerne do trabalho de interpretação do agente materno em relação ao infans: transpor o mais singular do sujeito ao discurso materno.

De acordo com o “Dicionário Houaiss da língua portuguesa” o *pidgin* designa: “língua compósita, nascida do contato entre falantes de inglês, francês, espanhol, português etc. com falantes dos idiomas da Índia, da África e das Américas, servindo apenas como segunda língua para fins limitados, esp: comerciais” (Houaiss & Salles, 2001, p. 2209). Desta forma, esta perspectiva vem de encontro ao que Lacan (1961-2, inédito) havia apontado acerca do *manhês* (*babyish*), como desenvolvido anteriormente por Ferenczi (1933/1992) em seu ensaio “Confusão de língua entre adulto e criança”.

Vale notar que as indicações do psicanalista húngaro quanto à dissemetria opressora entre adulto e criança são especialmente valiosas no tratamento de psicopatologias graves da infância. O autor convoca o analista a se apresentar furado ao paciente, como medida profilática à agressividade do analisando e, portanto, condição necessária ao bom andamento do trabalho analítico. Esta postura facilitaria ao analista extrair algo da vertente do nome próprio do sujeito auxiliando sua inscrição singular no discurso estabelecido.

Ademais, se a inscrição do traço unário antecede a identificação especular, a alienação imaginária não se efetivaria sem a incorporação de estilhaços ecoados do dizer do Outro real. Bem como no traço unário, Lacan fez valer a voz no nível da identificação por incorporação.

Como poderemos, então, considerar o recalque primário a partir da confrontação entre duas concepções de Lacan acerca do inconsciente? Primeiramente, “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (1972-3/1985, p. 189). Doravante, o psicanalista francês assevera: “o inconsciente é um saber, um saber-fazer com *lalíngua*” (*idem*, p. 190).

O sulco da falta de gozo, produzido pelo traço unário, talha a ex-sistência de um saber, inaugurando a repetição. O gozo do *nonsense* está na origem da relação do sujeito com a linguagem, como apontado por Freud (1905a/1992) ao observar o prazer extraído com os jogos de palavras nas brincadeiras infantis. Esta distinção reaparece em Lacan, ao desenvolver a noção de *lalíngua*, situando o saber como elucubração em torno deste furo central.

Tendo em vista a consideração lacaniana do *sujeito como representado entre significantes*, a holófrase seria efeito de uma impossibilidade do sujeito distinguir-se do significante, na medida em que o sujeito estaria amalgamado entre dois significantes não discretizados. Assim, “a lógica da alienação ao campo da linguagem, e seu resto, a separação que permite a função da fala, mostra, na holófrase, que as operações de alienação e de

separação podem ser disjuntas, já que a separação pode, aí, não ter incidido” (Vorcaro, 1999, p. 28).

Supomos que esse empilhamento de significantes deve-se à junção do imaginário com o simbólico, como testemunharia o caso Paulo. A criança chega ao tratamento aos dois anos e oito meses emitindo somente uma única vogal, “iiii”, insistentemente. O fracasso na apropriação do ser pela linguagem nos interrogou acerca dos rumos que levariam o neonato à condição de *falasser* [*parlêtre*].

A importância do caso foi a de levantar a indagação teórica pois, mesmo em risco de subjetivação, podemos entrever, na criança, uma manifestação de sujeito. Na perspectiva da neurologia, tal manifestação é lida, comumente, como um reflexo, ou não estaria atrelada à linguagem. Supomos, por meio da construção do caso, que as expressões de Paulo não se restringem aos efeitos de uma suposta lesão cerebral, ao contrário, são efeitos da sideração do ser pela linguagem.

A tensão entre as posições de analista e de pesquisador na literalidade da escrita do caso clínico possibilitou a aproximação ao que há de real na experiência singular que a clínica promove. Transpondo os registros e as posições entre a experiência clínica e a grafia do texto, interroga-se o saber prévio adquirido. Como afirma Vorcaro:

Transformar o atendimento clínico em um lugar de interrogação sobre a própria teoria psicanalítica e sobre sua transmissão convoca o clínico a suportar o insabido, testemunhando as ocorrências da clínica, problematizando conceitos que lhe são correlativos e expondo-se à refutação. Para isso, é necessário que as ocorrências da clínica sejam acolhidas pelo clínico que as testemunham, de modo a constituírem-se em um obstáculo à decisão interpretativa imediata para assim interrogar o discurso teórico que a referenda.” (Neto, F. K. & Moreira, J. O. [Orgs], 2014, p. 20)

A escolha em abordar as noções de holófrase e *lalíngua* revela que, embora abarquem perspectivas particulares do inconsciente, tais perspectivas não são excludentes, de forma que, em conjugação, nos servem com notável pertinência clínica. Ressaltamos que o “iiii” de Paulo não corresponde univocamente à holófrase ou à *lalíngua*. Entretanto, interpretar esta manifestação como holófrase ou como *lalíngua* tem efeitos distintos na condução do tratamento, sendo, portanto, a leitura mais adequada aquela que permitir ao clínico realizar seu ato, o que, neste caso específico, pode corresponder aos momentos, fugazes, em que o analista, por meio de uma ou outra perspectiva, encontrou brechas para fazer valer um sujeito.

5 CONCLUSÃO

Ao nos atermos à subjetividade de nossa época encontramos crianças cujo gozo do vivo transborda no corpo sem o recurso ao significante, o que provoca grande devastação. Procuramos problematizar os desafios e especificidades desta clínica antes de atravessarmos a discussão propriamente diagnóstica, por considerar que esta deve ser precedida dos aportes teóricos que sustentam os movimentos de constituição subjetiva em Freud e Lacan. Assim, optamos aqui pela investigação conceitual, orientada pela nossa hipótese da *aquisição da criança pela linguagem*, em contraponto à perspectiva psicolinguística que considera *a aquisição da linguagem pela criança*.

Decantamos da pesquisa em Freud (1891/2014) os primeiros modos pelos quais o *infans* experimenta a linguagem, inventando uma língua privada em seus balbucios, sem função comunicativa. Mesmo que seja um único som, trata-se de um ato precursor da fala, manifestando o afetamento da criança à fala de seus cuidadores e à sua própria vocalização. Lemos nesta manifestação o gozo do *nonsense*, circunscrito por Freud (1905a/1992) na relação de crianças e doentes mentais com a linguagem, cuja assonância prevalece, excitando o corpo.

Constatamos que esse primeiro efeito da linguagem repercute profundamente na instauração da constituição subjetiva. Essa tese foi confirmada por vários estudiosos da linguagem infantil, como Roman Jakobson (1941/1963), Čukovskij (1966/1971), Mary Sanches & Barbara Kirschenblatt-Gimblett (1976), Heller-Roazen (2005/2010). A despeito dos efeitos de repressão advindos da gramática necessária ao pacto social, o gozo do *nonsense* ressoa nas manifestações inconscientes, como testemunhado nos chistes, sonhos, sintomas e atos falhos.

Afinal, na origem não há a *representação de palavra* [*Wortvorstellung*] que poderia inibir o excesso de excitação que invade o corpo *infans*. Apenas *a posteriori* desta intromissão da linguagem, a criança poderá fixar cargas de energia livre, fazendo uma oposição entre um Eu e um não-Eu (cf. Freud, 1920/2010). Dessa forma, há um traumatismo fundamental em jogo para os seres falantes associado à precedência das percepções acústicas na fronteira entre o aparelho psíquico e o mundo externo.

Freud (1923/2011) situou ainda a presença de “resíduos mnemônicos” no “boné auditivo”. Essa afirmação lastreia nossa suposição de que a criança captura, primordialmente,

um bloco sonoro privilegiado, sem conformidade com a língua partilhada, e que determinará seu modo singular de produzir equívocos com a linguagem.

Trata-se, na perspectiva de Lacan, do primeiro modo de afetamento da linguagem, sob a forma que nomeou *lalíngua*, por ser neologismo que se aproxima da lalação. Comportando uma fruição de gozo, a *lalíngua* implica um modo singular e privado de discretizar a linguagem em elementos, aquém e além do encadeamento significante da língua que cartografará o corpo *infans*, fazendo reincidir um resíduo de *lalíngua*.

Ao produzir o equívoco original com a linguagem efetivamente partilhada no discurso, a *lalíngua* ressoa em todas as formas do dizer, configurando o mal entendido estrutural entre os falantes. O efeito dos elementos da *lalíngua* será restringido pela imposição do significante. Este faz alto ao gozo pleno mas, ao mesmo tempo, tornar-se-á também um meio de gozo (fálico).

Como ressaltou Freud (1933/2010), há algo de inédito em cada cristal que mantêm-se a despeito das eventuais siderações que podem atingi-lo: “Se lançamos um cristal ao chão, ele se quebra, mas não arbitrariamente; ele se parte conforme suas linhas de separação, em fragmentos cuja delimitação, embora invisível, é predeterminada pela estrutura do cristal” (p. 194).

Não é contingente que Milner (1978/2012) tenha referido-se à *lalíngua* justamente com a mesma definição utilizada por Freud acerca da singularidade da estrutura subjetiva: um cristal que nos permite investigar o impossível, real da língua, pelas linhas e falhas que se entrecruzam, sobrepondo-se.

A natureza e a lógica dessas linhas, porém, são inteligíveis a partir do discurso freudiano: em *lalíngua*, doravante concebida como não representável para o cálculo – isto é, como cristal –, elas são os recantos em que cintila o desejo e nos quais o gozo se deposita (*idem*, p. 8).

Ainda que as primeiras emissões falantes visassem apenas ao usufruto do *nonsense* presente em *lalíngua*, ou mesmo que o grito de desespero não contenha nele próprio nenhuma reivindicação, Freud indicou que estas expressões convocam o agente de cuidados maternos, denominado de *Nebenmensch*, que promove a primeira experiência de satisfação, estabelecendo a ponte da comunicação. Trata-se do trabalho de interpretação do *infans* que inseminalará o simbólico.

Jacques Lacan considerou o *Nebenmensch* freudiano na formulação de sua concepção de Outro real como lugar da linguagem encarnado pelo agente materno. Foi necessário um

longo percurso para localizarmos as diversas modalidades de incidência do Outro (de real a barrado) na constituição subjetiva até situarmos o mais singular que resiste em *lalíngua*.

Alinhavamos os três momentos lógicos de constituição subjetiva na relação com o Outro, apresentados por Lacan (1962-3/2005) como *gozo*, *angústia* e *desejo* em que ocorrem as extrações dos objetos pulsionais *seio*, *fezes*, *olhar* e *voz*.

A presença da voz materna exerce fascínio ao neonato, capturando-o imaginariamente no campo da linguagem, ao ser especialmente revestida de palavras e musicalidade, como atesta o *manhês*. Por outro lado, são as escanções que cortam a continuidade da fala que interrogarão o desejo do Outro real, provocando angústia até que o sujeito possa mediar, com a linguagem, o seu desejo. Assim, a temporalidade da fala do Outro real separa seu enunciado da enunciação materna que ele coloca em jogo, franqueando a interrogação (*Che vuoi?*) pela criança do desejo do Outro, ao mesmo tempo em que a retira do anonimato. Ao extrair de si mesma uma resposta, ela circunda o objeto *a voz*.

Portanto, a voz em psicanálise não é a prosódia, a frequência, a sonoridade ou a altura da voz efetivamente falada no *manhês*, mas o que se interpõe da ordem do real.

Assim, por exemplo, enquanto a psicolinguística serve-se da noção de *manhês*, enquanto propriedade particular da fala usada pelo agente materno ao dirigir-se ao neonato, consideramos, com a psicanálise, que esse modo de enlace ao filho não é vital para a fundação do ser falante, apesar de comparecer em muitas situações. O que se coloca em xeque não é o registro da melopeia manifesta pelo agente materno, mas a posição em que a criança é situada na transmissão de um desejo não anônimo. Assim, nossa pesquisa não pretendeu estudar o *manhês* em uma via diagnóstica, tampouco quanto uma teoria da comunicação. Consideramos apenas necessário ultrapassar essa noção com os aportes teóricos de Freud e Lacan. Nessa vertente, retomamos a afirmação de Anzieu (1997):

o sentido nasce do corpo, do corpo real e do corpo fantasmado da criança, em interação com o corpo privilegiado da mãe e com os corpos circundantes, seres e objetos. Só existe comunicação circundante por intermédio do peso da carne que ela veicula, pelas zonas erógenas ou dolorosas do corpo de onde ela provém ou a que visa, por meio dos vívidos corporais e, em seguida, psíquicos que ela evoca. . . . a fala só se afirma ao se arrimar ao código da língua materna (p. 11-12).

Entretanto, discordamos da essencialidade apontada pelo autor de instituir uma “psicolinguística psicanalítica”, posto que o escopo teórico da psicanálise é suficiente para sua prática clínica.

As considerações lacanianas do transitivismo nos permitiram ir além de uma alienação da criança puramente especular, dando à função materna o trabalho de inocular o simbólico

por meio da referência imaginária. O agente, ao mesmo tempo, permite o gozo e estabelece a ternariedade do Outro:

o que vai introduzir a secção entre libido e natureza não é apenas o auto-erotismo orgânico . . . Não se trata apenas de falar de interdições, mas simplesmente de uma dominância da mulher, na condição de mãe, e mãe que diz, mãe a quem se demanda, mãe que ordena e institui ao mesmo tempo a dependência do homenzinho. A mulher permite ao gozo *ousar* [itálicos nossos] a máscara da repetição. Ela aqui se apresenta como o que é, como instituição da mascarada. Ela ensina seu pequeno a se exhibir. Ela conduz ao mais-de-gozar porque mergulha suas raízes, ela, a mulher, como a flor, no gozo mesmo (LACAN, 1969-70/1992, p. 73-74).

A este respeito, urge nos remetermos às observações de Vorcaro (2016, inédito): o termo *ousar*, em francês *d'oser*, foi pronunciado em um seminário falado por Lacan, cuja a palavra *d'oser* pode designar *ousar* ou *dosar*. Trata-se justamente da operação subjetiva realizada pelo Outro materno na relação com o neonato, cuja ousadia do gozo articula-se ao saber dosado pela linguagem, pois “o significante faz alto ao gozo” (Lacan, 1972-3/1982, p. 36).

Assim, o agente materno inscreve dessa forma, um corpo de linguagem, que não pode entregar-se aos excessos do puro gozo: “Os meios do gozo são abertos pelo seguinte princípio – que ele tenha renunciado ao gozo fechado e alheio, à mãe” (Lacan, 1969-70/1992, p. 73-74). Entretanto, é a própria mãe que se faz agente deste discurso transitivista, na medida em que estabelece a mediação separadora, ao nomear a coisa sofrida pela criança, remetendo-se ao seu próprio corpo e, por essa via, interceptando uma identificação direta entre os corpos.

Portanto, quando Lacan diz que o agente materno enquanto agente da linguagem opera na função transitivista, neste caso ele “faz alto ao gozo” (1972-3/1982, p. 36). É o que será testemunhado pela criança que sofre um golpe e, após escutar o discurso transitivista, chora secundariamente: “A passagem, do corpo da mãe ao do filho, graças ao transitivismo, faz-se no campo simbólico, a saber, seu dizer sobre seu próprio corpo” (Bergès & Balbo, 1992, p. 91).

Interessa sublinhar a importância da coexistência da tridimensionalidade *Real*, *Simbólica* e *Imaginária* na constrição mútua de cada uma delas sobre as outras. Afinal, por ser precedida do *habitat* de linguagem (S), não se pode dizer que a identificação à imagem do outro (I) se faça sem o fígamento de estilhaços da língua que vem do Outro, dimensão real da linguagem (R) que a criança reverbera sem qualquer intenção interativa, como mostrou Jakobson com os monólogos de berço. Da mesma forma, a aderência entre elementos da língua na holófrase não poderia deixar de testemunhar a indiferenciação em que o imaginário se tece, a despeito de servir-se da língua.

O percurso acerca das três modalidades em que a falta de satisfação incide, cernidas por Jacques Lacan (1961-62, inédito) como *privação real*, *frustração imaginária* e *castração simbólica*, nos permitiu assentar as bases para o *vir-a-ser* de um sujeito. Trata-se de uma referência fundamental à clínica com crianças, mesmo que estes momentos não sejam completamente ultrapassados, retornando em ocasiões distintas ao longo da vida do sujeito. A discussão dos casos Hans e Robert vem coroar esse estudo.

O *nome próprio* fomenta interrogações ao trabalho realizado pelo Outro real na interpretação do neonato. Marca em estado puro, o nome próprio é refratário à tradução. Entretanto, consideramos que o agente materno inscreve algo do nome próprio, ao cifrar o modo de gozo singular da criança em um discurso estabelecido, tendo como efeito na criança a sua própria cifragem equívoca: *lalíngua*.

Nossa discussão acerca do grito, do balbucio, e das emissões *nonsense* faladas pela criança foi problematizada à luz da noção lacaniana (1964/2008) de holófrase. A holófrase designaria, para Lacan, a solidificação do primeiro par de significantes (S_1-S_2), impedindo que um significante possa vir no lugar de outro, já que eles ocupam o mesmo lugar. Nas psicopatologias graves da infância, padecem congeladas no empilhamento de significantes, sem o intervalo necessário que franqueia uma posição na enunciação.

Frisamos nossa consideração de que as noções de holófrase e *lalíngua* tratam, respectivamente, do que Milner (1995/1996) nomeou como primeiro e do segundo classicismo em Lacan, o que trouxe importantes repercussões para o método da pesquisa. Sem hierarquizar a importância ou o uso clínico desses termos, avaliamos a pertinência de ambos, no tratamento. O termo holófrase encontra-se referido a uma cadeia significante, com base no estruturalismo do antropólogo Levi Strauss e na linguística de Saussure e Jakobson.

A *lalíngua* insere-se no segundo classicismo de Lacan em que o estruturalismo é substituído pela linguística, não sendo, diretamente, utilizado. O psicanalista francês prossegue, então, com a poética até o fim de seu ensino, aglutinando ao inconsciente uma perspectiva borromeana fundamentada na matemática e na lógica. As amarrações entre os registros real, simbólico e imaginário, embora presentes desde o início em sua obra, assumem nuances distintas e notadamente mais marcantes à medida que os três passam a ter o mesmo valor.

Em nossa pesquisa, a *lalíngua* intervém como o primeiro efeito da linguagem sobre o vivo, enquanto a holófrase seria referida a um sujeito que está afetado pela linguagem, sem alçar sua discretização, restrito a manifestar-se por meio de significantes empilhados. Trata-

se, portanto, de dois tempos distintos, não do ensino de Lacan, mas de dois acontecimentos da constituição subjetiva.

A construção do caso Paulo nos permite entrever como *lalíngua* e holófrase abarcam modos distintos de vocalizações que, a despeito de ainda situarem-se externamente ao discurso, atestam modos de ressonância da linguagem no corpo. Furando ou comprimindo a cadeia significante, ambas as vocalizações revelam alguma extensão simbólica em que o sujeito pode transitar.

Propomos a construção do caso de Paulo, considerando-o paradigmático da contemporaneidade – marcada pelo avanço das neurociências – à medida que ressaltamos como a presença do sujeito se impõe aos diagnósticos organicistas. Diante das manifestações do sujeito, as hipóteses de holófrase ou de *lalíngua* supõem um modo de ensaio do sujeito se fazer com a linguagem.

Contudo, esse trabalho deixou flancos em aberto para novas investigações sobre a relação entre o timbre da voz materna, o objeto *a* voz e a *lalíngua* na constituição do sujeito, que exigirão discussão aprofundada em outros trabalhos. Da mesma forma, ao considerarmos a musicalidade do *manhês*, vale dizer que resta ainda em aberto aprofundar suas consequências para o *vir-a-ser* sujeito. Afinal, dentre todas as artes, a música é aquela que resiste à apreensão conceitual e simbólica, restando ainda ser melhor circunscrita pelo campo psicanalítico.

Por fim, pondera-se que ao reconhecermos, em nossas operações clínicas, as bordas e as franjas que testemunham a ressonância da linguagem no sujeito, o objeto *a* voz está em jogo. Encontraríamos, assim, modalizações passíveis de desdobrar alguma distância entre linguagem e sujeito, afastamento indispensável para que o sujeito possa mediar, com a linguagem, a orientação de seu desejo.

REFERÊNCIAS⁴³

- Ansermet, F. & Giacobino, A. (2013). *Autismo: A cada um seu genoma*. (Z. Galesi, trad., M. Veras, rev. e coord.). Petrópolis, RJ: KBR. (Trabalho original publicado em 2012)
- Asperger, H. D. (1944). Autistischen Psychopathen. In *Kindesalter*. Arch Psychiatr Nervenkr.
- Anzieu, D. et al. (1997). *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. (M. A. Chiarella, L. M. F. Rodrigues., trans.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Barros, M. (2010). *Poesia completa/Manoel de Barros*. São Paulo, SP: Leya.
- Barroso, S. F. (2014). *As psicoses na infância: o corpo sem o socorro de um discurso estabelecido*. Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.
- Bergès, J. & Balbo, G. (2002). *Jogo de posições da mãe e da criança, ensaios sobre o transativismo*. Porto Alegre, RS: CMC. (Trabalho original publicado em 1998)
- Caldas, H. (2007). *Da voz à escrita: clínica psicanalítica e literatura*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.
- Calligaris, C. (1989). *Introdução à uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Clerc, D. (2007). *A escuta da palavra*. In *Ide*. 30(44), 60-78. São Paulo, SP: Em pauta.
- Campos, A. (1986). *O anticrítico*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1931)
- Carroll, L. (2013). *Alice no país das maravilhas*. (R. Eichenberg, Í. Alves, trans.). Porto Alegre, RS: L&PM (Trabalho original publicado em 1865)
- Carroll, L. (2008). *Alice's adventures in wonderland and Through the looking glass*. London, England: Arcturus Publishing Limited. (Trabalho original publicado em 1865)
- Castro, J. C. L. (2011). A palavra é a morte da coisa: simbólico, gozo e pulsão de morte. In *Rev. Mal-Estar Subj*. Fortaleza, Ce: 11(4), 1405-1428.
- Catão, I. (2009). *O Bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. S. L. Oliveira, E. Parlato-Oliveira & V. A. Ribeiro (revs.). São Paulo, SP: Instituto Langage.
- Condillac, É. B. (1947). Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos. In *Obras filosóficas de Condillac*. Roy vol. 1. p. 10 col A Paris, França: ed. G. Le. (Trabalho original publicado em: 1746)

⁴³ De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- Couto, L. F. S. & Souza, M. F. G. (2013). O estruturalismo em Jacques Lacan: da apropriação à subversão corrente estruturalista no estabelecimento de uma teoria do sujeito no inconsciente. In *Ágora, Estudos em Teoria Psicanalítica*, 16(2), 185-200. Rio de Janeiro. RJ. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982013000200001>.
- Čukovskij, K. (1971). From two to five. Berkeley: Calif, CA. (Trabalho original publicado em 1966)
- Darwin, C. (2000). *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. L. de S. L. Garcia, (trad.). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em: 1872)
- Fernald, A. (1989). Intonation and Communicative Intent in Mother's Speech to Infants: Is the Melody the Message? In *Child Development*, 1989, 60(6), 1497-1510.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre adulto e criança. In *Psicanálise IV Obras completas Sándor Ferenczi*. (Á. Cabral., trad., C. Berliner, rev. téc. e trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)
- Ferreira, A. (1990). *A interação mãe-bebê: os primeiros passos* (Dissertação de mestrado não publicado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Ferreira, S. S. (2010). Será o manhês uma exclusividade da função materna? In *Psicanálise e clínica com bebês: sintoma, tratamento e interdisciplina na primeira infância*. (D. C. Barbosa & E. Parlato-Oliveira, orgs., pp. 51-73). São Paulo, SP: Instituto Langage.
- Freud, S. (2014). Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico. In *Afasias: sobre a concepção das afasias; As afasias de 1891*. (R. D. Mundt, trad., M. A. C. Jorge, F. C. Branco & L. A. Garcia-Roza, rev. téc., pp. 13-124). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (1996). Projeto para uma Psicologia Científica (1950 [1895]). In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Publicações pré psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)* (J. Salomão, trad.; Vol. 1, pp. 341-466). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em: 1895)
- Freud, S. (1995). Projeto para uma Psicologia Científica. In *Notas ao projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. (O. F. Gabbi Jr., trad., pp. 173-255). Rio De Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (2016). Carta 112 [52], de 6 de dezembro de 1896. In: *Neurose, psicose, perversão, Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (M. R. S. Moraes, trad., P. H. Tavares, coord. trad., G. Ianini, coord., pp. 35-46). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (2006). Carta 61 (2 de maio de 1897). In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Publicações pré psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. (J. Salomão, trad.; Vol. 1, pp. 302-302). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1897).

- Freud, S. (2012a). *A interpretação dos sonhos*. (R. Zwick, trad., T. Rivera, rev. téc., Vol. 1, pp. 1-333). Porto Alegre, RS: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2012b). *A interpretação dos sonhos*. (R. Zwick, trad., T. Rivera, rev. téc., Vol. 2, pp. 363-696). Porto Alegre, RS: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1992). *El chiste y su relación con lo inconsciente*. (J. L. Etcheverry, trad., J. Strachey, trad. notas, Vol. 8, pp. 1-226). Buenos Aires, Argentina: Amorroutu. (Trabalho original publicado em: 1905a)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In S. Freud, *Obras completas: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria “O caso Dora” e outros textos(1901-1905)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 6, pp. 13-72). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1905b)
- Freud, S. (2015). Escritores criativos e devaneios. In S. Freud, *Obras Completas, O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 8, pp. 123-284). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1905c)
- Freud, S. (2015). Análise da fobia de um garoto de cinco anos (“O pequeno Hans”, 1909). In S. Freud, *Obras Completas, O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 8, pp. 123-284). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1909)
- Freud, S. (2004). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In. S. Freud *Obras psicológicas, Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. (L. A. Hanns, coord., trad., Vol 1, pp. 63-77). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em: 1911a)
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (“O caso Schreber” 1911). In S. Freud, *Obras Completas, Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 10, pp. 13-107). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1911b)
- Freud, S. (2012). Totem e tabu (1912-1913). In S. Freud, *Obras completas, Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (P.C. de Souza, trad., Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1912-13)
- Freud, S. (2010). A repressão. In S. Freud, *Obras completas, Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. (P. C. de Souza, trad., Vol. 12, pp. 99-150). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1915a)

- Freud, S. (2010). O inconsciente. In S. Freud, *Obras completas, Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 12, pp. 99-150). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1915b)
- Freud, S. (2004). Pulsões e Destinos da Pulsão. In S. Freud, *Obras psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. (L. A. Hanss, ed. e trad., Vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915c)
- Freud, S. (2011). Luto e Melancolia. (M. Carone, trad., pp. 41-89). São Paulo, SP: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em: 1917a)
- Freud, S. (2010). Batem numa criança: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In S. Freud, *Obras Completas*. (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp. 293-327). São Paulo: Cia das letras. (Trabalho original publicado em 1919a).
- Freud, S. (2010). O Inquietante (1919). In S. Freud, *Obras completas, História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1919b)
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer (1920). In S. Freud, *Obras completas, História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1920)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas, Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1921)
- Freud, S. (2013). O Eu e o Id (1923). In S. Freud, *Obras completas, O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos (1934-1925)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2014). *A negação*. (M. Carone, trad., pp. 15-34). São Paulo, SP: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em: 1925)
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas, Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 17, pp. 13-230). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1926)
- Freud, S. (2010). Novas conferências Introdutórias à psicanálise. In S. Freud, *Obras completas, volume: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 18, pp. 124-354). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em: 1933)
- Garcia-Roza, L. A. (2014). As afasias de 1891. In *Afasias: S. Freud Sobre a concepção das afasias; As afasias de 1891*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Haag, G. (2005). Réflexions de psychothérapeutes de formation psychanalytique s'occupant de sujets avec autisme. In *Revue française de psychosomatique*, 27(1), 113-124. Doi: 10.3917/rfps.027.0113
- Heller-Roazen, D. (2010). *Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas*. (F. A. Durão, trad.). Campinas, SP: Editora UNICAMP. (Trabalho original publicado em: 2005)
- Hochmann, J. (2007). À la recherche d'un dialogue entre neurosciences et psychanalyse l'exemple de l'autisme infantile. In *Revue Française de Psychanalyse*, 71(2), 401-418. Doi: 10.3917/rfp.712.0401
- Houaiss, A. & Salles, M. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Jakobson, R. (1963). Child language, aphasia, and phonological. (Trabalho original publicado em 1941)
- Jakobson, R. & Waught, L. R. (1987). *La forma Sonora de la Lengua*. México: Fondo de cultura econômica (Trabalho original publicado em: 1979)
- Kanner, L. (1997). Os distúrbios autísticos de contato afetivo. In *Autismos*. (P. S. Rocha, org., pp. 111-170). São Paulo, SP: (Trabalho original publicado em: 1943).
- Klein, M. (1996). A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In M. Klein. *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Köhler, E. (1978). A inteligência dos antropoides. In Wolfgang Köhler, (J. S. de C. Pereira, V. L. Bianco, trans., pp. 39-56, A. Engelmann (Orgs.) São Paulo, SP: Editora Ática. (Trabalho original publicado em: 1926).
- Krivine, J. L. (1969). *Théorie axiomatique des ensembles*. Paris, France: PUF.
- Lacan, J. (1998a). A agressividade em psicanálise. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 104-126). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1948)
- Lacan, J. (1998b). O estágio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 96-103). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em: 1949)
- Lacan, J. (2003). A psicanálise verdadeira e a falsa. In *Outros Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 173-182). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1953)

- Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 237-324). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1953).
- Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro 1, os escritos técnicos de Freud*. (B. Millan, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original proferido em: 1953-4)
- Lacan, J. (1998d). *O Seminário sobre 'A carta roubada'*. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 13-68). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1955)
- Lacan, J. (1998e). A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 401-437). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955).
- Lacan, J. (Inédito). *Problemas cruciais para a psicanálise*. (Trabalho original proferido em: 1965-6)
- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4, A relação de objeto*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1956-7)
- Lacan, J. (1998f). A instância da letra no inconsciente. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 496-536). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1957)
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad., ver. fin., M. A. Vieira). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1957-8)
- Lacan, J. (2016). *O Seminário, livro 6: desejo e sua interpretação*. (B. Berliner, trad., prep. tex. A. Telles, ver. fin. A. Harari e M. A. Vieira). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1958-9)
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. (A. Quinet, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1959-60)
- Lacan, J. (1998g). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache. In *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 653-691). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em: 1960)
- Lacan, J. (Inédito). *O seminário, livro 9: a Identificação*. Texto do seminário estabelecido pela Association Lacanienne Internationale. Tradução e publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. (I. Corrêa e M. Bagno, trans.). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, PE. (Trabalho original proferido em: 1961-2)
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: a angústia*. (V. Ribeiro, trad., prep. tex. A. Telles, ver. fin. A. Harari). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em 1962-1963)
- Lacan, J. (2005). *Nomes-do-Pai*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1963)

- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M. D. Ribeiro, Magno). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1964)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, trad., prep., tex. A. Telles, ver. fin. A. Harari e J. Santiago.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original proferido em: 1968-9)
- Lacan, J. (inédito). *Le Seminaire 16: D'un autre à l'Autre*. (Trabalho original proferido em: 1968-9)
- Lacan, J. (2003). O Aturdido. In *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad., A. Harari e M. A. Vieira, ver. fin., A. Telles, prep. tex., pp. 448-497). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1972)
- Lacan, J. (1982). *O Seminário, livro 20, Mais, ainda*. (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro, RJ Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em: 1972-3)
- Lacan, J. (Inédito). *O Seminário, livro 21, Les non dupes errent*. (Trabalho original proferido em: 1973-4)
- Lacan, J. (Inédito). *O Seminário, livro 22, RSI*. (Trabalho original proferido em: 1974-5)
- Lacan, J. (1998h). Conferência em Genebra sobre o sintoma. In *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* (23), 6-16. (M. Almeida, trad.). São Paulo, SP: Eólia. (Trabalho original proferido em 1975)
- Lacan, J. (2007). *O Seminário, livro 23, O Sinthoma*. (S. Laia, trad., A. Telles, rev.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1975-6)
- Lamarck, J. B. (1994). *Philosophie zoologique*. Paris, França: Flammarion. (Trabalho original proferido em 1809)
- Laplanche, J & Pontalis J.-B. (1986). Fixação. In *Vocabulário da Psicanálise* (p. 251-255). (P. Tamen, trad. J. Santos, coolab.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967)
- Laurent, É. (2007). Reflexões sobre o autismo. In *A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje*. (V. A. Ribeiro, trad., pp. 35-34). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria. (Trabalho original proferido em: Colloque de la Découvert freudienne. L'autisme et la psychanalyse, Toulouse, 1992)
- Laurent, É. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. (V. A. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2012)
- Laznik, M.-C. (2007). Langage, voix et parole dans l'autisme. In B. Touati; F. Joly; Laznik, M.-C., *Quelques repères sur l'apparicion du langage et son devenir dans l'autisme*, Paris: PUF.

- Laznik, M.-C. (2009). Bebê com risco de autismo em tratamento conjunto: visa-se reversibilidade total? In *Reverso*, (58), 63-74, set./2009. Belo Horizonte, MG: Publicação do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.
- Laznik, M.-C. (2000). A voz como primeiro objeto da pulsão oral. In *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas: dossier Clínica de Bebês*, 5(8) 80-93. São Paulo, SP.
- Lear, E. (2011). Viagem numa Peneira: poesia e prosa. (D. W. Amarante. Org. e trad.). São Paulo, SP: Iluminuras. (Trabalho original publicado em 1846)
- Lucero, A. & Vorcaro, A. (2015). Le cas Dick et la constitution du sujet. In *Oxymoron: revue psychanalytique et interdisciplinaire*, (05), 1-12.
- Magalhães, L. C. & Vallejo, A. (1979). Instância da Letra. In *Lacan: operadores da leitura* (p. 73-76). São Paulo, SP: editora perspectiva.
- Magalhães, L. C. & Vallejo, A. (1979). Letra, O ser, o outro e a. In *Lacan: operadores da leitura* (p. 77-80). São Paulo, SP: editora perspectiva.
- Maleval, J.-C. (2017) *O autista e a sua voz*. Tradução e notas de P.S.S. Júnior. São Paulo:Blucher . (Trabalho original publicado em 2009).
- Melo Neto, J. C. (1986). *Poesias completas (1940-1965)*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Mendes, A. A. (2015). O efeito-equipe e a construção do caso clínico. Curitiba, PR: CRV.
- Miller, J. A. (2012). Os seis paradigmas do gozo. In *Opção Lacaniana online*, 3(7), 1-49. (S. Souto, Y. Vilela e S. Assad, trads.). (Recuperado de: http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_7/Os_seis_paradigmas_do_gozo.pdf (Trabalho original proferido em: 1999)
- Miller, J. A. (2012). O escrito na fala. In *Opção lacaniana on line nova série*. 3(8), julho, 2012. (A. Harari, trad.). (Recuperado de: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_8/O_escrito_na_fala.pdf). (Trabalho original publicado em 1996)
- Milner, J.-C. (2012). *O amor da língua*. (P. S. de S. Junior. trad.; C. T. G. de Lemos e M. R. S. M. rev.). Campinas, SP: Editora Unicamp. (Trabalho original publicado em 1978)
- Milner, J.-C. (1996). *A Obra Clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. (P. Abreu. trad, M. A. Coutinho, rev. téc.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1995)
- Monteiro, K. A. C. (2015). *O autista e seus objetos*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Paim, I. (1993). Curso de Psicopatologia (11a ed.). São Paulo, SP: EPU.

- Piaget, J. (1975). A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Á. Cabral & C. M. Oiticica. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar (Trabalho original publicado em 1945)
- Pommier, G. (2004). *Qué es lo "Real": ensayo psicoanalítico*. (N. Prado, trad.). Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.
- Porchat, P. (2005). *Freud e o teste de realidade*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, J. M. L. C. (2005). *A criança autista em trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras.
- Rosa, M. (2015). Lacan com Kripke: o real em jogo no nome próprio lido como um designador rígido. In *Ágora*, 18(1) 115-139. Rio de Janeiro, RJ. (Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000100009>)
- Rousseau, J. J. (1962). Ensaio Sobre A Origem das Línguas. In *Obras J. J. Rousseau*. (L. S. Machado, trad., Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ – Porto Alegre São Paulo: Editora Globo. (n.d.)
- Safatle, V. (2014). Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si. In S. Freud, *A negação*. (M. Carone, trad.). São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Sanches, M. & Kirschenblatt-Gimblett, B. (1976). Children’s traditional speech play and child language. In *Speech Play*, 65-110. Filadélfia, PA.
- Santos, T. C. & Antunes, M. C. C. & Peed, C. A. H. (2001). De Freud à Lacan: os operadores estruturais do inconsciente e da clínica psicanalítica. In *Formações teóricas da clínica*. (Lo Bianco, A. C., org., pp. 101-139). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.
- Shakespeare, W. (2016). O Mercador de Veneza. In *William Shakespeare, teatro completo, Tragédias e comédias sombrias*. (B. Heliodora, trad., Vol. 2 trad., pp. 495-592) São Paulo, SP: Editora Nova Aguilar. (Trabalho originalmente publicado em 1600)
- Soler, C. (2012). *Seminário de leitura de texto ano 2006-2007: Seminário A angústia, de Jacques Lacan*. (E. B. Lima, L. C. Silveira, S. M. C. C. Magalhães, trans., rev. trad. A. H. Fernandes, D. Fingerhamm). São Paulo, SP: Escuta. (Trabalho original proferido em 2006, 2007)
- Stevens, A. (1987). L’holophrase, entre psychose et psychosomatique. In *Ornicar?*, (42) 45-70. Paris, França: Champ freudien.
- Teixeira, A. M. R. (2015). Já não creio mais em minha psicótica: considerações intempestivas sobre a psicose ordinária. In *Opção lacaniana online nova série*. 6(18), 1-21. (Recuperado de: <http://www.opcaolacaniana.com.br/texto8.html>)

- Tustin, F. (1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Vivés, J.-M. (2016). Comunicação pessoal.
- Vorcaro, A. M. R. (1999). *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Vorcaro, A, M, R. (2004). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Vorcaro (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. (Neto, F. K. & Moreira, J. O., orgs., pp. 11-23). (2010). Barbacena, MG: Ed. UEMG.
- Vorcaro, A. M. R. & Rezende, A. O. (2016). Holófrase e *lalíngua*. In: Leite, N. V. A. & Aires, S. (Orgs.). *Prática da letra, uso do inconsciente*. (pp. 241-258). Curitiba: CRV.
- Vorcaro, A, M, R. (2016, inédito). *Um refrão surdo ressoa no corpo*.
- Wallon, H. (1949). *Les origines du caractère chez l'enfant*. Paris, França: PUF. (Trabalho original publicado em: 1934)
- Winnicott, D. W. (1988). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em: 1979)